

PETER BURKE

Uma História Social do
CONHECIMENTO • I
DE GUTENBERG A DIDEROT



Peter Burke

*Uma História Social do
Conhecimento I*

de Gutenberg a Diderot

Tradução: Plínio Dentzien

ZAHAR

Rio de Janeiro

Título original:
A Social History of Knowledge (From Gutenberg to Diderot)
Tradução autorizada da primeira edição inglesa, publicada em 2000
por Polity Press em associação com Blackwell Publishers Ltd., de Oxford, Inglaterra
Copyright © 2000 Peter Burke
Copyright desta edição © 2003 Jorge Zahar Editor
rua México 31 sobreloja 20031-144
Rio de Janeiro, RJ tel.: (21) 2108-0808 / fax: (21) 2108-0801
e-mail: jze@zahar.com.br site: www.zahar.com.br

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação,
no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais. (1ei 9.610/98)

Grafia atualizada respeitando o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.
Capa: Sérgio Campante Ilustração da capa: A tipografia no México em 1539, gravura.
Museu da Cidade do México.
CIP-Brasil. Catalogação na fonte Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

Burke, Peter
B973h Uma história social do conhecimento de Gutenberg a Diderot /
Peter Burke; tradução Plínio Dentzien.
- Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003
Tradução de: A social history of knowledge: from Gutenberg to Diderot
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7110-711-3
1. Sociologia do conhecimento. - História.
CDD: 306.4:19
03-0510 CDU: 316.74:001(091)

Sumário

Lista de Créditos e Ilustrações.....	8
Prefácio e Agradecimentos.....	9
I - Sociologias e Histórias do Conhecimento.....	10
Introdução	10
O surgimento da sociologia do conhecimento.....	11
O renascimento da sociologia do conhecimento	13
A história social do conhecimento.....	16
O que é conhecimento?.....	17
A pluralidade de conhecimentos	19
II - O Ofício do Saber: os Letrados Europeus.....	23
Continuidades e discontinuidades.....	23
A Idade Média	25
As consequências da impressão tipográfica.....	26
Oportunidades em Igrejas e Estados	27
Diferenciação estrutural	28
Identidades de grupo.....	30
O Islã e a China.....	32
III - A Consolidação do Conhecimento: Antigas e Novas Instituições	34
O Renascimento	36
A Revolução Científica.....	39
O Iluminismo	43
Conclusões e comparações.....	46
IV - O Lugar do Conhecimento: Centros e Periferias.....	49
A República das Letras.....	52
Nagasaki e Deshima	53
Pesquisa de campo e gabinete.....	54
A importação de conhecimentos	55
As capitais do conhecimento.....	57

A geografia das bibliotecas	59
A cidade como fonte de informação sobre si mesma	61
O processamento do conhecimento.....	64
A distribuição do conhecimento	67
As descobertas no contexto global	68
V - A Classificação do Conhecimento: Currículos, Bibliotecas e Enciclopédias.....	69
A antropologia do conhecimento	69
Variedades de conhecimento.....	70
Disciplina e ensino.....	75
A organização dos currículos.....	76
A ordem das bibliotecas.....	76
A estrutura das enciclopédias.....	77
Lugares-comuns.....	78
A reorganização do sistema.....	79
A reestruturação do currículo	81
A reestruturação das bibliotecas.....	84
A organização dos museus	86
A alfabetação das enciclopédias	88
O avanço do conhecimento	88
Conclusão.....	91
VI - O Controle do Conhecimento: Igrejas e Estados.....	92
O surgimento da burocracia	93
A Igreja como modelo.....	95
Relações exteriores	97
Informação e Império.....	98
Assuntos internos	101
O mapeamento do Estado.....	104
O surgimento da estatística	105
Guarda e recuperação da informação	108
Censura	110

A difusão da informação.....	112
VII - A Comercialização do Conhecimento: o Mercado e a Impressão Gráfica	116
O nascimento da propriedade intelectual	119
Espionagem industrial	120
Comércio e informação.....	121
A informação e a VOC	122
O surgimento das bolsas de valores.....	123
A impressão e o comércio do conhecimento.....	124
Veneza no século XVI.....	126
Amsterdã no século XVII.....	127
Londres no século XVIII.....	128
Jornais e revistas	130
O surgimento das obras de referência	131
Enciclopédias	133
Comparações e conclusões.....	134
VIII - A Aquisição de Conhecimento: a Parte do Leitor	137
Leitura e recepção.....	138
Obras de referência	141
A ordem alfabética	142
Auxílio à pesquisa histórica.....	144
Apropriações individuais.....	146
De Montaigne a Montesquieu	147
Aquisição do conhecimento de outras culturas.....	149
IX - A Confiança e a Desconfiança no Conhecimento: uma Coda.....	153
O renascer do pirronismo.....	153
Ceticismo pragmático.....	155
O método geométrico	157
O surgimento do empirismo.....	158
A nota de pé de página.....	161
Credulidade, incredulidade e a sociologia do conhecimento.....	162

Notas.....	165
Capítulo I (entre p.11 e 24).....	165
Capítulo II (entre p.25 e 36)	166
Capítulo III (entre p.37 e 53).....	168
Capítulo IV (entre p.54 e 77).....	169
Capítulo V (entre p.78 e 108).....	171
Capítulo VI (entre p.109 e 135)	173
Capítulo VII (entre p.136 e 158).....	175
Capítulo VIII (entre p.159 e 175).....	178
Capítulo IX (entre p.176 e 188).....	179
Bibliografía Seleccionada	181

Lista de Créditos e Ilustrações

1. *Observatório de Hveen, gravura de Tycho Brahe, Astronomiae Instauratae Mechanica (1598). p.45*
2. *Mapa da província de Nanquim, in M. Martini, Novus Atlas Sinensis [Novo Atlas Chinês] (Amsterdã, c. 1655), entre as p.96-7. Cópia na Biblioteca da Universidade de Cambridge (Atlas 3.65.12). p.55*
3. *Oost Indisch Huis [A Casa das índias Orientais], gravura extraída de P. Zesen, Beschreibung von Amsterdam [Descrição de Amsterdã] (Amsterdã, 1664). Cópia na British Library (1300 D 7). p.61*
4. *Bolsa de valores de Amsterdã, pintura de E. de Witte (1653). Roterdã, Museu Boymans van Beuningeii. p.63*
5. *Arvore do conhecimento, página de rosto de Arbor Scientiae, de R. Lulio (1515; reed. de 1635). Cópia na Biblioteca da Universidade de Cambridge (P*.3.52). p.83*
6. *Arvore das Repartições Francesas, de Charles de Figon. Extraído de Discours des Estats (Paris, 1579). Biblioteca da Universidade de Cambridge (Pryme D.I., lâmina dobrável). p.84-5*
7. *Tabula primi libri, in Andreas Libavius, Alchemia (Frankfurt, 1597. Sig. b2, verso). Cópia na Biblioteca da Universidade de Cambridge (L.4.14). p.92*
8. *Tableaux accomplis, de C. Savigny (1587). Paris, Biblioteca Nacional, p.93*
9. *Biblioteca da Universidade de Leiden, de J.C. Woudanus. Gravada por W. Swanenburgh (1610). Biblioteca da Universidade de Leiden, p.99*
10. *Frontispício do Museum Wormianum, gravura de G. Wingendorp (1655). Biblioteca da Universidade de Cambridge (M.13.24). p.101*
11. *a) Frontispícios de Francis Bacon, Instauratio magna (gravura, 1620. Biblioteca da Sorbonne, foro de Jean-Loup Charme; Fonds V. Cousin, 5525 Rés) e
b) Silva Sylvarum (gravura, 1627. Biblioteca da Universidade de Cambridge, LE 24.25). p. 106-7*
12. *O espião (entalhe, séc. XVII). Cortesia da Scuola Grande di San Rocco, Veneza. p.115*
13. *România (detalhe), de J. Castaldus, in Ortelius, Theatrum orbis terrarum (Antuérpia, 1570). p.123*

Prefácio e Agradecimentos

Este livro se baseia em quarenta anos de estudo dos primeiros textos modernos, bem como em obras secundárias. As notas de referência e a bibliografia, porém, se limitam às obras dos autores modernos, deixando as fontes primárias para discussão no próprio texto. Embora mais atenção seja dada às estruturas e tendências do que aos indivíduos, é impossível discutir um tema como este sem apresentar centenas de nomes, e os leitores encontrarão no índice remissivo as datas e breve descrição de cada pessoa mencionada no texto.

O estudo aqui publicado é decorrente de um longo projeto que resultou em muitos artigos, assim como em conferências e seminários apresentados em Cambridge, Delfos, Louvain, Lund, Oxford, Pequim, São Paulo e São Petersburgo. Depois de longo tempo em fogo brando, o projeto foi finalmente levado à ebulição pelo convite para proferir a primeira série das Conferências Vonhoff na Universidade de Gronmgen.

Agradeço especialmente a Dick de Boer por me receber em Groningen e por me lembrar da importância das mudanças no sistema de conhecimento nos séculos XIII e XIV. Agradeço também a Daniel Alexandrov, Alan Baker, Moti Feingold, Halil Inalcik. Alan Macfarlane, Dick Pels, Vadim Volkoff e Jay Winter por ajudas de tipos distintos, e a Joanna Innes por me permitir consultar seu artigo clássico — embora ainda não publicado — sobre o uso da informação pelo governo britânico.

Sou devedor de Chris Bayly, Francisco Bethencourt, Ann Blair, Gregory Blue, Paul Connerton, Brendan Dooley, Florike Egmond, José Maria González García, John Headley, Michael Hunter, Neil Kenny, Christel Lane, Peter Mason, Mark Phillips, John Thompson e Zhang Zilian por comentários sobre partes do manuscrito. Minha mulher Maria Lúcia leu o manuscrito na íntegra e levantou algumas questões utilmente embaraçosas, sugerindo também aperfeiçoamentos. O livro é dedicado a ela.

I - Sociologias e Histórias do Conhecimento

Introdução

O que é conhecido sempre parece sistemático, provado, aplicável e evidente para aquele que conhece. Da mesma forma, todo sistema alheio de conhecimento sempre parece contraditório, não provado, inaplicável, irreal ou místico.

FLECK

Segundo alguns sociólogos, vivemos hoje numa “sociedade do conhecimento” ou “sociedade da informação”, dominada por especialistas profissionais e seus métodos científicos.¹ Segundo alguns economistas, vivemos numa “economia do conhecimento” ou “economia da informação”, marcada pela expansão de ocupações produtoras ou disseminadoras de conhecimento.² O conhecimento também se tomou uma questão política importante, centrada no caráter público ou privado da informação, e de sua natureza mercantil ou social.³ Historiadores do futuro decerto poderão se referir ao período em torno do ano 2000 como a “era da informação”.

Ironicamente, ao mesmo tempo em que o conhecimento invade a cena dessa maneira, sua confiabilidade é questionada por filósofos e outros de maneira cada vez mais radical, ou pelo menos em voz muito mais alta do que antes. O que costumávamos pensar como tendo sido descoberto é hoje descrito muitas vezes como “inventado” ou “construído”.⁴ Mas pelo menos os filósofos concordam com os economistas e com os sociólogos em definir nosso próprio tempo em termos de sua relação com o conhecimento.

Não devemos nos precipitar supondo que nossa época é a primeira a levar a sério essas questões. A mercantilização da informação é tão velha quanto o capitalismo (e é discutida no capítulo 6). O uso, por parte dos governos, de informações sistematicamente coletadas sobre a população é, em termos literais, história antiga (particularmente história antiga romana e chinesa). Quanto ao ceticismo relativo às pretensões ao saber, remonta pelo menos ao filósofo grego Pirro.

O objetivo destas observações não é substituir uma teoria bruta da revolução por uma teoria igualmente bruta da continuidade. Um dos principais objetivos deste livro é tentar definir as peculiaridades do presente de modo mais preciso, abordando-o da perspectiva das tendências de longo prazo. Os debates correntes muitas vezes estimulam os historiadores a formularem novas perguntas sobre o passado. Na década de 1920, a inflação crescente provocou a ascensão da história dos preços. Nas décadas de 50 e 60, a explosão populacional incentivou a pesquisa em história demográfica. Nos anos 90, há um interesse crescente pela história do conhecimento e da informação.

Passemos agora do conhecimento na sociedade ao tema complementar e oposto do elemento social no conhecimento. Um propósito deste livro pode ser formulado numa única palavra: “desfamiliarização”. A esperança é atingir o que o crítico russo Viktor Shklovsky descreveu como *ostranenie*, uma espécie de distanciamento que faz com que o que era familiar pareça estranho e o que era natural, arbitrário.⁵ O objetivo é nos tornarmos (tanto escritor quanto leitores) mais conscientes do “sistema de conhecimento” em que vivemos, descrevendo e analisando sistemas que mudaram no passado. Quando se habita um sistema, ele aparece em geral como “senso comum”. É só pela comparação que podemos vê-lo como um sistema entre outros.⁶ Como disse o cientista polonês Ludwik Fleck, “o que é conhecido sempre parece sistemático, provado, aplicável e evidente para aquele que conhece. Da mesma forma, todo sistema alheio de conhecimento sempre parece contraditório, não provado, inaplicável, irreal ou místico”.⁷

A ideia segundo a qual o que os indivíduos acreditam ser verdade ou conhecimento é influenciado, se não determinado, por seu meio social não é nova. Nos primórdios da era moderna — para mencionar apenas três exemplos famosos — a imagem dos “ídolos” da tribo, caverna, mercado e teatro, de Francis Bacon, as observações sobre a “arrogância das nações” (em outras palavras, etnocentrismo), de Giambattista Vico, e o estudo da relação entre as leis dos diferentes países e seus climas e sistemas políticos, de Charles de Montesquieu, expressam essa intuição fundamental de maneiras diferentes e serão discutidas mais detalhadamente adiante (187).⁸ De todo modo, passar da intuição para o estudo organizado e sistemático é muitas vezes um movimento difícil, que pode levar séculos para se consumir. Esse foi certamente o caso do que hoje é conhecido como “sociologia do conhecimento”.

O surgimento da sociologia do conhecimento

Como empreendimento organizado, a sociologia do conhecimento remonta ao começo do século XX.⁹ Mais exatamente, pelo menos três empreendimentos semelhantes tiveram início em três países diferentes: França, Alemanha e Estados Unidos. Por que teria surgido uma preocupação especial com a relação entre conhecimento e sociedade nesses três países em particular é um problema interessante para a própria sociologia do conhecimento.

Na França, onde Auguste Comte já pleiteara uma história social do conhecimento, uma “história sem nomes”, Emile Durkheim e seus seguidores, notadamente Marcel Mauss, estudavam a origem social de categorias fundamentais ou “representações coletivas”, como espaço e tempo, sagrado e profano, a categoria de pessoa e assim por diante, em outras palavras, atitudes tão fundamentais que as pessoas não sabem que as têm.¹⁰ O que era novo era o exame sistemático das categorias “primitivas” sobre as quais viajantes e filósofos tinham comentado em séculos anteriores, e também a conclusão geral de que as categorias sociais são projetadas sobre o mundo natural, de modo que a classificação das coisas reproduz a classificação das pessoas.¹¹

Dessa ocupação durkheimiana com as representações coletivas se originaram vários estudos importantes, incluindo alguns sobre a Grécia antiga e também um livro sobre as

categorias fundamentais do pensamento chinês, do sinólogo francês Marcel Granet.¹² De modo semelhante, os historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre produziram notáveis análises das “mentalidades coletivas” ou pressupostos compartilhados. Bloch adotou essa abordagem em seu estudo da crença nos poderes curativos dos reis da França e da Inglaterra, e Febvre em sua análise do assim chamado “problema da descrença” no século XVI, argumentando que o ateísmo era impensável naquele tempo.¹³

Nos Estados Unidos, Thorstein Veblen, mais conhecido por suas teorias do consumo conspicuo e da “classe ociosa”, também estava interessado na sociologia do conhecimento. Como convinha a um antigo aluno de Charles Peirce e colega de John Dewey, dois filósofos pragmáticos que vinham criticando os pressupostos da “correspondência” entre a realidade e o que dizemos sobre ela, Veblen estava interessado na sociologia da verdade. Estava particularmente preocupado com a relação de grupos sociais e instituições específicas com o conhecimento. Nessa área, é responsável por três contribuições importantes.

A primeira, publicada em 1906, considerava o lugar da ciência na civilização moderna, argumentando que o moderno “culto à ciência”, como o chamava, inclusive a inclinação pelas explicações impessoais em lugar das antropomórficas, era uma consequência do surgimento da indústria e da tecnologia das máquinas. Num estudo sobre o mundo acadêmico norte-americano, Veblen iluminou os escuros desvãos do sistema universitário com sua tocha sociológica, comparando os acadêmicos a outros “guardiões” do “conhecimento esotérico”, como os “padres, xamãs, curandeiros”, observando que, dentro do grupo, esse conhecimento esotérico é considerado verdade universal, “embora seja evidente para qualquer estranho que ele deriva seu caráter, alcance e método dos hábitos de vida do grupo”.

Finalmente, num ensaio sobre a “preeminência intelectual dos judeus na Europa moderna” (1919), Veblen sugeriu que essa preeminência ou criatividade atingira seu apogeu no século XIX, exatamente no momento em que muitos judeus começavam a ser assimilados à cultura cristã. Acreditava que essa assimilação ainda estava incompleta, pois muitos intelectuais judeus rejeitavam sua própria herança cultural sem aceitar completamente a dos gentios. Sua posição na fronteira de dois mundos culturais os tornara céticos “por força das circunstâncias” (ver p.37), uma vez que os ídolos de sua própria tribo se haviam “desintegrado”, e eles não tinham qualquer incentivo particular para aceitar os ídolos dos gentios. Sua independência em relação às ideias consideradas verdadeiras no mundo à sua volta encorajava esses intelectuais de extração judaica a se tomarem inovadores intelectuais.

Neste último caso, a percepção de Veblen sem dúvida derivava de sua própria posição marginal, em parte deliberadamente escolhida, mas em parte resultado do fato de que ele era filho de camponeses emigrantes da Noruega, origem étnica e social pouco comum entre os intelectuais norte-americanos de seus dias.¹⁴ De modo típico, o marginal Veblen não deixou uma escola em sentido estrito, embora tenha inspirado sucessores, como veremos (ver p. 18).¹⁵

Na Alemanha dessa época, havia mais interesse pela sociologia das ideias, ora seguindo as ideias de Karl Marx, ora delas divergindo. O estudo de Weber do que ele chamava de “ética protestante”, por exemplo (publicado originalmente em 1904), situava esse sistema de valores em seu contexto social e também propunha uma teoria sobre suas

consequências econômicas. Sua teoria da burocracia (ver p. 110) foi também uma contribuição à sociologia do conhecimento, mesmo não sendo apresentada como tal. Outros sociólogos na Alemanha, em especial Max Scheler e Karl Mannheim (que começou sua carreira na Hungria e a encerrou na Inglaterra), argumentavam mais ou menos ao mesmo tempo que Weber que as ideias são socialmente “situadas” e formadas por visões de mundo ou “estilos de pensamento”. Esses estilos de pensamento eram associados a períodos, a nações e (para Mannheim, mas não para Scheler), a gerações e classes sociais.

Mannheim, por exemplo, contrastava dois estilos europeus de pensamento que se desenvolveram nos séculos XVIII e XIX. De um lado, o estilo francês, liberal e universalista, considerando a sociedade do ponto de vista de uma razão imutável. Do outro o estilo germânico, conservador e “historicista”, no sentido de experimentar o mundo como mudança e de usar a história e não a razão ou a religião para dar sentido à experiência. O interesse de Mannheim não era o de apoiar ou condenar qualquer dos estilos, mas simplesmente observar que os interesses sociais de um dado grupo deixam seus membros sensíveis a certos aspectos da vida social. Sobre essa base, desenvolvem uma “ideologia” particular.¹⁶

Mesmo assim, segundo Mannheim, os intelectuais eram vistos como um “estrato relativamente sem classe”. Eram uma “intelligentsia flutuante” (*freischwebende Intelligenz*), expressão que Mannheim tomou emprestada de Alfred Weber, irmão do mais famoso Max, mas também um sociólogo importante. O fato de serem relativamente independentes da sociedade — a qualificação “relativamente” é muitas vezes esquecida pelos críticos de Mannheim — permite que os intelectuais vejam as tendências sociais mais claramente do que outras pessoas.¹⁷

Foi o grupo alemão que batizou seu empreendimento como “sociologia do conhecimento” (*Soziologie des Erkennens, Wissensoziologie*), descrição que soava um tanto estranha e que sem dúvida tinha a intenção de chocar o público. É relativamente fácil aceitar a ideia de uma história ou uma sociologia da ignorância, embora existam relativamente poucos estudos nessa área.¹⁸ Uma análise social dos obstáculos no caminho de nossa descoberta da verdade, ao estilo de Francis Bacon, também não é difícil de aceitar. O que é mais perturbador é a ideia de uma sociologia do conhecimento, uma vez que conhecer é o que os filósofos chamam de um “verbo positivo”: o que conhecemos, por oposição a aquilo em que acreditamos, é verdade por definição. A ideia de uma explicação social da verdade, do tipo formulado por Karl Marx e Friedrich Nietzsche, ainda tem poder de chocar, como demonstrou o caso da discussão dos “regimes de verdade” por Foucault na década de 1980. Na de 1990, intitular um livro sobre a ciência do século XVII de “história social da verdade” ainda soava como uma provocação deliberada.¹⁹

O renascimento da sociologia do conhecimento

Depois desse começo auspicioso, o estudo do conhecimento virtualmente secou ou pelo menos se tornou menos produtivo que outros campos da sociologia nos três países mencionados. A figura mais notável entre 1930 e 1960 foi o norte-americano Robert

Merton, e sua obra sobre a relação entre puritanismo e ciência, a despeito da grande atenção dispensada a instituições como a Royal Society, era basicamente um desenvolvimento das ideias de Max Weber sobre puritanismo e capitalismo.²⁰ O sociólogo polonês Florian Znaniecki, que emigrou para os EUA, seguiu as pegadas de Veblen e publicou um estudo sobre o *O papel social do homem de saber* (1940), mas depois dedicou-se a outros campos. Em Paris, o emigrado russo Georges Gurvitch parecia decidido a revitalizar o tema no começo da década de 60, mas morreu antes de poder fazer mais que um esboço de seu programa.²¹ *A construção social da realidade* (1966), obra conjunta de um sociólogo norte-americano e um austríaco, Peter Berger e Thomas Luckmann, foi bem recebida e poderia ter sido mais influente, mas seus autores não lhe deram continuidade com estudos substantivos na ampla perspectiva da sociologia do conhecimento que defendiam. O principal estímulo para a renovação veio de fora da sociologia, sobretudo de Claude Lévi-Strauss, na antropologia, de Thomas Kuhn, na história da ciência, e de Michel Foucault, na filosofia.

Lévi-Strauss revitalizou o interesse pela classificação em seus estudos sobre o totemismo e, em termos mais gerais, sobre o que chamou de “pensamento selvagem” (*la pensée sauvage*), definido como concreto por oposição a abstrato. Onde os ocidentais distinguem entre “natureza” e “cultura”, por exemplo, os mitos ameríndios, segundo Lévi-Strauss, são construídos em torno da oposição entre o “cru” e o “cozido”.²² Foucault, que conhecia história da medicina e era formado em filosofia, gradualmente ampliou seus interesses. Inventou todo um vocabulário — “arqueologia”, “genealogia”, “regime” e assim por diante — para discutir a relação entre conhecimento e poder em diferentes níveis, desde o micronível da família até o macronível do Estado, e também para analisar os vários espaços ou “lugares” do conhecimento — clínicas, escolas etc.²³ Quanto a Kuhn, chocou ou estimulou seus colegas ao afirmar que revoluções científicas são recorrentes na história e que têm uma “estrutura” ou ciclo de desenvolvimento semelhante, originando-se na insatisfação com uma teoria ou paradigma ortodoxo e terminando na invenção de um novo paradigma que passa a ser visto como “ciência normal” até que outra geração de pesquisadores por sua vez não se satisfaça com esse conhecimento convencional.²⁴

O tema do conhecimento atraiu a atenção de muitos dos principais teóricos da sociedade e da cultura da última geração. Próximo ao final de sua carreira, Norbert Elias, antigo assistente de Mannheim, estudou o processo de autonomia intelectual e também formulou o que chamou de uma “teoria dos *establishments* científicos”.²⁵ Jürgen Habermas discutiu a relação entre conhecimento, interesses humanos e esfera pública.²⁶ Pierre Bourdieu trouxe o conhecimento de volta para o mapa da sociologia numa série de estudos sobre “prática teórica”, “capital cultural” e o poder de instituições como as universidades para definir o que conta e o que não conta como conhecimento legítimo.²⁷

Bourdieu recebeu formação de antropólogo, e outros antropólogos contribuíram de maneira importante para este campo. Clifford Geertz, por exemplo, dedicou vários ensaios a problemas de saberes locais, informação e senso comum, colocando-os sob o microscópio no sentido de examiná-los no contexto das comunidades face a face que estudou no campo.²⁸ Jack Goody estudou caminhos alternativos para o conhecimento em culturas orais e letradas, enquanto o falecido Ernest Gellner, seu colega, analisava as relações cambiantes entre as esferas econômica, política e intelectual, que descrevia como sistemas de produção,

coerção e cognição.²⁹ Seria fácil acrescentar outros nomes a esta lista, e também outras disciplinas, da geografia à economia.³⁰

Como é comum nos renascimentos, os participantes da “nova sociologia do conhecimento”, como já foi chamada, às vezes exageram a distância que os separa de seus predecessores.³¹ Foucault, Bourdieu e Lévi-Strauss têm uma dívida considerável com Durkheim e seu interesse pelas categorias e pelas classificações, embora, como a maioria dos pensadores criativos, trabalhem dentro de mais de uma tradição e se distanciem de seus mestres. O debate sobre a relação entre conhecimento e interesses continua.³² A abordagem “microscópica”, por nova que pareça, já era defendida por Karl Mannheim e praticada por Ludwik Fleck antes da Segunda Guerra Mundial.³³ Quanto ao poder de definir que espécie de conhecimento é legítimo, sublinhado na obra de Bourdieu, sua importância já era óbvia para o satírico vitoriano que pôs na boca de Benjamin Jowett (ver p.25) O dito segundo o qual “o que eu não conheço não é conhecimento”.

A despeito dessas qualificações, a segunda geração da sociologia do conhecimento é diferente da primeira em suas ênfases, particularmente quatro. Em primeiro lugar, a ênfase passou da aquisição e transmissão do conhecimento para sua “construção”, “produção” ou mesmo “manufatura”, mudança que faz parte de uma inclinação pós-estruturalista ou pós-moderna na sociologia e em outras disciplinas.³⁴ Há menos insistência sobre a estrutura social e mais sobre os indivíduos, sobre a linguagem e sobre práticas como a classificação e o experimento. Há menos ênfase na economia e mais na política do conhecimento e nos “detentores do conhecimento”.³⁵

Em segundo lugar, esses detentores do conhecimento são vistos como um grupo maior e mais variado do que antes. Os conhecimentos práticos, locais ou cotidianos, bem como as iniciativas dos intelectuais, são hoje levados a sério pelos sociólogos, especialmente os da escola dita “etnometodológica”.³⁶

Um terceiro aspecto pelo qual a nova sociologia do conhecimento difere da antiga é seu maior interesse pela microsociologia, pela vida intelectual cotidiana de pequenos grupos, círculos, redes ou “comunidades epistemológicas”, vistas como as unidades fundamentais que constroem o conhecimento e conduzem sua difusão por certos canais.³⁷ Seguindo os passos de Foucault, essas comunidades epistemológicas são frequentemente estudadas nos microespaços em que operam, de laboratórios a bibliotecas.³⁸ Dessa maneira a nova abordagem está próxima da antropologia, e a expressão “antropologia do conhecimento” ganhou uso regular.³⁹

Em quarto lugar, quando a escola alemã de sociologia afirmava que o conhecimento era socialmente situado, pensava acima de tudo na classe social (embora pelo menos Mannheim também levasse em consideração as gerações).⁴⁰ Na fase atual, por outro lado, dedica-se maior atenção ao gênero e à geografia.

No caso do gênero, houve uma série de estudos sobre a “corrida de obstáculos” enfrentada pelas acadêmicas, quer sua ambição fosse tornar-se cientistas ou humanistas, embora ainda haja necessidade de um estudo comparativo do grau de exclusão das mulheres da vida intelectual em diferentes lugares, momentos e disciplinas.⁴¹ Sob o aspecto positivo, as feministas afirmam que o gênero ajuda a constituir a experiência, de modo que há “modos femininos de conhecer”.⁴²

Os geógrafos passaram a interessar-se pela distribuição espacial do conhecimento e, não menos importante, o fato de que ele deixava de ser distribuído e permanecia restrito a certos grupos em certos lugares.⁴³ Curiosamente, a contribuição mais famosa para a geografia do conhecimento é de autoria de um crítico literário. Num trabalho que provocou considerável debate, Edward Said, seguindo Foucault, analisou o “orientalismo”, em outras palavras, o conhecimento ocidental do Oriente Médio, como instituição a serviço do imperialismo.⁴⁴

Embora seu autor seja um historiador social e cultural, este livro se baseia em muitas dessas abordagens para tentar corrigir a especialização e consequente fragmentação tão característica de nosso próprio mundo de conhecimento.

A história social do conhecimento

Até agora, relativamente poucos historiadores levaram a sério a sociologia do conhecimento. Uma das exceções foi James Harvey Robinson, líder do movimento norte-americano da “nova história” no começo do século XX. Robinson era amigo de Thorstein Veblen. Seu apoio à tese de doutoramento de Martha Ornstein sobre o papel das sociedades científicas no século XVII (ver p.43) se originou da pergunta que ele se fazia sobre “que papel os vetustos e respeitados centros de ensino — as universidades — desempenharam no avanço do conhecimento. Pode ter havido um laivo de malícia premeditada na pergunta — alguma referência à obra sobre *O saber erudito*, de seu amigo Veblen, por muito tempo recusada” (o livro tinha sido escrito em torno de 1908, mas só foi publicado 10 anos mais tarde).⁴⁵

Mas Robinson não teve mais seguidores nessa direção. Entre as décadas de 1920 e 1950, alguns acadêmicos marxistas, do russo Boris Hessen ao inglês Joseph Needham, tentaram escrever histórias sociais da pesquisa científica, mas foram de certo modo obscurecidos pelos principais historiadores da ciência. Foi só a partir da década de 60 que se tornou normal examinar a ciência de um ponto de vista social. Pouco se escreveu sobre as ciências sociais, e menos ainda sobre as humanidades, dessa perspectiva, e o que foi escrito se concentra nos séculos XIX e XX e não no início do período moderno.⁴⁶

A percepção dessa lacuna na literatura acadêmica foi uma das razões de minha escolha deste tema. Trata-se de um ensaio, ou uma série de ensaios, sobre um tema tão amplo que qualquer exame que não adotasse uma forma deliberadamente provisória seria não apenas demonstração de falta de modéstia, mas também tarefa impossível de realizar. Devo confessar uma predileção por estudos breves de temas amplos, que tentem estabelecer conexões entre diferentes lugares, temas, períodos ou indivíduos, para reunir pequenos fragmentos num grande quadro. No entanto, a necessidade de um livro como este é particularmente óbvia numa área que não é normalmente vista como um campo específico, mas como uma pluralidade de disciplinas ou subdisciplinas como bibliografia, história da ciência, história da leitura, história intelectual, história da cartografia e história da historiografia (meu tema original de pesquisa).

Quem quer que argumente que o conhecimento é socialmente situado certamente vê-se obrigado a situar a si mesmo (a). Alguns de meus vieses, resultados de classe, gênero, nação e geração, sem dúvida ficarão logo aparentes. Aqui simplesmente confesso que o título deste livro foi escolhido em homenagem a Mannheim, cuja obra despertou meu interesse pelo tema há quarenta anos, ainda que eu me tenha afastado gradativamente de sua orientação. O livro tenta uma história social informada pela teoria, as teorias “clássicas” de Emile Durkheim e de Max Weber tanto quanto as formulações mais recentes de Foucault e de Bourdieu. Os capítulos II e III oferecem uma espécie de sociologia do conhecimento retrospectiva, o capítulo IV, uma geografia do conhecimento, o capítulo V, uma antropologia. O sexto discute a política do conhecimento, o sétimo, sua economia, o oitavo adota uma orientação mais literária, e a coda levanta algumas questões filosóficas.

A despeito dessa intromissão em outras disciplinas, deve ficar claro para os leitores deste estudo que ele é obra de um historiador, essencialmente um historiador dos primórdios da Europa moderna. Os limites cronológicos do livro são o Renascimento e o Iluminismo. Os limites tanto espaciais quanto temporais serão transgredidos uma ou outra vez, para estabelecer comparações e contrastes, mas o livro é mesmo uma história do conhecimento no princípio da Europa moderna.

O início do período moderno será definido como os séculos de Gutenberg a Diderot, em outras palavras, a partir da invenção da imprensa com tipos móveis na Alemanha em torno de 1450 até a publicação da *Enciclopédia* de 1750 em diante. A *Enciclopédia* é uma reunião da informação disponível em sua época, e também uma vívida ilustração tanto da política como da economia do conhecimento. Quanto às ligações entre o conhecimento e a imprensa, serão discutidas mais de uma vez nas páginas que seguem. Basta aqui dizer que a importância do novo meio não se limitou à difusão mais ampla do conhecimento e à publicidade de conhecimentos relativamente privados ou mesmo secretos (de segredos técnicos a segredos de Estado). A imprensa também facilitou a interação entre diferentes conhecimentos, tema recorrente neste estudo. Ela padronizou o conhecimento ao permitir que pessoas em lugares diferentes lessem os mesmos textos ou examinassem imagens idênticas. Também estimulou o ceticismo, como o capítulo IX sugere, ao permitir que a mesma pessoa comparasse e contrastasse explicações alternativas e incompatíveis do mesmo fenômeno ou evento.⁴⁷

O que é conhecimento?

A pergunta “O que é conhecimento?” é quase tão difícil de responder quanto a pergunta mais famosa “O que é verdade”? Mannheim foi muitas vezes criticado por apresentar categorias, valores e observações como socialmente determinados sem fazer distinções entre eles. Também precisamos distinguir entre conhecimento e informação, “saber como” e “saber o quê”, e o que é explícito e o que é tido como certo. Por uma questão de conveniência, este livro usará o termo “informação” para referir-se ao que é relativamente “cru”, específico e prático, e “conhecimento” para denotar o que foi “cozido”, processado ou sistematizado pelo pensamento. Não é preciso dizer que a distinção é relativa, dado que

nossos cérebros processam tudo o que percebemos, mas a importância da elaboração e da classificação do conhecimento é um tema que se repetirá adiante (especialmente no cap. V).

O que será discutido nas páginas que seguem é o que as pessoas no início da Modernidade consideravam como conhecimento — e não o que este autor ou seus leitores porventura considerem como tal. Portanto, o conhecimento da magia, da bruxaria, dos anjos e demônios faz parte do estudo. As primeiras concepções modernas do conhecimento são obviamente centrais para a história social do conhecimento e serão discutidas em detalhe. Neste ponto basta observar a percepção da existência de várias espécies de conhecimento, envolvida na distinção entre *ars* e *scientia*, por exemplo (mais próxima da nossa distinção entre “prática” e “teoria” do que entre “arte” e “ciência”), ou no uso de termos como “saber”, “filosofia”, “curiosidade” e seus equivalentes nas diferentes línguas europeias. Os entusiastas dos novos tipos de conhecimento, que eventualmente os descreveram como “conhecimento verdadeiro”, algumas vezes descartaram o conhecimento tradicional como “jargão” vazio ou “pedantismo” inútil. Uma história dos conceitos, *Begriffsgeschichte* como é chamada em alemão, é parte indispensável deste empreendimento. Essa história se ocupa não só do surgimento de palavras novas como indicador de novos interesses e atitudes, mas também das mudanças no significado de termos mais antigos, substituindo-os em seus campos linguísticos, examinando os contextos sociais em que eram usados e recuperando suas associações originais.⁴⁸

Um pressuposto tradicional que tentarei evitar no que segue é o do progresso intelectual ou, como é às vezes chamado, “crescimento cognitivo”. Tal conceito pode ser útil na medida em que se referir a uma sociedade inteira, àquilo que pessoas diferentes — as que contribuem para uma enciclopédia, por exemplo — sabem entre si. Seria difícil negar um elemento cumulativo na história do conhecimento nos primórdios da Europa moderna. Multiplicavam-se obras de referência, expandiam-se bibliotecas e enciclopédias, e mais recursos se tornavam disponíveis a cada século para aqueles que buscavam conhecimento sobre um tópico particular (cap. VIII).

A sabedoria, por outro lado, não é cumulativa, mas tem de ser adquirida mais ou menos penosamente por cada indivíduo. Mesmo no caso do conhecimento, houve e ainda há tanto retrocesso quanto progresso ao nível individual. A crescente especialização em escolas e universidades em particular durante o século XX, produziu estudiosos com um conhecimento bem mais limitado que o dos antigos (ainda que a menor amplitude tenha sido compensada pela maior profundidade). Hoje, conhecimentos alternativos competem por nossa atenção e cada escolha tem seu preço. Quando as enciclopédias são atualizadas, informações desaparecem para dar espaço a outras, de tal forma que para alguns propósitos é melhor consultar a décima primeira edição da *Enciclopédia britânica* (1910-11) e não a edição corrente. No início da Europa moderna, uma “explosão do conhecimento” se seguiu à invenção da imprensa, aos grandes descobrimentos e à chamada “revolução científica”. Contudo, essa acumulação de conhecimentos criava novos problemas ao mesmo tempo em que resolvia outros, outro tema que se repetirá nas próximas páginas.

Desnecessário dizer que meu próprio conhecimento do conhecimento é incompleto, e que será necessário limitar o empreendimento não só cronológica e geograficamente, mas também socialmente. O livro se originou como uma série de conferências e pretende ser um reconhecimento de um vasto terreno intelectual, um ensaio mais que uma enciclopédia. A

limitação virtual deste livro a formas dominantes do conhecimento merece uma explicação mais detalhada.

A pluralidade de conhecimentos

Este livro se baseia em sua maior parte em textos que foram publicados nos séculos XVI, XVII e XVIII. Tenta evitar o grafocentrismo, incluindo o conhecimento oral, e também o logocentrismo, tratando as imagens (inclusive mapas e ilustrações) como meios de transmitir conhecimento. Objetos materiais, de conchas a moedas e de crocodilos empalhados a estátuas, também serão mencionados de tempos em tempos, pois eram colecionados com entusiasmo no período, classificados e exibidos em gabinetes e museus.⁴⁹ Práticas não verbais — construir, cozinhar, tecer, curar, caçar, cultivar a terra etc. — também fazem parte dessa definição de conhecimento. Mas resta uma grande pergunta. O tema deste estudo trata do conhecimento de quem?

No início da Europa moderna, as elites frequentemente identificavam o conhecimento com o conhecimento que detinham, e às vezes argumentavam, como o cardeal Richelieu em seu *Testamento político*, que o conhecimento não devia ser transmitido às pessoas do povo para evitar que ficassem descontentes com sua posição na vida. O humanista espanhol Luis Vives expressava um ponto de vista pouco comum ao admitir que os “camponeses e artesãos conhecem a natureza melhor do que muitos filósofos” (*melius agricolae et fabri norunt quam ipsi tanti philosophi*).⁵⁰

Hoje, depois do que pode ser considerado como uma “reabilitação” do saber local e do conhecimento cotidiano, deve ter ficado óbvio que há “conhecimentos” no plural em toda cultura, e que a história social, como a sociologia, deve se ocupar “de tudo o que passa por conhecimento na sociedade”.⁵¹ Uma maneira de distinguir entre os conhecimentos é por suas funções e usos. O sociólogo Georges Gurvitch, por exemplo, distinguia sete tipos de conhecimento: perceptivo, social, cotidiano, técnico, político, científico e filosófico.⁵²

Outra perspectiva, mais próxima da história social, distingue entre os conhecimentos produzidos e transmitidos por diferentes grupos sociais. Os intelectuais são os detentores de certos tipos de conhecimento, mas outros campos de especialização ou de know-how são cultivados por grupos como burocratas, artesãos, camponeses, parteiras e curandeiros. Esses campos de conhecimento implícito atraíram recentemente alguma atenção dos historiadores, especialmente no contexto do imperialismo e da contribuição dos habitantes nativos para conhecimentos que os governantes, cartógrafos e médicos europeus proclamavam como seus.⁵³

A maioria dos estudos sobre o conhecimento se ocupa do conhecimento das elites, ao passo que os estudos de cultura popular (inclusive o meu, de 1978) têm relativamente pouco a dizer sobre seu elemento cognitivo, o conhecimento popular ou cotidiano.⁵⁴ Também neste livro a ênfase, seguindo as fontes, recairá sobre as formas dominantes ou mesmo “acadêmicas” de conhecimento, sobre o “cultivado” como era frequentemente chamado nos primórdios da Modernidade. De todo modo, será feita uma tentativa séria de

situar o conhecimento acadêmico num contexto mais amplo. A competição, o conflito e as trocas entre os sistemas intelectuais das elites acadêmicas e o que se poderia chamar de “conhecimentos alternativos” serão um tema recorrente neste estudo.⁵⁵ Os conflitos são particularmente claros no caso da medicina, tal como praticada por charlatães, curandeiros itinerantes ou mulheres.⁵⁶ Para um exemplo concreto podemos voltar-nos para as *Observações esparsas*, publicadas em 1609 pela parteira parisiense Louise Bourgeois, que se descrevia como “a primeira mulher em meu ramo de atividade que tomou a pena para descrever o conhecimento que Deus me deu”.

Se quisesse causar sensação, eu declararia neste ponto que as chamadas revoluções intelectuais dos primórdios da Europa moderna — o Renascimento, a Revolução Científica e o Iluminismo — não foram mais que o surgimento à luz do dia (e mais especialmente em palavra impressa) de certos tipos de conhecimento popular ou prático, com a conseqüente legitimação por certas instituições acadêmicas. Tal afirmação, por exagerada que seja, não seria mais unilateral que o pressuposto mais convencional que identifica conhecimento com o saber dos acadêmicos. O conhecimento colhido pelos europeus em outros continentes, por exemplo, nem sempre foi resultado da observação direta da natureza e da sociedade, tendo muitas vezes dependido de informantes locais (ver cap. IV).

Em busca de um exemplo das interações entre os acadêmicos e os artesãos podemos nos voltar para a Itália renascentista. Na Florença do início do século XV, por exemplo, o humanista Leonbattista Alberti tinha frequentes conversas com o escultor Donatello e o engenheiro Filippo Brunelleschi. Sem a ajuda desses especialistas teria sido difícil para ele escrever seus tratados sobre pintura e arquitetura. Especialistas na arquitetura do Renascimento discutiram a interação entre as tradições artesanais dos mestres de obras e o conhecimento humanista dos patronos, que às vezes encomendavam suas casas com cópias do Vitrúvio nas mãos. De fato, é difícil imaginar como o texto desse antigo tratado romano sobre arquitetura poderia ter sido editado e ilustrado, como o foi na Itália renascentista, sem algum tipo de colaboração entre conhecedores do latim clássico e conhecedores da arte da construção. Quando o texto foi editado e traduzido pelo patricio veneziano Daniele Barbaro, em 1556, o foi com a ajuda do arquiteto Palladio, que fora treinado como pedreiro.⁵⁷

Em inúmeros campos, homens e mulheres práticos, assim como acadêmicos, tinham algo com que contribuir para o conhecimento impresso.⁵⁸ O livro do humanista Georg Agricola sobre mineração (1556) obviamente deve muito ao conhecimento oral dos mineiros de Joachimsthal, onde ele ganhava a vida como médico. Montaigne chegou a ponto de afirmar, em seu notável ensaio sobre os canibais, que o testemunho de um homem simples, *homme simple et grossier*, sobre suas experiências no Novo Mundo pode ser mais confiável que o das *fines gens*, com seus caprichos e preconceitos.

Em relação às humanidades, a economia enquanto disciplina (discutida p. 96) não surgiu do nada. Envolveu não só a elaboração de novas teorias, mas também a atribuição de respeitabilidade acadêmica ao conhecimento prático dos mercadores, um conhecimento originalmente oral que passou a circular impresso cada vez mais impientemente nos séculos XVI e XVII, em tratados como o *Discurso sobre o comércio* (1665), de Sir Josiah Child, comerciante londrino que viria a ser diretor da Companhia das Índias Orientais.

Houve trocas semelhantes entre a teoria política e a prática política, ainda que a um certo preço. Maquiavel provocou grande tumulto ao estabelecer de forma explícita e teórica

algumas regras que os negociantes tinham por vezes discutido em seus encontros, e os governantes tinham seguido na prática. *O príncipe*, documento confidencial que Maquiavel apresentara a um dos Medici na esperança de impulsionar sua carreira, foi publicado em 1532, poucos anos depois da morte do autor.⁵⁹ Francis Bacon tinha boa parte de razão em seu *Avanço do conhecimento* (1605), embora tenha sido um tanto injusto com seu antecessor Maquiavel ao declarar que “o saber relativo à negociação e aos negócios não foi até aqui reunido por escrito”.

Em outro exemplo, o conhecimento da pintura e de suas técnicas, que passou a ser chamado de “*connoisseurship*”, foi um conhecimento transmitido oralmente que começou a aparecer sob forma impressa no século XVI, notadamente nas *Vidas* de artistas, de Giorgio Vasari, publicadas por primeira vez em 1500. Um lembrete das interações entre teoria e prática nesse período está preservado no vocabulário da filosofia. “Empirismo” deriva de *empiric*, termo inglês tradicional para designar os praticantes da medicina alternativa, homens e mulheres ignorantes da teoria. Em seu *Avanço do conhecimento*, Francis Bacon condenou os “médicos empíricos” que não conheciam nem as verdadeiras causas de uma doença, nem o método verdadeiro de curá-la, mas era um crítico igualmente severo dos filósofos escolásticos que deduziam suas conclusões sem dar atenção ao mundo cotidiano. “O modo verdadeiro, ainda não tentado”, segundo o *Novo órgão* (1620), de Bacon, era não seguir nem a formiga empírica, coletando dados de modo aleatório, nem a aranha escolástica, armando uma teia a partir de si mesma, mas sim a abelha, que tanto coleta quanto digere. Importava começar “a partir dos sentidos e particulares” e elevar-se, por etapas, a conclusões gerais (Aforismos XIX, XCV). Esse modo intermediário, discutido no capítulo IX do presente livro, é o que hoje chamamos de “empirismo”, equivalente ao francês *empirisme*, termo cunhado em 1736 e discutido no artigo sobre o tema no empreendimento baconiano que foi a *Enciclopédia*.

Existe uma ligação entre a epistemologia empirista de Bacon e sua crença — partilhada por Luis Vives, que tentara reformar o sistema de conhecimento um século antes — de que mesmo os sábios poderiam ter algo a aprender com as pessoas comuns. A Royal Society de Londres seguiu a tradição baconiana e publicou descrições dos conhecimentos especializados ou segredos de diferentes ocupações e ofícios. A questão era, como disse numa mistura característica de latim e alemão o polímata Gottfried Leibniz, “reunir teóricos e empíricos num casamento feliz” (*Theoricis Empiricis felici connubio zu conjungiren*).

Denis Diderot foi outro admirador de Bacon nesse particular. Seu interesse pelo conhecimento dos artesãos tanto como pelo dos *philosophes* é visível na *Enciclopédia*, por exemplo no verbete “Arte”, onde a distinção entre as artes liberais e as mecânicas (ver cap.V) é descrita como inadequada por rebaixar o status de pessoas apreciáveis e úteis. Assim como a Royal Society, Diderot e seus colaboradores tornaram públicos os conhecimentos dos artesãos na *Enciclopédia*, obra que era aparentemente útil em certas situações práticas. O verbete sobre fundição de canhões (“*Alésoir*”), por exemplo, foi utilizado por um conselheiro do sultão otomano para manufaturar artilharia na década de 1770.⁶⁰

Dentro do contexto de intercâmbios desse tipo, este estudo se concentra nas formas dominantes de conhecimento, particularmente aquele possuído pelos intelectuais europeus. Mas

quem eram os intelectuais nos primórdios da Europa moderna? Este problema será discutido no próximo capítulo.

II - O Ofício do Saber: os Letrados Europeus

Saber... uma vocação ... dotando-nos de uma luz para enxergar mais longe que os outros homens.

BARROW

Primeiro eu; meu nome é Jowett.

Não há conhecimento senão o meu.

Sou o senhor desta escola.

O que eu não conheço não é conhecimento.

H.C. BEECHING

Este capítulo se ocupa dos principais descobridores, produtores e disseminadores de conhecimento nos primórdios da Europa moderna. Esses descobridores, produtores e disseminadores são muitas vezes chamados de “intelectuais”. Karl Mannheim os descreveu como os grupos sociais que, em toda sociedade, “têm a tarefa especial de formular uma interpretação do mundo para essa sociedade”. Numa expressão famosa, já citada (p.14), chamou-os de “intelligentsia flutuante”, um “estrato sem âncoras, relativamente sem classe”.¹

Continuidades e discontinuidades

Diz-se frequentemente que os intelectuais só surgiram em meados do século XIX na Rússia, quando a palavra “intelligentsia” foi cunhada para referir-se aos homens de letras que não queriam ou não conseguiam encontrar posições na burocracia. Por outro lado, a ascensão do grupo é datada do fim do século XIX, no decurso do debate francês sobre a culpa ou inocência do capitão Dreifuss, com o *Manifesto dos intelectuais* a seu favor.² Outros historiadores, particularmente Jacques Le Goff, falam de intelectuais na Idade Média, pelo menos em relação às universidades.³ Esses desacordos são em parte questões de definição, mas também revelam uma importante diferença de opinião sobre o peso relativo da mudança e da continuidade na história cultural da Europa.

Uma visão comum sobre os intelectuais de hoje é que eles são descendentes da intelligentsia radical do século XIX, que são descendentes dos *philosophes* do Iluminismo, que são uma versão secular do clero protestante, ou descendentes dos humanistas do Renascimento. Tal visão é excessivamente “voltada para o presente”, no sentido de perscrutar o passado em busca de pessoas mais ou menos semelhantes a nós mesmos.

Michel Foucault não foi a primeira pessoa a enxergar o presentismo e a continuidade como problemáticos, mas continua sendo o crítico mais radical desses pressupostos comuns.

Uma história dos intelectuais à maneira de Foucault poderia discutir a descontinuidade entre a intelligentsia do século XIX, que desejava derrubar o antigo regime, e os *philosophes* do século XVIII, que queriam reformar o seu. Poderia também apontar a distância entre os *philosophes* anticlericais e o clero puritano inglês do século XVII, que já foi apresentado como o primeiro exemplo histórico de “intelectuais radicais” numa sociedade tradicional, “livres de conexões feudais”.⁴ Contudo, aos olhos desses puritanos, sua verdadeira e genérica vocação ou “chamamento” não era o saber nem a atividade política, que eram simples meios para um fim mais elevado, a religião. Seu ideal era o do “santo”, e esse objetivo levou alguns deles a expressarem atitudes anti-intelectuais.⁵ Outra descontinuidade afasta o clero protestante de seus predecessores, os humanistas do Renascimento, e outra ainda separa, entre os intelectuais medievais de Le Goff, os humanistas dos filósofos escolásticos, a que tantas vezes denunciaram.

Para evitar confusão, pode ser boa ideia seguir os passos de Samuel Coleridge e Ernest Gellner, e descrever os especialistas no conhecimento como “letrados”.⁶ O termo será empregado algumas vezes a seguir para descrever grupos sociais cujos membros se consideravam “homens de saber” (*docti, eruditi, savants, Gelehrten*), ou “homens de letras” (*literati, hommes de lettres*). Neste contexto, *lettres* quer dizer cultura e não literatura (donde a necessidade do adjetivo em *belles-lettres*).

Do século XV ao XVIII, os acadêmicos se referiam regularmente a si mesmos como cidadãos da “República das Letras” (*Respublica litteraria*), afirmação que expressava a sensação de pertencerem a uma comunidade que transcendia as fronteiras nacionais. Tratava-se essencialmente de uma comunidade imaginária, mas que desenvolvia costumes próprios, como a troca de cartas, livros e visitas, para não mencionar modos ritualizados pelos quais os mais jovens demonstravam respeito pelos colegas mais velhos, que podiam ajudar a lançar suas carreiras.⁷

O objetivo deste capítulo é discutir o que um notável ensaio sociológico de 1940 apresentou como “o papel social do homem de saber”.⁸ Hoje, a expressão levanta a questão sobre as mulheres de saber naquele tempo. Elas estavam mais ou menos “excluídas” da busca do saber, como observara o filósofo francês do século XVII Poulain de La Barre em seu tratado *A igualdade aos dois sexos* (1673).

É verdade que existiram ao longo do período mulheres de letras ou “damas instruídas”, embora a expressão “*bluestocking*” [literata] não tenha sido cunhada até o final do século XVIII. Entre as mais famosas delas estão Christine de Pisan, autora de *A cidade das mulheres*, no século XV; Marie Le Jars de Gournay, que editou os *Ensaio de Montaigne*, estudou alquimia e escreveu um tratado sobre a igualdade de homens e mulheres; a universal Anne-Marie Schuurman, que viveu na República Holandesa, assistia a conferências na Universidade de Utrecht e escreveu um tratado sobre a aptidão das mulheres para o estudo; e a rainha Cristina da Suécia, que chamou René Descartes, Hugo Grotius e outros sábios para sua corte em Estocolmo e, após a abdicação, fundou a Academia Físico-Matemática em Roma.

Mesmo assim, as mulheres não participavam da República das Letras nos mesmos termos que os homens. Era fato extremamente raro que estudassem nas universidades. Podiam aprender latim com parentes ou com algum tutor privado, mas se tentassem entrar no círculo dos humanistas, por exemplo, poderiam ser repelidas, como no caso das italianas Isotta Nogarola e Cassandra Fedele, no século XV. Isotta foi para um convento depois de exposta ao ridículo pelo que os homens viam como suas pretensões intelectuais.⁹

Mulheres também fizeram parte da Revolução Científica e do Iluminismo. Margaret Cavendish, duquesa de Newcastle, assistia a reuniões da Royal Society e publicou suas opiniões filosóficas. Voltaire escreveu seu *Ensaio sobre as maneiras* para a marquesa de Châtelet, a fim de persuadi-la de que a história era tão digna de estudo como a filosofia natural, que ela preferia. Também nessas áreas a posição das mulheres era marginal. Bernard de Fontenelle escreveu seus diálogos sobre a pluralidade dos mundos para um público feminino, e Francesco Algarotti publicou um tratado chamado *Newtonismo para damas* na suposição um tanto condescendente de que mulheres inteligentes poderiam entender a nova ciência caso lhes fosse explicada em termos simples.¹⁰

A Idade Média

O exemplo de Heloísa, que era aluna de Abelardo antes de se tornar sua amante, nos faz lembrar que mulheres de saber já eram encontradas no século XII. Foi nessa época que os letrados europeus se tornaram visíveis no mundo fora dos mosteiros pela primeira vez desde a Antiguidade tardia. Esse desenvolvimento, como o das universidades, resultou da crescente divisão do trabalho associada ao surgimento das cidades.

Os letrados incluíam um grupo de estudiosos leigos cultos, em geral médicos e advogados. Direito e medicina eram as duas profissões seculares cultas, com lugar assegurado dentro da universidade medieval e com status no mundo fora dela.¹¹ Eram grupos corporativos, às vezes organizados em colégios (como o Colégio dos Médicos de Londres, fundado em 1518), empenhados em manter o monopólio do conhecimento e da prática contra competidores não oficiais.

Na Idade Média, porém, a maioria dos professores e alunos das universidades era constituída por membros do clero, muitas vezes membros de ordens religiosas, principalmente dominicanos, que contavam com o mais famoso dos professores medievais, Tomás de Aquino. Pesquisadores acadêmicos do porte de Alberto Magno e Roger Bacon eram frades. Os estudantes frequentemente iam de universidade em universidade, de modo que formavam um grupo internacional, conscientes — como mostram suas canções latinas — de sua diferença em relação aos habitantes normais da cidade em que lhes acontecia viver. Quanto aos professores, eram principalmente o que descrevemos como filósofos e teólogos “escolásticos”, embora não usassem esse termo e se referissem a si mesmos como “homens de letras” (*virii litterati*), clérigos (*clerici*), mestres (*magistri*), ou filósofos (*philosophi*). Alguns desses homens de letras, como o inglês João de Salisbury, no século XII, encontravam-se nas cortes.¹²

Quanto à palavra “escolásticos” (*scholastici*), era uma expressão desdenhosa inventada pelos seguidores de um currículo universitário de estilo novo, as “humanidades” (ver cap.V). Os professores desse novo currículo eram apelidados de “humanistas” (*humanistae*) e o termo se espalhou, primeiro na Itália e, depois, em outras partes da Europa. Esses humanistas eram um novo tipo de letrados. Alguns estavam nas ordens religiosas, mas muitos eram leigos, e ensinavam em escolas ou universidades, ou atuavam como tutores privados, ou, ainda, dependiam da liberalidade de seus patronos ou mecenas. Para alguns deles, o ensino era uma sina e não uma vocação, e um humanista italiano escrevia entristecido a outro ao final do século XV: “Eu, que até recentemente gozava da amizade de príncipes, acabei, graças a minha má estrela, por abrir uma escola.” A baixa remuneração geral dos professores nas escolas e universidades, à exceção da de algumas estrelas, principalmente nas escolas de direito, torna fácil entender essa reação. Ensinar oferecia um modo de ganhar a vida com o conhecimento, mas não era uma boa vida.¹³

O uso crescente da palavra “humanista” sugere que, pelo menos nas universidades, o ensino das humanidades gerava uma identidade comum entre os professores. As sociedades ou academias fundadas por esses humanistas (instituições que serão discutidas no cap.III) também sugerem o aparecimento de uma identidade coletiva.¹⁴

As consequências da impressão tipográfica

Uma das principais consequências da invenção da prensa tipográfica foi ampliar as oportunidades de carreira abertas aos letrados. Alguns deles se tornaram letra-dos-impresores, como Aldo Manutius em Veneza.¹⁵ Outros trabalhavam para os impresores, por exemplo corrigindo provas, fazendo índices, traduzindo ou mesmo escrevendo por encomenda de editores-impresores. Ficou mais fácil, embora ainda fosse difícil, seguir a carreira de “homem de letras”. Erasmo, pelo menos, teve sucesso suficiente com seus livros para se libertar da dependência de patrões. Norbert Elias retrata os humanistas em geral e Erasmo em particular, à maneira de Mannheim, como exemplos do intelectual flutuante, sua autonomia ligada à oportunidade de “distanciar-se” de todos os grupos sociais em seu mundo.¹⁶

Em Veneza particularmente, um grupo de escritores com educação humanista conseguia sustentar-se com suas penas em meados do século XVI, escrevendo tanto e sobre tal variedade de assuntos que vieram a ser conhecidos como *poligraphi* (ver cap.VII) Figuras semelhantes podiam ser encontradas em Paris, Londres e outras cidades no final do século XVI, produzindo, entre outras publicações, cronologias, cosmografias, dicionários e outros guias para o conhecimento.

Oportunidades em Igrejas e Estados

Os grupos até aqui mencionados não esgotam as oportunidades abertas aos homens de saber no século XVI. A Reforma acrescentou outra. A ideia de Martinho Lutero de um sacerdócio de todos os crentes originalmente parecia tomar supérfluo o clero. Seu colega ainda mais radical da Universidade de Wittenberg, Andréas Karlstadt, chegou a ponto de sugerir a abolição dos graus acadêmicos. Mas Lutero despontou a tempo de sustentar a ideia de um clero culto que pregasse o Evangelho ao povo, sendo a esse respeito seguido por Calvino e outros reformadores protestantes. Do lado católico, a fundação de seminários a partir de meados do século XVI mostra cuidado semelhante com a educação dos párocos.¹⁷ Parte do clero educado nessas instituições parece ter se dedicado aos estudos como vocação, ainda que continuassem a servir suas paróquias, como no caso do pastor luterano Paulo Bolduan, compilador pioneiro de bibliografias temáticas. Dessa maneira, as igrejas podem ser consideradas, à sua revelia, fundadoras da vida de estudos como carreira.

O aumento do número de estudantes no século XVI e início do XVII resultou em parte da nova função da universidade como instituição de treinamento para o clero das paróquias, e também da crescente demanda dos governos por funcionários formados em direito. Em meados do século XVII, a oferta de estudantes começava a exceder a demanda por seus serviços, e substancial proporção de graduados se frustrava em suas aspirações. Em Nápoles, estudantes tomaram parte na famosa revolta contra a Espanha em 1647-8. Em certa ocasião, 300 estudantes armados marcharam pelas ruas em protesto contra um aumento nas despesas com o doutorado. No caso da Inglaterra, chegou a ser sugerido que esses “intelectuais alienados” foram em parte responsáveis pela Revolução Inglesa.¹⁸

Alguns homens de letras formados pela universidade acharam emprego como secretários de governantes, aristocratas ou eruditos. Importantes humanistas italianos, incluindo Leonardo Bruni, Poggio Bracciolini e Lorenzo Valla, foram secretários de papas. A ocupação não era nova, mas o número de tratados explicando como desempenhar a tarefa sugere que sua importância aumentou no período, quando aumentava a circulação de documentos tanto para os governantes quanto para os nobres (ver cap.VI)¹⁹ em geral. Na Suécia, o final do século XVI entrou para a história como a época do “poder dos secretários”, homens de pouco berço, como Jöran Persson, filho de um clérigo. Persson, que era mais um conselheiro que um escriturário, era o braço direito do rei Erik XIV até que seus inimigos aristocratas o fizeram ser condenado à morte. Na Espanha, onde o poder dos secretários era ainda mais óbvio nessa época, sob Filipe II, o termo “letrado” (derivado de *litteratus*) entrou em uso para designar os advogados a serviço do rei, homens de letras por oposição aos homens de armas que tradicionalmente cercavam o rei. Seu papel era dar bons conselhos, função política principal dos letrados em muitas culturas.²⁰

Homens de saber também podiam tomar um secretário ou amanuense a seu serviço. Erasmo, por exemplo, empregava Gilbert Cousin, também um estudioso, e entre os secretários de Francis Bacon figurava o jovem Thomas Hobbes. Os embaixadores também tinham seus assistentes, às vezes homens de letras como Amelot de la Houssaie, secretário do embaixador francês em Veneza, que usou sua posição para se informar sobre os bastidores do funcionamento do Estado veneziano, conhecimento que mais tarde publicou (ver p.134). No século XVII, passou a existir a função de secretário de sociedades de estudos. Bernard de Fontenelle era secretário da Academia Francesa de Ciências, Henry

Oldenburg, da Royal Society, Formey, da Academia de Berlim, e Per Wilhelm Warentin, da Academia Sueca. A posição às vezes incluía um salário, como no caso de Oldenburg.

Em meados do século XVII, era cada vez mais comum, embora ainda arriscado, que escritores e estudiosos conseguissem se manter graças a uma mistura de patrocínio e publicações. Uma análise abrangendo 559 escritores franceses em atividade entre 1643 e 1665 sugere que, com estratégias adequadas, era possível fazer carreira em literatura — no sentido amplo do termo, incluindo dicionários e obras de história, e também as peças de Racine e os poemas de Boileau.²¹

A ruptura com a tradição não deve ser exagerada. Subsídios reais continuavam sendo uma fonte importante de renda. Luís XIV, por exemplo, concedia pensões generosas não apenas a Boileau e a outros poetas, mas também ao astrônomo Gian-Domenico Cassini e ao filólogo Charles Du Cange. Advogados, como Nicholas de Peiresc e John Selden, e médicos, como Theodor Zwinger e Ole Worm, continuaram a contribuir para o conhecimento em seu tempo livre. O número de escritores que eram membros do clero ou pelo menos viviam às suas margens continuava significativo. Podem mesmo ter sido a maioria na época de Luís XIV.²² Até o final do período deste estudo, e mesmo além dele, proporção substancial das obras cultas publicadas ainda era escrita por membros do clero.

Diferenciação estrutural

Por volta de 1600, era claro um processo de diferenciação estrutural entre os letrados europeus. Os escritores formavam um grupo semi-independente, sendo sua crescente autoconsciência marcada, como na França do século XVII, pelo uso cada vez mais frequente de termos como *auteur* [autor] e *écrivain* [escritor].²³ Um grupo pequeno mas influente pode ser apresentado na linguagem de nossos dias como “intermediários da informação”, porque punham estudiosos de diferentes lugares em contato entre si, ou como “administradores do conhecimento”, porque tentavam organizar o material, além de coletá-lo. Alguns de seus nomes se repetirão nestas páginas, entre eles Francis Bacon, Jean-Baptiste Colbert, Denis Diderot, Samuel Hartlib, Gottfried Wilhelm Leibniz, Marin Mersenne, Gabriel Naudé, Henry Oldenburg, Théophraste Renaudot.²⁴

Os professores universitários começavam a formar um grupo distinto, especialmente no mundo de língua alemã — onde havia mais de 40 universidades na segunda metade do século XVIII, sem contar outras instituições de educação superior. Eram muitas vezes leigos, e muitas vezes filhos ou genros de outros professores. Seu senso de uma identidade distinta é revelado pelo crescente cuidado com os títulos e as vestes acadêmicas, e também pelo surgimento de galerias exibindo retratos de professores na Universidade de Uppsala e outras. Como Benjamin Jowett na Oxford do século XIX, diretor do Balliol College de 1870 a 1893 (e alvo dos versos que figuram na epígrafe a este capítulo), o professorado do início da modernidade incorporava a autoridade intelectual.

Os letrados do período começavam a ver seu trabalho como uma vocação. Na Inglaterra do início do século XVII, mais de dois séculos antes da famosa reflexão de Max

Weber sobre o t3pico, Isaac Barrow, diretor do Trinity College em Cambridge, discutia o estudo *como* voca33o ou “chamamento” em seu tratado *Da ind3ustria*, argumentando que o “neg3cio” dos acad3micos era “encontrar a verdade” e “alcan3ar o conhecimento”. Por “conhecimento” Barrow entendia n3o a informa33o sobre “quest3es 3bvias e vulgares”, mas sobre “temas sublimes, abstrusos e intrincados, distantes da observa33o e do senso comuns”. Membros de profiss3es cultas espec3ficas 3s vezes viam seu trabalho como uma voca33o, inclusive o historiador alem3o Johann Sleidan e o historiador franc3s Henri de La Popelini3re.²⁵

Com essa diferencia33o social no mundo do saber surgiram conflitos entre diferentes grupos. De meados do s3culo XVII em diante, por exemplo, havia ataques cada vez mais vigorosos ao que os ingleses chamavam de “os sacerdotes”, em outras palavras um ataque 3 autoridade de um grupo de homens de saber, afirmando que enganavam as pessoas comuns.²⁶ Tais ataques teriam sido desnecess3rios se o clero n3o continuasse a ser uma for3a poderosa no mundo cultivado, mas teriam sido imposs3veis sem a exist3ncia de um corpo substancial de eruditos leigos, comprometidos com um novo ideal, o da autonomia, ou como diziam na 3poca “imparcialidade”, no sentido de uma dist3ncia cr3tica de partidos tanto na Igreja quanto no Estado (s3o no fim do s3culo XVIII as pessoas come3aram a falar sobre o conhecimento como “objetivo”). Os advogados e m3dicos t3m come3aram a ser atacados como vers3es seculares do clero, defendendo seus monop3lios com a ajuda de linguagens que n3o podiam ser entendidas por seus clientes.²⁷

Uma vez mais, a 3nfase francesa nas *lettres* e no vern3culo, de meados do s3culo XVI em diante, contrastava com o interesse alem3o pela cultura latina e a *Gelehrtheit*. Os alem3es achavam os franceses superf3ciais, e os franceses achavam os alem3es pedantes. Nobres amadores, ou *virtuosi*, como eram chamados na It3lia (e t3m t3m na Inglaterra, em fins do s3culo XVII, estudassem eles arte, antiguidades ou as obras da natureza), 3s vezes olhavam com sobranceria os professores e escritores profiss3ionais. Numa frase que lembra Mannheim (mas escrita quase trezentos anos antes), o historiador da rec3m-fundada Royal Society, Thomas Sprat, afirmava a import3ncia do papel dos nobres na pesquisa em filosofia natural precisamente porque eram “livres e desimpedidos”. A descri33o de alguns estudiosos franceses como *curieux* dava a impress3o, e pretendia dar essa impress3o, de que o que os estimulava era a curiosidade intelectual desinteressada.²⁸

A partir de 1700 aproximadamente, passou a ser poss3vel seguir uma carreira intelectual n3o s3o como professor ou escritor, mas t3m t3m como membro assalariado de certas organiza33es dedicadas 3 acumula33o do conhecimento, notadamente as Academias de Ci3ncias fundadas e financiadas em Paris, Berlim, Estocolmo e S3o Petersburgo, ainda que a limita33o dos fundos dispon3veis em geral levasse os que os recebiam a complementar seus sal3rios com outras formas de emprego. Consideremos ou n3o esses homens como “cientistas” (termo que s3o foi cunhado no s3culo XIX), a ascens3o desse grupo foi certamente um momento significativo na hist3ria dos letrados europeus. Alguns dos membros do grupo escolheram conscientemente sua ocupa33o de prefer3ncia a uma carreira tradicional na universidade.²⁹

Indiv3duos da estatura de Gottfried Leibniz e Isaac Newton dirigiam sociedades de eruditos, combinando esses postos com outras ocupa33es. Leibniz, por exemplo, tinha atividade de bibliotec3rio, outra carreira que crescia em import3ncia no in3cio do per3odo

moderno. Estudiosos-bibliotecários incluíam Bartolommeo Platina, no Vaticano, no século XV; Hugo Blotius, em Viena, no século XVI; Gabriel Naudé, em Roma e em Paris, no século XVII; Daniel Mohrof, em Kiel, no século XVII; Burkhard Struve, em Iena, no século XVIII; e o historiador Ludovico Muratori, em Módena, no século XVIII. Bibliotecários desse período foram descritos como “mediadores” fundamentais na República das Letras. Muitas vezes também eruditos, traziam a informação aos olhos de seus colegas e relutavam mais que a maioria deles em abandonar o ideal de um conhecimento universal.³⁰

Outra alternativa ao trabalho nas universidades era servir a algum governante, como conselheiro ou como historiador oficial. Esse tipo de posição já aparece na Idade Média, mas seu número aumentou com o surgimento dos Estados mais centralizados no início do período moderno, incluindo conhecidos estudiosos e escritores como Jean Racine (historiador de Luís XIV), John Dryden (de Carlos II), Samuel Pufendorf (dos governantes da Prússia e da Suécia) e até Voltaire (de Luís XV). A esse grupo podemos acrescentar um pequeno número de homens de letras que fizeram carreira aconselhando governos no que poderíamos chamar de “assuntos culturais” ou “propaganda”. Na França de Luís XIV, por exemplo, o poeta e crítico Jean Chapelain, Charles Perrault (mais conhecido hoje como escritor de contos de fadas) e outros formavam uma “pequena academia” que estudava como apresentar a melhor imagem pública do monarca.³¹ Alguns estudiosos alemães, como Herman Conring (ver p.87) e Burkhard Struve se desdobravam como professores universitários e conselheiros do príncipe local. Como funcionários chineses, ganhavam poder na base da distinção intelectual. Começava a ascensão dos mandarins alemães.³²

Identidades de grupo

A publicação de livros como *O homem de letras* (1645, muito reeditado e traduzido), do jesuíta italiano Daniele Bartoli, ou o “ensaio” do marquês d’Alembert sobre o mesmo tema (1752) sugere que a identidade de grupo dos letrados se tomava cada vez mais forte, a despeito da diferenciação e dos conflitos. A *Enciclopédia* trazia um verbete sobre “*Gens de lettres*”, que enfatizava não se tratar de especialistas estritos, mas de pessoas “capazes de abordar diferentes campos ainda que não possam cultivá-los em sua totalidade” (*en état de porter leurs pas dans ces différents terrains, s’ils ne peuvent les cultiver tous*). O médico suíço do século XVIII Simon Tissot chegou a escrever um livro sobre os riscos específicos para a saúde na profissão das letras (1766).

Os mandarins alemães preferiam o título de “homem de saber” (*Gelehrte*), ou “polímata” (*Polyhistor*). Na Alemanha do século XVII, essas pessoas eram às vezes consideradas uma ordem ou classe social (*der Gelehrten Stand*). Um sinal de sua autoconsciência coletiva foi a publicação de *Polyhistor* (1688), de Daniel Morhof, um guia do conhecimento da época, que foi reeditado muitas vezes, assim como seu concorrente, a *Introdução ao conhecimento do saber* (1704), de Burkhard Struve. Outro foi o aparecimento de coleções de biografias como o *Gelehrten-Lexicon* [*Dicionário dos homens de saber*] (1715), organizado pelo professor Johann Burchard Mencke, e o *Ehrentempel der Deutsche Gelehrsamkeit* [*Templo de honra do saber alemão*] (1747), organizado pelo

filósofo Jakob Brucker. Outro sinal ainda de autoconsciência foi a declaração do crítico Johann Christoph Gottsched de que os estudiosos em ação eram tão livres quanto os governantes, “não reconhecendo ninguém como superior, apenas a razão e uma pena mais poderosa” (*die Vernunft und eine mächtigere Feder*).³³ Ao final do período, o jovem Goethe, estudante na Universidade de Leipzig, se impressionava com o elevado status dos professores.

Os letrados europeus também se definiam como cidadãos da República das Letras, expressão que remonta ao século XV, mas que passou a ser empregada com frequência crescente de meados do século XVII em diante. *Nouvelles de la Republique des Lettres* era o título de uma revista fundada em 1684, dentre o número crescente de revistas eruditas ou culturais publicadas a partir de 1660 que ajudavam a criar uma nova identidade para seus leitores: o *Journal des Savants* (1665), as *Philosophical Transactions* (1665), da Royal Society, o *Giornale de'letterati* (1668), de Roma, as *Acta Eruditorum* (1682), de Leipzig, e muitas outras.³⁴

As *Nouvelles* eram editadas por Pierre Bayle, que tem sido apresentado como o intelectual arquetípico do período. Bayle era um professor calvinista francês que emigrou para a República Holandesa para fugir à perseguição aos protestantes pelo regime de Luís XIV. Ensinou em Roterdã por algum tempo e depois passou a viver do que escrevia. Graças a seu lugar na história dos dicionários e na das notas de pé de página, e também na história do ceticismo, o nome de Bayle se repetirá no decorrer deste estudo.³⁵

Como Bayle, diversos pastores calvinistas também emigraram da França a essa altura, depois da revogação, em 1685, do edito real que permitia liberdade de culto aos protestantes. Ao descobrir que a oferta do clero calvinista superava a demanda por pastores e pregadores, alguns deles se voltaram para a profissão das letras e em particular para a imprensa periódica (ver cap. VII). Esses ex-pastores figuram entre os primeiros “jornalistas”, termo que apenas começava a ser usado em francês, inglês e italiano por volta de 1700 para designar os que escreviam em revistas cultas ou literárias, por oposição aos *gazetiers*, de menor status, que relatavam as notícias em base diária ou semanal. A imprensa continuava assim a gerar novas profissões.³⁶

No século XVIII, os jornalistas se tornaram cada vez mais influentes, com a proliferação de periódicos. As recompensas para os principais homens de letras, inclusive historiadores, aumentavam (ver cap.VIII). Na Inglaterra, Alexander Pope foi apresentado como o primeiro homem de letras independente, sendo logo seguido por Samuel Johnson.³⁷ Na França, *philosophes* como Diderot e outros que contribuíram para a *Enciclopédia* seguiram o exemplo de Bayle e Johnson produzindo obras de referência para poderem viver da pena, ainda que o uso de uma enciclopédia como suporte de um projeto político fosse grande novidade.

Os exemplos conhecidos de sucesso literário não nos devem fazer esquecer do “subterrâneo literário”, ou *Grub Street*, como era chamada na Inglaterra do século XVIII, em outras palavras, o mundo dos escritores empobrecidos e sem sucesso, descritos por Voltaire como “o rebotalho da literatura” (*la canaille de la littérature*).³⁸ Apesar disso, de um ponto de vista comparativo, o que é notável é a ascensão, em muitas partes da Europa, em meados do século XVIII, de um grupo de homens de letras mais ou menos independentes, com ideias políticas próprias, concentrados em algumas cidades

importantes, sobretudo Paris, Londres, Amsterdã e Berlim, e em contato regular entre si. A referência às “muitas partes” da Europa tem por objetivo lembrar o fato de que, no mundo da cristandade ortodoxa ou oriental, os letrados eram ainda quase todos membros do clero, à exceção de um grupo ínfimo de homens de saber “ocidentalizados”, como Dimitri Cantemir (príncipe da Moldávia e membro da Academia de Berlim), ou Mikhail Lomonosov, o grande polímata russo, que começou seu aprendizado num seminário mas se transferiu para a escola da Academia de Ciências de São Petersburgo em 1736.

O Islã e a China

O caso dos letrados ocidentais não é único. No Islã, por exemplo, os *ulemàs* (em outras palavras, os especialistas em *ilm*, “conhecimento”) tinham há muito uma posição honrosa na sociedade, fosse como professores nas escolas anexas às mesquitas (as *madrasas*), como juizes ou como conselheiros dos governantes. Como no Ocidente medieval, esses letrados estavam associados à religião (incluindo as leis sagradas). Não constituíam um clero no sentido cristão, porque os muçulmanos rejeitam a possibilidade de uma mediação entre o indivíduo e Deus.³⁹ Alguns estudiosos ganharam reputação internacional, como no caso de Ibn Sina (“Avicena”) e Ibn Rushd (“Averroés”), ambos conhecidos no Ocidente na Idade Média.

Assim como na Europa ocidental, no início do Império Otomano, os estudantes começavam a ter expectativas de emprego na *ulemá* ou “hierarquia erudita” depois de completar seus estudos, e a frustração dessas expectativas em meados do século XVII levou a protestos em Istambul de forma semelhante ao que aconteceu em Oxford e Nápoles.⁴⁰ O grande contraste entre os estudiosos muçulmanos e seus equivalentes europeus era um contraste entre meios de comunicação. Como vimos, a imprensa oferecia muitas oportunidades aos homens de letras europeus. O mundo do Islã, por outro lado, rejeitava a imprensa e continuou sendo até aproximadamente 1800 um mundo de comunicação oral ou manuscrita.⁴¹

Na China, a posição dos *shen-shih* ou “nobreza erudita” era ainda mais honrosa, pois foi esse grupo que (com alguma concorrência dos eunucos e outros) administrou o Estado para o imperador durante quase 2.000 anos. Durante grande parte desse período, a elite política, magistrados e mandarins, era escolhida com base em concursos em diferentes níveis (o distrito, a prefeitura, a província e, finalmente, a metrópole). Os candidatos eram isolados em cubículos individuais no local do concurso. Suas respostas, em geral comentários sobre clássicos do confucionismo, eram avaliadas por examinadores que não conheciam a identidade dos candidatos. O sistema estava mais próximo de uma “meritocracia” do que qualquer outro nos primórdios do mundo moderno.⁴²

O crescente interesse ocidental pela China (ver p.173), incluía uma viva curiosidade sobre os letrados (conhecidos na Europa como os *literati*), não sem uma ponta de inveja. Em sua famosa *Anatomia da melancolia* (1621), Robert Burton, um *don* (notável) de Oxford, oferece o que chama de “uma utopia própria”. Em sua comunidade ideal, os magistrados seriam escolhidos por concurso, “como os *literati* na China”. Um artigo nas

Philosophical Transactions da Royal Society (julho de 1666) levanta as mesmas questões fundamentais numa resenha de uma nova descrição da China, ao notar que “sua nobreza vem da cultura e do conhecimento, sem consideração de sangue ou parentesco”. Era por essa razão que François Quesnay, o reformador francês do século XVIII, queria imitar o sistema chinês de concursos, e Voltaire estava entre os que admiravam os mandarins, a que chamava de funcionários letrados (*fonctionnaires lettrés*). O sistema chinês bem pode ter inspirado a introdução dos concursos para o serviço público na França, Prússia e Inglaterra, no século XIX.⁴³

A breve discussão sobre os letrados no princípio da Europa moderna — tema que seguramente merece um estudo específico — talvez seja suficiente para indicar a dificuldade de definir sua identidade sem levar em consideração os diferentes tipos de instituições em que seguiram suas carreiras. Examinar essas instituições e suas contribuições ao conhecimento é o propósito do próximo capítulo.

O crescente interesse ocidental pela China (ver p.173), incluía uma viva curiosidade sobre os letrados (conhecidos na Europa como os *literati*), não sem uma ponta de inveja. Em sua famosa *Anatomia da melancolia* (1621), Robert Burton, um *don* (notável) de Oxford, oferece o que chama de “uma utopia própria”. Em sua comunidade ideal, os magistrados seriam escolhidos por concurso, “como os *literati* na China”. Um artigo nas *Philosophical Transactions* da Royal Society (julho de 1666) levanta as mesmas questões fundamentais numa resenha de uma nova descrição da China, ao notar que “sua nobreza vem da cultura e do conhecimento, sem consideração de sangue ou parentesco”. Era por essa razão que François Quesnay, o reformador francês do século XVIII, queria imitar o sistema chinês de concursos, e Voltaire estava entre os que admiravam os mandarins, a que chamava de funcionários letrados (*fonctionnaires lettrés*). O sistema chinês bem pode ter inspirado a introdução dos concursos para o serviço público na França, Prússia e Inglaterra, no século XIX.⁴³

A breve discussão sobre os letrados no princípio da Europa moderna — tema que seguramente merece um estudo específico — talvez seja suficiente para indicar a dificuldade de definir sua identidade sem levar em consideração os diferentes tipos de instituições em que seguiram suas carreiras. Examinar essas instituições e suas contribuições ao conhecimento é o propósito do próximo capítulo.

III - A Consolidação do Conhecimento: Antigas e Novas Instituições

Nos costumes e instituições de escolas, academias, colégios e corpos semelhantes, destinados a abrigar homens de saber e ao cultivo do conhecimento, tudo parece adverso ao progresso do conhecimento.

BACON

Gutenberg não era livre-docente, nem Colombo, professor.

SCHÖFFLER

Segundo Karl Mannheim, como vimos (ver p. 14), as convicções da “intelligentsia flutuante” (*freischwebende Intelligenz*) estão menos sujeitas a pressões sociais que as de outros grupos. Essa afirmação provocou a resposta do economista Josef Schumpeter de que o intelectual de Mannheim não passava de um “feixe de preconceitos”.¹ Certo ou errado, é inevitável levarmos em consideração o fato de que a maioria dos primeiros letrados modernos, como dos intelectuais modernos, não flutuava completamente livre, estando vinculada a instituições como as universidades. O contexto institucional do conhecimento é parte essencial de sua história. As instituições desenvolvem impulsos sociais próprios, além de estarem sujeitas a pressões externas. A tendência a inovar e seu contrário, a tendência a resistir à inovação, têm particular importância para este estudo da história social do conhecimento.

Antes de voltar nossa atenção para o início da Europa moderna, pode ser esclarecedor trazer duas teorias gerais para a discussão, que se ocupam, respectivamente, da sociologia da inovação intelectual e da reprodução cultural. A primeira, associada a Thorstein Veblen (ver p.13), estuda os *outsiders*, os indivíduos e grupos à margem da sociedade. Em seu ensaio sobre “a preeminência intelectual dos judeus na Europa moderna”, Veblen explica essa preeminência, como vimos, pela posição dos intelectuais judeus na fronteira de dois mundos culturais, posição que encorajaria o ceticismo e a autonomia, adequando-os a se tornarem o que outro sociólogo, o italiano Vilfredo Pareto, chamou de “especuladores” intelectuais.³

Pareto contrasta esses especuladores com o tipo social oposto, os “assalariados” intelectuais, que trabalham dentro dos quadros de referência da tradição. A segunda teoria, associada a Pierre Bourdieu, lida com a produção desse tipo de intelectual pelas instituições acadêmicas, e com a tendência dessas instituições a se reproduzirem a si mesmas, construindo e transmitindo o que ele chama de “capital cultural”. Em outras palavras, elas apostam no capital investido. Observação semelhante foi feita por Norbert Elias em termos

dos de *establishments*. Num ensaio curto e penetrante, Elias descreve os departamentos acadêmicos como detentores “de certas características dos Estados soberanos”, e passa a analisar sua competição por recursos e suas tentativas de estabelecer monopólios e excluir os *outsiders*.⁴ Estratégias semelhantes de monopolização e exclusão podem ser encontradas na história das profissões — o clero, os advogados e os médicos, a que se juntam, no século XIX, engenheiros, arquitetos, contadores etc.

Seria pouco prudente supor que essas duas teorias, que tanto parecem combinar, sejam universalmente aplicáveis sem qualificações. Mesmo assim, pode ser útil tê-las em mente no decorrer deste breve exame da organização do saber entre 1450 e 1750.

A teoria de Bourdieu e Elias parece funcionar muito bem para o final da Idade Média. Como vimos, o surgimento das cidades e das universidades foi simultâneo em toda a Europa a partir do século XII. As instituições-modelo de Bolonha e Paris foram seguidas por Oxford, Salamanca (1219), Nápoles (1224), Praga (1347), Pavia (1361), Cracóvia (1364), Louvain (1425) e muitas outras. Em 1451, quando Glasgow foi fundada, eram aproximadamente cinquenta as universidades em operação. Essas universidades eram corporações. Tinham privilégios legais, inclusive autonomia, o monopólio da educação superior em suas regiões, e cada uma reconhecia os graus conferidos pelas demais.⁵

Nessa época, admitia-se como indiscutível que as universidades deviam concentrar-se na transmissão do conhecimento, e não em sua descoberta. De modo semelhante, pressupunha-se que as opiniões e interpretações dos grandes pensadores e filósofos do passado não podiam ser igualadas ou refutadas pela posteridade, de tal forma que a tarefa dos professores se limitava a expor as posições das autoridades (Aristóteles, Hipócrates, Tomás de Aquino e outros). As disciplinas que podiam ser estudadas, pelo menos oficialmente, eram fixas: as sete artes liberais e os três cursos de pós-graduação de teologia, direito e medicina.

A despeito desses pressupostos, o debate era incentivado — especialmente a “disputa” formal, um sistema de argumentações como uma corte de justiça em que indivíduos diferentes defendiam ou criticavam diferentes “teses”. O exemplo de Tomás de Aquino ajuda a lembrar que era possível os “modernos” se tornarem autoridades, embora ele tivesse conseguido isso produzindo uma síntese de elementos de diferentes tradições em lugar de oferecer algo inteiramente novo. A força da oposição ao uso, por Tomás de Aquino, do pensador pagão Aristóteles em sua discussão da teologia mostra o erro que seria considerar essas instituições puramente em termos de consenso intelectual. Como também o mostram as controvérsias posteriores entre diferentes escolas filosóficas nas universidades medievais, particularmente os conflitos entre “realistas” e “nominalistas”. Na verdade, no início do período moderno, as universidades medievais eram mais criticadas pelas disputas do que pelo consenso. Mesmo assim, os protagonistas desses debates compartilhavam tantos pressupostos que suas controvérsias geralmente se limitavam a certos tópicos precisos, como o estatuto lógico de proposições gerais ou “universais”.⁶

Como vimos no capítulo II, na Europa medieval os professores universitários eram quase todos membros do clero. A instituição relativamente nova da universidade fazia parte de uma instituição muito mais antiga, a Igreja. Não surpreende que seja comum apresentar a Igreja medieval como tendo exercido o monopólio do conhecimento.⁷ E também, como observamos no capítulo I, não devemos esquecer a pluralidade dos saberes, nesse caso os

diferentes saberes dos artesãos medievais (que tinham suas próprias instituições de ensino, oficinas e guildas), e dos cavaleiros, camponeses, parteiras, donas de casa e outros. Todos esses conhecimentos eram transmitidos principalmente de maneira oral. Contudo, à época da invenção da imprensa, a alfabetização dos leigos já tinha longa história na Europa ocidental (na Europa oriental, ao contrário, onde a religião era cristã ortodoxa e o alfabeto, cirílico, a alfabetização dos leigos era relativamente rara). Os hereges, que se multiplicavam ao mesmo tempo que as universidades, foram descritos como “comunidades textuais”, que se mantinham pelas discussões de ideias que estavam registradas em livros.⁸

A diversidade de saberes, às vezes em competição e conflito, ajuda a explicar a mudança em termos intelectuais. Contudo, questões importantes continuavam em aberto. Participaram alguma vez os hereges dos centros de poder intelectual? Se participaram, como isso veio a acontecer? E as mudanças no sistema foram oficiais ou não oficiais? Foram resultado de persuasão intelectual ou de alianças políticas? A inovação intelectual levou à reforma das instituições, ou novas instituições tiveram que ser fundadas para fornecer os nichos onde tais inovações pudessem florescer?⁹ Essas questões eram às vezes discutidas na época, notadamente por Francis Bacon. Assim como o ministro de Luís XIV Jean-Baptiste Colbert uma década mais tarde (ver p. 120), Bacon estava extremamente consciente da importância, na história do saber, de fatores materiais como prédios, fundações e dotações. E também seus seguidores ingleses de meados do século XVII, que eram férteis em projetos para o que chamavam de “reforma do saber”.¹⁰

As próximas seções discutem três séculos de mudança intelectual, focalizando três dos principais movimentos culturais do período — o Renascimento, a Revolução Científica e o Iluminismo — dando particular atenção ao lugar das instituições no processo de inovação intelectual, sejam elas vistas como estímulos ou obstáculos. A invenção e estabelecimento de novas disciplinas serão discutidos em detalhe no capítulo V (ver p.94) como parte de uma reclassificação posterior do conhecimento.

O Renascimento

O movimento humanista associado ao Renascimento foi, pelo menos nas intenções, um movimento menos de inovação do que de ressurgimento, o ressurgimento da tradição clássica. Mas esse movimento foi inovador, e consciente disso, no sentido de se opor a muito do saber convencional dos “escolásticos”, em outras palavras, dos filósofos e teólogos que dominavam as universidades da “Idade Média”. Os próprios termos “escolásticos” e “Idade Média” foram invenções dos humanistas dessa época, a fim de definir a si mesmos mais claramente por contraste com o passado.

A maioria dos humanistas estudara nas universidades que criticava. E é notável que alguns dos mais criativos entre eles tenham passado grande parte de suas vidas fora do sistema. Petrarca, por exemplo, era um homem de letras itinerante. Lorenzo Valla deixou a Universidade de Pavia em meio à poeira levantada por sua crítica às “autoridades” intelectuais, e entrou para o serviço do rei de Nápoles e, mais tarde, do papa. Leonardo Bruni era chanceler de Florença, e escrevia em defesa da República. Marcilio Ficino era

médico a serviço dos Medici. Mais criativo e mais marginal ainda foi Leonardo da Vinci, que fora treinado como pintor e se tornou um autodidata universal. Fora da Itália, o mais famoso de todos os humanistas, Erasmo, se recusava a permanecer muito tempo em qualquer universidade, a despeito de muitas ofertas de emprego permanente, de Paris à Polônia.

Os humanistas desenvolviam suas ideias na discussão, mas seus debates tinham lugar fora do ambiente das universidades, onde grupos estabelecidos há mais tempo tendiam a ser hostis às novas ideias, numa nova espécie de instituição que criaram para si mesmos, a “academia”. Inspirada em Platão, a academia estava mais próxima do antigo simpósio ou banquete (inclusive na bebida) que do moderno seminário. Mais formal e duradoura que um círculo (os discípulos de Petrarca, por exemplo), mas menos formal que um departamento universitário, a academia era a forma social ideal para explorar a inovação. Pouco a pouco esses grupos se tornaram instituições, com membros fixos, estatutos e horários regulares de encontro. Por volta de 1600, aproximadamente 400 academias haviam sido fundadas apenas na Itália, e poderiam ser encontradas por toda a Europa, de Portugal à Polônia.¹¹

A discussão de ideias não era monopólio dos acadêmicos. Na Florença do começo do século XV, como vimos (p.22), o humanista Leonbattista Alberti tinha conversas frequentes com o escultor Donatello e com o engenheiro Filippo Brunelleschi. Outro participante do círculo de Alberti era o matemático Paolo Toscanelli, cujos interesses incluíam a geografia, especialmente as rotas para as Índias. Toscanelli obtinha suas informações sobre o tema interrogando viajantes que passavam por Florença em seu retorno à Europa, e pode ter estado em contato com Colombo.¹²

O que Toscanelli fazia informalmente era feito de modo oficial em Portugal e na Espanha. No século XV em Portugal, as informações e bens oriundos da Ásia acabavam por chegar à Casa da Índia em Lisboa. Em Sevilha, a Casa de Contratación, fundada em 1503, era um fundo semelhante de conhecimentos sobre o Novo Mundo. Era também uma escola de treinamento de navegadores, sob a direção do *piloto mayor* (em certa época Américo Vespúcio e, mais tarde, Sebastião Cabot). A instrução era dada às vezes na casa do piloto e às vezes na capela da Casa. Primeira escola de navegação na Europa, logo adquiriu reputação internacional (como testemunha um visitante inglês em 1558, o piloto Stephen Borough).¹³

O apoio da realeza era crucial para o estabelecimento das duas Casas, e também de outras instituições. Em Paris, no início do século XVI, diante da oposição da Faculdade de Teologia, os humanistas apelaram ao rei Francisco I, que fundou o Collège des Lecteurs Royaux para incentivar o estudo do grego e do hebraico. Pouco mais tarde, o rei Henrique III foi o patrono de uma academia palaciana em que se faziam conferências sobre as ideias de Platão (vinculada à Academia Platônica de Florença).¹⁴

O apoio real também era importante para os humanistas quando encontravam oposição em certos círculos intelectuais. A força da oposição variava de universidade para universidade. Era forte na Leipzig do início do século XVI, por exemplo, e também em Oxford, onde um grupo hostil ao estudo do grego passou a ser conhecido como o dos “troianos”. Os casos das novas universidades de Wittenberg, Alcalá e Leiden sugerem que a oposição ao humanismo era menos vigorosa em instituições mais recentes, livres, pelo menos por algum tempo, da pressão de fazer o que “sempre” fora feito no passado.¹⁵

Wittenberg, fundada em 1502, foi originalmente organizada em linhas bastante tradicionais, por estudiosos formados em Leipzig e Tübingen. Entretanto, em cinco ou seis anos os humanistas passaram a desempenhar um papel extremamente importante na universidade. É provavelmente mais fácil para os inovadores se apoderarem de instituições jovens, e por isso talvez não seja acidental a Reforma ter sido lançada pelo professor Lutero quando sua instituição tinha apenas quinze anos de existência. Um ano mais tarde, Philip Melancthon foi indicado professor de grego, com aprovação de Lutero e de outros membros do conselho, como parte de um programa de reformas. Sua reforma do currículo de artes foi tomada como modelo por professores em universidades protestantes do final do século XVI, como Marburgo (fundada em 1527), Koenigsberg (1544), Iena (1558) e Helmstedt (1576), instituições novas em que havia menos tradições e menos hostilidade ao humanismo do que em outras.¹⁶

Alcalá foi criada seis anos depois de Wittenberg, em 1508. Sua fundação não pode ser interpretada como um triunfo do humanismo, pois a universidade foi conscientemente modelada sobre a de Paris e dirigida por homens oriundos de Paris e de Salamanca.¹⁷ Contudo, como em Wittenberg, a balança entre humanistas e escolásticos se inclinara a favor dos primeiros. Uma faculdade trilingue foi fundada em Alcalá para incentivar o estudo das três línguas bíblicas — grego, latim e hebraico — alguns anos antes da fundação de uma faculdade similar na Universidade de Louvain, mais antiga, em 1517. Foi em Alcalá que a famosa edição poliglota da Bíblia foi organizada e impressa entre 1514 e 1517, obra de uma equipe de estudiosos que incluía o famoso humanista Antonio de Nebrija.¹⁸

Em contraste com Wittenberg e Alcalá, Louvain foi fundada (em 1575) por razões essencialmente ideológicas, como uma universidade calvinista. O primeiro presidente do conselho, Janus Dousa, configurou a universidade segundo métodos que se tornaram comuns em nosso século, oferecendo altos salários e baixas cargas docentes para atrair estudiosos importantes, entre eles os botânicos Rembert Dodoens e Charles de l’Écluse e o classicista Joseph Scaliger. Leiden não era nova em sua estrutura formal, mas duas disciplinas relativamente novas, história e política, rapidamente assumiram uma posição importantíssima. História estava a cargo do eminente humanista Justus Lipsius. Em termos quantitativos, política foi um sucesso ainda maior: 762 estudantes de política passaram por Leiden entre 1613 e 1697.¹⁹

O que importa nesses exemplos não é afirmar que todos os professores de novas universidades são inovadores, e muito menos que as novas ideias são monopólio das novas instituições. Não eram as universidades, mas certos grupos em certas universidades, que hostilizavam o humanismo. A criação das cátedras de retórica em Louvain (em 1477) e Salamanca (em 1484) indica simpatia pelos *studia humanitatis*, da mesma forma que a criação das *lectureships* em história em Oxford e Cambridge no início do século XVII. As ideias dos humanistas se infiltraram gradualmente nas universidades, especialmente no sentido de influenciar mais que os regulamentos oficiais, os currículos não oficiais.²⁰ Quando isso aconteceu, contudo, a fase mais criativa do movimento humanista chegava ao fim. O desafio ao saber constituído vinha agora da “nova filosofia”, em outras palavras, do que hoje chamamos “ciência”.

A Revolução Científica

A chamada “nova filosofia”, “filosofia natural” ou “filosofia mecânica” do século XVII foi um processo ainda mais autoconsciente de inovação intelectual do que o Renascimento, pois envolvia a rejeição tanto da tradição clássica quanto da medieval, inclusive de uma visão de mundo baseada nas ideias de Aristóteles e Ptolomeu. As novas ideias estavam associadas a um movimento em geral conhecido (a despeito de dúvidas crescentes sobre a propriedade do rótulo) como Revolução Científica.²¹ Assim como os humanistas, mas em escala mais grandiosa, os adeptos do novo movimento tentaram incorporar conhecimentos alternativos ao saber estabelecido. A química, por exemplo, devia muito à tradição artesanal da metalurgia. A botânica se desenvolveu a partir do conhecimento dos jardineiros e curandeiros populares.²²

Embora alguns líderes do movimento trabalhassem em universidades — Galileu e Newton entre eles — havia considerável oposição à nova filosofia em círculos acadêmicos (uma das principais exceções, embora coerente com o argumento geral, foi a nova Universidade de Leiden, que se tornou um dos mais importantes centros de inovação em medicina no século XVII).²³ Em reação à oposição, os que apoiavam a nova abordagem fundaram suas próprias organizações, sociedades como a Academia del Cimento [Academia do Experimento], em Florença (1657), a Royal Society, em Londres (1660), a Académie Royale des Sciences, em Paris (1666) etc., organizações que de muitas maneiras lembravam as academias humanistas, ainda que com mais ênfase no estudo da natureza.

O argumento segundo o qual a hostilidade das universidades à nova filosofia levou à criação das “sociedades científicas” como referencial alternativo foi formulado por Martha Ornstein, num livro publicado em 1913 (ver p. 18). Segundo Ornstein, “à exceção das escolas médicas, as universidades pouco contribuíram para o avanço da ciência” no século XVII. A afirmação foi reiterada com frequência.²⁴ No caso da Inglaterra, por exemplo, os historiadores associaram a fundação da Royal Society às críticas a Oxford e a Cambridge feitas em meados do século XVII por William Dell. John Webster e outros.²⁵ Webster, por exemplo, que atuava como cirurgião e alquimista e também como clérigo, criticou as universidades em seu *Examination of Academies* (1654) como redutos da filosofia escolástica ocupada com “especulações inúteis e estéreis”, e sugeriu que os estudantes dedicassem mais tempo ao estudo da natureza e “sujassem as mãos nos carvões e nas fornalhas”. Frequentemente se observa que não existiu cátedra de matemática em Cambridge até 1663.

A visão tradicional de que as universidades se opunham à “nova filosofia” ou pelo menos pouco faziam para seu avanço passou a ser criticada numa série de estudos publicados a partir de 1970. Seus autores argumentam que o estudo da matemática e da filosofia natural tinha lugar importante nas universidades e que a crítica das universidades na época era desinformada, quando não deliberadamente tendenciosa. No caso de Oxford, o estabelecimento das cátedras de astronomia e geometria respectivamente em 1597 e 1619 foi citado muitas vezes. Também foi sublinhado o interesse pelas novas ideias nas universidades. As posições de Descartes, por exemplo, eram às vezes discutidas na Universidade de Paris, as de Copérnico, em Oxford, e as de Newton, em Leiden. Quanto à crítica das universidades no período, observou-se que a Royal Society cuidava de fazer publicidade e gerar apoio para si mesma, e que Dell e Webster, ambos protestantes radicais,

também tinham agendas próprias, de modo que suas observações não poderiam ser tomadas ao pé da letra.²⁶

À medida que a poeira assenta, parece cada vez mais claro que qualquer oposição simples entre academias progressistas e universidades reacionárias é equivocada. É difícil avaliar a importância relativa das universidades e outras instituições, pois muitos estudiosos pertenciam a ambas. Como muitas vezes nesse tipo de debate, o que é preciso é fazer distinções — entre diferentes universidades, diferentes momentos, diferentes disciplinas e, não menos importante, diferentes questões — quer as universidades não fossem a origem das ideias novas, ou fossem lentas em sua transmissão, ou se opusessem ativamente a elas.²⁷ A despeito desses problemas, parece possível chegar a algumas conclusões provisórias.

Em primeiro lugar, como no caso do movimento humanista, a proliferação de novas formas de instituições dá a impressão de que número considerável dos próprios participantes do movimento de reforma da filosofia natural percebia as universidades como obstáculos à reforma, pelo menos nos primeiros estágios do movimento. Esses lugares ofereciam microambientes ou bases materiais apropriadas para as novas redes, pequenos grupos ou “comunidades epistemológicas” a que frequentemente se atribuiu importante papel na história do conhecimento (ver cap.1).

Em segundo lugar, são necessárias distinções entre essas novas formas de instituições. Algumas delas foram fundadas dentro das próprias universidades, por exemplo jardins botânicos, anfiteatros de anatomia, laboratórios e observatórios — todos ilhas de inovação dentro de estruturas mais tradicionais. A nova Universidade de Leiden possuía um jardim botânico em 1587, um anfiteatro de anatomia em 1597, um observatório em 1633 e um laboratório em 1669. A relativamente nova Universidade de Altdorf obteve seu jardim botânico em 1626, seu anfiteatro em 1650, seu observatório em 1657 e seu laboratório em 1682.

Algumas instituições foram fundadas de baixo para cima, por grupos de pessoas afins que formavam uma sociedade, como os filósofos naturais ou *Lincei* [Linces] na Roma do século XVII, ou por indivíduos que transformavam parte de suas casas em museus ou “gabinetes de curiosidades”, que podiam exibir pedras, conchas ou animais exóticos (crocodilos, por exemplo), ou, ainda, “esportes da natureza”. O surgimento de museus dessa espécie no século XVII é um claro indicador da disseminação de uma concepção menos logocêntrica do conhecimento, um interesse pelas coisas, além de pelas palavras, do tipo recomendado pelo reformador educacional tcheco Jan Amos Comenius (ver p.82).²⁸

Outras instituições foram criadas de cima para baixo, pelos governos, cujos recursos eram necessários para projetos de larga escala e equipamentos caros. O famoso observatório do astrônomo Tycho Brahe, na ilha de Hveen (figura 1), foi fundado em 1576, com fundos do rei da Dinamarca. A Academia Francesa de Ciências foi outra fundação real. O Observatório de Paris (1667) foi fundado por Luís XIV, e o Observatório Real de Greenwich (1676), por Carlos II, para competir com seu poderoso rival.



1. *Observatório de Hveen*, gravura de Tycho Brahe (1598).

As próprias cortes dos príncipes ofereciam oportunidades para a prática da filosofia natural, como no caso de Praga na época do imperador Rodolfo II (ele mesmo fascinado por esses estudos), ou Florença na época do grão-duque Cosimo II. Um inovador como Johann Joachim Becher, cujos interesses incluíam alquimia, mecânica, medicina e economia política, ficava mais à vontade no mundo da corte de Viena em meados do século XVII do que em qualquer universidade da época.²⁹ Mas essas oportunidades às vezes cobravam um preço. Galileu tinha de se comportar como cortesão em Florença, ao passo que a Academia Francesa de Ciências era encorajada pelo governo a se afastar de pesquisas “curiosas”, descartadas como um “jogo”, e a se dedicar a “pesquisas úteis com alguma conexão com o serviço do rei e do Estado”.³⁰

Algumas instituições eram exclusivas, como a Academia de Ciências e, em grau menor, a Royal Society, enquanto outras tinham a função de ampliar o público das novas ideias. Em Londres, por exemplo, as palestras no Gresham College, inauguradas no início do século XVII, eram abertas a todos, sendo a maioria apresentada em inglês, e não no latim usual nas universidades. Em Paris, Théophraste Renaudot organizava palestras sobre grande

variedade de temas para um público amplo em seu Bureau d'Adresse a partir de 1633 O Jardim Real, em Paris, aberto ao público em 1640, oferecia palestras sobre anatomia, botânica e química.³¹

O interesse pela chamada “filosofia mecânica” demonstrado pelos grupos e organizações discutidos nos últimos parágrafos, e o sucesso dessa filosofia no século XVIII, não devem nos fazer esquecer sua rival, a “filosofia oculta”. Um crescente interesse pelo ocultismo era outra forma de inovação no início do período moderno, interesse visível em algumas cortes (em especial a de Rodolfo II) e que também gerou suas próprias instituições, associações como os rosa-cruzes, sociedade que se ocupava do conhecimento secreto.

As novas instituições discutidas nos parágrafos precedentes não se limitavam ao domínio da filosofia natural. A Royal Society, por exemplo, em suas instruções aos viajantes (ver p. 180), dava atenção não só à fauna e à flora de diferentes partes do mundo, mas também aos costumes de seus habitantes. Quando Leibniz planejava uma academia alemã por volta de 1670, se referia à Royal Society e à Academia de Ciências como modelos, mas dava mais ênfase do que elas ao que chamava de *res litteraria*, em outras palavras, as humanidades. Museus e gabinetes de curiosidades geralmente não continham apenas conchas e animais empalhados, mas também moedas romanas e objetos de países remotos como a China ou o México. Muitas das sociedades cultas mais famosas do século XVII se ocupavam da linguagem, particularmente a Crusca de Florença (que produziu um dicionário em 1612), a Fruchtbringende Gessellschaft alemã fundada em 1617) e a Académie Française (1635). Também era o caso dos salões mais informais que floresceram em Paris entre 1610 e 1665, sob o patrocínio de senhoras intelectuais da aristocracia, no Hôtel de Rambouillet e em outros lugares.³²

Outras sociedades se ocupavam da história, como a Society of Antiquaries, fundada na década de 1580, em Londres, ou a Antikvitetskollegiet (1666), em Uppsala. Bibliotecas e laboratórios muitas vezes se tornavam pontos de encontro dos estudiosos. Conventos de ordens religiosas às vezes se tornavam lugares de projetos coletivos, como as vidas dos santos escritas pelos bolandistas, na sé jesuíta de Antuérpia, e as ambiciosas obras históricas produzidas pelos mauristas, no mosteiro beneditino de Saint-Germain-des-Prés, cenário de discussões semanais às vezes referido como “academia”.³³

O que era comum a esses novos “lugares e bases de cultura”, como os chamava Bacon (ou “bases de conhecimento”, nas palavras do baconiano Thomas Sprat, historiador da Royal Society), era o fato de que ofereciam oportunidades para inovação — novas ideias, novas abordagens, novos tópicos — e para os inovadores, fossem ou não academicamente respeitáveis. O incentivo à discussão nesses lugares também merece destaque. Os debates intelectuais devem muito às formas de sociabilidade e, portanto, aos contextos sociais em que têm lugar, desde a sala de seminários até as mesas dos cafés. Nos primórdios da Europa moderna, as sociedades de estudiosos ajudaram a criar uma identidade coletiva para os letrados e encorajaram o desenvolvimento de comunidades intelectuais, tanto os pequenos grupos mais íntimos quanto a comunidade mais ampla da República das Letras (ver p.26), ligadas por visitas e sobretudo por correspondência. Numa palavra, o que foi chamado de “a importância de se institucionalizar” não deve ser esquecido.³⁴

O Iluminismo

De um ponto de vista institucional, o século XVII marca um ponto de inflexão na história do conhecimento europeu em diversos aspectos. Em primeiro lugar, o monopólio virtual da educação superior desfrutado pelas universidades foi posto à prova nesse momento. Em segundo lugar, assistimos ao surgimento do instituto de pesquisas, do pesquisador profissional e, de fato, da própria ideia de “pesquisa”. Em terceiro lugar, os letrados, especialmente na França, estavam mais profundamente envolvidos que nunca com projetos de reforma econômica, social e política, em outras palavras, com o Iluminismo. Esses três pontos precisam ser discutidos em maior detalhe, um a um.

Algumas instituições alternativas de educação superior já existiam em 1700. Embora os artistas continuassem a receber boa parte de seu treinamento em ateliês, a instrução por elas fornecida era cada vez mais complementada com temporadas em academias de Florença, Bolonha, Paris e outras cidades. Academias para que os meninos da nobreza aprendessem matemática, fortificações, línguas modernas e outras habilidades consideradas úteis para suas futuras carreiras no exército ou na diplomacia haviam sido fundadas em Soro (1586), Tübingen (1589), Madri (1629) etc. Academias ou quase universidades para os calvinistas franceses haviam sido fundadas em Sedan e Saumur por volta de 1600 e desempenharam papel importante na vida intelectual até sua supressão em 1685. Em Amsterdã, o *Athenaeum* (fundado em 1632) exploravam novos temas, como história e botânica.

Foi porém no século XVIII que essas iniciativas se multiplicaram. Foram fundadas academias de artes em Bruxelas (1711), Madri (1744), Veneza (1756) e Londres (1768). Novas academias nobres foram fundadas em Berlim (1705) e em muitas outras cidades. Entre 1663 e 1750 foram fundadas em Londres e cidades provinciais como Warrington, em Lancashire (onde um dos professores era o filósofo natural Joseph Priestley), quase sessenta academias para “dissidentes” da Igreja da Inglaterra, excluídos de Oxford e Cambridge.

As academias dissidentes ensinavam um currículo menos tradicional que as universidades, tendo sido projetadas mais para homens de negócios que para nobres, e dedicando atenção especial à filosofia moderna as ideias de Locke, por exemplo), à filosofia natural e à história moderna (um manual bastante adotado era a história política da Europa do advogado alemão Samuel Pufendorf). O ensino muitas vezes era proferido em inglês e não em latim.³⁵ Na Europa central, faculdades como a Karlschule de Stuttgart foram fundadas para ensinar a arte de governar a futuros funcionários. Novas instituições, equivalentes às posteriores escolas de tecnologia, também foram fundadas para o ensino de engenharia, mineração, metalurgia e silvicultura; por exemplo, o Collegium Carolinum, em Kassel, fundado em 1709, as academias de engenharia de Viena (1717) e Praga (1718), a escola de silvicultura, fundada nas montanhas Harz em 1763, e as academias de minas de Selmechbánya na Hungria e de Freiberg na Saxônia (1765).

O segundo desenvolvimento importante no século XVIII foi a criação de organizações de fomento à pesquisa. A palavra “pesquisa” em diversas línguas (*research*, *recherche*, *ricerca* etc.) deriva da origem comum “busca” (*search* etc.) e pode ser encontrada em títulos de livros já no século XVI, inclusive nas *Recherches de la France* (1560), de Etienne Pasquier. O termo era mais empregado no plural que no singular e se

tornou mais visual a partir do século XVII, e mais ainda ao final do século XVIII, fosse para referir-se às artes ou às ciências, aos estudos de história ou aos de medicina. Junto com a palavra “pesquisa” outros termos vieram a ter uso regular, notadamente “investigação” (e seu equivalente italiano *indagine*), que se ampliou para além de seu contexto legal original, e “experimento” (em italiano, *cimento*), que se restringiu a partir de seu sentido original de teste em geral para o de teste das leis da natureza em particular. O famoso panfleto de Galileu *Il Saggiatore* [*O experimentador*] usou a metáfora de “ensaio” num sentido semelhante.

Esse conjunto de termos sugere uma consciência crescente, em certos círculos, da necessidade de buscas para que o conhecimento fosse sistemático, profissional, útil e cooperativo. A Academia do Experimento de Florença publicou descrições anônimas de suas experiências, como se estivesse preocupada com o que o sociólogo Auguste Comte chamaria mais tarde de “história sem nomes” (ver p. 13). Por essas razões podemos falar de um deslocamento, em torno do ano 1700, da “curiosidade” para a “pesquisa”, resumida num memorando de Leibniz que recomendava o estabelecimento de uma Academia em Berlim, mas definia seu propósito em contraste com a mera curiosidade (*Appetit zur Curiosität*). Esse sentido da pesquisa estava ligado à ideia de que o estoque de conhecimento não era constante em qualidade ou quantidade, mas podia ser “aumentado” e “aperfeiçoado”, ideia discutida com mais detalhes adiante.

Há um elo óbvio entre essa consciência e o desenvolvimento de organizações de fomento à pesquisa. A famosa visão de Bacon da “Casa de Salomão” em seu romance filosófico *Nova Atlântida* (1626) descreve um instituto de pesquisas com uma equipe de trinta e três (sem contar os assistentes), divididos entre “mercadores da luz” (que viajavam para trazer conhecimento), observadores, experimentadores, compiladores, intérpretes e assim sucessivamente. Algo como isso, numa escala mais modesta, já existia em alguns lugares da Europa. A visão de Bacon talvez deva mais do que a atribuída em geral à Academia dos Linceus em Roma, de que Galileu era membro; ao observatório de Tycho Brahe em Uraniborg, com seu complexo de prédios e assistentes; ou à Casa de Contratación em Sevilha (ver p.41), onde se coletavam dados e atualizavam mapas.

A posição de Bacon, por sua vez, provavelmente estimulou mudanças nas instituições. A Royal Society, repleta de admiradores de Bacon, esperava criar um laboratório, um observatório e um museu. Também patrocinava a pesquisa de Robert Hooke e Nehemiah Grew recolhendo subscrições. Numa escala mais ampla, Colbert, ministro de Luís XIV, gastou 240 mil libras em pesquisas dentro da Academia de Ciências, parcialmente na forma de salários para certos estudiosos, os *pensionnaires* [bolsistas], a fim de permitir que levassem adiante projetos coletivos como uma história natural das plantas.³⁶

Essas iniciativas da década de 1660 foram levadas mais adiante no século XVIII, a era das academias, em geral com apoio dos governantes, que pagavam salários aos sábios para que realizassem suas investigações, permitindo que seguissem carreiras fora das universidades pelo menos em tempo parcial. O cientista profissional do século XIX surgiu a partir de uma tradição semiprofissional. Aproximadamente setenta sociedades de estudiosos ocupadas por inteiro ou parcialmente com a filosofia natural foram fundadas no século XVIII, as mais famosas dentre elas as academias de Berlim, São Petersburgo e Estocolmo (Kungliga Svenska Vetenskapsakademie); a Academia de Ciências da França

foi reorganizada em 1699. Com um presidente vigoroso (como Banks, em Londres, ou Maupertuis, em Berlim) ou um secretário ativo (como Formey, em Berlim, ou Wargentin, em Estocolmo) havia muito que essas sociedades podiam alcançar. Organizaram expedições de coleta de conhecimento (ver p. 120), ofereceram prêmios e formaram uma crescente rede internacional, trocando visitas, cartas e publicações e, ocasionalmente, desenvolvendo projetos comuns, assim participando do “negócio” do saber recomendado por Leibniz, *einen Handel und commercium mit Wissenschaften*.³⁷

A organização cada vez mais formalizada do conhecimento não se limitava ao estudo da natureza. Os mosteiros, principalmente os beneditinos, seguindo o exemplo dos mauristas do final do século XVII, mas dando mais ênfase à pesquisa coletiva, se tornaram centros importantes de cultivo da história na França e na Europa de língua alemã no século XVIII.³⁸ Leibniz sugeriu que uma das tarefas da nova Academia de Berlim deveria ser a pesquisa histórica. Pesquisas desse tipo eram realizadas com seriedade em diversas academias provinciais francesas, assim como nas alemãs. Também eram patrocinadas pelos governos na forma de salários para os membros da Academia de Inscrições de Paris, organizada em 1701 segundo o modelo da Academia de Ciências.³⁹ Academias para o estudo da política foram fundadas em Paris pelo ministro do Exterior, marquês de Torcy (1712), e em Estrasburgo por um professor, Johann Daniel Schöpflin (c.1757).⁴⁰ A pesquisa, inclusive a pesquisa histórica, era importante na nova Universidade de Göttingen, fundada na década de 1730.

O século XVIII foi uma época importante para associações voluntárias de muitas espécies, muitas delas devotadas à troca de informações e ideias, muitas vezes a serviço da reforma. Três exemplos das Ilhas Britânicas servem para demonstrar o crescente interesse pelo conhecimento útil: a Dublin Society for the Improvement of Husbandry (1731); a London Society of Arts (1754), fundada para incentivar o comércio e a manufatura; e a Lunar Society of Birmingham (1775), que fazia o intercâmbio de informações técnicas e científicas.⁴¹ O surgimento de lojas maçônicas em Londres, Paris e outras cidades no início do século XVIII ilustra essa nova tendência e também a tradição mais antiga do conhecimento secreto.

Organizações ainda menos formais, como o salão e o café, desempenharam um papel na comunicação de ideias durante o Iluminismo. Em Paris, os salões foram descritos como os “espaços de operação do projeto iluminista”. Sob a direção de Madame de Tencin, por exemplo, Fontenelle, Montesquieu, Mably e Helvétius se encontravam para discussões regulares enquanto Mme. de L’Espinasse era anfitriã de d’Alembert, Turgot e outros membros do grupo que produziu a *Encyclopédia*.⁴² Os cafés desempenharam papel importante na vida intelectual italiana, francesa e britânica a partir do século XVII. Palestras sobre matemática eram oferecidas no Douglas’s e no Marine Coffe-House em Londres, enquanto o Child’s era para livreiros e escritores, o Will’s para o poeta John Dryden e seus amigos, os refugiados protestantes se reunindo no Rainbow. Em Paris, o Procope, fundado em 1689, servia como ponto de encontro para Diderot e seus amigos. Os donos dos cafés frequentemente exibiam jornais e revistas como modo de atrair clientes, encorajando assim a discussão das notícias e o surgimento do que muitas vezes é chamado de “opinião pública” ou “esfera pública”. Essas instituições facilitavam encontros entre ideias e indivíduos.⁴³

A imprensa, especialmente a periódica, também pode ser considerada uma instituição que incentivou de maneira crescente a vida intelectual no século XVIII, contribuindo para a difusão, coesão e poder da comunidade imaginada da República das Letras. Vão menos que 1.267 periódicos em francês foram criados entre 1600 e 1789, 176 deles entre 1600 e 1699 e o restante a partir de então.⁴⁴

Resumindo o que foi dito até aqui, o exemplo das instituições de saber no princípio da Europa moderna parece confirmar tanto as ideias de Bourdieu sobre a reprodução cultural quanto as de Veblen sobre a ligação entre marginalidade e inovação. As universidades podem ter continuado a desempenhar sua função tradicional de ensinar efetivamente, mas não eram, em termos gerais, os lugares em que se desenvolviam as ideias novas. Sofriam do que já foi chamado de “inércia institucional”, mantendo suas tradições corporativas ao preço do isolamento em relação às novas tendências.⁴⁵

A longo prazo, o que vemos são ciclos de inovação seguidos do que Max Weber costumava chamar de “rotinização” (*Veralltäglichung*) e Thomas Kuhn designou de “ciência normal”. Na Europa, esses ciclos são visíveis desde o século XII, quando as novas instituições chamadas universidades substituíram os mosteiros como centros do saber, até o presente. Os grupos criativos, marginais e informais de um período regularmente se tornam as organizações formais, dominantes e conservadoras da próxima geração ou da seguinte. Isso não quer dizer que a reforma ou renovação das organizações tradicionais seja impossível. O novo papel desempenhado por uma instituição muito antiga, o mosteiro beneditino, na organização da pesquisa no século XVIII (ver p.45, 50) é prova do contrário. De maneira semelhante, na reorganização da pesquisa no século XIX, as universidades, especialmente na Alemanha, recuperariam a iniciativa, saltando à frente das academias

Conclusões e comparações

Seriam esses ciclos de criatividade e rotina um fenômeno universal ou se limitariam a certos períodos na história do Ocidente? Uma comparação óbvia poderia ser feita entre o sistema dos primórdios da Europa moderna e o sistema das *madrasas* no mundo muçulmano, especialmente em Bagdá, Damasco e no Cairo, durante o que os ocidentais chamam de “Idade Média”, e no Império Otomano nos séculos XVI e XVII.

Embora não exista clero no Islã, as *madrasas*, instituições de ensino anexas às mesquitas, são notavelmente semelhantes às instituições educacionais dominadas pela Igreja na Europa. Os principais temas estudados eram o Alcorão, o Hadith (ditos do Profeta) e as leis do Islã. Os *khans* em que os estudantes moravam, os salários dos professores, os estipêndios dos estudantes e as fundações isentas de impostos ou *wakfs* que apoiavam o sistema lembram o sistema que ainda existe em Oxford e Cambridge, e podem ter influenciado esse sistema no século XII. A organização formal da argumentação na *munazara* se parecia com a disputa ocidental, ao passo que a *ijaza* ou licença para ensinar que o mestre dava a seus estudantes lembrava a *licentia docendi* da Europa medieval.⁴⁶

O historiador que traçou esses paralelos e aventou a possibilidade de um empréstimo ocidental consciente dos muçulmanos não negava a existência de importantes diferenças entre os dois sistemas. Contudo, pesquisas mais recentes sugerem que ele deu excessiva ênfase à organização formal do conhecimento e da educação no Oriente Médio, e que o “sistema” — se assim puder ser chamado — era fluido. A *ijaza* era uma licença pessoal, não um grau de uma instituição. O que importava na carreira de um professor não era onde ele estudara, mas com quem. O lugar central do aprendizado era um círculo informal de estudo (*halqa*), em realidade um semicírculo a uma distância respeitosa do mestre (*shaykh*), fosse em sua casa ou numa mesquita. Não havia currículo fixo. Os estudantes se moviam como quisessem entre mestre e mestre. Na verdade, o próprio termo “estudante” nem sempre é apropriado, pois alguns membros dos círculos de estudo compareciam em tempo parcial, incluindo mulheres. Não é surpreendente que um historiador recente da *madrasa* fale de “persistente informalidade”.⁴⁷

O contraste entre os mundos educacionais cristão e muçulmano não deve ser marcado com excessivo rigor. As universidades ocidentais eram menos formais no começo dos tempos modernos do que depois de 1800.⁴⁸ Mesmo assim, a longa resistência islâmica à solidificação institucional é impressionante. Resta a questão de saber se a fluidez institucional estava associada a um sistema intelectual mais aberto. Aparentemente não. Um estudante podia mover-se entre um mestre e outro, mas esperava-se que seguisse as ideias de um estudioso importante e não que se envolvesse na leitura pessoal e na apresentação de concepções próprias.⁴⁹

A *medrese* otomana (forma turca da palavra *madrasa*) seguia padrão semelhante. A mesquita que o sultão Mehmed II fundou em Istambul logo depois de conquistar a cidade tinha oito escolas anexas. No século XVII havia noventa e cinco escolas na cidade, que chegaram a duzentas no século XVIII. As palestras eram abertas, mas para os estudantes que desejassem alcançar altas funções na ulemá (ver acima) como juiz, conselheiro ou professor (*müderris*), o apoio de um mestre particular era essencial. Por volta de 1550, ter estudado em certas escolas de prestígio, o assim chamado grupo “de dentro”, era um pré-requisito virtual para postos elevados. Diplomas e exames foram introduzidos, sinal de que o sistema se tornava mais formal.⁵⁰

Nesse sistema, tanto em sua forma árabe quanto na otomana, o estudo da natureza era marginal. Era realizado em sua maior parte fora das escolas. O ensino médico tinha lugar em hospitais, fundações com uma longa história no mundo muçulmano, enquanto a astronomia era estudada em observatórios especializados. O primeiro observatório conhecido foi fundado em 1259, e um novo foi fundado em Gálata em 1577 — o ano posterior a Uraniborg — por um estudioso, Takiyyüdin, com apoio do sultão Murad III. Foi destruído por soldados em 1580, sinal de que o conhecimento da natureza não apenas era institucionalmente marginal, como considerado irreligioso por alguns.⁵¹ Como vimos, porém, a marginalidade pode ser às vezes uma vantagem. De qualquer maneira, a medicina e a astronomia eram, ao mesmo tempo, áreas marginais e campos de inovação no mundo islâmico.

O exemplo do mundo muçulmano, especialmente o do Império Otomano, parece confirmar as teorias de Veblen e Bourdieu em certos aspectos, embora a persistência de um sistema informal a longo prazo mostre que a institucionalização não pode ser dada como

certa. Uma comparação e contraste entre os mundos do islã e da cristandade (católica e especialmente protestante, mais que o mundo ortodoxo) destaca a relativa força da oposição à inovação intelectual no islã, inclusive a oposição à nova tecnologia do intelecto, a prensa impressora. A hipótese de que a impressão, que tornou mais amplamente conhecidos os conflitos intelectuais, também encorajava a autonomia crítica, recebe apoio da análise histórica comparativa.⁵²

Em termos gerais, parece que para o indivíduo marginal é mais fácil produzir novas ideias brilhantes. Por outro lado, para pôr essas ideias em prática é preciso fundar instituições. No caso do que chamamos “ciência”, por exemplo, as inovações institucionais do século XVIII parecem ter tido importantes efeitos na prática das disciplinas.⁵³ Mas é virtualmente inevitável que as instituições mais cedo ou mais tarde se cristalizem e se tornem obstáculos para inovações adicionais. Tornam-se lugares de interesses próprios, povoados por grupos que investiram no sistema e temem perder seu capital intelectual. Há razões sociais e intelectuais para a predominância do que Kuhn chama de “ciência normal”.

Assim, a história social do conhecimento, como a história social da religião, é a história do deslocamento de seitas espontâneas para Igrejas estabelecidas, deslocamento muitas vezes repetido. É uma história da interação entre *outsiders* e *establishments*, entre amadores e profissionais, empresários e assalariados intelectuais. Há também um jogo entre inovação e rotina, fluidez e fixidez, “tendências ao degelo e ao congelamento”, conhecimento oficial e não oficial. De um lado, vemos círculos ou redes abertas, do outro instituições com corpos fixos de participantes e esferas oficialmente definidas de competência, que constroem e mantêm barreiras que as separam dos rivais e também dos leigos.⁵⁴ O leitor está provavelmente tentado a alinhar-se aos inovadores contra os suportes da tradição, mas é bem possível que na já longa história do conhecimento os dois grupos tenham desempenhado papéis igualmente importantes.

IV - O Lugar do Conhecimento: Centros e Periferias

Verdade aquém dos Pirineus, erro além.

PASCAL

É assim na viagem: um homem deve carregar o conhecimento consigo se quiser trazer conhecimento para casa.

DR. JOHNSON

Em 1654, em Leiden, um sinólogo católico italiano encontrou um arabista protestante holandês. O encontro era implausível, mas foi frutífero. Os dois homens — como muitos de seus contemporâneos — estavam interessados em problemas de cronologia comparada, mais precisamente na sincronia. Jacob Golius, professor de árabe em Leiden, não sabia chinês, mas suspeitava que a cronologia de Ulugh Beg, estudioso muçulmano do século XV, se baseava em fontes chinesas. Martino Martini, jesuíta italiano que passara boa parte de sua vida como missionário na China e estudara algumas dessas fontes chinesas, não sabia árabe. No entanto, quando ambos traduziram seus textos para sua língua comum, o latim, os elos entre o Islã e a China se tornaram aparentes.

O episódio revela inúmeros traços da República das Letras naquele tempo. Confirma, por exemplo, a ideia de que a cooperação entre estudiosos transcendia diferenças de religião, ao menos ocasionalmente. Também nos diz da importância dos lugares na história do conhecimento.

Em primeiro lugar, a importância dos encontros pessoais, importância que não se limita à transferência de tecnologia, embora possa ter sido mais significativa nesse domínio do conhecimento do que em outros.¹ Encontros pessoais eram mais eficazes do que a troca de cartas, como mostra o caso de Golius e Martini. Também tinham um impacto mais profundo. Lorenzo Magalotti escreveu sobre a China depois de ter encontrado um missionário alemão, Johan Greuber, em Florença, e Leibniz devia sua paixão pelos estudos sobre a China a um encontro em Roma com outro missionário, C. E Grimaldi.

Em segundo lugar, o encontro de Leiden nos faz lembrar a função das cidades como encruzilhadas e pontos de encontro. Era tão difícil sincronizar as vidas de Golius e de Martini como sincronizar suas cronologias. Martini retornava da China para Roma, a fim de fazer um relato de sua missão. No caminho, foi capturado pelos holandeses, mas autorizado a embarcar num navio com destino a Amsterdã, onde planejava entregar seu atlas da China à famosa casa impressora de Blaeus, especializada em mapas (figura 2).² Quando seu navio atracou em Bergen, em dezembro de 1653, a notícia das intenções de

Martini chegou ao estudioso Ole Worm em Copenhague. Worm, cujos múltiplos interesses incluíam a China, escreveu a seu filho, que vivia em Leiden, e lhe pediu que avisasse Golius da chegada de Martini Golius então escreveu a Martini em Amsterdã e lhe pediu que tomasse o navio para Leiden. Os dois se encontraram novamente em Antuérpia algumas semanas mais tarde, depois que Golius obteve permissão de sua universidade para ausentar-se por alguns dias.³



2. Mapa da província de Nanquim (Amsterdã, c. 1655).

Os estudiosos precisavam se dar a todo esse trabalho para se encontrar porque o conhecimento não se distribuía igualmente por toda a Europa da época. Este capítulo examinará sua geografia. A ideia de uma geografia da verdade é tão chocante como a ideia de sua história social (ver p. 5). De fato, essa ideia já foi explorada para o mesmo propósito por Montaigne, que escreveu em seus *Ensaios* (livro 2, nº 12) sobre “a verdade que está cercada por essas montanhas, que é falsidade no mundo do outro lado” (*quelle vérité que ces montagnes bornent, qui est mensonge au monde qui se tient au dela*). Pascal foi ainda mais lacônico em sua referência nos *Pensamentos* (nº 60) à “verdade deste lado dos Pirineus, erro do outro” (*vérité au deçà des Pyrénées, erreur au delà*).

O tema deste capítulo — seguindo trabalhos recentes sobre a geografia e a história da ciência — é essencialmente uma “distribuição espacial” do conhecimento, dos lugares em que o conhecimento foi descoberto, guardado ou elaborado, e também daqueles para os quais era difundido.⁴

O que as pessoas sabiam estava relacionado ao lugar onde viviam. Por exemplo, o monge Maxim Grek, que passara alguns anos na Itália, foi aparentemente o primeiro a informar os russos, por volta de 1518, das descobertas de Colombo. Em contrapartida, o mapa feito pelo almirante turco Piri Reis em 1513 já mostrava a América (derivava de uma cópia de um mapa feito por Colombo em sua terceira viagem, adquirida de um cativo espanhol).⁵

Ao utilizar a expressão “geografia do conhecimento” é importante distinguir dois níveis. No micronível, havia as “sedes do conhecimento”, algumas das quais discutidas no último capítulo. Às sedes tradicionais, como o mosteiro, a universidade e o hospital (e, para as notícias, a taberna e a barbearia) se juntaram novos lugares — o laboratório, a galeria de arte, a livraria, a biblioteca, o anfiteatro de anatomia, o escritório e o café.⁶ A livraria da casa impressora, por exemplo, era um lugar de encontros e conversas, além da procura de novas publicações. Erasmo costumava frequentar a casa impressora do estudioso e impressor Aldus Manutius em Veneza. Paolo Sarpi e seus amigos se encontravam numa loja chamada “O Navio” na Veneza do início do século XVII, e o inimigo de Galileu, Orazio Grassi, frequentava “O Sol” em Roma; James Boswell encontrou Samuel Johnson pela primeira vez na sala dos fundos da livraria de Tom Davies em Londres.

A biblioteca aumentou de importância, assim como de tamanho depois da invenção da imprensa. Dentro da universidade, começava a rivalizar com a sala de conferências, pelo menos em certos lugares. A Universidade de Louvain ainda declarava em 1639 que uma biblioteca era desnecessária porque “os professores são bibliotecas ambulantes”, mas em Leiden, ao contrário, a biblioteca abria duas vezes por semana e os professores às vezes emprestavam suas chaves aos estudantes.⁷ Fora da universidade, algumas bibliotecas privadas ou públicas, discutidas adiante, se tornaram centros de estudos, locais de sociabilidade culta e de troca de informações e ideias, além de serem lugares de leitura. A exigência de silêncio nas bibliotecas teria sido impossível e até inimaginável nessa época. Como a livraria e o café, ela encorajava a combinação da comunicação oral com a imprensa. Não surpreende pois que a reforma das bibliotecas tivesse lugar na reforma do ensino baconiana planejada na Inglaterra em meados do século XVII. Os bibliotecários, segundo um reformador, John Durie, deveriam ser “agentes para o progresso do saber universal”. O que isso queria dizer na prática talvez tivesse ficado mais claro se o amigo de Durie, Samuel Hartlib (ver p.71-2), tivesse sido indicado como bibliotecário da Bodleian na década de 1650, como alguns reformadores pretendiam.⁸

Sedes de conhecimento se multiplicavam e se tornaram mais especializadas em cidades relativamente grandes como Veneza, Roma, Paris, Amsterdã e Londres, cidades que portanto receberão muita atenção nas próximas páginas. Os espaços públicos das cidades facilitavam a interação entre homens de ação e homens de conhecimento, entre nobres e artesãos, entre o trabalho de campo e o gabinete, em suma entre diferentes conhecimentos (ver p.21). As formas de sociabilidade tinham — e ainda têm — influência sobre a distribuição e até mesmo sobre a produção do conhecimento.

Também no macronível as cidades desempenharam papel importante como escalas nas “redes de longa distância” que ligavam a Europa à China ou às Américas: cidades asiáticas como Goa, Macau e Nagasaki, cidades americanas como Lima e México, e cidades europeias como Sevilha, Roma, Amsterdã e Londres.⁹ Não surpreende pois que o “memorial pelo conhecimento universal”, que convocava em meados do século XVII os “agentes de informação” profissionais a mandarem informações para Londres sobre terras estrangeiras, especificasse que esses agentes deviam residir nos “lugares melhores e mais centrais”.¹⁰

Neste nível macro, a história do conhecimento nos primórdios do mundo moderno é às vezes vista em simples termos de difusão da informação e, em particular, da informação

científica, da Europa para as outras partes do globo. Esse modelo centro-periferia foi criticado em muitos aspectos, por deixar de lado, por exemplo, a política imperialista, e por deixar de levar na devida conta os fluxos de conhecimento da periferia para o centro.¹¹

Na realidade este capítulo se ocupa principalmente do movimento da periferia da Europa para seus centros, deixando a política do conhecimento para o capítulo VI. Outros tipos de conhecimento não serão esquecidos, mas a ênfase recairá na crescente consciência, por parte dos europeus, do mundo para além da Europa. Essa consciência era muitas vezes alimentada por interesses religiosos, econômicos e políticos, mas dela também fazia parte o conhecimento em si. O contraste entre o conhecimento instrumental e a curiosidade desinteressada não deve ser muito marcado.¹² Mas a distinção é útil.

No que segue, o tema principal será a crescente centralização do conhecimento, ligado a aperfeiçoamentos na comunicação física e também ao surgimento do livro impresso. Esses desenvolvimentos estão por sua vez ligados ao surgimento de uma economia mundial (ver p. 142-3), à ascensão de algumas grandes cidades (às vezes sedes das principais bibliotecas) e acima de tudo à centralização do poder (ver p.96). Ainda assim, a centralização do conhecimento era em parte autônoma, resultado dos intercâmbios intelectuais associados com a República das Letras.

A República das Letras

República das Letras (*Respublica Literaria*) ou “Comunidade do Saber” é uma expressão que passou a ter uso cada vez mais frequente nos primórdios da Europa moderna para designar a comunidade internacional dos estudiosos.¹³ A própria geografia dessa república estava mudando durante o período. A Suécia, por exemplo, a despeito da fundação da Universidade de Uppsala em 1477, só entrou efetivamente para essa república no século XVII, quando a rainha Cristina convidou Descartes e outros estudiosos a Estocolmo, e o nobre e soldado Carl Gustaf Wrangel, em sua casa de campo em Skokloster, perto de Uppsala, se mantinha em contato com desenvolvimentos recentes na filosofia natural através de uma rede de correspondentes em Hamburgo, Amsterdã, Londres, Varsóvia, Viena e outras cidades. A América do Norte nela ingressou no século XVIII, quando homens de letras como Cotton Mather e Jonathan Edwards tentavam manter-se a par do que acontecia na cena cultural europeia através da assinatura de periódicos ingleses como a *History of the Works of the Learned*.¹⁴

A Rússia entrou para a comunidade europeia de estudiosos um pouco mais tarde que a Suécia e um pouco antes que a América do Norte, perto do final do reinado do czar Pedro, o Grande. Um nobre russo, Alexandre Menshikov, foi eleito membro da Royal Society em 1714, ano também marcado pela criação da primeira biblioteca pública na Rússia. Leibniz, que se preocupava com o que chamava de “transplante” das artes e ciências para a Rússia, encontrou-se com o czar em mais de uma ocasião para lhe explicar suas ideias. Pedro parece ter se impressionado com os argumentos, pois lhe pagava um salário como conselheiro e, quando fundou a Academia de Ciências de São Petersburgo, em 1724, seguiu o modelo da Academia de Berlim, planejada por Leibniz alguns anos antes. No ano da morte do czar,

1725, o astrônomo francês Joseph Nicolas Delisle chegou a São Petersburgo, onde passaria os vinte anos seguintes treinando astrônomos russos. Na geração seguinte, Mikhail Lomonosov estudaria química em Marburgo, se corresponderia com Voltaire e ajudaria a fundar a Universidade de Moscou.¹⁵

O que foi chamado de “descoberta russa da Europa” coincide com a descoberta europeia da Rússia. Antes de 1550, pouca informação sobre “Moscou”, como era conhecida na época, estava disponível em forma impressa. A situação mudou lentamente depois de 1550 e rapidamente depois de 1697, data da “Grande Embaixada” de Pedro, o Grande, ao Ocidente, em que aproximadamente 250 russos, incluindo o próprio czar, foram estudar na República Holandesa, Inglaterra, França, Itália e outras terras e, no processo, tornaram os europeus ocidentais mais conscientes da Rússia. Entre os livros que apresentaram os leitores ocidentais à cultura russa figuravam *A presente condição do Império moscovita* (1699), de J. Crull, *Três anos de viagens* (1704), de E.Y. Ides, *O Estado da Rússia* (1716), de J. Perry e *A nova Rússia* (1721), de F. C. Weber, logo traduzido do alemão para o francês e para o inglês.¹⁶

O conhecimento da geografia está longe de ser o mesmo que a geografia do conhecimento. Mas há uma encruzilhada em que os dois tópicos se encontram, em outras palavras, a geografia da geografia.¹⁷ Como estudo de caso, pode ser esclarecedor examinar o conhecimento do mundo além da Europa na República das Letras, numa época em que novos e importantes canais de comunicação estavam ficando disponíveis.¹⁸

Nagasaki e Deshima

Como estudo de caso dentro deste estudo de caso, tomemos o exemplo do Japão. Os europeus sabiam pouco sobre o Japão antes de aproximadamente 1550. Marco Polo, viajante do século XIII, mencionava “Cipangu”, mas dava poucos detalhes sobre a região. O missionário jesuíta Francisco Xavier chegou em 1549 a uma terra quase inteiramente desconhecida dele e de seus compatriotas. A partir do final do século XVI, a rota pela qual o conhecimento do Japão viajava para o Ocidente passava pelo porto de Nagasaki. Em 1580, um poderoso convertido ao cristianismo doou a cidade aos jesuítas. Estes perderam o controle de Nagasaki em 1587, mas a missão continuou, e uma imprensa foi montada.

A missão cristã ao Japão foi um sucesso. Na verdade, esse sucesso foi relativo, pois a difusão do cristianismo alarmou os governantes do Japão e levou não só à perseguição dos missionários e seus convertidos, mas também a uma política de “reclusão nacional” (*sakoku*), que durou da década de 1630 até cerca de 1850. O país não foi completamente fechado, mas as relações com países estrangeiros, incluindo as comerciais, foram reduzidas ao mínimo e passaram a ser estritamente controladas. Nesse período, mercadores holandeses superaram os jesuítas portugueses como principal canal de comunicação entre o Japão e o Ocidente, e Nagasaki foi substituída pela ilha vizinha de Deshima.

Deshima era uma ilha artificial, estendendo-se algumas centenas de metros em cada direção, construída na baía de Nagasaki precisamente para manter os perigosos ocidentais

sob controle. Os negociantes holandeses, membros da Companhia das Índias Orientais, eram limitados a esse microespaço de trocas. Todo o comércio entre o Japão e o Ocidente passou por Deshima de 1641 até a década de 1850, quando o Japão foi forçado por uma frota norte-americana a abrir seus portos para o Ocidente.¹⁹ Deshima era também um microambiente para o intercâmbio de informações, a despeito dos obstáculos oficiais. O governo do Japão proibia a exportação de mapas do país e também desencorajava os estrangeiros a aprenderem japonês. Esses obstáculos podiam ser superados, porém, e entre os ocidentais que passaram algum tempo em Deshima três escreveram descrições do Japão que acabaram bem conhecidas na Europa. O primeiro foi François Caron, que encabeçou o estabelecimento da Companhia das Índias entre 1639 e 1640.²⁰ O segundo foi Engelbert Kaempfer, um alemão que trabalhou em Deshima a serviço da Companhia entre 1690 e 1692. O terceiro, ao final de nosso período, foi Carl Peter Thunberg, um botânico sueco que serviu a Companhia como médico e viveu em Deshima entre 1775 e 1776.

Pesquisa de campo e gabinete

Nagasaki era uma cidade importante e, portanto, do ponto de vista europeu, o centro em relação a uma periferia. A função mediadora das impressoras em cidades em outras partes na distante periferia da Europa não deve ser esquecida: por exemplo, Goa, Macau, Batavia (hoje Jacarta, na Indonésia), Cidade do México e Lima.

Algumas cidades europeias importantes eram ainda mais importantes no processo de transmissão do conhecimento sobre outras partes do mundo para o Ocidente. Diferentes tipos de cidades — portos, capitais e cidades universitárias — tinham diferentes funções sob esse aspecto, e essas diferenças serão discutidas a seu devido tempo. Contudo, a ênfase no que segue recairá na interação entre periferias e centros, ou mais concretamente sobre a pesquisa de campo e o gabinete. Os temas paralelos serão a “importação” do conhecimento pela Europa e seu subsequente “processamento” — compilação, cálculo, classificação e crítica.

Famosos colecionadores europeus de conhecimentos exóticos que foram a campo incluíam Pierre Belon, que explorou o Oriente Médio entre 1546 e 1550, procurando novas espécies de pássaros e peixes, e Francisco Hernández, que passou o período entre 1570 e 1577 no México, numa missão do rei da Espanha para estudar animais, plantas e minerais locais.² A grande quantidade de informações sobre a história natural de outras partes do mundo que fluíam para a Europa no início do período moderno não deve ser esquecida. Nas páginas seguintes, porém, privilegiarei o conhecimento de outras culturas e suas religiões, línguas e costumes, as descrições de Thunberg do povo japonês, por exemplo, e não suas descrições das flores japonesas.

A importação de conhecimentos

A expressão “importar conhecimento” pretende ser um lembrete da importância do comércio, e mais particularmente dos portos, na difusão da informação, como no caso de Nagasaki. Os habitantes dos portos dirigiam-se regularmente ao cais para conversar com os marinheiros dos barcos recém-chegados. Os portos eram o núcleo do comércio de astrolábios, cartas, mapas e globos. Eram também os lugares perfeitos para encontros entre diferentes tipos de conhecimento e entre diferentes tipos de pessoas. Esses encontros serão ilustrados com exemplos da história dos principais portos europeus do período: Lisboa, Sevilha, Veneza e Amsterdã.

A importância de Lisboa na história do conhecimento, especialmente nos séculos XV e XVI, deriva de sua posição como capital do império ultramarino português. A Casa da Índia e o Armazém de Guiné recebiam tanto informações quanto bens de Goa, Macau, Salvador, África Ocidental e outras partes. Assim, o historiador João de Barros, que trabalhou boa parte de sua vida na Casa da Índia, teve oportunidade ímpar de reunir informações sobre a Ásia. Em relação à Índia, consultou soldados e administradores, e também mercadores que voltavam de Goa. Para informações sobre a Pérsia, falou com o homem que tinha negociado em Ormuz. Sobre o Japão e o Sião, aprendeu com os viajantes Mendes Pinto e Domingo de Seixas. Quanto à China, Barros comprou um escravo que lhe traduziu os textos.²²

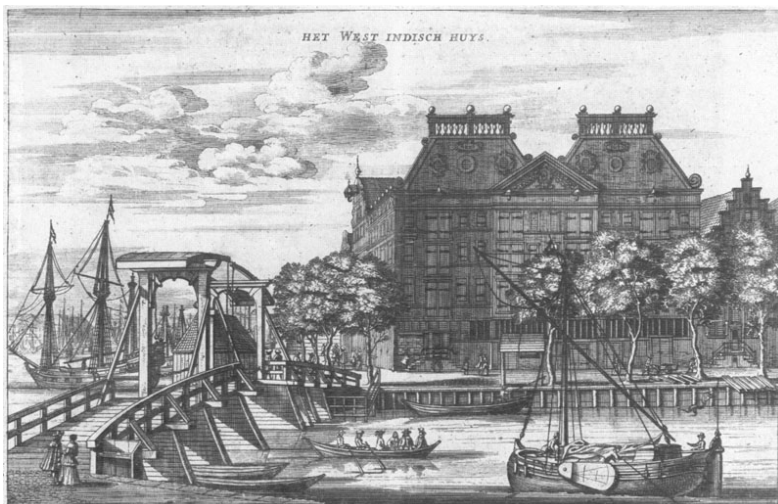
A vantagem de Sevilha como centro de informações, especialmente nos anos mais movimentados do século XVI, residia em que era o único lugar de entrada da prata trazida do México e do Peru para a Espanha. A chegada anual da frota da prata trazia informações do Novo Mundo. Que o médico Nicolás Monardes fosse capaz de escrever sua famosa obra sobre as drogas das Américas sem deixar Sevilha é um testemunho importante das oportunidades de informação oferecidas pela cidade.

Como observou o capítulo III, a Casa de Contratación em Sevilha era um armazém de conhecimentos, especialmente o conhecimento de rotas marítimas, instituição que emitia uma carta modelo (conhecida como *padrón real*) que era regularmente atualizada quando os pilotos retornavam de suas viagens com novas informações. Os “cosmógrafos” (combinando conhecimento de geografia e astronomia) eram ligados à Casa. As colônias de mercadores estrangeiros, particularmente os genoveses, eram bem informadas sobre outras partes do mundo onde seus parentes e compatriotas tinham negócios.²³ A cidade era também um importante centro impressor, e pelo menos 300 livros foram ali publicados entre 1500 e 1520, muitos deles por imigrantes alemães. Era principalmente por Sevilha que os livros estrangeiros entravam na Espanha nessa época. A importância da cidade como centro de conhecimento era reforçada pela biblioteca de Fernando Colón (o filho de Colombo), que se supunha conter 20 mil volumes, e também por grande número de academias cultas que floresceram no século XVI e no início do XVII.²⁴

Quanto a Veneza, foi descrita por um historiador francês há meio século como “a mais importante agência de informações dos primórdios do mundo moderno”.²⁵ A vantagem de Veneza, nos séculos XV e XVI, era sua posição como intermediária entre Oriente e Ocidente. O império marítimo de Veneza incluía a Dalmácia, Chipre (até 1570) e Creta. O Império Otomano era um vizinho poderoso, de modo que o conhecimento do

caráter e políticas dos sultões e grão-vizires e do movimento das tropas turcas e seus galeões era necessário para a sobrevivência política de Veneza. O funcionário veneziano conhecido como *bailo* era mandado para Istambul não só para defender os interesses da colônia de mercadores venezianos ali estabelecida, mas também para enviar notícias políticas (obtidas muitas vezes dos intérpretes e médicos do sultão) para o doge e seus conselheiros. As últimas “notícias do Rialto” eram igualmente necessárias para a sobrevivência econômica de muitos venezianos. As cartas para casa escritas pelos mercadores residentes no estrangeiro funcionavam como uma espécie de “banco de dados” para os negócios da família. As informações vinham regularmente de Aleppo, Alexandria e Damasco, onde mercadores venezianos também estavam estabelecidos, e irregularmente de lugares mais a leste. Três venezianos em particular contribuíram para o conhecimento ocidental da Birmânia: Nicolo Conti, no século XV, e Cesare Federici e Gasparo Balbi, no XVI.²⁶ Quando os rumores de que especiarias da Índia tinham chegado a Portugal alcançaram Veneza em 1501, a reação do governo foi mandar um agente secreto a Portugal para descobrir o que estava acontecendo e fazer seu relatório. O relatório sobreviveu. Notícias do descobrimento da América chegaram a Veneza depois de terem chegado a Roma, Paris e Florença, mas os venezianos demonstraram grande interesse pelo Novo Mundo ao longo do século XVI.²⁷

No século XVII, os centros comerciais de Lisboa, Sevilha e Veneza já não eram tão importantes como antes, tendo sido superados pelos portos de Antuérpia (por um breve período em meados do século XVI), Amsterdã e Londres. Antuérpia era um centro de troca de conhecimentos e também de mercadorias, um centro de elaboração de mapas, especialmente na época de Abraham Ortelius, e de publicação de descrições de terras distantes, desde a do México, por Hernán Cortés (1522) até as cartas jesuíticas do Japão (1611 a 1632).



3. *Oost Indisch Huis* [A Casa das Índias Orientais], gravura (Amsterdã, 1664).

Em Amsterdã, a Casa das Índias Orientais (figura 3) e a Casa das Índias Ocidentais tomaram o lugar (ao mesmo tempo que seguíam o modelo) das mais antigas casas desse



Figura 4. *Bolsa de valores de Amsterdã*, pintura de E. de Witte (1653).

tipo. A Casa das Índias Orientais era o destino dos relatórios anuais do escritório batavo da Companhia, que cobria a totalidade das operações nas Índias Orientais (ver p. 142-3). A Bolsa de Valores de Amsterdã (figura 4), extremamente sensível a notícias sobre a oferta de especiarias e outras mercadorias, era outro centro de informações de ultramar.²⁸ Minorias étnicas (incluindo judeus espanhóis e portugueses, marinheiros escandinavos e refugiados religiosos ingleses e franceses) eram importante fonte de informações em Amsterdã, como os gregos, eslavos, espanhóis e turcos tinham sido em Veneza, os espanhóis e italianos, em Antuérpia, e os genoveses, em Sevilha. A informação que chegava à cidade por esses canais voltava com velocidade considerável através dos jornais (ver p. 151-2) e outros meios de comunicação. Dessa forma, Amsterdã se tornou “uma central de intercâmbio de informações para toda a Europa”.²⁹

As capitais do conhecimento

Os portos não detinham o monopólio das oportunidades de informação. As maiores cidades, sobretudo Roma, Paris e Londres, figuravam entre suas mais importantes concorrentes, especialmente, mas não exclusivamente, no campo das notícias políticas.

Roma tinha longa rivalidade com Veneza como centro de informações.³⁰ Em primeiro lugar, o Vaticano era o quartel-general do mundo católico, o centro para o qual vinham embaixadores do Japão, Etiópia e Tibete, assim como dos países europeus, e para o qual eram enviados relatórios regulares pelos embaixadores do papa, os núncios. Em segundo lugar, Roma era o quartel-general das ordens missionárias, como os dominicanos, os franciscanos e, acima de todos, os jesuítas, que adotavam o sistema de mandar ao geral em Roma relatórios regulares ou “cartas anuais” de todas as casas e colégios jesuítas no mundo. A Congregação para a Propagação da Fé, no século XVII, era outra fonte de informações sobre as missões.

As *Relazioni universali* [*Descrições do mundo*] de Giovanni Botero, compiladas em Roma na década de 1590, dependeram de seu acesso à rede jesuíta. Ele cita, por exemplo, Possevino sobre a Rússia, Gonzalvo de Silva sobre Monomotapa na África, e Michele Ruggiero sobre a China, de onde retornara recentemente. Embora tenha escolhido apresentar o material em forma de tratado, Botero às vezes transmite notícias relativamente

atuais, interrompendo uma seção sobre a China para contar a seus leitores que “enquanto eu escrevia isto, chegaram notícias de que dois padres que haviam permanecido nesse reino tinham sofrido diversas perseguições”.³¹

Roma também era um centro de informação culta. Suas instituições educacionais, famosas em toda a Europa, incluíam a Sapienza, o Collegio Romano, e os colégios fundados para treinar estudantes estrangeiros como missionários, o colégio alemão (1552), o grego (1577), o inglês (1578), o maronita (1584) e o irlandês (1628). A cidade era também a sede de academias como a Lincei [Linces] e a Umoristi [Humoristas] e de redes menos formais como os círculos do antiquário Fulvio Orsini, do *connoisseur* Cassiano del Pozzo e do polímata Athanasius Kircher. Atraía sábios da França, Espanha, Alemanha e de outras terras.

Paris (junto com seu satélite Versalhes, a partir do final do século XVII) era outro centro de informação política. As embaixadas turca, persa, marroquina e siamesa na época de Luís XIV servem para lembrar que o intercâmbio diplomático não se limitava à Europa. No século XVII, a crescente centralização do Estado francês era acompanhada de um aumento do fluxo de informações para Paris.

Paris era também um centro de informação culta, que se reunia e promovia debates em instituições oficiais, como a Biblioteca Real, o Jardim Real, a Academia de Ciências, o Observatório e a Academia de Inscrições. Era também um centro de sociedades ou academias não oficiais. Estudiosos humanistas se encontravam na casa dos irmãos Dupuy, na rua de Poitevins, sede da famosa biblioteca do historiador Jacques-Auguste de Thou, que os Dupuy herdaram em 1617. Filósofos naturais, incluindo Descartes, Pascal e Gassendi, se encontravam no convento de Marin Mersenne, próximo da Place Royale (hoje Place des Vosges), entre 1619 e 1648. Theophraste Renaudot organizava palestras em francês sobre grande variedade de assuntos para quem quisesse comparecer a seu Bureau d’Adresse, situado na rua de la Calandre, próxima à Notre-Dame, e ativo entre 1632 e 1642.³²

Quanto a Londres, sua importância consistia em combinar as funções de porto e de capital. A cidade era o quartel-general da Companhia da Rússia (fundada em 1555), da Companhia do Levante (1581), da Companhia das Índias Orientais (1599) e da Companhia da África (1672). Grande quantidade de informações do estrangeiro era enviada a mercadores individuais em Londres, além de ser coletada nas sedes das companhias, por exemplo a Casa da Rússia, onde estudiosos como John Dee e Richard Hakluyt se encontravam com mercadores para discutir mapas e rotas. A Casa das Índias Orientais, na rua Leadenhall, desempenhava algumas das funções de sua rival holandesa. Mapas, cartas e diários de bordo eram ali guardados, e as cartas que chegavam forneciam informação detalhada sobre os preços das mercadorias na Índia e muitas outras questões.

As informações que chegavam a Londres desse modo não eram puramente comerciais. Em sua apresentação à edição do terceiro ano das *Philosophical Transactions*, o secretário da Royal Society, Henry Oldenburg, menciona a informação que chega a “esta famosa metrópole” das “colônias americanas” e de muitos outros lugares graças ao comércio.³³ De modo semelhante, o historiador da Royal Society, Thomas Sprat, considerava Londres, “cabeça de um poderoso império”, como “a sede mais apropriada para o avanço do conhecimento”, a “sede adequada para o conhecimento a ser construído a partir dos relatórios e da inteligência de todos os países”.

A Royal Society era um lugar importante para a troca de informações, mas tinha concorrentes. A partir do final do século XVI, palestras públicas sobre filosofia natural e outros temas eram oferecidas no Gresham College, na rua Bishopsgate. Palestras também eram oferecidas no Colégio dos Médicos em Warwick Lane, descrito por um médico em 1657 como uma genuína Casa de Salomão. Para as humanidades, havia a Society of Antiquaries, que se reunia na Derby House, perto de St Paul, aproximadamente de 1586 a 1608 para discutir a história da Inglaterra. Em termos oficiais, faltava a Londres uma universidade, mas ela sediava a Inns of Court, escola de formação para advogados, às vezes considerada uma terceira universidade.³⁴

Os imigrantes de outras partes da Europa traziam conhecimento e aumentavam o que estava disponível na cidade. O próprio Oldenburg era originário de Bremen, e seu conhecido Hartlib, de Elbing (hoje Elblag, na Polônia). Como no caso de Amsterdã, os refugiados protestantes da França, inclusive certo número de homens de letras, se estabeleceram em Londres ao final do século XVII (ver p.34).

A geografia das bibliotecas

A predominância de certas cidades europeias é confirmada quando examinamos a geografia das principais bibliotecas. É preciso admitir que a correlação não é perfeita: a Biblioteca Bodleian em Oxford, por exemplo, era uma grande biblioteca numa pequena cidade universitária, ao passo que a Escorial estava longe de qualquer cidade. Explicar a localização de ambas seria impossível sem discutir os interesses de dois indivíduos abastados: o rei Filipe II, que fundou a Escorial, e Sir Thomas Bodley, que doou sua coleção de livros à Universidade de Oxford.

Na Itália e na França, ao contrário, as melhores bibliotecas se encontravam nas maiores cidades. Na Itália, as cidades-chave eram Florença (com a Laurenziana), Veneza (com a Marciana), Milão (com a Ambrosiana) e acima de todas Roma (com o Vaticano, a biblioteca da Universidade Sapienza, a biblioteca jesuíta no Collegio Romano e a Angélica, que abriu em 1614, além de bibliotecas privadas como as das famílias Barberini, Cesi e Spada, e a da rainha Cristina). Guias forneciam aos viajantes informações sobre essas bibliotecas, apresentadas de maneira mais completa num tratado do padre Carlo Piazza, *As famosas bibliotecas de Roma* (1698).

Nápoles era outra cidade italiana com boas bibliotecas, inclusive a do advogado Giuseppe Valletta, que continha aproximadamente 10 mil volumes por volta de 1700. Como centro de conhecimento, porém, a cidade estava em decadência ao final do século XVII, como alguns dos estudiosos locais explicaram ao visitante britânico Gilbert Burnet, que registrou suas queixas sobre a Inquisição e sobre a dificuldade de obter livros da Inglaterra e da República Holandesa.

Para ilustrar os problemas do estudo em Nápoles na virada do século XVII para o XVIII podemos tomar o caso de Giambattista Vico. O autor de ambiciosa obra de história comparada obviamente precisava estar bem informado. Vico cresceu na Nápoles do final

do século XVII, centro de intensas atividades intelectuais, com acesso a novos livros em latim. Mas à medida que envelhecia, tanto ele como Nápoles foram ficando mais isolados. O francês e o inglês, línguas que ele não dominava, eram cada vez mais necessários para os cidadãos da República das Letras. Um indicador entre outros do crescente isolamento de Vico é que na edição final de sua obra-prima *Scienza nuova*, publicada em 1744, o Japão é discutido sem referência ao importante estudo de Engelbert Kaempfer, publicado quase 20 anos antes (ver p.60 e 172).³⁵

Os parisienses tiveram mais sorte. Como cidade de bibliotecas, Paris superava até mesmo Roma no final do século XVII, se não antes. Seus recursos incluíam a biblioteca do século XII de Saint-Victor, catalogada por volta de 1500 (ver p. 165) e oficialmente aberta ao público no século XVII; a biblioteca da universidade; a biblioteca do colégio jesuíta de Clermont (renomeada Louis-le-Grand em honra de Luís XIV), a biblioteca do cardeal Mazarino, que se tornou pública depois de sua morte; e a biblioteca real, que se mudou de Bois para Paris na década de 1560, tornando-se cada vez mais acessível ao público nos séculos XVII e XVIII (ver cap.VIII). Um guia de Paris em 1692 arrola não menos de 32 bibliotecas onde se permitia que os leitores entrassem “como um favor”, além das três bibliotecas públicas (a de Mazarino, Saint-Victor e a do Jardim Real).

As cidades mencionadas até aqui não se distribuíam igualmente pela Europa, mas se concentravam no sul e no oeste. Voltemos nossa atenção para o centro, norte e leste do continente. A Europa central estava relativamente bem em termos de universidades, com uma rede que datava dos séculos XIV e XV, incluindo Praga, Cracóvia, Viena, Leipzig e Pozsony (hoje Bratislava). Durante o reinado de Rodolfo II, de 1576 a 1612, sua corte em Praga era um centro intelectual capaz de atrair os astrônomos Tycho Brahe e Johann Kepler e os alquimistas Michael Maier e Michael Sendivogius, bem como humanistas como o húngaro Johannes Sambucus.³⁶ Mais importante a longo prazo foi Viena, sede não só de uma universidade, mas também da biblioteca imperial, a Hofbibliothek, que já possuía 10 mil volumes em 1600, foi descrita em detalhe nos anos 1660 pelo bibliotecário, Peter Lambeck, incluía 80 mil volumes em 1680, foi reconstruída com grande magnificência no início do século XVIII e aberta ao público em seguida.

A Europa do norte e do leste era menos densamente povoada, e suas cidades eram em geral menores (à exceção de Moscou) e mais distantes entre si. Com exceção de Uppsala, fundada em 1477, as instituições acadêmicas chegaram mais tarde — por exemplo, em Vilnius em 1578, em Dorpat (Tartu) e Kiev em 1632, em Lund em 1668, em Lviv em 1661, em Moscou em 1687 (uma academia de teologia) e em São Petersburgo em 1724. Havia menos impressoras e livrarias nessa imensa área, embora se possa perceber um crescimento modesto ao final do século XVII. Os livros impressos em Amsterdã para o mercado do Leste europeu (ver p. 148) eram ao mesmo tempo uma bênção para os leitores e um obstáculo para o desenvolvimento de uma produção local de conhecimento.³⁷ Grandes bibliotecas eram uma raridade nessa grande área, embora a biblioteca ducal em Wolfenbüttel tivesse 28 mil volumes em 1661, a biblioteca da universidade em Göttingen, 50 mil volumes em 1760, e a biblioteca real de Berlim, 80 mil em 1786.

Dois fenômenos sugerem que o acesso ao conhecimento era mais difícil nessas regiões do que na Europa ocidental. Em primeiro lugar, a migração de estudiosos para o Ocidente, fosse para consultar bibliotecas, como os alemães e escandinavos que visitavam

a Biblioteca Bodleian no século XVII, ou para ali viver durante anos, como o estudioso boêmio Jan Amos Comenius em Londres e Amsterdã. Em segundo lugar, a tentativa dos governos prussiano e russo no início do século XVIII, seguindo o conselho de Leibniz, de tornar Berlim e São Petersburgo centros de conhecimento pela importação de estudiosos estrangeiros, entre os quais matemáticos como Nicolas e Daniel Bernoulli, Leonard Euler e Pierre Maupertuis.

Era possível seguir uma carreira de estudos nas cidades menores da Europa do leste e centro-leste, submetendo-se a certas limitações. O historiador Matthias Bél, por exemplo, passou toda sua vida em Pozsony, mas trabalhava sobre a história de sua própria região. Bartholomeus Keckermann passou a maior parte de sua curta vida em Danzig (Gdansk), embora tenha publicado mais de 25 livros, e fosse essencialmente um sistematizador de disciplinas acadêmicas para quem informações de fora não eram tão importantes.

Até mesmo a aquisição do conhecimento culto cotidiano requeria mais esforços dos europeus cuja primeira língua não fosse o italiano, o espanhol, o francês, o alemão, o holandês ou o inglês. Foi muito lentamente que a Europa central e a do leste começaram a produzir obras de referência em seus próprios vernáculos: a *Enciclopédia húngara* de Apáczai Csere János (1653), ou a primeira enciclopédia em polonês, a *Nowe Ateny* [*Nova Atenas*] de Chmielowski, publicada em meados do século XVIII.

Para um exemplo vívido dos problemas enfrentados pelos estudiosos ainda mais distantes dos centros de saber, podemos tomar o caso de Carlos de Sigüenza y Góngora, no México. Ele viveu numa grande cidade, que tinha uma universidade, onde ele era professor de matemática, e muitas casas impressoras. Mesmo assim, para escrever sobre a história as relíquias de seu próprio país, inclusive sobre a escrita pictográfica usada antes da conquista espanhola, Sigüenza foi forçado a citar livros de europeus como Samuel Purchas e Athanasius Kircher. Esses livros estrangeiros ofereciam as únicas ilustrações impressas disponíveis desses pictogramas. Para ver os próprios manuscritos originais, levados para a Europa pelos espanhóis e lá dispersos, Sigüenza teria que ter visitado cidades tão distantes do México quanto Roma e Oxford.³⁸

A cidade como fonte de informação sobre si mesma

A proliferação dos serviços de informação nas primeiras cidades modernas foi em parte um efeito da divisão urbana do trabalho e em parte uma reação à crescente demanda por informação, ela mesma uma reação à desorientação gerada por se viver numa das maiores cidades da Europa. Essas cidades começavam a produzir volumes crescentes de informação sobre si mesmas.

A estrutura ocupacional das grandes cidades, por exemplo, incluía cada vez mais especialistas em diferentes tipos de comunicação oral. Esses especialistas incluíam os *corredors d'orella* da Lonja, em Barcelona, que ouviam conversas e punham os mercadores em contato entre si; os *runners* (corredores), que anunciavam serviços clandestinos de casamento na Londres do século XVIII, ou traziam notícias da chegada de navios ao café

da Lloyd; e os vendedores de baladas, que vagavam pela cidade ou estacionavam em certos lugares específicos, como a Pont Neuf em Paris, ou a Puerta del Sol em Madri, onde cantores cegos, estrategicamente situados entre o escritório da *Gazette* oficial e o terminal do sistema postal, os *Correos*, vendiam almanaques, jornais e éditos oficiais.³⁹

As notícias oficiais se multiplicavam nas esquinas ou nas portas das igrejas. Em Florença, em 1558, por exemplo, o novo *Index librorum prohibitorum* era exibido nas portas das igrejas da cidade. Na Londres da época de Carlos II, cartazes de rua anunciavam as peças de teatro. Um visitante suíço em Londres em 1782 ficou impressionado com o predomínio de nomes de lojas em prejuízo da sinalização. Os nomes das ruas cada vez mais eram escritos nos muros (em Paris, a partir de 1728). Os números das casas eram cada vez mais comuns nas maiores cidades no século XVIII. Um visitante inglês em Madri na década de 1770 observou que “os nomes das ruas eram pintados nas casas de esquina” e que “todas as casas eram numeradas”.

Todo turista sabe que, quanto maior a cidade, maior a necessidade de guias, na forma de pessoas ou de livros. No início da Europa moderna havia demanda por guias profissionais ou cicerones, especialmente em Roma, Veneza e Paris, para mostrar a cidade aos visitantes. Havia também uma demanda por livros-guia. Guias impressos de Roma eram especialmente numerosos, começando pelas assim chamadas *Maravilhas da cidade de Roma*, que já circulavam na Idade Média. Em sucessivas edições, esse guia de relíquias, indulgências e papas passou a incluir informações mais seculares sobre antiguidades, o serviço postal e pintores. O guia de Veneza, de Francesco Sansovino, publicado por primeira vez em 1558, foi sucesso de vendas, substituído no fim do século XVII pelo *Guia para estrangeiros* de Vincenzo Coronelli e, depois, pelo *Estrangeiro Ilustrado*, descrição, do século XVIII, de uma visita de seis dias à cidade e seus arredores.

Esses modelos foram seguidos por guias posteriores de Amsterdã, Paris, Nápoles e outras cidades. Amsterdã foi descrita por Pontanus (1611), Dapper (1663), Zesen (1664), Commelin (1693) e um guia anônimo em francês de 1701, reimpresso e revisto várias vezes. A descrição de Nápoles, de Bacco, foi publicada por primeira vez em 1616 e no fim do século já alcançava oito edições, assim como seus concorrentes como Mormile (1617), Sarnelli (1685), Celano (1692) e a *Descrição da cidade de Nápoles* (1788), de Sigismondo, dirigida expressamente aos estrangeiros. A *Descrição de Paris* (1684) por um guia profissional, Germain Brice, alcançou sua oitava edição em 1727. Foi seguida por uma *Temporada em Paris* (1727), de Neimetz, e por outros rivais. Os primeiros guias de Londres datam de 1681 (quando descrições similares foram publicadas por Nathaniel Crouch e Thomas de Laure). No século XVIII foram publicados aproximadamente uma dúzia.

No século XVIII, esses guias acrescentavam à descrição das igrejas e obras de arte informações práticas sobre a negociação com os cocheiros ou que ruas evitar à noite. Havia também uma literatura especializada sobre as vigarices da cidade em seus variados repertórios: *The Frauds of London* etc. As informações práticas logo ficavam desatualizadas, e assim não surpreende que um guia de Madri para estrangeiros fosse publicado anualmente a partir de 1722, o *Calendário anual e guia para estrangeiros*.

Algumas cidades chegavam a produzir guias do mundo da prostituição. A *Tariffa delle puttane*, publicada em Veneza por volta de 1535, era um diálogo em versos com os nomes, endereços, atrações, críticas e preços de 110 cortesãs. A ela seguiu-se um catálogo

de 1570, com 210 nomes, e mais tarde imitações referentes a atrações de Amsterdã (1630) e Londres — a *Commonwealth of Ladies* (1650) sobre as que trabalhavam no New Exchange e a *List of Govent-Garden Ladies*, de Harris, anualmente a partir de 1760. Nem sempre fica claro se os guias se destinavam aos visitantes ou aos nativos, nem quão acurados eram; ou mesmo se a intenção dos autores era oferecer informações práticas ou pornografia.

Os próprios nativos das grandes cidades precisavam cada vez mais de orientação, para informações sobre várias formas de lazer, ou sobre onde encontrar certas mercadorias e serviços. Cartazes eram uma das soluções para o problema. Tomemos a programação teatral, por exemplo. Esses anúncios colados nos muros remontam à Espanha do fim do século XVI, momento em que surge o teatro comercial. O *cartel* espanhol foi imitado pelo *manifesto* italiano, o *affiche* francês, o *Plakat* alemão e o *bill* inglês. Pepys se refere, em 1662, a cartazes anunciando peças afixados em quadros no Templo e em outros lugares. No final do século XVIII, em Paris, cartazes desse tipo tinham importante papel na vida urbana. Eram diretamente controlados, e os *afficheurs* portavam emblemas reveladores de seu status. As informações que afixavam iam desde a propaganda de charlatães, anúncios de cães perdidos e pregadores, até decretos do Parlamento de Paris.

Para atender a algumas dessas necessidades, foi criado o chamado Bureau d'Adresse em Paris no início do século XVII (perto da Pont Neuf, mais tarde no Louvre) por Théophraste Renaudot, mais conhecido como editor do jornal oficial, a *Gazette*. A ideia da agência era (mediante uma taxa) pôr as pessoas em contato (empregados e patrões, por exemplo), indivíduos que não se conheciam, assim combatendo o isolamento da grande cidade. Como relata um visitante inglês ao Louvre, “sob a longa galeria há um lugar chamado *Bureau d'Adresse*. Ali, um homem tem um livro com nomes de serventes e lacaios”. O escritório era bastante conhecido chegando a ser tema de balés na corte em 1631 e 1640, um meio de comunicação fazendo assim propaganda de outro.⁴⁰

Essa versão do século XVII das páginas amarelas não durou muito, mas a ideia foi retomada mais tarde por um médico-boticário chamado Nicolas de Blegny, que apresentou o material de forma impressa, desta vez sob o título *O livro de conveniências dos endereços de Paris* (1692), que incluía informações sobre vendas, empregos disponíveis, bibliotecas, palestras públicas, banhos, professores de música, e horários e locais de audiências com o arcebispo de Paris ou de sessões de imposição das mãos do rei. Parece ter sido sábio publicando a obra sob o pseudônimo “Abraham du Pradel”, pois sua circulação foi logo suspensa devido a queixas de invasão da privacidade por parte de alguns dos notáveis cujos endereços listava.⁴¹

Contudo, persistia a demanda por esse tipo de informação, e o projeto ressurgiu mais uma vez no século XVIII. Em 1750, o cavalheiro de Mouchy (mais conhecido por sua organização de boletins manuscritos) também organizou um *bureau d'adresse* na rua Saint-Honoré. Informações sobre atividades de lazer em Paris eram publicadas no século XVIII em periódicos como *Affiches de Paris* (1716), *Journal des Spectacles de la Cour* (1764), mais tarde no *Journal des Théâtres* (1777), e *Calendrier des Loisirs* (1776). A partir de 1751, *Affiches* passou a ser publicada junto com a *Gazette* no “bureau d'adresses et rencontres” na rua Baillete. Oferecia informação sobre peças, sermões, decretos do Parlamento de Paris, chegada de mercadorias, livros recém-publicados etc. De modo semelhante, o *Diario de Madrid* (1758-), por exemplo, incluía *notícias particulares de*

Madrid, propostas para compartilhar uma carruagem para Cádiz, por exemplo, e uma seção de “Achados e perdidos” (cães, rosários etc.).

Em Londres, a ideia de oferecer informações práticas aos habitantes da cidade foi adotada em meados do século XVII por Samuel Hartlib, cujo Office of Adress ou Agency for Universal Learning tentava combinar os serviços práticos oferecidos por Renaudot com um projeto mais ambicioso de coleta e difusão internacional do conhecimento sobre todos os temas.⁴² Um estrangeiro como Hartlib deve ter percebido a necessidade de orientação numa grande cidade. Seu projeto, como o de Renaudot, durou pouco, mas — outra vez como o de Renaudot — inspirou imitadores. Por exemplo, o Office of Public Advice, em Londres (1657), que publicava um semanário, o *Publick Adviser*, e também oferecia mediação pessoal; ou o escritório de inteligência montado por um certo T. Mayhew em Londres, por volta de 1680, no Pea Hen, em frente à Somerset House, que se dedicava a registrar imigrantes.

Na Londres do século XVIII, agências de empregos ou “escritórios de registro” de serventes eram cada vez mais comuns. Em 1751, o romancista — e magistrado — Henry Fielding formulou um plano para um “Escritório de Registro Universal”, observando que “cidades grandes e populosas” requerem “um método de comunicação das várias necessidades e talentos entre os habitantes” e propondo registros de propriedades à venda, acomodações para aluguel, empréstimos de dinheiro, empregos disponíveis, serviços de viagem, e assim por diante, em uma palavra, o que um autor teatral da época chamou de “Armazém de Informações”. Ele pretendia que não se registrasse qualquer empregado “que não pudesse apresentar referências do último lugar em que tivesse morado”. Não surpreende descobrir que Fielding foi também responsável pelo estabelecimento do que já foi chamado de “primeira força de detetives na Inglaterra”, no Bow Street Office, em 1749. Fielding considerava a informação uma arma contra os criminosos e defendia um registro de informações sobre roubos.

O processamento do conhecimento

A sistematização do conhecimento nas cidades e fora delas era parte de um processo mais amplo de elaboração ou “processamento”, que incluía compilar, checar, editar, traduzir, comentar, criticar, sintetizar ou, como se dizia na época, “resumir e metodizar”. O processo pode ser descrito em termos de uma linha de montagem. À medida que a informação se deslocava na rota do campo à cidade, grande quantidade de diferentes indivíduos acrescentavam sua contribuição. Por meio disso, o conhecimento era “produzido”, no sentido de que as novas informações se transformavam no que era visto — ao menos pelos letrados — como conhecimento. Seria absurdo sugerir que as informações chegavam livres de conceitos ou categorias, tanta era a “matéria bruta” importada pela metrópole das colônias. No caso das ervas e medicamentos das Índias orientais e ocidentais, por exemplo, é claro que o conhecimento fora elaborado localmente pelos sábios nativos antes da chegada à Europa.⁴³

Mesmo assim, para que pudesse ser utilizado com eficácia, esse conhecimento tinha que ser assimilado ou adaptado às categorias da cultura europeia. A despeito de exemplos famosos do contrário, como as atividades de Montaigne e Montesquieu em suas propriedades de campo (discutidas no cap.VIII), esse processo de assimilação em geral tinha lugar no ambiente urbano. As cidades foram descritas como “centros de cálculo”, isto é, lugares em que a informação local de diferentes regiões e relativa a diferentes tópicos era transformada em conhecimento geral na forma de mapas, estatísticas etc. Um dos primeiros exemplos é o da antiga Alexandria, com sua famosa biblioteca, onde estudiosos como o geógrafo Eratóstenes transformavam o conhecimento local em conhecimento geral.⁴⁴

As primeiras cidades modernas podem ser descritas como centros de cálculo e também de crítica e síntese. Os atlas desse período exemplificam claramente essa síntese; os de Mercator (produzidos na Antuérpia), por exemplo, ou os de Blaeu (Amsterdã), Coronelli (Veneza), Homann (Hamburgo) ou d’Anville (Paris). Os artigos do cartógrafo Jean Baptiste d’Anville sobreviveram e frequentemente o mostram baseando-se nos relatos orais e escritos de diferentes tipos de viajantes, como mercadores e diplomatas, para fazer sua síntese.⁴⁵ A acomodação do conhecimento local ou mesmo “periférico” aos interesses do centro era auxiliada pelo uso de questionários (ver p. 117) que, como as estatísticas, facilitavam os contrastes e comparações.

O processamento do conhecimento desse modo era uma atividade coletiva em que os estudiosos participavam ao lado de burocratas, artistas e impressores. Esse tipo de colaboração só era possível em cidades suficientemente grandes para reunir grande variedade de ocupações especializadas. Cidades diferentes contribuíam de modos diferentes na divisão internacional do trabalho. Quando Lutero começou a desafiar o papa, a cidade de Wittenberg, no leste alemão, onde ensinava na nova universidade, estava à margem da cultura alemã (assim como a Genebra de Calvino estava à margem da cultura francesa).⁴⁶ Graças a esses dois reformadores, porém, Wittenberg e Genebra se tornaram cidades sagradas, centros de conhecimento religioso, as equivalentes a Roma nos mundos luterano e calvinista.

Florença, Roma e Paris eram ainda centros de *connoisseurship*. Contudo, graças a bibliotecas e professores, algumas cidades universitárias desempenharam, na elaboração do conhecimento, um papel desproporcional a seu tamanho — por exemplo, Pádua e Montpellier, no século XVI, no caso do conhecimento médico, Leiden no século XVII, em botânica e em estudos arábicos, e Göttingen, no século XVIII, em história e estudos russos.

As minorias linguísticas, tão importantes em certas cidades europeias, também desempenharam papel significativo nesse processamento, ligando assim a microgeografia do conhecimento à sua macrogeografia. Em Veneza, por exemplo, os gregos e “eslavos” (*Schiavoni*, principalmente da costa dálmata) estavam envolvidos na produção de livros, textos gregos clássicos, no primeiro caso, e textos litúrgicos, no segundo. Os italianos, espanhóis, ingleses, franceses e outras minorias na Antuérpia editavam, traduziam e imprimiam livros nesses idiomas. O mesmo pode ser dito sobre Amsterdã, incluindo seus russos e armênios, assim como minorias mais expressivas como os franceses e judeus de língua espanhola e portuguesa. A tradução para o latim de obras nos vernáculos da Rússia, China e Japão, que ajudou a tornar essas culturas mais conhecidas pelos estudiosos em geral, teve muitas vezes lugar em cidades com colégios jesuítas (entre elas, Antuérpia, Colônia,

Mainz, Dillingen e Munique), combinando assim o interesse dos jesuítas pelas missões e pela literatura neolatina.

O surgimento dos dicionários de línguas não europeias pode ser um indicador útil do crescente interesse e conhecimento europeu sobre outras partes do mundo. As cidades espanholas publicaram os primeiros dicionários de arábico (1505) e das línguas ameríndias nativas, como o guarani (1639). Dicionários malaios e indonésios foram publicados em Amsterdã em 1603, 1623, 1640 e 1650, sem dúvida para uso da Companhia das Índias. Roma, como centro do empreendimento missionário, era o lugar natural para a publicação de dicionários do etíope, turco, armênio, arábico, persa e vietnamita.

Importante papel no processamento da informação foi desempenhado por indivíduos, como escritores ou empresários intelectuais (ver p. 145). Exemplos conhecidos incluem o holandês Johannes de Laet, o francês Jean-Baptiste du Halde e os alemães Bernhard Varenius e Athanasius Kircher. Esses homens nunca saíram da Europa, mas todos eles publicaram descrições da Ásia. De Laet escreveu sobre os impérios Otomano e Mughal, Varenius, sobre o Japão e o Sião, e Kircher e du Halde, sobre a China.⁴⁷ Estudiosos sedentários como estes, cujo papel era o complementar oposto dos coletores itinerantes de conhecimentos como Hernandez, Kaempfer ou Martini, geralmente trabalhavam nas principais cidades. De Laet trabalhava em Leiden, com acesso a uma coleção importante de livros e manuscritos orientais que foram essenciais para sua descrição do Império Mughal. Varenius trabalhava em Amsterdã. Kircher passou 40 anos em Roma, o que lhe deu acesso a informações dos missionários que voltavam, como Michael Boym e Martino Martini, da China, Heinrich Roth, da Índia, e Filippo Marini, de Tonquim e Macau. De modo semelhante, du Halde, que vivia em Paris, conversou com missionários que voltavam da China e editou seus relatos, publicados como uma série de “cartas edificantes” (*Lettres édifiantes*).

Dizer que esses homens sabiam como explorar as oportunidades oferecidas por sua situação num importante centro de informações não diminui suas realizações nem a de outros como eles (Giovanni Battista Ramusio em Veneza, João Barros em Lisboa, Giovanni Botero em Roma, Richard Hakluyt em Londres, Jean Baptiste d’Anville e Denis Diderot em Paris, ou Caspar Barlaeus, Olfert Dapper e Jan Blaeu em Amsterdã).

Pesquisadores de “campo” como o jesuíta italiano Martino Martini, com quem este capítulo começou, viam muito bem a necessidade de manter contato com esses centros. Martini, por exemplo, tinha contatos regulares com Roma e visitou Amsterdã, como vimos, para entregar mapas ao editor Jan Blaeu. François Bernier, médico que passou a maior parte do período entre 1655 e 1668 na Índia, mandava informações por carta a seus amigos em Paris e publicou um livro sobre a Índia quando de sua volta. A informação reunida por Bernier seria utilizada por John Locke e Charles de Montesquieu para dar suporte a suas teorias gerais sobre tópicos tão díspares como as leis e os espíritos.⁴⁸

A distribuição do conhecimento

Processado na cidade, o conhecimento era distribuído ou reexportado em forma impressa, modo que atenuava as barreiras geográficas, “deslocando” conhecimentos de seus ambientes originais. As principais cidades europeias mencionadas neste capítulo eram importantes centros impressores. A importância de Veneza, Amsterdã e Londres nesse particular é conhecida e será examinada em maior detalhe no contexto econômico. Roma era um grande centro impressor. E também Paris, com suas oficinas concentradas no quarteirão universitário da rua Samt-Jacques. Sevilha já foi considerada “de longe o mais importante centro de publicação de notícias” da Espanha no início do século XVII.⁴⁹ A rede de distribuição de livros, pelo menos originalmente, tendia a seguir rotas estabelecidas de negócios, mas acabou por criar suas próprias rotas.⁵⁰

Como estudo de caso deste processo podemos examinar o conhecimento ocidental sobre medicinas alternativas de outros continentes. Os médicos ocidentais parecem ter se mostrado mais abertos a essas alternativas no início dos tempos modernos do que mais tarde, na era da medicina científica e profissional. Dois textos-chave sobre ervas e drogas exóticas foram publicados no século XVI. Um sobre a Índia, pelo médico português Garcia d’Orta, foi publicado por primeira vez em Goa, e outro sobre as Américas, pelo médico espanhol Nicolás Monardes, foi publicado em Sevilha. Os dois textos se tornaram conhecidos em toda a Europa graças, em parte, à sua tradução para o latim. No século XVII, o conhecimento da medicina oriental foi complementado por uma série de textos publicados por funcionários da Companhia das Índias. A medicina indígena era apresentada na *Medicina dos indianos* (1642), de Jacob de Bondt, no *Compendium* (1679), de Harmann Grimm, e na obra em 12 volumes *O jardim indiano de Malabar* (1678-1703), de Hendrik van Rheede, compilado em Goa, mas impresso em Amsterdã. Vale destacar que essa compilação, longe de exemplificar a descoberta ocidental de informações previamente desconhecidas, se baseava em tradições védicas nativas. O manuscrito mesmo foi revisado por alguns médicos indianos em Goa antes de ser mandado à Europa para publicação.⁵¹

Mais para o leste, Andreas Cleyer (baseado nas notas de um missionário jesuíta na China, Michael Boym), publicou um livro sobre a medicina chinesa, *Espécimes da medicina chinesa* (1682), discutindo entre outras coisas o modo chinês de tomar o pulso, enquanto Willem ten Rhijne, em livro publicado em Londres em 1683, examinou a medicina tradicional japonesa (acupuntura, moxibustão) e a botânica (especialmente o chá e a cânfora).

A obra de Monardes também foi complementada no século XVII, ainda que de maneira menos elaborada que a de Orta. As informações coletadas pelo médico espanhol Francisco Hernández, enviado ao México por Filipe II, foi publicada em Roma, em latim, em 1628, e o tratado de medicina ameríndia, *Medicina do Brasil* (1648), foi publicado por Willem Piso, médico da expedição holandesa a Pernambuco na década de 1630. A dívida das taxonomias de plantas exóticas para com as classificações não ocidentais, a de Orta em relação aos árabes, por exemplo, ou a de Hernández em relação ao sistema nauhatl, foi recentemente reconhecida por estudiosos europeus.⁵²

As descobertas no contexto global

A descoberta europeia de um mundo mais amplo era parte de uma tendência maior que incluía o descobrimento asiático das Américas e também da Europa. No caso do Império Otomano, por exemplo, o interesse pela América demonstrado por Piri Reis já foi discutido (ver p.56). Uma história das Índias Ocidentais escrita para o sultão Murad III utilizou a obra de López de Gómara, Oviedo e Zárate. O *Atlas* de Mercator foi traduzido para o turco em meados do século XVII, e o *Atlas* de Blaeu (por ordem do sultão Mehmed IV) na década de 1670.⁵³ Essas traduções ficaram em manuscrito, mas um dos poucos livros reproduzidos a partir da imprensa brevemente estabelecida no Império Otomano em 1727 foi uma tradução de López de Gómara.

A Europa já fora descoberta pelos árabes antes de 1450. Para encontrar o interesse por uma Europa previamente desconhecida, é preciso procurar mais ao leste. Na China, ao final do século XVII, o missionário jesuíta italiano Matteo Ricci exibiu em seus aposentos um mapa do mundo ao estilo europeu. Isso chamou atenção. O imperador tinha uma cópia e o mapa foi reproduzido em tratados chineses de geografia — embora sem grande influência sobre a tradição cartográfica chinesa.⁵⁴

O ligeiro interesse pelo Ocidente expresso pelos chineses contrasta com a situação no Japão. Apesar da política governamental de “reclusão” (ver p.59) — ou por causa dela —, alguns japoneses desenvolveram vivo interesse pela cultura estrangeira, especialmente a partir do final do século XVII. Os intérpretes de Nagasaki estavam entre os primeiros a mostrar interesse pelo conhecimento ocidental, descrito à época como “conhecimento holandês” (*Rangaku*, de “Oranda”, nome japonês da Holanda). Uma tela japonesa feita por volta de 1625 mostra um mapa do mundo derivado do mapa de Planeio, de 1592, e um mapa-múndi de Blaeu, de 1648, logo estava na posse do xogum. A curiosidade se desenvolveu e alguns estudiosos japoneses começaram a visitar Nagasaki para aprender mais sobre o Ocidente. Arashiyama Hoan, por exemplo, ali estudou a medicina ocidental e publicou um manual sobre o tema em 1683. Uma seção da tradução holandesa da geografia de Hübner foi publicada em japonês em 1772. Um grupo de médicos japoneses traduziu um manual de anatomia do holandês e o publicou em 1774. Depois de sua visita a Nagasaki, o estudioso Otsuki Gentaku publicou uma introdução ao conhecimento ocidental em 1788. Foi só por volta de 1800 que especialistas em Rangaku descobriram que o holandês não era necessariamente o idioma ocidental mais útil a ser aprendido.⁵⁵

Como os europeus, os chineses e japoneses lidavam com o conhecimento exótico traduzindo-o para suas próprias categorias e encontrando um lugar para ele em seus próprios sistemas de classificação. O próximo capítulo se ocupa dos problemas de classificação do conhecimento.

V - A Classificação do Conhecimento: Currículos, Bibliotecas e Enciclopédias

As categorias do pensamento humano nunca são fixadas de forma definitiva; elas se fazem, desfazem e refazem incessantemente: mudam com o lugar e com o tempo.

DURKHEIM

Um dos elementos mais importantes na elaboração do conhecimento descrita no último capítulo é sua classificação. Está na hora de examinar esse tópico de modo mais detalhado, seja como tentativa de adaptar o novo conhecimento aos quadros de referência tradicionais ou, no extremo oposto, como maneira de transformar a longo prazo esses quadros de referência para acomodar as novidades. Como observou Durkheim, sistemas de classificação “se fazem, desfazem e refazem incessantemente”.¹

A antropologia do conhecimento

Enquanto o último capítulo ofereceu uma geografia dos primórdios do conhecimento moderno, este esboçará o que poderia ser chamado de uma “antropologia”, pois de Durkheim em diante os antropólogos desenvolveram uma tradição de levar a sério as categorias ou classificações das outras pessoas, investigando seus contextos sociais. A tradição inclui estudos clássicos como *O pensamento chinês* (1934), de Marcel Granet, e *O pensamemo selvagem* (1962), de Claude Lévi-Strauss. Granet, por exemplo, apresentou as categorias chinesas *yin* e *yang* como exemplos de pensamento concreto ou pré-lógico. Lévi-Strauss rejeitou a ideia do pré-lógico, mas também ele destacou as categorias concretas dos chamados povos primitivos, como os índios americanos, que fazem uma distinção análoga ao nosso contraste entre “natureza” e “cultura” com as categorias do “cru” e do “cozido”.²

Os sistemas ocidentais de categorias de princípios do período moderno são tão diferentes dos nossos próprios sistemas que requerem uma abordagem antropológica, como a que Michel Foucault levou a efeito na década de 1960. Herdamos deles alguma terminologia, palavras como “magia” ou “filosofia”, por exemplo, mas esses termos mudaram de significado à medida que mudava o sistema intelectual. Para evitarmos ser enganados por esses “falsos amigos”, precisamos tomar distância dessas categorias europeias, aprender a considerá-las como tão estranhas ou construídas como (digamos) as chinesas. Foucault fez a mesma observação recorrendo a uma fábula tomada de empréstimo a Jorge Luis Borges sobre as categorias de animais encontradas numa enciclopédia chinesa

— animais pertencentes ao imperador, aqueles desenhados com um fino pincel de pelos de camelo, aqueles que de longe parecem moscas, e assim por diante. A fábula mostra vivamente a arbitrariedade manifesta de qualquer sistema de categorias quando visto de fora.³

Na última geração, certo número de historiadores culturais, muitos dos quais trabalhando sobre o início do período moderno, se voltaram para o estudo dos sistemas de classificação.⁴ A própria Europa no início da era moderna é um período de grande interesse para a taxonomia de estudiosos como o suíço Conrad Gesner, em sua história natural dos animais (1551), e Ulisse Aldrovandi, de Bolonha. O botânico sueco Carl Linnaeus, Lineu, pode ter sido o maior e mais sistemático dos taxonomistas intelectuais, mas não foi o único.⁵ Mas o principal tema deste capítulo é a taxonomia do próprio conhecimento, vamos nos concentrar no conhecimento acadêmico, tentando colocá-lo no contexto dos conhecimentos alternativos.

Variedades de conhecimento

No início da Europa moderna, o conhecimento era classificado por grupos diferentes de maneiras também diferentes. Esta seção discutirá algumas das distinções mais comuns, tendo em mente o fato de que as categorias mudaram ao longo do tempo, e também que foram muitas vezes contestadas, implícita ou explicitamente, com diferentes indivíduos ou grupos assinalando suas divergências em lugares distintos. A distinção entre conhecimentos mais ou menos certos será discutida adiante, no capítulo IX.

Uma distinção recorrente era feita entre o conhecimento teórico e o prático, o conhecimento dos filósofos e o dos empíricos, ou como alguns diziam, “ciência” (*scientia*) e “arte” (*ars*). Um exemplo claro do emprego dessas categorias num contexto prático vem da construção da catedral de Milão, por volta de 1400. No curso da construção, desenvolveu-se uma disputa entre o arquiteto francês e os mestres de obras locais. Um grupo destes últimos argumentou que “a ciência da geometria não deveria interferir nessas questões, pois a ciência é uma coisa e a arte é outra coisa”. A esse argumento, o arquiteto encarregado da obra respondeu que “a arte sem a ciência” (em outras palavras, a prática sem a teoria) “não é nada” (*ars sine scientia nihil est*).⁶

Outra distinção recorrente se dava entre o conhecimento público e o “privado” (não tanto no sentido de conhecimento “pessoal” como no sentido de informação restrita a um grupo particular da elite). Nesse sentido, o conhecimento privado incluía segredos de Estado (*arcana imperii*), discutidos no próximo capítulo, e também os segredos da natureza (*arcana naturae*), cujo estudo era às vezes conhecido como “filosofia oculta ou ocultista”. Segredos alquímicos, por exemplo, eram transmitidos, às vezes de maneira cifrada, por redes informais de amigos e colegas, ou no seio de sociedades secretas. Segredos técnicos eram compartilhados nas guildas de artesãos, mas os intrusos eram excluídos. A ligação entre “mistérios” e *métiers* era mais do que etimológica.

A questão acerca de que tipo de conhecimento deveria ser tornado público era controversa, e respondida de maneiras diferentes por diferentes gerações e em diferentes partes da Europa. A Reforma foi entre outras coisas um debate sobre o conhecimento religioso, debate em que Lutero e outros afirmavam que esse conhecimento deveria ser compartilhado com os leigos. Na Itália, Inglaterra e outras terras, os reformadores das leis argumentavam, de modo semelhante, que elas deveriam ser traduzidas para o vernáculo a fim de libertar as pessoas comuns da “tirania dos advogados”.⁸ Algumas sociedades cultas eram sociedades mais ou menos secretas, enquanto outras, como a Royal Society de Londres, se interessavam em tornar público o conhecimento. A longo prazo, a ascensão do ideal do conhecimento público é visível no início do período moderno e está ligada ao surgimento da imprensa.⁹

Distinção semelhante era traçada entre o conhecimento legítimo e o conhecimento proibido, os *arcana Dei*, conhecimento que devia ser mantido em segredo não só do público em geral, mas de toda a humanidade. Até que ponto a curiosidade intelectual era legítima, ou não passava de uma “ vaidade ” ou pecado, era o tema do debate. O reformador João Calvino, por exemplo, seguia santo Agostinho na condenação da curiosidade, mas no século XVII (ver p.31), a palavra “curioso” era muitas vezes utilizada como termo positivo para designar os estudiosos, especialmente no caso dos nobres.¹⁰

A distinção entre alto e baixo conhecimento (*scientia superior et inferior*) feita pelo dominicano Giovanni Maria Tolosani na década de 1540 serve para lembrar a importância da hierarquia na organização intelectual do conhecimento no período.¹¹ O conhecimento masculino, inclusive o conhecimento da esfera pública, era visto, ao menos pelos homens, como superior ao conhecimento feminino, mais ou menos limitado à piedade e ao domínio doméstico.

A distinção entre conhecimento “liberal” e conhecimento “útil” era antiga e continuava a ser feita no início do período moderno, embora a avaliação relativa dos dois tipos de conhecimento começasse a ser revertida, pelo menos em alguns círculos. O conhecimento “liberal”, como o dos clássicos gregos e latinos, tinha status elevado em 1450 e mesmo em 1550, enquanto o conhecimento meramente “útil”, do comércio, por exemplo, ou de processos de produção, tinha menor status, exatamente como os mercadores e artesãos que o detinham. Seguindo uma classificação medieval ainda em voga na época, os artesãos eram vistos pelas classes altas como praticantes das sete “artes mecânicas”, tradicionalmente especificadas como a confecção de roupas, a construção de navios, a navegação, a agricultura, a caça, a cura e a interpretação teatral.¹²

O matemático inglês John Wallis, por exemplo, lembra em sua autobiografia que no início do século XVII, seu objeto de estudo não era em geral considerado como “acadêmico, mas mecânico”, associado a “mercadores, homens do mar, carpinteiros e construtores”. O pressuposto da superioridade do conhecimento liberal em relação ao útil é um claro exemplo das consequências intelectuais da dominação do Antigo Regime pelo que Veblen chamava de “classe ociosa”. Contudo, essa superioridade foi solapada ao longo do período, como veremos.

O conhecimento especializado era muitas vezes contrastado com o conhecimento geral ou mesmo universal. O ideal do “homem universal” era levado a sério em certos círculos na Itália do século XV, e disso é testemunho a *Vida civil*, de Matteo Palmieri,

segundo a qual “um homem é capaz de aprender muitas coisas e tornar-se universal (*farsi universale*) em muitas artes”. O poeta e estudioso florentino Angelo Poliziano aceitava o ideal, como mostra seu pequeno tratado sobre o conhecimento universal, o *Panepistemon*. E também o humanista Giovanni Pico della Mirandola, como pode ser visto na lista das 900 teses que o audacioso e jovem estudioso se propunha a defender num debate público em Roma em 1487. Pico foi descrito por um personagem no diálogo *Ciceroniano* (1528) de Erasmo como um homem de todos os conhecimentos (*ingenium ad omnia factum*).

Saber tudo, ou pelo menos saber alguma coisa sobre tudo, continuou como um ideal ao longo de todo esse período, e era descrito como “cultura geral”, *polymathia* ou *pansopha*, palavra-chave nos escritos do reformador educacional tcheco Jan Amos Comenius e seus seguidores. Como o notável de Cambridge Isaac Barrow o disse em seu tratado *Da industria*, “dificilmente será um bom sábio aquele que não possui conhecimentos gerais”. Conhecimentos gerais se tornavam necessários pela “conexão entre as coisas e a interdependência das noções”, de tal forma que “uma parte do saber lança luz sobre as outras”. O ideal da generalidade era exemplificado por alguns indivíduos notáveis como o magistrado francês Nicolas de Peiresc, cujos interesses incluíam direito, história, matemática e egiptologia; o acadêmico sueco Olaus Rudbeck, ativo nos campos de anatomia, botânica, medicina e história; o jesuíta alemão Athanasius Kircher, que escreveu (entre outras coisas) sobre magnetismo, matemática, mineração, música e filologia; e Daniel Morhof, cujo livro *Polyhistor* (1688) incentivou o uso do termo para designar o ideal do conhecimento geral.¹³

Apesar disso, o ideal foi gradativamente abandonado. O escritor religioso Richard Baxter já observava com tristeza a crescente fragmentação do conhecimento em seu *Holy Commonwealth* (1659). “Partimos as artes e as ciências em fragmentos, de acordo com a limitação de nossas capacidades, e não só não somos pansóficos para ver o todo, como somos monotemáticos (*uno intuitu*)”. O “verbete sobre as *Gens de lettres* na *Enciclopédia* era mais resignado, declarando que “o conhecimento universal não está mais ao alcance do homem” (*la science universelle n’est plus à la portée de l’homme*). Tudo o que podia ser feito era tentar evitar a especialização estreita incentivando um “espírito filosófico”.

O “conhecimento dos livros”, como era às vezes chamado, era distinguido ocasionalmente, mesmo por letrados, do conhecimento das coisas. Comenius, por exemplo, destacava a importância de estudar as coisas e não as palavras, e distinção semelhante está subjacente à crítica humanista do que consideravam a parolagem dos filósofos escolásticos, o “jargão das escolas”.¹⁴ O conhecimento quantitativo era distinguido do qualitativo e levado cada vez mais a sério. Segundo a famosa declaração de Galileu, o livro da natureza está escrito na linguagem da matemática. De meados do século XVII em diante, as informações úteis ao Estado eram cada vez mais dispostas na forma de “estatísticas” (ver p. 124-5).

Contudo, o importante neste capítulo é o conhecimento acadêmico e seus vários campos. “Campo” é uma metáfora reveladora para o conhecimento, que remonta, na cultura ocidental, pelo menos até Cícero. No verbete da *Enciclopédia* já citado, as *gens de lettres* são aconselhadas a se envolver em diferentes campos, mesmo se não puderem cultivar todos (ver p.81). O termo empregado, *terrain*, evoca a imagem de estudiosos-camponeses defendendo seu território intelectual da invasão de seus vizinhos disciplinares. O

“imperativo territorial” era — e continua a ser — importante no mundo intelectual, tanto quanto nos domínios da política e da economia. O tema deste capítulo pode ser igualmente descrito como uma geografia histórica dos primórdios da academia moderna e de seus vários “domínios” ou, como diria Lineu, seus “reinos” (*regná*).¹⁵



5. *Arvore do conhecimento*, página de rosto de *Arbor scientiae*, de R. Lúlio (1515; reed. 1635).

Outra metáfora-chave do século XVI, e da Idade Média, para visualizar o sistema de conhecimento era a de uma árvore com seus galhos. Além de árvores do conhecimento como a *Arbor scientiae* (figura 5), de Raimundo Lúlio, escrita por volta de 1300, mas reeditada diversas vezes no período, havia árvores da lógica (a chamada “Árvore de Porfírio”), árvores da consanguinidade, árvores da gramática, árvores do amor, árvores das batalhas e até uma árvore dos jesuítas (com Inácio na raiz).¹⁶ O que poderia ser chamado de “organograma” do governo francês foi apresentado em 1579 como “a árvore do património e repartições francesas” (figura 6), ao passo que o advogado alemão Ludwig Gilhausen publicava, em 1612, um tratado chamado *Arbor Judiciaria*.

Pensar em termos de árvore sugere uma distinção entre o dominante e o subordinado, tronco e galhos. Lúlio e Gilhausen seguiram a metáfora até as raízes e brotos, flores e frutos. A imagem da árvore ilustra um fenômeno central em história cultural, a naturalização do convencional, ou a apresentação da cultura como se fosse natureza, da invenção como se fosse descoberta. Isso equivale a negar que os grupos sociais sejam responsáveis pelas classificações, assim sustentando a reprodução cultural e resistindo a tentativas de inovação.

Em lugar da “árvore”, um termo mais abstrato começava a entrar em uso no século XVII para designar a organização do conhecimento. Esse termo (associado aos antigos filósofos estoicos) era “sistema”, e era aplicado tanto a disciplinas específicas quanto ao conhecimento como um todo, como no caso do “sistema de sistemas” formulado por Bartholomaeus Keckermann e Johann Heinrich Alsted.¹⁷ Trezentos e cinquenta anos antes de Foucault, em 1612, Alsted usou a metáfora da “arqueologia” para nomear a análise dos princípios subjacentes ao sistema de disciplinas. Para examinar como a classificação do conhecimento acadêmico entrava na prática cotidiana das universidades europeias pode ser útil analisar sucessivamente três subsistemas, uma espécie de tripé intelectual composto de currículos, bibliotecas e enciclopédias.

Não devemos supor que qualquer dos três sistemas fosse reflexo não problemático de categorias mentais ou ideias gerais sobre a organização do conhecimento. É certamente possível oferecer explicações internas ou locais para os desenvolvimentos em cada uma das áreas. O currículo, por exemplo, foi às vezes afetado pela micropolítica das universidades: uma nova cátedra podia ser criada como resultado de uma campanha bem-sucedida. Por outro lado, o currículo podia mudar em reação ao que era percebido como necessidade

pedagógica, como foi o caso de Aberdeen no século XVIII, quando a lógica foi excluída dos cursos de primeiro ano com base no argumento de que o conhecimento concreto (como queria Comenius) devia vir antes das abstrações.¹⁸



Arbre des États & Offices de France, Par Charles de Figon Conseiller du Roy, & maître ord. en la chambre des Côptes à Montpellier

6. *Arvore das Repartições Francesas*, de Charles de Figon. (Paris, 1579).

A organização de bibliotecas estava obviamente sujeita a limitações financeiras e arquitetônicas.¹⁹ Enciclopédias eram produtos vendidos no mercado aberto e sujeitas a suas pressões, observação que será discutida em detalhe adiante (ver p. 172). Contudo, onde os três sistemas se sobrepõem, as categorias fundamentais provavelmente expressam as suposições da população universitária, se não da população em geral, ou, como o historiador francês Lucien Febvre costumava dizer, seu “equipamento intelectual” (*ouillage mental*).

Disciplina e ensino

O currículo é uma metáfora do atletismo clássico. Assim como o “curso”, era a pista onde os estudantes tinham que correr. Era uma ordem ou sistema de “disciplinas”. Na Roma antiga, as artes e o direito já eram apresentados — por Cícero e Varro, por exemplo — como *disciplinae*, palavra derivada de *discere*, “aprender”. Nos primórdios da era moderna, a palavra foi empregada num contexto acadêmico pelo humanista espanhol Luis Vives, por exemplo.²⁰ O termo não era neutro. No mundo clássico, a disciplina estava associada com o atletismo, com o exército e com a filosofia dos estoicos, que enfatizava o autocontrole. Na Idade Média, a disciplina estava associada aos mosteiros, à penitência e à flagelação. No século XVI, os calvinistas em particular falavam da disciplina da Igreja, e alguns escritores seculares, como Maquiavel, se referiam à disciplina militar, como nos tempos de Roma. Essas associações são relevantes para discussões sobre o conhecimento porque o século XVI assistia a um movimento “disciplinador” — *Disziplinierung*, como dizem os alemães — nas escolas e universidades, assim como nas igrejas.

Falar sobre “disciplinas” no plural corre o risco de projetar os conflitos disciplinares de uma época posterior sobre o início da era moderna. As disciplinas científicas em particular foram consideradas como uma “invenção” de fins do século XVIII e princípio do XIX.²¹ O anacronismo é um perigo constante. Mas há também o perigo oposto, o de distinguir de maneira demasiado abrupta — como no caso do debate sobre a “profissionalização” — entre o início do período moderno e a Modernidade posterior. O que era novidade por volta de 1800 não era tanto a ideia de uma disciplina, mas sua institucionalização na forma de “departamentos” acadêmicos (termo usado por primeira vez em inglês em 1832, segundo o *Oxford English Dictionary*). Mesmo esses departamentos eram menos uma invenção nova que uma elaboração do que a universidade medieval chamava de “faculdades”, termo flexível que se referia ao mesmo tempo a uma capacidade, a um ramo do conhecimento e a um grupo corporativo.

Seria fácil tomar a linguagem das “faculdades” de modo excessivamente literal e assim exagerar a importância das fronteiras entre os temas no princípio da academia moderna. Uns poucos homens talentosos tinham vontade e capacidade de ensinar diversos temas, e o sistema acadêmico permitia que o fizessem. O “químico” Andreas Lioavius ensinava história e poesia em Iena, enquanto o “cientista político” Herman Conring ensinava medicina em Helmstedt. O filósofo natural holandês Herman Boerhaave era um pluralista que ocupava simultaneamente cátedras de medicina, botânica e química na Universidade de Leiden. O problema da “autonomia”, outra metáfora reveladora que confirma as analogias de Elias entre departamentos universitários e Estados-nação (ver p.38), ainda não surgira, pelo menos de forma aguda. Matemática e astronomia, por exemplo, foram considerados temas “semiliberados” em Oxford e Cambridge. Em princípio, continuavam a fazer parte da filosofia, mas na prática tinham certo grau de independência.²²

A organização dos currículos

Em 1450, o currículo das universidades europeias, uma rede que se estendia de Coimbra à Cracóvia, era notavelmente uniforme, permitindo assim que os estudantes se transferissem com relativa facilidade de uma instituição para outra (prática conhecida como *peregrinatio acadêmica*).²³ O primeiro grau era o bacharelado, e as artes em que o estudante se tornava bacharel eram as sete “artes liberais”, divididas em duas partes, o *trivium*, mais elementar, que lidava com a linguagem (gramática, lógica e retórica), e o *quadrivium*, mais avançado, que lidava com os números (aritmética, geometria, astronomia e música). Na prática, havia também lugar para as “três filosofias”, ética, metafísica e o que era conhecido como “filosofia natural”, o último dos temas sendo estudado com especial referência à *Física* de Aristóteles e a seu tratado *Da alma*.²⁴

O primeiro grau podia ser seguido por um curso em uma das três faculdades superiores, teologia, direito e medicina, esquema ternário de um tipo não raro na Idade Média, quando a sociedade era dividida entre os que rezavam, os que lutavam e os que semeavam, e o outro mundo entre o céu, o inferno e o purgatório. Direito significava os chamados “dois direitos”, o civil e o canônico. Era em geral considerado como de status mais elevado que a medicina, mas menos que a teologia, conhecida como a “rainha das ciências”. As faculdades “superiores” eram consideradas mais “nobres”, outro termo que revela a projeção da hierarquia social no mundo do intelecto. Como veremos, esse sistema medieval foi ampliado, mais que reconstruído, nos primórdios da Europa moderna, os dez elementos básicos (3 + 4 + 3) mantendo seu lugar, mas gradativamente passando a compartilhá-lo com número crescente de recém-chegados, como história e química.

A despeito de certos paralelos óbvios evocados no capítulo III, o sistema diferia em alguns aspectos cruciais do seu equivalente no mundo islâmico. No sistema muçulmano, havia uma distinção fundamental entre as “ciências estrangeiras” (essencialmente a aritmética e a filosofia natural) e as “ciências islâmicas”, que incluíam não só o estudo do Alcorão e os ditos do profeta (*hadith*), mas também a teologia e o direito islâmico (*fiqh*), e a poesia e a língua arábica. No mundo da cristandade, a despeito do status elevado da teologia, não fazia parte do sistema uma distinção entre disciplinas cristãs e não cristãs. De modo semelhante, os cristãos usavam a palavra *scientia* da mesma forma para o conhecimento religioso e secular, ao passo que os muçulmanos distinguiam o conhecimento religioso (*ilm*) dos estudos seculares (*ulum*, conhecimentos no plural, ou *ma'rifa*).²⁵

A ordem das bibliotecas

A aparência “natural” do sistema tradicional de disciplinas era reforçada pela segunda perna do tripé, a disposição dos livros nas bibliotecas. Era de se esperar que a “ordem dos livros” (*ordo librorum*), como a chamava Gesner, reproduzisse a ordem do currículo da universidade.²⁶ Ela também sustentava esse sistema de classificação, como ainda o faz, tomando-o material, físico e espacial. Bibliotecas que sobreviveram nos permitem estudar a “arqueologia do conhecimento” no sentido literal da famosa expressão de Foucault,

examinando os vestígios físicos de antigos sistemas de classificação. Os catálogos das bibliotecas públicas e privadas, e a organização das bibliografias (que eram apresentadas na forma de bibliotecas imaginárias, usando muitas vezes o título *Bibliotheca*), seguiam frequentemente a mesma ordem, com poucas permutações e modificações.²⁷ O catálogo da Biblioteca Bodleian, por exemplo, publicado em 1605, separava os livros em quatro grupos principais — artes, teologia, direito e medicina — com um índice geral de autores e índices especiais de comentadores de Aristóteles e da Bíblia.

A primeira bibliografia impressa (1545), uma realização impressionante, cuja compilação consumiu anos de viagens e de estudo, foi obra de Conrad Gesner, que estava interessado em classificar tanto livros como animais. Arrolava aproximadamente 10 mil livros de aproximadamente 3 mil autores. Um segundo volume, as *Pandectas* (1548), se ocupava com a classificação de temas ou, como o dizia Gesner, “ordens gerais e particulares” (*ordines universales et particulares*). O volume era dividido em 21 seções. Começava com o *trivium*, seguido pela poesia, o *quadrivium*, astrologia; adivinhação e magia; geografia; história; artes mecânicas; filosofia natural; metafísica; filosofia moral; filosofia “econômica”; política; e, finalmente, as três faculdades superiores, direito, medicina e teologia.²⁸

As comparações têm a vantagem de nos lembrar que esse modo de ordenar livros não era o único possível. Na China, por exemplo, a classificação dominante dos livros do século VII ao XIX, encontrada nos *Quatro tesouros* do Imperador Qianlong e em outros lugares, era notavelmente simples, composta de não mais de quatro grupos: clássicos, história, filosofia e literatura.²⁹ Um jurista islâmico, Ibn Jama’a, recomendava que os livros fossem organizados numa ordem hierárquica bem diferente da cristã. “Se houver um Alcorão entre eles, deve ocupar o lugar de precedência... depois os livros do *hadith*, e a interpretação do Alcorão, e a do *hadith*, depois a teologia, e o *fiqh*. Se dois livros pertencerem ao mesmo ramo do conhecimento, então deve ter precedência aquele que contiver mais citações do Alcorão e do *hadith*”.³

A estrutura das enciclopédias

A terceira perna do tripé era a enciclopédia.³¹ O termo grego *encyclopaedia*, literalmente “círculo do aprendizado”, originalmente se referia ao currículo educacional. O termo passou a ser aplicado a certos livros porque estavam organizados da mesma maneira que o sistema educacional, fosse para assistir os estudantes em instituições de ensino superior ou para oferecer um substituto para essas instituições, um curso para autodidatas. Não é de surpreender que, nessa época em que o ideal do conhecimento universal ainda parecia ao alcance, as enciclopédias fossem às vezes compiladas por professores universitários, entre os quais Giorgio Valia, que ensinava em Pavia e Veneza, e Johann Heinrich Alsted, que ensinava em Herbrón, na Alemanha.

As enciclopédias e suas categorias podem ser consideradas expressões ou incorporações de uma visão sobre o conhecimento e, de fato, uma visão do mundo (afinal, a partir da Idade Média, o mundo foi muitas vezes imaginado como um livro).³² Daí que é

certamente significativo que as enciclopédias medievais continuassem a ser usadas no início do período moderno e tenham até sido ocasionalmente reeditadas. O *Speculum* ou “Espelho” de Vincent de Beauvais, por exemplo, foi reeditado em Veneza, em 1590, e outra vez em Douai, em 1624. Nesta última ocasião, adaptando a metáfora no título à era da impressão, o livro foi intitulado “a biblioteca do mundo”, *Bibliotheca mundi*.

A enciclopédia de Vincent era dividida em quatro partes, lidando sucessivamente com os mundos da natureza, da doutrina, da moralidade e da história. As enciclopédias do século XVI também eram organizadas tematicamente, as categorias principais correspondendo muitas vezes às 10 disciplinas da universidade medieval. A enciclopédia de Gregor Reisch, por exemplo, publicada pela primeira vez em 1502 e bastante reimpressa no século XVI, era dividida em 12 livros, resumindo os conteúdos do *trivium*, do *quadrivium* e da filosofia natural e moral. Por sua vez, Giorgio Valia, como bom humanista, combinara o *trivium* com poesia, ética e história em sua enciclopédia (1501).³³

Neste ponto pode ser esclarecedor voltar à organização das enciclopédias chinesas, do modo como aparecem nos textos impressos das dinastias Ming e Qing e não na rica imaginação de Borges (ver p.79). Uma ordem típica era a seguinte: fenômenos celestes; geografia; imperadores; natureza e conduta humanas; governo; rituais; música; direito; funcionários; ordens de nobreza; assuntos militares; economia doméstica; propriedade; vestuário, veículos; ferramentas; alimentos; utensílios; artesanato; xadrez; taoísmo; budismo; álcool; medicina; história natural. O contraste entre a complexidade deste sistema e a simples classificação das bibliotecas chinesas é digno de nota.³⁴

Lugares-comuns

Até aqui consideramos a organização intelectual do conhecimento no que pode ser chamado de macronível. Há também o que dizer sobre o micronível. Em seu *Organon* (literalmente “instrumento”), Aristóteles expusera um sistema de 10 categorias gerais (substância, quantidade, qualidade, relação, lugar, tempo, posição, condição, ação e paixão). Essas categorias eram largamente conhecidas e utilizadas (de fato ainda as utilizamos hoje, mesmo que não mais as consideremos um sistema fechado). Em seu tratado sobre a lógica, o humanista holandês do século XV Rudolf Agricola elaborou as categorias em 24 tópicos que permitiriam encontrar mais rapidamente os argumentos. Os tópicos podiam ser utilizados como “escaninhos” (*niduli*), como os chamava Erasmo.³⁵

Trabalhando a partir de Agricola, o amigo e colega de Lutero Philipp Melanchton publicou um manual de teologia de grande sucesso conhecido como *Lugares-comuns* (1521), dividindo seu tema em seus “lugares” (*loci*) ou “cabeças” (*capita*) específicos ou, como diríamos, usando as mesmas metáforas, “tópicos” e “cabeçalhos”, como Deus, criação, fé, esperança, caridade, pecado, graça, sacramentos etc. Os católicos, por sua vez, podiam voltar-se para o tratado sobre *Tópicos teológicos* (1563) do dominicano espanhol Melchor Cano. De forma semelhante, o *Instrumento dos pregadores* (1614), do jesuíta espanhol Francisco Labata, fornecia uma lista em ordem alfabética de lugares-comuns morais ou teológicos, como as virtudes, os sete pecados capitais e as quatro últimas coisas

(morte, juízo final, inferno e paraíso). Foram feitas tentativas de produzir manuais semelhantes para outras disciplinas, como direito e filosofia natural. Opostos como industriiosidade e indolência eram muitas vezes justapostos, o contraste dramático ajudando a aquisição do conhecimento discutida em maior detalhe no capítulo VIII (ver p. 162).³⁶

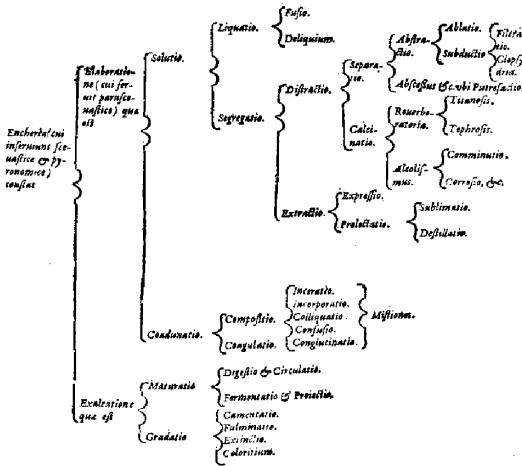
Esses lugares-comuns específicos de certas disciplinas, junto com outros mais genéricos, foram reunidos na ambiciosa enciclopédia de tópicos do médico suíço Theodor Zwinger, o *Teatro da vida humana* (1565) como o chamou, baseado nos manuscritos — supostamente livros comuns — confiados a ele por outro famoso estudioso suíço, Conrad Lycosthenes, mas reorganizado pelo próprio Zwinger. A segunda edição, publicada entre 1586 e 1587, foi expandida para quatro volumes. No século seguinte, a obra do protestante Zwinger foi revista e ampliada e recebeu um verniz religioso diferente nas mãos do católico flamengo Laurentius Beyerlinck, num livro com o mesmo título publicado em oito volumes em Louvain em 1656. Que a tradição dos lugares-comuns estava ainda em pleno uso no século XVIII fica claro de uma leitura da *Cyclopaedia* de Chambers.³⁷

A reorganização do sistema

É claro que as pernas do tripé se apoiavam mutuamente, ajudando assim a reprodução cultural e fazendo com que as categorias parecessem naturais e as alternativas não naturais ou simplesmente absurdas. A resistência das ideias tradicionais sobre o conhecimento pode ser esclarecida cotejando dois livros que discutem os conflitos pela precedência entre faculdades da universidade, um deles escrito pelo humanista florentino Coluccio Salutati no começo do século XV e o outro, por Immanuel Kant quase 300 anos mais tarde. Os dois focalizam o conflito entre teologia, direito e medicina, porque essas disciplinas “superiores” mantiveram sua precedência durante toda a parte inicial do período moderno. Mesmo assim, ocorreram importantes mudanças dentro do sistema de conhecimento acadêmico entre o Renascimento e o Iluminismo, tendências à “redefinição do conhecimento” bem como à “reformulação das instituições”.³⁸

O equilíbrio entre a continuidade (ou reprodução) e a mudança se deslocou gradativamente a favor da última. No nível da teoria, a mudança é revelada por inúmeros esquemas para reformular a classificação do conhecimento. Alguns desses esquemas foram apresentados por filósofos famosos, como Bacon, Descartes, Locke e Leibniz. Leibniz, por exemplo, estava interessado na reforma tanto das bibliotecas como das enciclopédias.³⁹ Outros esquemas foram obra de homens que a posteridade levou menos a sério, “sistematizadores” profissionais, como Ramus, Keckermann, Alsted e Kircher.

TABVLA
PRIMI LIBRI ALCHEMIÆ:

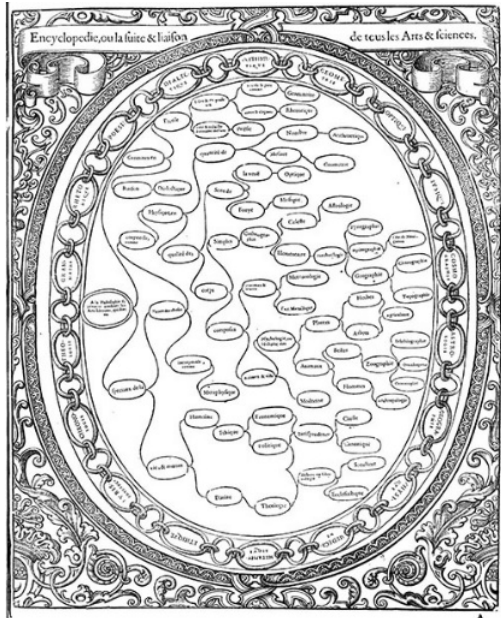


7. Tabula primi libri (Frankfurt, 1597)

direito, o direito civil no primeiro caso e o direito comum no segundo. Até mesmo uma descrição da Toscana publicada em 1605 pelo inglês Robert Dallington incluía uma “análise do discurso” nessa linha.

Uma classificação mais fluida ou flexível de “todas as artes e ciências” foi apresentada pelo francês Christofle de Savigny na forma de um diagrama oval (figura 8). Ao longo da margem há uma cadeia de 18 disciplinas em que, ao *trivium*, *quadrivium* e às três faculdades superiores, se reúnem poesia, óptica, geografia, cosmografia, física, metafísica, ética e cronologia. No centro flutuam outros 75 ovais, ligados por fios, como balões, incluindo subdivisões das mesmas 18 disciplinas. O diagrama oferece uma maneira mais flexível de mostrar as ligações interdisciplinares (*la suite et liaison*, como diz Savigny) do que as dicotomias de Ramus.

O acadêmico francês Petrus Ramus atacou as classificações usadas e recomendadas por Aristóteles e Cícero, afirmando que o último era confuso e tinha misturado as artes. Ramus retraçou a fronteira entre a lógica e a retórica. Em seu próprio sistema, oposições binárias apresentadas em forma tabular representam papel importante.⁴⁰ Essas “dicotomias” foram adotadas por seus seguidores em enciclopédias, como o *Teatro* de Zwinger, e também em manuais. Por exemplo, Andreas Libavius — a despeito de sua oposição a Ramus em outros aspectos — apresentou a química dessa maneira (figura 7), enquanto Thomas Frey (Freigius) e Abraham Fraunce na década de 1580 produziram análises “ramistas” do



8 Tableaux accomplis, de C. Savigny (1587).

Ramus não era aceito por todos. Sua crítica de Aristóteles, por exemplo, parecia a alguns de seus contemporâneos uma espécie de crime de lesa-majestade, observação dramatizada por Christopher Marlowe em sua peça *Massacre em Paris*, quando o duque de Guise, a ponto de matar Ramus como herege, lhe pergunta: “Não fostes vós que desprezastes o Organon/E dissestes que era um amontoado de vaidades?” A despeito dessas reservas, algumas das críticas feitas por Ramus eram amplamente aceitas e muitos tentaram incorporá-las em soluções ecléticas para o problema de classificar o conhecimento. Alsted, por exemplo, tentou combinar Aristóteles com Ramus e também com Raimundo Lúlio, cuja árvore do conhecimento já foi mencionada. A *Grande arte do conhecimento*, de Kircher, foi outra tentativa de uma nova síntese, uma vez mais fazendo uso de Lúlio. Leibniz também discutiu a obra de Lúlio, bem como a de Alsted.⁴¹

A solução de Francis Bacon para o problema foi extremamente audaciosa, apropriada a um homem que anunciara sua intenção de substituir Aristóteles denominando um de seus livros de *Novum organon*. Bacon fez das três faculdades da mente — memória, razão e imaginação — a base de seu esquema, alocando a história na categoria da “memória”, a filosofia na da “razão” e a poesia na da “imaginação”.⁴² Uma análise dos currículos, bibliotecas e enciclopédias nos séculos XVII e XVIII sugere que a reclassificação de Bacon foi a de maior sucesso entre as várias tentativas feitas à época.

A reestruturação do currículo

A reestruturação dos currículos parece seguir determinados padrões. Há uma tendência recorrente para a diferenciação, a especialização e até mesmo o que poderia ser chamado de “balcanização”.⁴³ Novas disciplinas ganham autonomia apenas para fragmentar-se, como as novas nações no final do século XX. Em sua história da Academia Francesa de Ciências (1709), seu secretário, Bernard de Fontenelle, comparou o estado da física em 1650 ao de um “grande reino desmembrado” (*um grand royaume démembéré*), no qual províncias como a astronomia, a óptica e a química tinham se tornado “virtualmente independentes”. Voltamos ao problema da territorialidade (ver p.82).

A reestruturação do currículo assumiu diferentes formas em diferentes universidades, mas algumas tendências gerais são discerníveis. Em alguns lugares, como as universidades de Bolonha e de Roma, a mudança foi gradual, o equilíbrio entre o *trivium* e o *quadrivium* mudando lentamente em favor do último.⁴⁴ Em muitas universidades, um sistema alternativo ao *trivium* e *quadrivium* invadiu ou infiltrou o currículo. Era o sistema dos *studia humanitatis*, que consistia de cinco temas: gramática e retórica (como no *trivium*), mais poesia, história e ética. Algumas vezes os novos temas surgiam discretamente, mas ocasionalmente ocorriam áspersos conflitos, como no caso da poesia na Universidade de Leipzig por volta de 1500.

A ascensão da história foi facilitada por suas ligações com o direito e com a política (no sentido da carreira mais que no da disciplina). Por volta do século XVII, se não antes, o estudo da história internacional era considerado em Paris como bom treinamento para diplomatas. O tema era ensinado na academia de política fundada em Paris pelo ministro

do Exterior Torcy, em 1712, e em Estrasburgo, na década de 1750. A fundação das cátedras régias de história em Oxford e Cambridge no início do século XVIII teve origens semelhantes.⁴⁵

A geografia, também conhecida como cosmografia, era outra disciplina que ganhava preeminência na universidade do início do período moderno, assim como nos colégios jesuítas.⁴⁶ Em Heidelberg, por volta de 1520, palestras sobre geografia eram pronunciadas por Sebastian Münster, mais tarde autor de famoso tratado sobre cosmografia (1544). Em Oxford, eram pronunciadas por Richard Hakluyt na década de 1570, antes que ele se tornasse conhecido como editor de livros de viagem. A necessidade de um conhecimento mais apurado de geografia numa era de exploração e império era bastante óbvia, a cosmografia sendo ensinada aos navegadores na Casa de Contratación em Sevilha (ver p.61). O fato de que os antigos gregos e romanos como Ptolomeu e Estrabão levavam o tema a sério também ajudou a tornar respeitável a geografia, da mesma forma que a ligação entre geografia e astronomia, o globo terrestre e o celeste. A geografia era às vezes ensinada pelo professor de astronomia, sugerindo que o novo tema entrou na universidade com mais facilidade porque vinha na esteira de uma disciplina estabelecida. Mesmo assim, o fato de que Philipp Cluverius tivesse sido indicado para uma posição remunerada de pesquisa em geografia na Universidade de Leiden em 1616 pode ser um sinal da dificuldade de adequar a geografia ao currículo, bem como da preocupação da universidade com a pesquisa, preocupação pouco comum no período.⁴⁷

A “filosofia natural” ganhou gradativamente sua independência em relação ao *quadrivium*, apenas para cindir-se em temas virtualmente independentes como física, história natural, botânica e química. A primeira cátedra de história natural, por exemplo, foi criada em Roma em 1513, seguida por Ferrara e Pisa. Leiden teve uma cátedra de botânica em 1593, Oxford, em 1669 e Cambridge, em 1724. A química chegou um pouco mais tarde, em Cambridge em 1702, em Uppsala em 1750 e em Lund em 1758. Nos casos de botânica e química, os novos temas representavam a atribuição de certa respeitabilidade acadêmica a certas formas tradicionais de conhecimento alternativo, o dos “charlatães” e alquimistas. As novas cadeiras acadêmicas de cirurgia e drogas também representam certo grau de aceitação de conhecimentos alternativos, pois na França do século XVII as palestras em certas faculdades da universidade eram abertas aos aprendizes dessas “artes”.⁴⁸

O que pode ser descrito como “princípio do arrasto” também operava neste caso, pois a botânica e a química ganharam espaço na universidade graças à sua associação com a bem estabelecida faculdade de medicina, como temas “auxiliares”, literalmente “servidoras manuais” da disciplina-mestra, em função do poder curativo de certas ervas e preparados químicos. Cesare Cialpino, por exemplo, fez seus trabalhos em botânica enquanto professor de medicina em Pisa, e Rembert Dodoens ensinava botânica enquanto ocupava uma cátedra de medicina em Leiden. Uma cátedra de química médica foi fundada em Marburgo em 1609. Georg Stahl ensinava química na Universidade de Halle, embora seu posto fosse em medicina, e a combinação de medicina, botânica e química de Boerhaave já foi mencionada.⁴⁹

É possível que uma associação com a medicina possa ter ajudado até mesmo outra nova disciplina, a política. As imagens do “corpo político”, do “médico do Estado”, da “anatomia política” eram mais do que meras metáforas, especialmente antes de 1700.

Quando Conring lecionava sobre medicina e política na Universidade de Helmstedt, em meados do século XVII, essa combinação de temas pode não ter soado tão estranha como soaria hoje. Afinal, o alquimista Johann Joachim Becher, que era formado em medicina, reivindicava o direito de ensinar política porque o lema de ambas as matérias era “o bem-estar do povo é a lei suprema” (*salus populi suprema lex*).⁵⁰

No caso da política e da economia, no entanto, foi a filosofia que ajudou sua entrada no currículo. Keckermann reformou o currículo no *gymnasium* de Danzig acrescentando cursos de terceiro ano sobre ética, política e “economia” (*disciplina oeconomica*), no antigo sentido grego de administração do lar. Em Halle, no final do século XVII, Christian Thomasius ensinava política e economia no contexto do que chamava de “filosofia prática” (*philosophia practica*).⁵¹

A ascensão da política e, mais lentamente, da economia também foi estimulada pelas necessidades do Estado centralizador. A política começava a ser considerada menos uma “arte”, a ser aprendida na prática, e mais uma “ciência” (*scientia, Wissenschaft*) que podia ser sistematizada e ensinada à maneira acadêmica. Conring, por exemplo, usou a expressão *scientia politica*. Um termo da moda nas terras de língua alemã do final do século XVII em diante era *Polizeywissenschaft* [ciência da política], também conhecida como *Statsgelartheit* [teoria do Estado] ou *Staatswissenschaft* [ciência do Estado]. O tema era ensinado fora das universidades, em escolas especiais para funcionários, antes de serem criadas cátedras específicas nas universidades de Halle e Frankfurt-on-Oder, em 1727.

Quanto à “economia política”, ela se desenvolveu a partir da administração doméstica, o Estado sendo visto como um enorme domicílio. A expressão foi aparentemente cunhada pelo teatrólogo protestante francês Antoine de Montchestien em seu *Tratado de economia política* (1615). É só no século XVIII, porém, que observamos a entrada da nova disciplina no currículo acadêmico, testemunho do reconhecimento e teorização sobre o conhecimento prático dos mercadores, banqueiros e especuladores na bolsa de valores. Por isso Cari Ludovici, autor de importante enciclopédia do comércio, pôde ocupar uma cátedra de “conhecimento do mundo” (*Weltweisheit*) na Universidade de Leipzig de 1733 em diante (que uma cátedra pudesse ostentar tal título sugere que a universidade estava aberta à inovação a essa altura).

A entrada da economia no ambiente acadêmico nem sempre foi simples ou suave. Adam Smith, que era empregado pela Universidade de Glasgow como professor de filosofia moral, não pôde escrever *A riqueza das nações* até se demitir de sua cátedra para se tornar tutor de um aristocrata, embora também seja verdade que pôde testar suas ideias sobre os “princípios gerais do direito e do governo” de maneira informal numa classe dita “privada” na universidade entre 1762 e 1764.

Smith teria encontrado um ambiente acadêmico mais favorável a suas ideias se tivesse vivido no mundo de língua alemã ou em Nápoles. Em Halle e Frankfurt-on-Oder, por exemplo, cátedras no que era conhecido como *Cameralia oeconomica* foram fundadas em 1727, seguidas por Rinteln (1730), Viena (1751), Göttingen (1755), Praga (1763) e Leipzig (1764). Em Nápoles, uma cátedra de “economia política” — a primeira na Europa com esse nome — foi criada em 1754 para Antonio Genovesi, e na Universidade de Moscou, fundada um ano mais tarde, a economia (conhecida como *kameralija* ou *kameral'nykh nauk*) foi ensinada provavelmente desde o início.⁵² A essa altura, a nova

disciplina estava suficientemente estabelecida para dar uma ajuda à química: foi na faculdade de *Kameralistik* que as cátedras de química foram alocadas nas universidades alemãs e suecas. Tinha também começado a fragmentar-se em especializações, como silvicultura — o que reforçou sua pretensão ao status científico, por empregar os métodos quantitativos mais recentes.⁵³

A reestruturação das bibliotecas

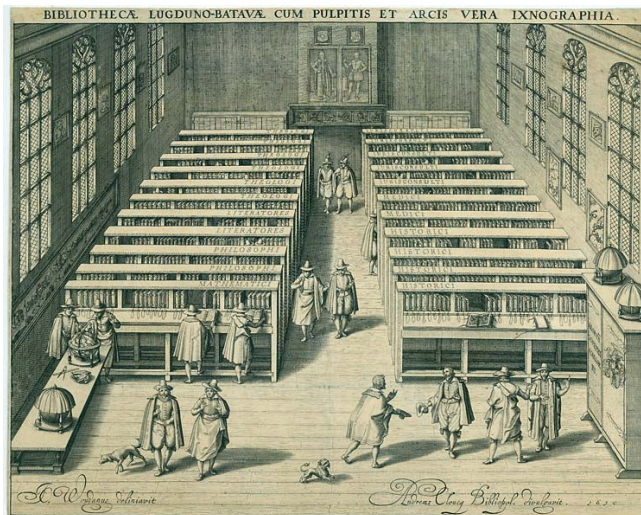
Nas bibliotecas também houve uma reclassificação, em parte como resultado de mudanças na organização das universidades, mas também como resultado da multiplicação de livros que se seguiu à invenção da imprensa, um fluxo que chegou a alarmar alguns estudiosos. Um escritor italiano, Antonfrancesco Doni, já se queixava em 1550 de que “há tantos livros que nem temos tempo de ler seus títulos”. Comenius se referia à “vasta quantidade de livros” (*granditas librorum*) e um estudioso francês do final do século XVII, Basnage, à “enxurrada”.⁵⁴ Mais que uma ordem dos livros, o que alguns contemporâneos percebiam era uma “desordem dos livros”, que precisava ser posta sob controle. Até Gesner, que cunhou a expressão *ordo librorum*, se queixava “dessa confusa e irritante multidão de livros” (*confusa et noxia illa librorum multitudo*).⁵⁵

Nesse domínio, a fronteira intelectual estava necessariamente mais aberta do que no caso dos currículos, pois os livros eram objetos materiais que tinham de ser colocados em algum lugar, podendo não se adaptar a qualquer categoria tradicional. Livros sobre política, por exemplo, proliferavam no período, como fica claro das bibliografias por assunto como *De studio politico ordinando* (1621), do acadêmico alemão Christoph Colerus, ou *Bibliographia politica* (1633), do estudioso-bibliotecário francês Gabriel Naudé. Bibliografias, um tipo de obra de referência cada vez mais comum no período (ver p.167), foram descritas como “bibliotecas sem paredes”, que podiam viajar por toda a Europa.⁵⁶

Os catálogos eram de fato menos resistentes à novidade do que os currículos. A bibliografia geral de Gesner (1548), por exemplo, já achara lugar para a política ao lado de assuntos como filosofia econômica, geografia, magia e artes mecânicas. Sua biblioteca imaginária se tornou base de catálogos de bibliotecas reais, como a biblioteca imperial de Viena na época em que o humanista Hugo Blotius era bibliotecário. Um novo e complexo sistema foi proposto pelo estudioso espanhol Francisco de Aráoz num tratado sobre *Como organizar uma biblioteca* (1631). Aráoz dividia os livros em 15 categorias. Cinco dessas categorias eram religiosas: teologia, estudos bíblicos, história eclesiástica, poesia religiosa e obras dos Padres da Igreja. Dez eram seculares: dicionários, livros de lugares-comuns, retórica, história secular, poesia secular, matemática, filosofia natural, filosofia moral, política e direito.

Uma solução mais simples para o problema da classificação está registrada numa gravura do interior da Biblioteca da Universidade de Leiden em 1610 (figura 9), mostrando os livros distribuídos por sete categorias: as faculdades tradicionais de teologia, direito e medicina, ao lado de matemática, filosofia, literatura e história. O catálogo da mesma biblioteca, publicado em 1595, usa as mesmas sete categorias, enquanto que o de 1674

acrescenta uma oitava, “livros orientais” (nessa época, a universidade era conhecida por sua contribuição aos estudos orientais).



9. *Biblioteca da Universidade de Leiden*, de J.C. Woudanus, gravada por W. Swanenburgh (1610).

Outra solução simples foi oferecida por Gabriel Naudé. Em sua *Orientação para montar uma biblioteca* (1627), que dedica o sétimo capítulo à questão da classificação, Naudé afirmava que uma pilha de livros não constituía uma biblioteca assim como um monte de soldados não constituía um exército, e criticava a famosa Biblioteca Ambrosiana de Milão pela exigência de classificação por assunto, seus livros “misturados confusamente” (*peslemelez*). Também criticou esquemas “extravagantes” de classificação, com o argumento de que o objetivo do esquema era simplesmente encontrar os livros “sem trabalho, sem dificuldade e sem confusão”. Por essa razão, recomendava seguir a ordem das faculdades de teologia, direito e medicina, junto com “história, filosofia, matemática, humanidades e outras”.⁵⁷

Essas soluções eram pragmáticas, distribuindo o conjunto de disciplinas, mas deixava problemas mais fundamentais em suspenso. Parafraseando Platão, poder-se-ia dizer que, para pôr ordem no domínio dos livros, seriam necessários filósofos-bibliotecários ou bibliotecários-filósofos, combinando os talentos de John Dewey, o filósofo pragmático, com os de Melvil Dewey, criador do famoso sistema decimal de classificação.⁵⁸ No final do século XVII, esse ideal foi concretizado por breve período na pessoa de Leibniz, que era encarregado da biblioteca do duque em Wolfenbüttel. Graças a esse estímulo, Leibniz, que escrevera numa carta de 1679 que uma biblioteca deveria ser o equivalente de uma enciclopédia (*il faut q'une Bibliothèque soit une Encyclopédie*), produziu um “Plano para organizar uma biblioteca” (*Idea bibliothecae ordinandae*). Esse plano dividia o conhecimento em nove partes, três das quais correspondiam às tradicionais faculdades superiores de teologia, direito e medicina, acrescidas de filosofia, matemática, física, filologia, história e assuntos diversos. De modo semelhante, as *Acta eruditorum* de Leipzig, revista que resenhava regularmente livros novos, os indexava sob sete categorias: teologia

(incluindo história eclesiástica), direito, medicina (incluindo física), matemática, história (incluindo geografia), filosofia (incluindo filologia) e “assuntos diversos”.⁵⁹

A categoria “assuntos diversos” merece mais atenção do que em geral tem recebido. De fato, pode-se argumentar que a história dos diferentes itens que foram alocados nessa categoria ao longo dos séculos seria uma contribuição esclarecedora para a história intelectual, atraindo a atenção para tudo que tenha resistido a sucessivos modos de classificação. Samuel Quiccheberg, autor de um guia para organizar coleções (ver p.103), usou “filologia” como rubrica para diversos, aí incluindo guerra e arquitetura. O bibliógrafo francês La Croix usou “Mélanges” como uma de suas sete categorias, incluindo nela memórias, leitura recreativa, o paraíso, o purgatório, o inferno e o fim do mundo. Alsted incluiu em sua *Encyclopaedia* (1630) uma grande seção de assuntos diversos (*farragines*), de que constavam história e arte da memória.

A organização dos museus

Os problemas de classificação eram ainda mais agudos no caso dos museus do que no das bibliotecas, pois não havia tradição medieval que os donos ou curadores dos museus pudessem seguir ou adaptar. Museus ou “gabinetes de curiosidades” proliferaram nos séculos XVI, XVII e XVIII. Alguns deles eram famosos em toda a Europa: não só os gabinetes dos príncipes (Rodolfo II em Praga, por exemplo, ou Luís XIV em Paris), mas também de indivíduos particulares, como o clérigo Manfredo Settala, em Milão, o professor Ulisse Aldrovandi, em Bolonha, o boticário Basilius Besler, em Nuremberg, os médicos Pierre Borel, em Castres, e Ole Worm, em Copenhague, ou o virtuoso Hans Sloane, em Londres (ver p.103-4). Nada menos que 723 coleções eram conhecidas no século XVII só em Paris. Por volta de 1700, as medalhas eram as peças mais populares, mas o século XVIII assistiu à ascensão de um competidor, as conchas, sugerindo um deslocamento do interesse amador pela erudição clássica na direção de um maior interesse pela filosofia natural.⁶⁰



10. Frontispício do *Museum Wormianum*, gravura de G. Wingendorp (1655).

Para reconstruir a organização desses acervos, dependemos do que as imagens evidenciam, embora reconhecendo que a intenção do artista pode ter sido produzir um retrato alegórico e não realista.⁶¹ Quadros do século XVII tendem a dar aos espectadores de hoje uma impressão não só de abundância mas também de heterogeneidade. Na gravura da época, por exemplo (figura 10), nossa atenção é atraída pela estátua de um homem, ao lado de uma jaqueta, botas e esporas, mas também por um peixe empalhado

pendurado do teto (junto com um pequeno urso), e galhadas de veado exibidos na parede junto com chifres de beber. O catálogo revela um conjunto ainda mais amplo de objetos, incluindo uma múmia egípcia, um antigo broche romano, dinheiro de Java, manuscritos da Etiópia e do Japão e cachimbos do Brasil, além de muitas antiguidades nórdicas — lanças da Groenlândia, um arco da Lapônia, esquis da Finlândia e um antigo escudo da Noruega.

Observando com atenção, porém, a exibição aparentemente heterogênea revela a existência de um desejo de classificar. O museu de Worm inclui caixas rotuladas “Metal”, “Pedra”, “Madeira”, “Conchas”, “Ervas”, “Raízes” etc. Os chifres de beber são exibidos com as galhadas de veados porque são feitos do mesmo material. A descrição da coleção publicada pelo filho de Worm se divide em quatro livros, que se ocupam, respectivamente, de pedras e metais; plantas; animais; e artefatos (*artificiosa*). Em outras palavras, as peças que formam o acervo do museu, sejam naturais ou artefatos, não são classificadas por procedência ou época, mas pela substância de que são feitas. Manfredo Settala, de Milão, adotou a mesma classificação por matéria-prima, encorajando a impressão de que o museu era um microcosmo, um universo em miniatura.

Aldrovandi também tentou impor ordem à sua coleção, dividindo-a em 66 arcas (*cassete*), subdivididas em não menos de 7 mil compartimentos. Um “Índice” em dois grandes volumes ajudava na tarefa de localizar um objeto específico. Os catálogos de algumas coleções, incluindo as de Settala e Worm, foram publicados no século XVII e revelam lógica por trás dos critérios.⁶²

Problemas similares de organização surgem no caso de coleções de imagens. Aldrovandi, por exemplo, encomendou a pintores o registro de animais e pássaros. Outro exemplo famoso é o “museu de papel” (*museo cartaceo*) do virtuoso romano Cassiano del Pozzo, com imagens da Antiguidade clássica e muito mais. Uma terceira, desta vez impressa, é a série de volumes *Antiguidade explicada* (1719-), publicada pelo estudioso beneditino Bernard de Montfaucon, com 1.120 lâminas ilustrando diferentes aspectos do mundo clássico — deuses, cultos, vida cotidiana, guerra, túmulos etc.⁶³

A importância do ordenamento dos objetos também é revelada por textos como as *Inscrições* (1565), de Samuel Quiccheberg, o *Tesouro de moedas antigas* (1677), de Jacques Oisel e o *Discurso das medalhas* (1693), de John Evelyn. Quiccheberg, por exemplo, recomendava a divisão dos museus em cinco categorias, uma das quais era a “natureza”. Oisel dividia as moedas clássicas em dez classes, relativas a imperadores, províncias, deuses, virtudes, guerras, jogos, apoteoses, prédios públicos, sacerdotes e diversos. Evelyn dedicou algumas páginas de seu tratado, dirigidas a possíveis colecionadores, ao “método de ordenar, dispor e localizar” as medalhas, notando, por exemplo, que as 20 mil medalhas do gabinete do rei da França eram “ordenadas segundo as datas”. A preocupação de Evelyn com o que chamava de “metodização” lembra Ramus e também Gabriel Naudé, cuja discussão do ordenamento de livros Evelyn traduziu para o inglês.

Não surpreende portanto que a ascensão aparentemente irresistível dos museus nesse período tenha sido explicada não só como um indicador da expansão da curiosidade mas como uma tentativa de administrar uma “crise do conhecimento” que se seguiu à inundação da Europa pelos novos objetos provenientes do Novo Mundo e de outros lugares — crocodilos, tatus, cocares de penas, múmias egípcias recentemente descobertas, porcelana chinesa — objetos que resistiam a se adaptar às categorias tradicionais.⁶⁴

A alfabetação das enciclopédias

No caso das enciclopédias, o impulso para a mudança veio da invenção da imprensa. O surgimento da indústria da impressão teve duas consequências importantes nesse domínio. Em primeiro lugar, ela obviamente tornou as enciclopédias disponíveis com maior rapidez e amplitude. Em segundo lugar, tornou-as ainda mais necessárias do que antes. Para ser mais preciso, uma de suas funções se tomou cada vez mais necessária, a de guiar os leitores através da sempre crescente floresta — para não dizer selva — do conhecimento impresso.

Os compiladores de enciclopédias se tornaram gradativamente mais audaciosos em suas modificações do sistema tradicional de categorias. *Sintaxes* (1575-6), de Pierre Gregoire, uma corajosa tentativa de resumo de “todas as ciências e artes”, dedicou seções separadas às artes mecânicas, incluindo uma discussão autônoma da pintura bem como de tópicos tradicionais como confecção de roupas, guerra, navegação, medicina, agricultura, caça e arquitetura. A classificação de Bacon parece ter sido especialmente influente. A discussão de Naudé sobre a montagem de uma biblioteca, por exemplo, adotou um referencial baconiano. O bispo italiano Antonio Zara pôs em prática o que Bacon pregava, com seu sistema de 36 assuntos distribuídos pelas três grandes categorias da memória, razão e imaginação. Ephraim Chambers dividia o conhecimento entre os produtos dos sentidos, da razão e da imaginação.⁶⁵ D’Alembert discutiu as ideias de Bacon em seu discurso preliminar à *Enciclopédia*.

Entretanto, uma mudança ainda mais profunda na organização das enciclopédias começou a ficar visível do início do século XVII em diante: a ordem alfabética. A ordem alfabética já era conhecida na Idade Média. O que era novo no século XVII era que esse método de ordenar o conhecimento deixava de ser o sistema de classificação subordinado para se tornar o sistema principal. Hoje o sistema pode parecer óbvio, e mesmo “natural”, mas parece ter sido adotado, pelo menos originalmente, em função de uma sensação de derrota por parte das forças da entropia intelectual numa época em que o novo conhecimento invadia o sistema com velocidade excessiva para ser digerido e metodizado. Sua difusão gradativa será discutida em maior detalhe no capítulo VIII.

O avanço do conhecimento

Diversas mudanças na concepção do conhecimento foram observadas neste capítulo, entre as quais um interesse crescente pelos números. O uso de números ou “estatísticas” estava associado ao novo ideal do conhecimento impessoal ou imparcial, o que mais tarde seria chamado de “objetividade” (ver p.31-2). Duas outras mudanças desse período também merecem destaque.

Em primeiro lugar, houve uma inversão na importância relativa entre o conhecimento liberal e o conhecimento útil, o último sublinhado por Descartes, Bacon e Leibniz, bem como pelos muitos seguidores de Bacon, como John Durie, Samuel Hartlib, Robert Boyle, Joseph Glanvill e Hans Sloane. O *Ensaio para a promoção de todo conhecimento necessário e útil*, publicado em 1697 por Thomas Bray, era típico da época.

Embora a reivindicação retórica da utilidade fosse tradicional, a ênfase nos usos do conhecimento prático era uma inovação. Invertendo o dito do arquiteto francês em Milão em 1400 (ver p.80), os baconianos bem poderiam dizer em 1700 que a “teoria não é nada sem a prática”, *scientia sine arte nihil est*.

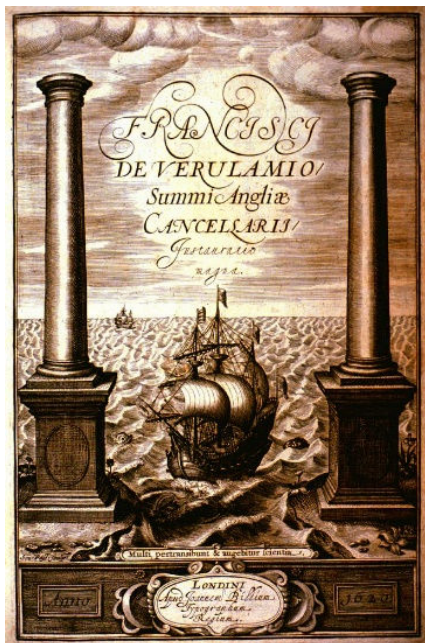
No século XVIII, o conhecimento útil se tornara respeitável. Sob os novos estatutos de 1699, a Academia Francesa de Ciências passou a dar mais ênfase à engenharia e outras formas de ciência aplicada, ênfase que culminou em sua *Descrição das artes e ofícios* (1761-88), em vários volumes.⁶⁶ Um biógrafo do alquimista-economista Johann Joachim Becher o descreveu como “o modelo do estudioso útil” (*Das Muster eines Nützlich-Gelehrten*). O *Gentleman’s Magazine* observava em maio de 1731 que “nosso conhecimento deveria ser, em primeiro lugar, do que é mais útil e, depois, daquilo que está na moda e do que se deve fazer para se tornar um cavalheiro”. No mesmo ano, em Dublin, foi fundada uma sociedade “para o Aperfeiçoamento da Agricultura”, com o propósito de “trazer o conhecimento prático e útil das bibliotecas para a luz do dia”. Sociedades agrícolas foram fundadas por toda a Europa para difundir conhecimentos, que seriam úteis para os fazendeiros. A Academia das Ciências Úteis de Erfurt, fundada em 1754, tinha objetivos semelhantes, como sociedades fundadas na Filadélfia (1758), Virgínia (1772) e Nova York (1784). Diderot e os filósofos franceses ligados à *Enciclopédia* tinham concepção semelhante.

Na Rússia, o conhecimento ocidental que o czar Pedro, o Grande, estava tão interessado em introduzir era exemplificado pelas escolas que fundou para o ensino da matemática e da navegação, bem como pelo fato de o primeiro livro secular impresso na Rússia ter sido a *Aritmética* (1703), de Leonty Magnitsky. Uma nova palavra russa, *nauka*, foi cunhada para essa nova espécie de conhecimento. O termo, em geral traduzido para o inglês como “ciências”, foi a utilizada para caracterizar a nova Academia de Ciências de São Petersburgo. A conotação original do termo *nauka* não era acadêmica, mas militar, naval, tecnológica e econômica.

Retrospectivamente, é tentador descrever a primeira metade do século XVII como uma breve “era da curiosidade”. Foi a época em que as palavras “curioso”, *curious*, *curiosus* ou *curieux* passaram a ser usadas com maior frequência. As críticas religiosas da “curiosidade” tinham sido virtualmente banidas da esfera secular, embora as críticas seculares do conhecimento “inútil” ainda não se fizessem ouvir. Em segundo lugar, houve uma mudança na concepção do conhecimento, para empregar a famosa expressão de Alexandre Koyré, “do mundo fechado ao universo infinito”, uma nova visão do conhecimento como cumulativo. A novidade perdeu suas associações pejorativas e se tornou uma recomendação, como nos títulos dos livros de Kepler, *Nova astronomia*, e de Galileu, *Discurso sobre duas novas ciências*.⁶⁷

A expressão mais conhecida dessa visão do progresso é o livro de Francis Bacon, apropriadamente intitulado *O avanço do conhecimento* (1605). Na folha de rosto e no texto de mais de um de seus livros (figura 11), Bacon fez uso de uma imagem chamativa que simboliza seu desejo de mudar o sistema. É a imagem do “mundo intelectual” (*mundus intellectualis*) ilustrado pela gravura de um globo ou um barco velejando para além das Colunas de Hércules em busca de novos territórios. “Seria uma desgraça para nós”, escreveu em sua *Refutação das filosofias*, “agora que os amplos espaços do mundo material, as terras

e os mares, foram atingidos e explorados, se os limites do mundo intelectual fossem dados pelas estreitas descobertas dos antigos”. O baconiano inglês Joseph Glanvill adotou o lema do imperador Carlos V, *Plus ultra* (“além”, isto é, além das Colunas de Hércules) como título de um de seus livros, e Leibniz também inscreveu a expressão no cabeçalho de um manuscrito em que estava trabalhando na década de 1670, tratando do avanço do conhecimento.



11a, 11b. Gravuras, Frontispícios *Instauratio magna* e *Silva Sylvarum*, de Francis Bacon (gravuras, 1620 e 1627 respectivamente).

A ambição de Bacon era claramente a de um Colombo intelectual que “redesenharia o mapa do conhecimento”. Para um exemplo concreto do avanço do conhecimento, podemos voltar-nos para os próprios mapas. Os atlas, como as enciclopédias, tendiam a se tornar cada vez maiores em edições sucessivas. Ortelius pedia a seus leitores que lhe mandassem informações que pudessem melhorar seu atlas e alguns leitores respondiam.⁶⁸ A ideia do avanço ou “aperfeiçoamento do conhecimento” retorna uma e mais vezes na Inglaterra, ligando os entusiasmos da década de 1650 às esperanças mais limitadas das décadas seguintes, expressas no *Plus ultra* de Joseph Glanvill (outra alusão às Colunas de Hércules) e no *Ensaio sobre o entendimento humano* (1690), de John Locke. Outro vivo exemplo vem de um curto tratado sobre a função de “bibliotecário”, publicado por John Durie em 1650, em que ele argumenta que um bibliotecário de universidade deveria ser obrigado a “prestar contas” anuais de seu “lucro no ofício”, em outras palavras, o aumento nas aquisições, descritas como o “acervo de conhecimento”.⁶⁹ No século XVIII, o ideal de exploração intelectual era às vezes resumido por uma citação de Horácio, tirada de seu contexto original e transformada no lema “ousar conhecer” (*sapere aude*).⁷⁰

O ideal acadêmico moderno poderia ser visto como a rotinização dessas aspirações dos séculos XVII e XVIII. A inovação intelectual, mais que a transmissão da tradição, é considerada uma das principais funções das instituições de educação superior e, assim, espera-se que os candidatos aos graus mais elevados façam “contribuições ao conhecimento”. A propósito, e há uma pressão sobre os acadêmicos — a despeito das contrapressões descritas anteriormente no capítulo III — para que colonizem novos territórios intelectuais em vez de continuarem a cultivar os antigos.

Conclusão

A *Enciclopédia* oferece uma visão excelente do que d’Alembert (seguindo Bacon) chamava de “mapa” do conhecimento no final de nosso período.⁷¹ Edições sucessivas da obra — e suas rivais — revelam uma consciência cada vez mais aguda do progresso do conhecimento. Mesmo assim, a classificação do conhecimento proposta por d’Alembert em seu “discurso preliminar” e apresentada em forma tabular por Diderot se equilibra entre a tradição e a inovação. Do ponto de vista do nosso tempo, seu esquema parece tradicional, especialmente a ideia da árvore do conhecimento e seus ramos, a distinção entre as artes liberais e as mecânicas e a discussão do *trivium* de gramática, lógica e retórica.

Vistas a partir de 1500, contudo, muitas inovações surgiram. A árvore do conhecimento fora desbastada.⁷² A matemática fora promovida ao primeiro lugar e discutida antes do *trivium*. A teologia ficara subordinada à filosofia, subvertendo a hierarquia tradicional (e chocando o resenhista da obra no *Journal des Savants*). Como revelam tanto as gravuras como o texto, as artes mecânicas eram levadas ainda mais a sério do que nas enciclopédias de Alsted e Zara, mostrando a crescente aproximação entre o conhecimento acadêmico e o não acadêmico.

Finalmente, a ordem dos verbetes era alfabética, embora controlada até certo ponto pelo elaborado sistema de referências cruzadas ou remissivas. Independentemente das razões práticas de sua adoção, o uso da ordem alfabética tanto refletia quanto encorajava uma mudança da visão hierárquica e orgânica do mundo para uma visão mais individualista e igualitária. Podemos então falar do “conteúdo da forma”, reforçando a ambição dos organizadores que pretendiam subverter a hierarquia social, pelo menos em alguns aspectos. Pois a *Enciclopédia* era tanto um projeto político como intelectual. A política do conhecimento será examinada no próximo capítulo.

VI - O Controle do Conhecimento: Igrejas e Estados

O exercício do poder cria perpetuamente conhecimento e, ao contrário, o conhecimento constantemente gera efeitos de poder.

FOUCAULT

Toda acumulação de conhecimento e especialmente a que é obtida pela comunicação social com pessoas sobre as quais exercemos poder... é útil para o Estado.

WARREN HASTINGS

Os capítulos II a V se ocuparam principalmente do mundo acadêmico, de seus habitantes, suas instituições e classificações. A política não está ausente desse mundo, como as discussões sobre a defesa do território intelectual e a resistência à inovação terão deixado suficientemente claro. Chegou, porém, o momento de ampliar o escopo deste levantamento e voltar-nos para a política do conhecimento no sentido da coleta, armazenamento, recuperação e supressão da informação pelas autoridades, tanto da Igreja quanto do Estado. Os crescentes esforços nesse campo talvez sejam a melhor evidência do interesse sobre o conhecimento útil discutido no capítulo anterior.

A dependência da informação por parte de todos os governos foi analisada há quase meio século num estudo clássico do cientista político alemão naturalizado norte-americano Karl Deutsch.¹ Recentemente, certos aspectos desse tema têm sido estudados com grande intensidade. Muitas monografias foram dedicadas à história da espionagem e, em termos mais gerais, à informação sobre a qual os governos basearam suas políticas externas.² A história dos recenseamentos em diversos países europeus foi investigada.³ A “ordem da informação” nos impérios, especialmente na América hispânica e na Índia britânica, foi estudada em relativo detalhe.⁴ Do lado negativo, a operação da censura religiosa e política em diferentes lugares tem sido objeto de inúmeras monografias.⁵

Graças a esses estudos, a tendência geral à acumulação de mais e mais informações nos primórdios do período moderno parece bastante clara, assim como a tendência a organizá-las de forma tabular ou estatística. Poder-se-ia mesmo falar do ideal, em certos setores, de um “Estado de vigilância”, embora valha também lembrar que os primeiros governos modernos não tinham o grande número de funcionários necessário para controlar as vidas de todos os que viviam dentro de suas fronteiras. Na prática, coletavam informações para responder a problemas ou crises específicas, como sedição, pestes e guerra, ainda que

uma tendência de longo prazo à coleta de informações para apoiar as práticas rotineiras de governo também seja discernível, especialmente de 1650 em diante.

Mais obscuras são a cronologia, a geografia e a sociologia precisas dessa acumulação de informações e das várias razões subjacentes a ela. Neste capítulo, abordarei esses problemas comparativamente, com especial referência aos impérios, considerando a expansão do conhecimento como ao mesmo tempo pré-condição e consequência da expansão do império — português, espanhol, britânico, francês, sueco ou russo (o Império Holandês, que era um empreendimento mais econômico que político, será discutido no próximo capítulo). A ascensão da geografia ao status de disciplina acadêmica nesta época (ver p.95) certamente não foi casual.⁶

O problema é especificar as maneiras como poder e conhecimento se apoiam mutuamente, como mostram dois estudos recentes sobre a Índia imperial. Num deles, a conquista da Índia é apresentada como “uma conquista do conhecimento”, a invasão de um “espaço epistemológico”, e a ênfase do autor recai nas maneiras como os conquistadores britânicos empregaram seu conhecimento das línguas e do direito indianos para impor seu domínio mais eficazmente. No outro, a “ordem da informação” tradicional do período Mughal recebe maior atenção. O autor afirma que os britânicos começaram se apoiando em informantes nativos e em técnicas locais de coleta de informações. A substituição dessas técnicas por um sistema mais “científico” baseado em observadores britânicos isolou os novos dirigentes da Índia do conhecimento das atitudes e sentimentos locais, permitindo assim que a rebelião de 1857 os surpreendesse.⁷

Idealmente, uma história comparada do tipo aqui empreendido deveria revelar não só as semelhanças e diferenças mas também as interações — seja na forma de competição ou na de apropriação — entre Estados, regiões ou campos de interesse. Dois exemplos de interação se destacam no período, a troca de técnicas de coleta de informações entre Igrejas e Estados, e a que tem lugar entre periferias e centros. Pelo menos à primeira vista, pode ser que, nesses aspectos, tenha sido muitas vezes — mas nem sempre — o Estado que aprendeu com a Igreja, e que os centros do império tenham sido escrutados com métodos desenvolvidos para governar províncias distantes. Para testar essas hipóteses, as próximas páginas examinarão os processos de coleta, armazenamento, recuperação, uso e supressão de diferentes tipos de informação.

O surgimento da burocracia

Desde o tempo dos antigos assírios, se não antes, os governos estiveram interessados em coletar e armazenar informações sobre os povos que controlavam. Como diz um sociólogo contemporâneo, “todos os Estados foram ‘sociedades da informação’, pois a geração do poder de Estado pressupõe a reprodução reflexivamente monitorada do sistema, envolvendo a coleta, armazenamento e controle regulares da informação aplicada a fins administrativos”.⁸ Os antigos romanos tentaram realizar censos completos da população. Depois da conquista normanda de 1066, o novo rei da Inglaterra determinou um levantamento da população, tanto humana como animal. Contudo, o “Domesday Book”

[Cadastro geral], como esse levantamento foi chamado, foi um caso extraordinário, e o registro raramente foi consultado nos dois séculos que se seguiram à sua compilação.⁹ Foi só no princípio da era moderna que a coleta regular e sistemática de informações se tomou parte do processo ordinário de governo na Europa. A crescente centralização da administração requeria que os governantes soubessem muito mais sobre a vida dos governados do que na Idade Média, e também os qualificava para esse conhecimento. Com a centralização veio também a ascensão da “burocracia”, no sentido que Max Weber atribuía ao termo. Diferentemente de Mannheim (ver p.16), Weber não é em geral lembrado como sociólogo do conhecimento, mas sua famosa teoria da burocracia em verdade constituiu importante contribuição para o tema. Afinal, Weber definia a burocracia como “o exercício do controle com base no conhecimento”. Ele ligava esse “poder da função” ao governo impessoal na base de regulamentos formais e comunicações escritas apresentadas através dos canais apropriados.¹⁰

Nos primórdios da Europa moderna, um dos principais desenvolvimentos na história do Estado foi uma tendência à burocracia no sentido weberiano, ao lado de uma tendência à burocracia no sentido coloquial pejorativo e do que ficou conhecido no século XVI como “poder dos secretários” (ver p.30).¹¹ Um indicador da ascensão da burocracia nos dois sentidos foi o crescimento no número de funcionários. Outro, ainda mais visível, foi o surgimento de prédios construídos especificamente para funcionarem como repartições, como no caso dos Uffizi, em Florença (complexo de escritórios, como o nome indica, antes de se transformar em galeria de arte) e no de Versalhes, onde parte do novo palácio foi construída para uso dos funcionários civis.

Ao mesmo tempo em que os empregavam, os próprios governantes se tornavam burocratas. O caso clássico é o de Filipe II da Espanha, apelidado por seus súditos de “rei do papel” (*el rey papelero*), por causa do número de horas que gastava na mesa de trabalho e dos documentos gerados em seu aã de se informar sobre a vida de seus súditos. De fato, o coletor do rei se queixava a seu senhor sobre sua fuga para o mundo dos papéis.¹² O Escorial pode ter sido o centro da maior massa de documentos oficiais coletados desde o Império Romano, outra organização baseada no papel e nos registros escritos.¹³

Filipe II não foi o único rei burocrata. O surgimento do que poderíamos chamar de “Estado do papel” nos primórdios do período moderno foi um fenômeno geral na Europa. Luís XIV se vangloriava em suas memórias de estar “informado sobre todas as coisas”. Ele também gastava muitas horas na mesa de trabalho e em reuniões de conselhos e comitês, assim como faziam os principais governantes do Iluminismo, notadamente Frederico, o Cirande, da Prússia, Catarina, a Grande, da Rússia e Maria Teresa e José II, da Áustria. A ascensão dos comitês e conselhos (pequenos grupos decidindo por maioria de votos, conhecidos na Suécia e na Rússia como “colégios”), é uma das principais inovações administrativas do período. Como escrevia Leibniz a Pedro, o Grande, “não pode haver boa administração a menos que existam colégios: seu mecanismo é como o dos relógios, cujas engrenagens se mantêm mutuamente em movimento”.

O principal aqui diz respeito à acumulação de informações como formas tanto de reação como de autoestímulo ao desejo crescente dos governantes de controlar as vidas do povo em geral, fosse para aumentar os impostos, alistá-lo no exército ou alimentá-lo em tempos de fome. Contudo, o fato de que o conhecimento se acumulava em algum lugar da

administração não significava que chegava sempre ao governante ou ao funcionário que dele precisava. Quanto maior a organização, maior o perigo de que a informação obtida não chegue à cúpula. Em outras palavras, os historiadores, como os governos, precisam ocupar-se do que pode ser chamado de “mobilização” da informação.⁴

Até que ponto as práticas e tendências discutidas neste capítulo se limitavam ao mundo ocidental é uma questão que, a despeito de sua importância, a literatura secundária não nos permite discutir em detalhe. É bastante claro que os governos de alguns grandes Estados asiáticos, entre os quais a China, o Império Otomano e a Índia Mughal, mostravam grande interesse pela coleta de informações. Censos do Império Chinês foram realizados em 1380, por exemplo, e novamente na década de 1390. Muitos guias e enciclopédias impressos foram produzidos para uso dos funcionários chineses. No Império Otomano, os registros dos censos de terras realizados a intervalos regulares para fins de imposto, muitos ainda preservados, são impressionantes. Também na Índia Mughal havia um interesse oficial por dados estatísticos, além de um elaborado sistema de inteligência para fins de vigilância.¹⁵ Mapas, planos e cartas não eram monopólio ocidental. Já eram instrumentos de governo nesse período na China, no Japão e no Império Otomano, como bem nos lembra o exemplo de Piri Reis (ver p.56).¹⁶

Uma conclusão taxativa será prematura, entretanto, até a realização de comparações mais sistemáticas. Minha impressão é de que por volta de 1450 os principais governos da Europa ainda estavam atrasados em relação à China e ao Império Otomano no que diz respeito a seus serviços de coleta de informações. Depois de 1600, porém, a Europa ou, mais exatamente, alguns governos europeus assumiram a liderança. No que segue, serão privilegiados os Estados mais burocratizados, sejam eles grandes, como a França, ou pequenos, como a Suécia.

A Igreja como modelo

É possível argumentar que a primeira burocracia europeia não foi secular, mas eclesiástica. No século XIII, o papa Inocêncio III já buscava informações nos registros oficiais. Na Idade Média, segundo um historiador recente dos registros escritos, as chancelarias reais eram mais lentas que o papado no desenvolvimento de técnicas escriturais para a administração”.¹⁷ Não surpreende. Afinal, a Igreja católica era uma instituição construída em escala mais grandiosa do que qualquer monarquia europeia, com o clero praticamente detendo o monopólio da alfabetização. A burocracia papal, em particular, tivera origem numa tradição medieval, mas se desenvolveu numa direção que poderia ser chamada de weberiana nos séculos XVI e XVII. O papa Sisto V, por exemplo, estabeleceu certo número de comitês ou “congregações” especializadas durante seu curto mas vigoroso mandato. O papado foi pioneiro em áreas tão diversas como arquivos (ver p. 127) e finanças (particularmente no desenvolvimento de orçamentos, em outras palavras, prognósticos financeiros regulares).¹⁸

Depois do Concílio de Trento, que concluiu suas deliberações em 1563, foi determinado que os párcos da Igreja católica mantivessem registros dos nascimentos,

casamentos e mortes. Esperava-se que os bispos visitassem suas dioceses regularmente para aferir seu estado espiritual. Essas visitasções episcopais, que antes eram esporádicas, passaram a ser regulares depois do Concílio de Trento, gerando uma massa de registros relativos ao estado físico das igrejas, nível educacional dos párocos, número de irmandades e moralidade do laicato.¹⁹

A Igreja da Contrarreforma também tem seu lugar na história da estatística. Censos de “almas”, como eram chamados, foram realizados regularmente como meio de verificar se os paroquianos cumpriam seus “deveres pascais” de confissão e comunhão anual como mandava o Concílio de Trento. Como controle adicional, requeria-se que os párocos distribuíssem senhas ou *schedae* a seus paroquianos, senhas que deviam ser devolvidas ao padre por ocasião da confissão ou comunhão. O medo crescente da heresia e o desenvolvimento da habilidade com os números contribuíram para a ascensão da estatística.

Visitações desse tipo tinham lugar tanto na Europa protestante como na católica. Na Alemanha luterana, por exemplo, havia inspeção regular das paróquias no século XVI. Na Inglaterra, depois da Reforma, novos bispos produziram “interrogatórios” para investigar as dioceses de Gloucester e Worcester (89 perguntas, 1551-2) e Norwich (69 perguntas, 1561) Na Suécia e na Finlândia luteranas os registros de inspeções das igrejas dos séculos XVII e XVIII foram intensamente estudados por historiadores interessados no aumento da alfabetização. Registros detalhados das perguntas do clero aos paroquianos, e a classificação destes segundo a competência (“lê bem”, “lê um pouco” etc.) constituem — como os registros da Inquisição — notável ilustração da paixão oficial por informações precisas.²⁰

Assim como os censos católicos que se seguiram ao Concílio de Trento foram estimulados pelo temor da heresia, o qual o Concílio fora convocado para suprimir, também os censos ingleses foram estimulados pelo temor à dissidência da Igreja anglicana. Em 1676, por exemplo, Compton, o bispo de Londres, realizou um levantamento dos dissidentes que veio a ser conhecido como “Censo de Compton”. O elaborado questionário enviado pelo arcebispo de York a seus párocos em 1743 também trai essas preocupações. “Quantas famílias há em sua paróquia? Dessas, quantas são dissidentes?... Há alguma escola pública ou de caridade? Há em sua paróquia algum hospital, abrigo para pobres ou algum outro recurso de caridade? Qual a frequência de serviços religiosos públicos em sua igreja?... Com que frequência e a que horas você ensina o catecismo em sua igreja?”²¹ A ligação entre a coleta de informações e o desejo de controle dos rebanhos é bastante clara.

A instituição eclesiástica mais interessada na reunião de conhecimentos foi a Inquisição, na Espanha, Itália e outras terras. Os suspeitos de heresia eram interrogados de maneira extremamente sistemática sobre sua idade, lugar de nascimento e ocupação, assim como sobre suas crenças, e o que quer que dissessem era escrupulosamente registrado. Os arquivos das várias Inquisições constituem, portanto, um “banco de dados” com os quais os historiadores sociais muito aprenderam, especialmente na última geração. No entanto, a coleta de informações pelos inquisidores merece a atenção dos historiadores não só como fonte, mas também como fenômeno em si, como exemplo importante da busca de conhecimento para fins de controle no início da era moderna.²²

É tentador especular sobre até que ponto os métodos da Igreja foram adaptados às necessidades do Estado pelos três cardeais que foram tão importantes em governos

seculares em meados do século XVII, Richelieu e Mazarino, na França e seu contemporâneo Melchior Khlesl, no Império Habsburgo. De qualquer maneira, a interação dos poderes temporais e espirituais no domínio do conhecimento é um tema que se repetirá nestas páginas.

No que diz respeito à coleta de informações, pode ser útil distinguir o conhecimento adquirido pelos governantes sobre seus vizinhos, rivais ou inimigos, do conhecimento que tinham sobre seus próprios domínios, fossem eles da “pátria mãe” ou de territórios do império.

Relações exteriores

No campo das relações exteriores, é apropriado começar com a República de Veneza, uma vez que ela foi um dos primeiros poderes europeus a adotar o sistema de embaixadores residentes, tanto para coligir informações sobre outros países quanto para negociar com eles. O governo veneziano esperava receber de seus representantes no exterior não só despachos regulares mas também relatórios formais ao final da missão (aproximadamente três anos), as famosas *relazioni*, que descreviam os pontos políticos, econômicos e militares fortes e fracos do Estado para o qual o embaixador fora enviado.²³ Os embaixadores venezianos também difundiam informações no exterior. Por exemplo, quando o papa lançou um interdito sobre Veneza em 1606, o embaixador veneziano em Paris foi instruído a garantir que os franceses fossem informados do outro lado da questão.

Outros governos imitaram o de Veneza, mas de maneira menos sistemática. O novo tipo de tratado sobre os deveres dos embaixadores, que se propagava rapidamente, destacava a importância de mandar informações para o país de origem, como fez Frederick Marselaer em seu *Legatus* (1626). Relatórios do tipo das *relazioni* existiram em outros países, como a penetrante apresentação de Sir George Carew sobre a corte francesa na época de Henrique IV, mas a prática era menos regular do que em Veneza.

Os embaixadores coligiam informações não só mantendo abertos os olhos e os ouvidos, mas também através de uma rede de assistentes, agentes ou “informantes”, para não dizer espões, fossem eles empregados em tempo integral ou parcial, como os mercadores venezianos em Istambul, que mandavam regularmente informações políticas. O “serviço secreto” (como já era conhecido em 1583, pelo menos em Nápoles), era um empreendimento elaboradamente organizado no início do período moderno, e contava com códigos, endereços falsos, casas seguras e agentes duplos. Os venezianos eram praticantes particularmente hábeis tanto da espionagem como da contraespionagem e, para isso, frequentemente infiltravam embaixadas estrangeiras.²⁴



12. *O espião* (entalhe, séc. XVII).

No século XVII outros Estados começavam a alcançar Veneza nesses aspectos. Sir Henry Wotton, embaixador britânico em Veneza, empregava espiões em Milão (que então fazia parte do Império Espanhol), para que lhe mandassem informações sobre a movimentação das tropas espanholas (figura 12). Também empregava agentes em Roma e Turim e interceptava correspondência, em particular dos jesuítas (a arte de abrir cartas sem deixar traços já era bem conhecida). O valor da informação que Wotton obtinha por esses meios pode ser aferida do fato de que o doge às vezes obtinha conhecimento dos planos do governo de Milão através da embaixada britânica.²⁵

O governo espanhol, por sua vez, foi descrito por um historiador da diplomacia como tendo “uma ampla rede, bem organizada e extremamente eficaz, para recolher informações”. Don Diego Hurtado de Mendoza, embaixador espanhol em Veneza entre 1539 e 1547, organizou uma rede de espiões no Império Otomano, e o conde de Gondomar, embaixador em Londres no início do século xvii, pagava altos salários a importantes membros do governo (1.000 libras por cabeça ao lorde-chefe do Tesouro e ao lorde-chefe do Almirantado) por serviços de informação. Inversa-mente, mais tarde, o secretário do embaixador espanhol recebia 100 libras anuais para passar informações aos britânicos.²⁶ Também na França grande número de espiões era empregado pelo governo e por seus embaixadores.²⁷ Grupos de exilados protestantes na Inglaterra e em outros lugares eram infiltrados e muitas vezes a fachada de colecionador de arte era usada para ocultar a espionagem. O *connoisseur* Roger de Piles, por exemplo, foi enviado à República Holandesa oficialmente para comprar quadros para o rei Luís XIV, mas na realidade sua missão era coligar informações políticas. Os holandeses descobriram seu disfarce e ele passou algum tempo na prisão, usando o lazer forçado para escrever um livro sobre crítica de arte que se tornou clássico em seu campo.²⁸

Informação e Império

Em seu estudo tão célebre quanto controvertido, que estendeu as ideias de Foucault sobre o poder e o conhecimento para outras regiões, o crítico Edward Said discutiu o que chamou de “orientalismo” como sistema ocidental de representação e dominação.²⁹ Começa sua história por volta de 1800, com o papel dos estudiosos na campanha napoleônica do Egito. A coleta sistemática de conhecimento pelas grandes potências europeias para dominar outras partes do mundo na verdade começou muito antes.

Por exemplo, os impérios ultramarinos — português, espanhol, holandês, francês e britânico — dependiam todos da coleta de informações. Em primeiro lugar, precisavam de informações sobre as rotas para as Índias ou para a África. Onde a nomeação de cosmógrafos reais em Portugal e na Espanha, especialistas que deveriam fornecer informações sobre astronomia, geografia e navegação. Registros do que era conhecido, muitas vezes na forma de documentos oficiais, eram guardados, como vimos (ver p.61), no Armazém de Guiné e na Casa da Índia, em Lisboa, e na Casa de Contratación, em Sevilha. Jorge de Vasconcelos, por exemplo, provedor dos “armazéns” da África e da Índia no começo do século XVI, era o encarregado desses documentos, que eram entregues aos pilotos e capitães quando saíam de Portugal e devolvidos quando de seu retorno.³⁰

Já na época de Luís XIV o poderoso ministro Jean-Baptiste Colbert era apresentado como o “homem da informação”, por ser muito mais sistemático do que seus antecessores nesse aspecto.³¹ Colbert coligia informações sobre o Oriente Médio e sobre o Extremo Oriente por uma mistura de razões políticas e econômicas. Por sua iniciativa foi fundada em 1664 uma *Compagnie des Indes Orientales* para competir com os ingleses e holandeses. O ministro mandou o abade Carré à Índia em 1666 com o diretor da companhia, aparentemente para atuar como informante, e Carré lhe prestou contas em 1671.³² Interesses semelhantes foram demonstrados por três sucessivos secretários de Estado para a Marinha: Louis de Pontchartrain; seu filho Jérôme, conde de Maurepas (que o sucedeu em 1699); e o filho de Jérôme, também conde de Maurepas, que substituiu o pai em 1723. Expedições oficiais foram enviadas à América do Sul, por exemplo, e engenheiros, astrônomos e botânicos faziam suas observações “por ordem do rei”, expressão que se orgulhavam de ostentar nas páginas de rosto de suas publicações.³³

Quando partes de outros continentes eram incorporadas aos impérios europeus, tornava-se necessário adquirir conhecimentos sistemáticos sobre a terra, seus recursos e habitantes. O exemplo do governo espanhol é revelador nesse particular. Carlos V já tentava obter informações do arcebispo do México em 1548, mas a coleta sistemática de informações sobre o Novo Mundo só começou na década de 1570. Papel importante no processo de coleta de informações foi desempenhado por Juan de Ovando, que foi nomeado visitador do Conselho das Índias em 1569, e ficou surpreso ao descobrir quão pouco informados sobre o Novo Mundo estavam os conselheiros. No mesmo ano, enviou questionários de 37 itens aos funcionários locais no México e no Peru, seguidos de outros mais elaborados. A essa altura, o questionário já era um instrumento de governo conhecido na Igreja, regularmente empregado tanto em visitas episcopais como pela Inquisição. Ovando, que era homem da Igreja, parece ter adaptado os métodos eclesiásticos ao serviço do Estado.³⁴

Foi Ovando quem enviou o médico Francisco Hernández à Nova Espanha (atual figura 3

México) para estudar sua história natural (ver p.60),³⁵ além de ter sido o responsável pela criação do novo posto oficial de “historiador-geógrafo” (*cosmógrafo-cronista*). Seu primeiro ocupante, Juan López de Velasco, fora anteriormente secretário de Ovando. Em 1577 foi a vez de Velasco enviar um questionário impresso às autoridades municipais da Nova Espanha, relativo à história natural de cada região, suas minas, história local etc. Entre as perguntas ou, mais exatamente, ordens, figuravam as seguintes:

Diga quem foi o descobridor e conquistador da dita província... diga a quem pertenciam os índios naquele tempo... e a forma de culto, ritos e costumes que tinham, bons ou maus. Diga como eram governados; contra quem guerreavam; roupas e vestimentas que usavam e usam agora e se eram mais ou menos saudáveis antigamente do que hoje, e que razões podem ser encontradas para isso.³⁶

No contexto da história do conhecimento, esse documento é interessante por várias razões. Ele nos lembra que o questionário não foi uma invenção dos sociólogos do século XIX, mas a adaptação, para propósitos acadêmicos, de um procedimento administrativo tradicional empregado por funcionários episcopais e seculares. Também revela que o governo já estava ciente do terrível declínio da população (devido principalmente à importação de doenças europeias para as quais os índios não tinham desenvolvido resistência), declínio que os historiadores da América hispânica redescobriram na década de 1950. É também significativo que as perguntas não eram estritamente utilitárias, revelando os interesses de um humanista a serviço do governo.

A Rússia no século XVIII oferece outro exemplo notável de um governo imperial ocupado com a coleta de informações. Pedro, o Grande, enviou seu bibliotecário alemão J.D. Schumacher para a República Holandesa em 1721 a fim de obter informações sobre a tecnologia holandesa, em outras palavras para envolver-se no que é hoje conhecido como “espionagem industrial” (ver p.140-1).³⁷ Os interesses do czar se estenderam aos limites orientais de seu império. Outro alemão, Daniel Messerschmidt, passou sete anos na Sibéria (1720-27) coligindo informações sobre a região, enquanto os russos Fedor Luzhin e Ivan Evreinov e o dinamarquês Vitus Bering foram mandados para Kamchatka com o objetivo de descobrir se existia ou não uma passagem por terra entre a Ásia e a América.³⁸ De forma semelhante, a expedição do famoso botânico Cari Linnaeus à Lapônia na década de 1730 não foi empreendida visando apenas o avanço da ciência, mas também para fornecer ao governo sueco informações sobre os minerais e outros recursos daquela parte do império.³⁹

Catarina, a Grande, tinha interesses semelhantes aos de Pedro, tendo contratado Sir Samuel Bentham (irmão do mais famoso Jeremy) entre 1780 e 1795 para mapear a Sibéria e estudar seus recursos minerais e humanos. As instruções oficiais para os membros da expedição à Sibéria durante o reinado de Catarina (impressas no apêndice do *Relato de uma expedição geográfica ao norte da Rússia*, publicado na época por Martin Sauer), incluía os pontos seguintes, expressos, como no caso de Ovando, no imperativo: “Observe suas disposições e diferentes qualificações corporais; seu governo, maneiras, ocupações, cerimônias e superstições, religiosas ou profanas; sua tradição, educação e maneira de tratar as mulheres; plantas úteis, medicamentos e tinturas; alimentos e maneira de prepará-los; habitações, utensílios, carruagens e barcos; modo de vida e economia”.⁴⁰ Embora a maneira de tratar as mulheres fosse algumas vezes considerada como indicador de civilização, sua ênfase também sugere o envolvimento pessoal da imperatriz nessa expedição de coleta de informações.

A influência da expedição do capitão Cook sobre os russos é também digna de nota. Joseph Billings, que servira com Cook antes de se alistar na marinha russa, foi posto no comando da nova expedição precisamente por causa de sua experiência em lugares exóticos. A mistura de informação útil com conhecimento sem valor prático evidente para os dirigentes de um império lembra o questionário de Velasco no século XVI. O desejo de controle era obviamente um estímulo importante para a coleta de informações pelos

primeiros Estados modernos e especialmente pelos impérios, mas a curiosidade também teve seu papel, e a informação era coligida não só por ser imediatamente útil, mas na esperança de que um dia pudesse vir a sê-lo.

O patrocínio governamental da pesquisa, já discutido no caso das academias científicas (ver p.48), se estendia às partes mais remotas do império e para além delas. Um dos primeiros exemplos é a expedição ao Brasil montada por João Maurício de Nassau (1637-44), que contava com artistas como Frans Post e cientistas como o médico Willem Piso para estudar e registrar a fauna e a flora locais. A famosa expedição científica ao Peru, em 1736, por um grupo de sábios franceses, foi apoiada pelo ministro Maurepas, e descrita no relato impresso como “uma viagem feita por ordem do rei”.⁴¹ Os dinamarqueses montaram uma expedição oficial à Arábia em 1761. O teólogo alemão Johann David Michaelis tinha interesse na região pela luz que podia lançar sobre a interpretação das Escrituras, e encontrou um patrono no conde Bernstorff, ministro do rei da Dinamarca. Daí a nomeação do estudioso dinamarquês Carsten Niebuhr como tenente de engenharia, encarregado de uma equipe que incluía um filólogo, dois naturalistas e um artista.

O conhecimento adquirido em expedições como essas pode não ter sido de utilidade imediata, mas também não foi politicamente neutro. Assim, como as academias criadas pelos governos de Paris, Berlim, São Petersburgo e Estocolmo, essas expedições verificaram-se um bom investimento. Como se diz nos dias de hoje, passaram uma boa imagem aos governos patrocinadores. Os acadêmicos da época também estavam cientes dessa questão, como testemunha a observação de Fontenelle, secretário da Academia Francesa de Ciências, em seu obituário dos acadêmicos, sobre a “sábria política” de Colbert de apoio à cultura, assim glorificando Luís XIV e dando aos franceses um império intelectual (*l'empire de l'esprit*). No final do século XVIII, o número crescente dessas expedições começava a alarmar certos setores. O escritor holandês Cornelis de Pauw, por exemplo, em suas *Pesquisas filosóficas* (1770) sobre os americanos, lamentava no prefácio que o preço do esclarecimento de certas questões de geografia fosse a destruição de parte do globo. “Coloquemos limites a essa paixão de tudo invadir para tudo conhecer” (*Mettons des bornes à la fureur de tout e ivahir pour tout connaître*).

Assuntos internos

Como mostra o exemplo do Cadastro Geral (*Domesday Book*), os governantes há muito se revelavam interessados em conhecer seus povos e territórios. Uma maneira de adquirir esse conhecimento era fazer um giro por toda a região. Um exemplo famoso do século XVI foi o “tour de France” realizado em 1564-66, logo após sua ascensão, pelo rei-menino Carlos IX. Esse método direto continuou durante o período. Frederico, o Grande, pelo menos no começo de seu reinado, viajava através de seus domínios para se manter bem informado. A visita de Catarina, a Grande, à Nova Rússia em 1787 é conhecida graças ao relato de como ela foi supostamente enganada por seu favorito, Gregório Potemkin, que teria determinado a construção de uma cidade-modelo a ser reerguida em diversos lugares para que a imperatriz a inspecionasse inúmeras vezes.⁴²

Contudo, os governantes-burocratas tinham cada vez menos tempo para viajar extensivamente por seus reinos. Tinham muito mais acesso que seus predecessores a informações, mas estas vinham de segunda mão, na forma de relatórios. Frederico, o Grande, por exemplo, instruía seus funcionários para que viajassem a fim de conhecer suas regiões e enviassem notícias do que encontrassem. Um dos conselhos de Leibniz ao czar Pedro, o Grande, era “obter uma descrição exata do país”.

Para um exemplo do novo sistema em operação podemos voltar-nos para o monarca de gabinete por excelência, Filipe II. Foi na época de Filipe que foram feitos relatórios detalhados, hoje conhecidos como *Relaciones topográficas*, de aproximadamente 600 vilarejos em uma região da Espanha, Nova Castela. Esses relatórios derivavam das respostas a questionários (*interrogatorios*) enviados em 1575 e 1578 (57 perguntas ou capítulos no primeiro caso e 45 no segundo). Algumas das perguntas tratavam de questões práticas de administração, privilégios, qualidade das terras e número de hospitais. Outras, ainda, diziam respeito à vida religiosa dos habitantes, suas festas e santos favoritos, o que sustenta a teoria de que as visitas episcopais eram tomadas como modelo. Outro modelo possível era a “corografia” humanista, uma descrição histórico-geográfica de determinada região. O paralelo com o censo da Nova Espanha em 1560 (ver p.118) é bastante óbvio. As *Relaciones topográficas* oferecem um exemplo de um levantamento do centro que segue o modelo de um levantamento da periferia.⁴³

Colbert era outro que gostava de questionários. Em 1663 instruiu seus representantes nas províncias, os *intendants*, a que lhe mandassem informações sobre as áreas sobre as quais eram responsáveis. Pouco depois deu instruções para uma série de levantamentos (*enquêtes*).⁴⁴ Pode ter tomado de empréstimo à Igreja a ideia do questionário, mas seus métodos refinados por sua vez a influenciaram. Não parece coincidência que questionários eclesiásticos particularmente elaborados tenham sido enviados na mesma época pelo arcebispo de Rouen (filho de Colbert) e pelo arcebispo de Reims (irmão de Louvois, rival de Colbert).⁴⁵

Visitas e questionários não esgotavam os meios à disposição dos primeiros governos modernos para obter informações com fins de controle. O período foi marcado pelo surgimento de vários equivalentes da moderna “carteira de identidade”. Em tempos de peste, os Conselhos de Saúde italianos requeriam que os viajantes levassem passes (conhecidos como *bollette* ou *bollettini*) para limitar a disseminação da infecção. O viajante Philip Skippon, que recebeu esse *bollettino* em Mântua em 1664, observou que era descrito nele como um inglês proveniente de Verona, com 20 anos de idade, barba, cabelo castanho, olhos escuros e aparência normal. Passaportes, originalmente salvo-condutos em tempos de guerra, foram estendidos aos tempos de paz na França do século XVIII. Depois de 1777, pessoas de origem africana tinham que portar passes ou *cartouches* especiais.⁴⁶ Também o governo russo passou a requerer que os viajantes tivessem passaportes internos na primeira metade do século XVIII. Esses passaportes começaram a ser impressos em 1743, e como os *bollettini* italianos incluíam uma descrição física do portador. Originalmente com propósitos fiscais (para impedir a evasão de impostos), esses passaportes se tornaram meios de controle dos governos sobre os movimentos da população.

Chamar o sistema russo de “Estado policial”, como fizeram alguns historiadores, pode ser um certo exagero, dado o número relativamente pequeno de funcionários que

agiam no enorme país, mas o desejo de recolher informações para fins de controle estava certamente presente na Rússia de fins do século XVIII. A. A. Viazemskii, procurador-geral do Senado, montou uma rede de informantes nas províncias. A Grande Comissão de 1767 e a solicitação, em 1775, para que os governadores apresentassem relatórios regulares sobre suas províncias também contribuíram para a quantidade de informações disponíveis para os funcionários em São Petersburgo.⁴⁷

Espiões ou “informantes” domésticos pagos eram outro instrumento de governo que remontava ao passado, como os agentes secretos dos imperadores romanos, a *schola agentium in rebus* ou, em termos coloquiais, os *curiosi*. Na Espanha, em princípios do século XVII, os informantes ficavam no palácio real, e fora criado o posto de *espiá mayor*.⁴⁸

O incentivo às denúncias sobre os que desobedeciam às regras por seus vizinhos era outra técnica comum, aparentemente aprendida pelo Estado da Igreja, que há muito se ocupava da detecção da heresia, da blasfêmia e da imoralidade. A nomeação de um grupo de funcionários conhecidos como “Inquisidores do Estado” na Veneza do século XVI rendia homenagem às origens eclesiásticas daquela instituição. Observou-se sobre o governo de Henrique VIII da Inglaterra que informantes pagos não eram empregados por serem desnecessários. “A informação chegava e não precisava ser procurada.” A mesma observação vale para Veneza, onde o governo fazia uso das chamadas *bocchi di leone*, caixas de correspondência na forma de bocas de leão onde o público podia depositar suas denúncias, assinadas ou não. Em meados do século XVII, o sistema se especializou e diferentes tipos de denúncias (de bandidos, extorsões, jogo, corrupção política ou irreverência na igreja) deviam ser depositadas em caixas diferentes.⁴⁹

Graças a esses métodos, os governos estavam cada vez mais bem informados. Um viajante escocês na França do século XIX, Sir John Lauder, registra em suas memórias que o cardeal Richelieu “sabia de todas as coisas que se passavam na França como se tivesse estado presente, e duas pessoas íntimas não poderiam falar mal dele em Poitiers sem que ele ficasse sabendo quatro dias depois em Paris. Alguns imputavam esse fato a um espírito afável, e outros a seus espiões espalhados por toda parte”. Nos dois casos, os métodos do cardeal eram vistos como diabólicos. Mas o processo não terminou em Richelieu. A Paris de Luís XIV e de Luís XV era observada de perto pelos informantes mais conhecidos como *mouches*, pois pousavam como moscas nas paredes dos cafês e outros lugares onde a sedição se fizesse sentir. Por volta de 1720 ocupavam seus lugares em cerca de 40 cafês da capital. Ao final do século XVIII, os registros ou *dossiers* da polícia francesa continham pastas pessoais dos principais suspeitos, incluindo retratos.³⁰

O mapeamento do Estado

Boa parte das informações que interessavam aos funcionários dos governos estava registrada na forma de mapas (figura 13). O “surgimento da cartografia como instrumento de governo” foi importante nesse período, fosse o propósito do mapa estabelecer fronteiras, defender o Estado contra seus inimigos ou facilitar o planejamento e assim racionalizar a administração.⁵¹ Filipe II, por exemplo, estimulou o mapeamento da Península Ibérica na década de 1560. Pedro de Esquivel, professor de matemática em Alcalá, foi encarregado de um levantamento da Espanha, mas morreu pouco depois da nomeação e o projeto foi abandonado.⁵² O cosmógrafo português Francisco Dominguez passou cinco anos na Nova Espanha a partir de 1571, fazendo um levantamento do território. O questionário de 1577, enviado aos domínios de Filipe II no Novo Mundo, incluía uma demanda por mapas, alguns dos quais sobreviveram.⁵³



13. România, detalhe de J. Castaldus, (Antuérpia, 1570).

Na França, o cardeal Richelieu, virtual chefe do Estado, encomendou um mapa da França em 30 folhas, concluído em 1643. Colbert era outro entusiasta da cartografia e pediu mapas de cada província. Em 1668, pediu que a Academia de Ciências recomendasse meios de aumentar a confiabilidade dos mapas. Em 1679, Luís XIV aprovou uma proposta de Colbert para fazer um mapa mais acurado da França (tanto trabalho foi necessário que o mapa não ficou pronto até 1744, uma geração após a morte do rei).⁵⁴ A cartografia francesa do período ilustra vividamente o processo que alguns sociólogos chamam de “cientificação”

do conhecimento. O Observatório Real foi usado para fins cartográficos e o astrônomo Gian-Domenico Cassini trabalhou com o engenheiro militar Sébastien de Vauban para aperfeiçoar os levantamentos militares, enquanto seu antigo discípulo Guillaume Delisle, geógrafo-chefe do rei, e seu neto César-François Cassini contribuíam para o mapa da França acima mencionado.³³ Havia boas razões políticas, além das militares, para esse cuidado com a precisão. Na Paz de Utrecht, que pôs fim à Guerra da Sucessão espanhola no final do reinado de Luís XIV, os mapas foram usados para assegurar que não haveria disputa posterior sobre o que fora acordado.⁵⁶

Era de se esperar que o czar Pedro, o Grande, se interessasse por mapas e levantamentos. O geógrafo alemão Johan Baptist Homann foi encarregado por ele de mapear a Rússia e estudantes da Academia Naval foram usados para coligir as informações necessárias. O próprio Pedro se encontrou com o geógrafo Delisle em Paris em 1717 e sugeriu correções em seu mapa da Rússia; em 1721, o próprio czar deu instruções detalhadas aos geodestas.⁵⁷

O caso da Grã-Bretanha ilustra uma vez mais a observação segundo a qual em muitos dos domínios discutidos neste capítulo, a periferia fora conhecida antes do centro. A Câmara de Comércio propôs o mapeamento das colônias em 1720. Engenheiros militares mapearam a Escócia (1747-55), projeto ligado à construção de estradas e à “pacificação” das Highlands [Terras Altas] depois da grande rebelião de 1745. Seguiram-se o mapeamento do Quebec (1760-61), Bengala (1765-77) e Irlanda (1778-90). A própria Inglaterra, porém, só começou a ser mapeada no final do século, parcialmente como reação ao temor de invasão na época da Revolução Francesa. O “Ordnance Survey” [Levantamento do Estado-Maior] traí a origem militar no próprio nome, pois foi organizado pelo general chefe do Estado-Maior, na presunção de que o transporte de artilharia requer conhecimento acurado do terreno.⁵⁸

O surgimento da estatística

Uma das razões para o aumento do interesse oficial pelos mapas era sua apresentação de informações quantitativas em escala real. Os governantes e seus ministros se interessavam cada vez mais por números, além dos fatos. Estavam especialmente interessados em saber quantas pessoas viviam em seus domínios. Governos anteriores só tinham sido capazes de fazer aproximações muito toscas. O governo inglês, por exemplo, acreditava que o país tinha 40 mil paróquias em 1371, quando o número real não passava de 8.600.⁵⁹ Num momento em que o tamanho dos exércitos aumentava rapidamente, como acontecia no século XVII, os governos não podiam mais se permitir esse tipo de ignorância.

Informações sobre nascimentos, casamentos e mortes também começaram a ser coligadas. A peste que assolou a Itália com impacto particular em 1575 e 1630, e Londres em 1665, por exemplo, foi um dos estímulos para essa coleta. Havia outras razões para o interesse crescente pela demografia. Em meados do século XVII, na República Holandesa, o advogado e estadista Jan de Witt já utilizava números relativos a mortalidade para estabelecer um sistema de anuidades administrado pelo governo. Na Suécia, onde o governo tinha interesse em estimular o crescimento da população com base no princípio de que “o

número de pessoas é a maior riqueza de um país”, determinou-se em 1736 que o clero fornecesse anualmente os números de nascimentos e mortes em suas paróquias, e um censo nacional foi realizado em 1748. Uma proposta de censo foi apresentada ao Parlamento Britânico em 1753; sua rejeição é reveladora das tendências de opinião na época, assim como rejeição da proposta de 1758 sobre o registro compulsório de nascimentos, casamentos e mortes.⁶⁰ A partir de fins do século XVIII, o censo nacional se tornou um evento regular nos países ocidentais. Um censo da Dinamarca e da Noruega foi realizado em 1769. Um censo da Espanha também foi feito em 1769, seguido pelos recém-independentes Estados Unidos (1790), pelo Reino Unido (1801) e França (1806).⁶¹

Em menor escala, há muitos precedentes em relação ao censo nacional, tanto ao nível da cidade quanto da diocese. Os primeiros exemplos do interesse em usar informações apresentadas com números são os das cidades-estados de Florença e Veneza no século XV. Florença e Veneza podem ter sido pioneiras porque eram pequenas — o pequeno é eficiente, além de belo. Florença e Veneza eram também repúblicas dominadas por mercadores com uma “mentalidade aritmética”, estimulada pelo sistema educacional, especialmente as escolas de ábaco que garantiam um conhecimento pouco usual dos números. É obviamente mais fácil para os governos coligirem esse tipo de informação quando os indivíduos já estão cientes de seu valor.⁶²

Um censo da cidade e seu território teve lugar em Florença em 1427, essencialmente para fins de imposto.⁶³ O levantamento acabou saindo tão caro que raramente veio a se repetir, mas o exemplo foi seguido em outras cidades. Na província de Holanda, por exemplo, o *Inquérito* de 1494 e a *Informação* de 1514 consistiram em levantamentos cidade por cidade, contendo respostas a um questionário sobre número de lares e impostos. O governo de Henrique VIII determinou que o clero das paróquias mantivesse registros de nascimentos, casamentos e mortes. No século XVI, o governo de Veneza, que também usava o clero das paróquias como fonte de informações, estava usando formulários impressos para garantir que os informes fossem apresentados de maneira mais ou menos padronizada, com tabelas cujos itens incluíam homens, mulheres, meninos, meninas, empregados domésticos e gôndolas. O governo britânico também utilizou o clero na década de 1690 para reunir informações sobre os pobres.

Os funcionários dos Estados territoriais não só empregaram o clero como também aprenderam com os precedentes eclesiásticos mencionados anteriormente e passaram a determinar mais (e mais detalhados) levantamentos sociais a partir de fins do século XVI. Não é de surpreender que um censo da Espanha tenha sido realizado em 1590-91, logo depois do levantamento não estatístico de Nova Castela descrito acima. No século XVII, pelo menos entre certos governos europeus, desenvolvera-se crescente interesse por dados quantitativos, conhecidos na Inglaterra como *political arithmetics* e na França como *calculs politiques*.⁶⁴ De 1635 em diante, por exemplo, a Câmara de Comércio britânica se encarregou da população das colônias americanas. A Inglaterra de fins do século XVII era a época de William Petty (que defendia a fundação de uma repartição central de estatística) John Graunt, Gregory King e o amigo de King, Charles Davenant (inspetor de Importação e Exportação) e de suas tentativas de calcular a riqueza e a população da Grã-Bretanha e da Irlanda.⁶⁵

Petty, que se movia nos círculos de Marin Mersenne em Paris e Samuel Hartlib em Londres (ver p.65-6), acreditava no que chamava de “aritmética política”, definida como “a arte de raciocinar com números sobre assuntos relativos ao governo”. Interessava-se por questionários e seu manuscrito “método de investigar a situação de qualquer país” listava 53 questões sobre salários, preços, população, doenças, arrecadação pública, ocupantes dos postos etc., sem esquecer jogos, “belas da corte” e “quais são os livros que mais vendem”, outro exemplo da mistura de utilidade com formas mais amplas de curiosidade.⁶⁶

Na França, Richelieu e Colbert pensavam em linhas semelhantes. Richelieu determinou muitos levantamentos (*enquêtes*), incluindo a exigência de números precisos. Quase imediatamente depois de chegar ao poder em 1661, Colbert determinou um censo das árvores nas florestas reais, pensando nas necessidades da Marinha. Em 1667, determinou que se mantivessem registros nas paróquias. Em 1669, sua determinação relativa às florestas dava instruções para o manejo desses recursos em linhas chamadas de “baconianas”.⁶⁷ Em 1670, determinou a publicação mensal de batismos, casamentos e enterros em Paris. Colbert também estava extremamente interessado nos números do comércio. Esperava receber notícias regulares sobre os preços em diferentes regiões da França, e o embaixador da França na República Holandesa era instruído a fornecer detalhes sobre o número de navios holandeses e a quantidade de vinho francês que importavam.⁶⁸

Colbert não estava sozinho em seu interesse pelos números. Este era compartilhado pelo círculo reformista em torno do herdeiro do trono francês, o duque de Borgonha, no final do século. Em 1697, um questionário de 19 pontos foi enviado aos intendentés para que fornecessem informações para a educação política do duque. Como disse um dos membros do círculo, o arcebispo Fénélon, jogando com as ressonâncias eclesiásticas de sua imagem pastoral, “o que diríamos de um pastor que não soubesse a quantidade de suas ovelhas?” Outro membro do círculo, Marshal Vauban, muito interessado no que chamava de *les statistiques* — em outras palavras, informações úteis aos homens de Estado — desenvolveu um método para calcular populações e tentou medir, num tratado publicado em 1707, o padrão de vida francês.⁶⁹

No século XVIII, quando Sir Robert Walpole observou que a Câmara dos Comuns preferia “figuras de aritmética” a “figuras de retórica”, levantamentos desse tipo estavam ficando cada vez mais elaborados, ao mesmo tempo em que se estendiam para outras partes da Europa. As tabelas estatísticas (*Staatstafeln*) que Leibniz recomendara na década de 1680 eram parte do dia a dia do governo da Prússia na época de Frederico, o Grande. Na Rússia, foi iniciado um censo visando a aprovação de novos impostos (1718). Na Suécia, o astrônomo Wargentin recebeu a tarefa de analisar as estatísticas de nascimentos e mortes (que o clero fora mandado providenciar), em artigos publicados na revista da Academia de Ciências em 1754-55. Em 1756 o governo sueco nomeou um corpo permanente para se ocupar da estatística, a Tabelkommission, com Wargentin como um de seus membros.⁷⁰

O interesse dos governantes em quantificar o povo e às vezes também a população animal nem sempre era bem recebido pelos súditos, que suspeitavam, muitas vezes com razão, que tais investigações seriam seguidas pelo aumento dos impostos ou do alistamento militar. Houve oposição manifesta ao censo em Parma, em 1550, em Nápoles, na década de 1590, e na França, em 1663, quando se afirmava que “contar famílias e gado é escravizar o povo” (*faire le dénombrement de familles et du bétail, c'est mettre le peuple dans une*

grande servitude). Tais objeções ainda podiam ser ouvidas na Inglaterra no século XVIII.⁷¹ Não surpreende pois que uma das primeiras ações dos primeiros rebeldes fosse queimar os registros oficiais.

Guarda e recuperação da informação

À medida que aumentavam de volume, os registros passaram a precisar de repositórios especiais, os arquivos, com guardiães especiais, os arquivistas profissionais, com catálogos, índices etc.⁷² Governos medievais já haviam produzido e preservado grande massa de documentos. O rei Filipe Augusto da França criara um “acervo de documentos” (*Trésor des Chartes*) mais tarde mantidos na Sainte Chapelle em Paris, e os rolos de pergaminho de um reino medieval relativamente pequeno, a Inglaterra, continuam a abarrotar um expressivo número de prateleiras do Public Records Office. Contudo, durante a Idade Média, os documentos eram muitas vezes mantidos junto com outros objetos nos acervos, e sendo constantemente movidos de um lugar para outro, seguindo seus donos. O principal obstáculo para o desenvolvimento de um arquivo do Estado na Idade Média era a mobilidade dos monarcas. As coleções de documentos oficiais existentes eram descentralizadas.⁷³

O início do período moderno foi um ponto de inflexão por várias razões. Em primeiro lugar, a invenção da imprensa transformou os manuscritos em um tipo particular de documento e levou a seu armazenamento em separado, numa parte especial das bibliotecas ou em prédio próprio. Em segundo lugar, a crescente centralização do governo resultou num aumento sem paralelo do que Filipe II certa vez chamou de “esses demônios, meus papéis” (ele às vezes chegava a assinar 400 documentos num único dia). No caso de governantes como Luís XIII da França, que não estavam preparados para passar tanto tempo em suas mesas como Filipe II, os secretários eram autorizados a forjar a assinatura real. Em terceiro lugar, os governos começaram a instalar-se nos Uffizi, no Escorial, em Versalhes, em Whitehall etc. A segunda tendência tornou os arquivos necessários e a terceira os tornou possíveis. A centralização do governo foi seguida da centralização dos documentos.⁷⁴ No curso dos séculos XVI e XVII, certo número de depósitos foi criado ou pelo menos reorganizado, principalmente para permitir que os funcionários recuperassem informações com agilidade. Documentos que eram antes tratados como propriedade privada de funcionários — até mesmo Richelieu deixou seus papéis para uma sobrinha — eram agora considerados como pertencentes ao Estado.

Assim, como em outros domínios discutidos neste capítulo, a Igreja da Contrarreforma parece ter sido também aqui pioneira. Entre os papas do período, três manifestaram interesse particular pelos arquivos do Vaticano. Em 1565, Pio IV pediu que o cardeal bibliotecário criasse um arquivo e no ano seguinte uma bula papal determinava a organização de arquivos de documentos em cada diocese. Em 1591, Gregório XIII proibiu a consulta de documentos no arquivo sem sua permissão. Em 1612, Paulo V fundou um arquivo secreto especial. Arquivistas em tempo parcial e, mais tarde, integral, foram nomeados para guardar e indexar os documentos.⁷⁵ O modelo papal foi gradativamente

adotado em outras dioceses da Igreja. Em Toledo, por exemplo, o conselho provincial determinou a fundação de um arquivo episcopal em 1582. Em Milão, um arquivista do arcebispo em meados do século XVII fez encadernar os volumes de visitas, supostamente para permitir consultas mais rápidas.

No caso do Estado, a máxima segundo a qual ser pequeno é ser eficiente é exemplificada pela Suécia, onde o interesse do governo pelos arquivos é visto na nomeação de arquivistas oficiais a partir do início do século XVII, começando com Johan Bure, indicado *riksarchivar* [arquivista do Estado] em 1609. Na Inglaterra, um novo State Paper Office [Escritório de Papéis do Estado] foi fundado pela rainha Elizabeth, e o posto de *keeper* [curador] dos documentos, por seu sucessor Jaime I. Os governos da Espanha e da França passavam nessa época a dar mais importância aos arquivos. Na história dos arquivos espanhóis, Filipe II desempenhou um papel bastante singular. Como regente em 1545, o príncipe Filipe já tinha determinado a guarda de papéis do Estado no castelo de Simancas. Depois de chegar ao trono, Filipe II encarregou o historiador Jerónimo Zurita de recolher os papéis oficiais, enquanto o próprio rei classificava e armazenava os documentos. No século XVII, o enérgico duque de Olivares, primeiro-ministro de Filipe IV, se ocupava diretamente da descoberta, classificação e realocação de documentos esparsos. No século XVIII, um arquivo especial para documentos americanos, o Archivo de Índias, foi criado em Sevilha.⁷⁶

Na França, o século XVII foi o período da organização dos arquivos, primeiro pelo estudioso Théodore Godefroy (1615), depois por Richelieu e, mais tarde, por Colbert. Richelieu, por exemplo, cuidava de detalhes como a localização e classificação de tipos particulares de documentos. A correspondência de Colbert inclui ordens frequentes a subordinados para buscas nos arquivos e o ministro insistia na confecção de inventários de arquivos mais antigos e na cópia de documentos aí encontrados (258 volumes de cópias de documentos encontrados no sul da França foram compilados entre 1665 e 1670). O ministro do Exterior de Luís XIV, Torcy, estava particularmente interessado nos arquivos relativos a assuntos externos e criou um depósito especial para eles em 1710. Quando Luís XIV chegou ao poder, nenhuma repartição do Estado possuía arquivo, mas quando ele morreu todas depositavam seus registros em lugares fixos.⁷⁷

Esses arquivos não foram criados para benefício dos historiadores, e sim dos administradores. Eram parte das *arcana imperii*, “segredos de Estado”, expressão utilizada com frequência crescente no século XVII mostrando a preocupação dos funcionários com infrações a seu monopólio sobre certos tipos de informação política. Foi um momento importante na história do Estado aquele em que os funcionários deixaram gradativamente de trabalhar em casa, tratando os papéis do Estado como propriedade privada, e passaram a trabalhar em repartições, mantendo os papéis em arquivos. O monopólio da informação (pelo menos de alguns tipos de informação) era um meio de alcançar o monopólio do poder.⁷⁸ O princípio do acesso público aos arquivos só foi proclamado com a Revolução Francesa, e a prática estava atrasada em relação à teoria.

Censura

Muitas das informações discutidas até então eram “altamente sigilosas” [*top secret*] na expressão cara ao exército britânico. Por essas e outras razões, estava em operação um sistema de controle ou censura. Em Veneza, por exemplo, o acesso aos arquivos era estritamente controlado. O próprio doge não era autorizado a entrar sozinho nos arquivos. Só os membros do Senado tinham essa permissão e só membros do Collegio podiam remover documentos. Para evitar a tentação de ler os papéis sob sua guarda, supunha-se que o zelador do arquivo fosse analfabeto.⁷⁹

O sistema de censura mais famoso e de maior amplitude no período era o da Igreja católica, e estava associado ao Index de Livros Proibidos. O *Index* era um catálogo impresso — talvez mais bem descrito como anticatálogo — dos livros que os fiéis eram proibidos de ler. Na realidade havia muitos index locais, mas os mais importantes eram aqueles emitidos pela autoridade papal, que valiam para a Igreja como um todo.

O *Index* parece ter sido criado como um antídoto para o protestantismo e a imprensa. Na Reforma, os protestantes proclamavam que o conhecimento estava a seu lado. O inglês John Foxe, por exemplo, autor de um famoso “livro de mártires”, declarava que “ou o papa abolirá o conhecimento e a imprensa, ou a imprensa acabará abolindo o papa”. O *Index* dava uma resposta a essa declaração. Foi uma tentativa de enfrentar a imprensa com a imprensa, de controlar a publicação de livros. O índice modelo, de 1564, começava com um conjunto de regras gerais proibindo três tipos principais de livros: os heréticos, os imorais e os de magia. Vinha então uma lista alfabética de autores e títulos, os autores divididos entre de “primeira classe” (todos os seus títulos proibidos) e de “segunda classe” (caso em que a proibição só atingia algumas obras específicas). O sistema de censura era complexo, com três instituições rivais competindo para controlá-lo apenas em Roma. Resistiram a ele, às vezes com sucesso, impressores, livreiros e leitores, às vezes com resultados contraproducentes, como estimular a curiosidade dos crentes.⁸⁰ Mesmo assim, obstruiu a circulação do conhecimento no mundo católico.

A maioria dos livros incluídos na lista da Igreja eram obras de teologia protestante, mas nela também constavam alguns livros sobre outros assuntos que tivessem sido escritos por hereges. Em 1572, por exemplo, um professor de medicina da Universidade de Pádua teve dificuldade para adquirir uma cópia da famosa enciclopédia de Zwinger (ver p.90) porque era obra de um protestante, e um livreiro de Madri enfrentou problemas em 1618 pela mesma razão, quando o tratado sobre peixes de Conrad Gesner foi encontrado em sua loja.⁸¹ De modo semelhante, as *Acta eruditorum* de Leipzig, uma das revistas cultas mais famosas do século XVII, era suspeita por causa de seus editores protestantes.

A Igreja católica não estava isolada em seu interesse em controlar a publicação de livros. A censura protestante começou por volta de 1520 em Estrasburgo, Zurique e a Saxônia, os livros proibidos incluindo não só polêmicas católicas mas também obras de reformistas radicais como os anabatistas. Em Genebra também havia um sistema de censura, e os autores de livros tinham que obter permissão para imprimir do conselho da cidade ou, mais tarde, do comitê que supervisionava a educação, os “escolarcas”.⁸² Se a censura protestante está virtualmente esquecida enquanto a católica ainda é lembrada, isso resulta provavelmente do fato de que os protestantes eram menos centralizados, para não

dizer divididos, de modo que suas tentativas de suprimir certos tipos de livros eram necessariamente menos eficazes.

Assim como as Igrejas, e seguindo o modelo delas, os Estados dos primórdios da Europa moderna organizaram sistemas de censura da palavra impressa, temendo a “sedição” tanto quanto as Igrejas temiam a heresia. Mesmo as áreas mais tolerantes da Europa, como Veneza, a República Holandesa e a Inglaterra, punham certos limites a liberdade de comunicação. O *Tratado teológico-político* de Spinoza, por exemplo, foi banido pelos estados-gerais holandeses em 1674. Na Inglaterra, durante o reinado de Maria I, o governo regulamentou o comércio de livros estabelecendo a Companhia dos Livreiros, a que todos os impressores tinham que pertencer. No reinado de sua sucessora, a rainha Elizabeth, a impressão era limitada a Londres, Oxford e Cambridge para mantê-la sob supervisão mais eficaz.

Ainda assim, sistemas de informação relativamente abertos como os que existiam na República Holandesa e na Grã-Bretanha podem ser contrastados com sistemas relativamente fechados como os da Espanha, Áustria e Rússia, com a França a meio caminho entre os dois. No caso da República Holandesa, uma estrutura política descentralizada numa região urbanizada dominada por comerciantes oferecia condições para que a informação circulasse com liberdade incomum, tanto oralmente quanto por escrito, até mesmo pela imprensa. A diplomacia holandesa já foi descrita como “notoriamente pública”, e documentos confidenciais eram muitas vezes vendidos a estrangeiros (ver p.134). Visitantes estrangeiros à república fizeram observações sobre a facilidade com que se podia obter informações sobre a tecnologia holandesa (ver p. 140).⁸³

Na Inglaterra, o controle da imprensa desmoronou em meados do século XVII sob a Commonwealth, mas foi reinstaurado pelos Licensing Acts. Segundo a lei de 1662, os livros de direito deveriam ser inspecionados pelo lorde-chanceler, os de história por um secretário de Estado e a maioria dos outros pelo arcebispo de Canterbury e pelo bispo de Londres. A revogação da lei em 1695 acabou não só com a censura mas também com o controle da imprensa pela Companhia dos Livreiros, controle que durara aproximadamente 140 anos. A imprensa estava agora livre da censura prévia. Em outras palavras, “todos eram livres para publicar o que quisessem, e arcar com as consequências”.⁸⁴

Na França de Luís XIV, o tenente-general da polícia, La Reynie, exerceu estrito controle da imprensa de 1667 a 1697. De modo semelhante aos ingleses sob Elizabeth, Colbert tentou concentrar as casas impressoras de Paris em poucas mãos para tornar mais fácil o controle. Em 1701 havia apenas 51 gráficas em Paris, em contraste com 75 em 1644 e 181 em 1500. Livros ainda eram queimados em público no século XVIII, entre eles as *Cartas filosóficas* de Voltaire (1733) e o *Émilio* de Rousseau (1762), mas alguns censores, em especial Malesherbes, que ocupou o posto de *directeur de la librairie* de 1750 a 1763, acreditavam na liberdade de imprensa. Numa ocasião Malesherbes avisou a Diderot que a polícia daria uma busca em sua casa para confiscar cópias da *Enciclopédia*, e chegou a oferecer-se para esconder o material comprometedor na sua própria residência.⁸⁵

O temor da sedição não era a única razão para a censura governamental. A publicação de informações confidenciais era outra preocupação. O conhecimento das Índias e da África, por exemplo, era tratado como segredo de Estado pelos portugueses. Em 1504, o rei Manuel proibiu que os cartógrafos representassem a costa africana além do Congo, e

determinou que as cartas existentes fossem submetidas à censura.⁸⁶ A narrativa hoje famosa do boticário português Tomé Pires de suas viagens pelo Oriente, o *Sumário do Oriente*, dedicado ao rei Manuel, foi mantida em segredo em função das informações sobre especiarias que continha. A tradução italiana de Pires, que apareceu em 1550 na famosa coletânea de narrativas de viagens de Ramusio, não trazia a seção sobre especiarias, como se o manuscrito tivesse sido censurado. A aflição do governo a esse respeito pode ter sido justificada, considerando que em 1561 o embaixador francês em Lisboa fora instruído a subornar um cartógrafo português para que fornecesse um mapa do sul da África.⁸⁷ Essa preocupação portuguesa com o sigilo durou muito tempo. Em 1711, *Cultura e opulência do Brasil*, um tratado sobre economia brasileira publicado sob o pseudônimo de Antonil por um jesuíta italiano que lá vivia, foi imediatamente censurado, aparentemente por temor de que os estrangeiros pudessem aprender as rotas para as minas de ouro do Brasil.⁸⁸

A preocupação portuguesa relativa à publicação de informações confidenciais era um caso extremo de uma tendência geral. Um certo Lazzaro Soranzo, por exemplo, foi preso pelo Conselho dos Dez em 1598, depois que publicou (em Ferrara) um tratado antiturco que o governo veneziano considerou difusor de informações confidenciais sobre o regime otomano.⁸⁹ Os mapas e as plantas eram material muito sensível. Ninguém imaginava que o comentário do patricio veneziano Daniele Barbaro sobre o tratado do arquiteto romano Vitruvius (1556) fosse uma obra politicamente perigosa, mas houve oposição à sua publicação sob o argumento de que as ilustrações de fortificações poderiam ajudar os inimigos de Veneza. O geógrafo francês André Thevet, em carta ao rei que prefacia sua *Cosmografia* (1575), explicava sua recusa a incluir plantas das cidades e fortificações francesas em termos políticos, “não considerando boa ideia revelar segredos franceses aos estrangeiros” (*ne trouvant bon de découvrir aux étrangers les secrets d'icelle*).⁹⁰

Para manter informações em segredo era normal que os governos usassem códigos, que no período se desenvolveram em paralelo à ascensão da diplomacia. Os italianos foram pioneiros nas duas áreas. Os secretários de códigos de Veneza e de Roma eram celebrados por suas habilidades, e outro italiano era o responsável pela codificação das cartas de Filipe II.⁹¹ Embora não estivessem entre os pioneiros na arte da desinformação, em outras palavras, na difusão de rumores falsos, os italianos foram os primeiros a discutir abertamente o tema em livros como *A razão de Estado*, de Giovanni Botero (1589).⁹²

A difusão da informação

Controlar as informações não era fácil. A linha de demarcação entre o domínio público e os *arcana imperii* era frequentemente transgredida e boa parte da informação política era difundida, oficial ou extraoficialmente. Dizia-se às vezes, em especial o frade Paolo Sarpi, conselheiro do governo de Veneza no início do século XVII, que difundir a informação era uma arma politicamente mais eficaz do que suprimi-la.⁹³ Alguns regimes foram particularmente abertos a esse respeito, entre eles a República Holandesa; a Inglaterra durante a Guerra Civil e outra vez depois de 1688; e a Suécia durante a chamada “era da liberdade”, especialmente os seis anos entre 1766 e 1772.

Embora os arquivos não fossem abertos a todos, era possível obter acesso a eles por razões particulares. A despeito de sua imagem de criador da narrativa histórica moderna, Leopold von Ranke não foi o primeiro historiador a se basear em arquivos. No início da era moderna, historiadores oficiais como Gianbattista Adriani, em Florença, William Camden, na Inglaterra, e Samuel Pufendorf, na Prússia e na Suécia, obtiveram acesso a documentos oficiais para explicar e justificar as políticas dos governos que os empregavam. Os estudantes da academia política de Torcy (ver p 50) usavam seu novo *Dépôt* como parte de sua educação política. Em 1714, um pesquisador francês, Hyacinthe d'Arche, foi autorizado a consultar o arquivo da Torre de Londres, que estudiosos ingleses como John Selden vinham usando há muito.⁹⁴

Havia uma longa tradição de se utilizar os registros locais por motivos regionais como a decisão de disputas relativas a heranças. Registros paroquiais eram consultados para diversos fins. Em seu tratado sobre a decadência da Espanha e os meios de remediar a situação, por exemplo, um cônego de Toledo, Sancho de Moncada, utilizou registros paroquiais para mostrar que as taxas de casamentos tinham diminuído. Os registros paroquiais ingleses foram usados pelo estudioso George Kicks num ataque aos presbiterianos escoceses em 1677, em que ele observava que a taxa de nascimentos ilegítimos era mais alta no país “desses fariseus” do que em qualquer outra parte.⁹⁵

Os governos às vezes precisavam tornar públicas informações para seus próprios propósitos. Obviamente era vantajoso disseminar o conhecimento das leis e outros decretos, que eram regularmente proclamados em voz alta além de impressos e afixados em locais públicos.⁹⁶ O problema, de seu ponto de vista, era manter o equilíbrio entre dar ao público informação de menos, situação que incentivaria os rumores mais exagerados, e dar-lhe informação demais, o que incentivaria as pessoas comuns a se pronunciarem sobre questões de Estado.

Jornais oficiais como a *Gazette* de Paris apresentavam notícias selecionadas a partir do ponto de vista do governo. Um observador estrangeiro comentou em 1639 que “os franceses fazem um uso maravilhoso delas, apresentando as impressões que consideram boas para seus súditos”. Em 1658, por exemplo, o governo discutia a necessidade de garantir que o diretor da *Gazette* fizesse observações favoráveis sobre o rei da Suécia, aliado aos franceses na época.⁹⁷ O modelo francês logo foi seguido em Londres e outras terras. Dois editores da *Gazette* de Londres, Lord Arlington e Sir Joseph Williamson, também eram mestres espíões, e assim o acesso à informação não era um problema para eles.⁹⁸ Como as notícias nos jornais oficiais nem sempre eram bem aceitas pelos leitores, os governos às vezes recorriam ao vazamento de informações para fontes não oficiais, como os boletins manuscritos que circulavam na França do século XVIII.⁹⁹

Informações confidenciais sobre relações exteriores vinham à luz muitas vezes, uma vez que interessava a todos os países descobrir, e também às vezes revelar, segredos de seus rivais e inimigos. Em Londres, Paris, Viena e outras cidades era prática comum abrir cartas enviadas por e para embaixadores, e tornar a fechá-las com cuidado para impedir a descoberta. Em Celle, por exemplo, nos domínios do duque de Brunswick, os funcionários locais passavam a Guilherme III da Inglaterra informações obtidas de correspondência francesa, dinamarquesa e sueca. Em tempos de guerra, os correios eram emboscados e a correspondência apreendida. No tempo de Richelieu, por exemplo, os franceses tocaram

um correio espanhol numa floresta perto de Loches. Cartas importantes eram em geral escritas em código, mas os governos empregavam hábeis decifradores de códigos, às vezes matemáticos, como François Viète, que serviu a Henrique IV da França, e John Wallis, que serviu a Cromwell e a Guilherme III. Ocasionalmente a correspondência apreendida era impressa para revelar a duplicidade do inimigo. Tanto católicos quanto protestantes recorreram a essa técnica durante a Guerra dos Trinta Anos, de modo a atribuir as “culpas da guerra” ao campo oposto, as coleções de documentos intituladas *Chancelaria de Anhalt* e *Chancelaria espanhola*.¹⁰⁰

A publicação não oficial de informações confidenciais também era frequente. O célebre *Príncipe* de Maquiavel talvez devesse ser lido dessa perspectiva, pois era um tratado manuscrito dando conselhos a um governante específico na forma de um longo memorando, e só publicado depois da morte do autor. Tratados sobre diplomacia faziam com que a prática dos embaixadores e de seus secretários se tornasse parte do conhecimento geral. Uma das mais conhecidas dessas revelações impressas de “segredos de ofício” foi obra de um diplomata holandês que também atuava como escritor de boletins e espião (para os ingleses), Abraham Wicquefort, autor de *O embaixador*, publicado em francês em 1680.

A República de Veneza se preocupava particularmente em manter seus segredos políticos, mas um governo que envolvia 2.500 patricios alternando-se nos cargos inevitavelmente sofreria vazamentos de informação. As famosas *relazioni* (ver p. 114-15) eram lidas por um grupo consideravelmente mais amplo do que o dos destinatários originais. Alguns desses documentos eram copiados e as cópias até chegavam a ser impressas. Uma biografia de Carlos V, publicada em 1567 pelo escritor profissional Francesco Sansovino, por exemplo, utilizava *relazioni* de dois embaixadores venezianos à corte imperial.¹⁰¹ No século XVII, se não antes, *relazioni* eram vendidas em certas cidades europeias, especialmente Roma (para horror de alguns embaixadores venezianos. A descrição de Roma pelo embaixador Renier Zen, escrita em 1623, por exemplo, estava disponível para empréstimo na biblioteca de um mosteiro romano antes do final da década.¹⁰² O antigo secretário do embaixador francês em Veneza, Amelot de la Houssaie, pôde usar cartas, memórias e *relazioni* para uma história de Veneza (1685) que tornava públicos o que o autor descrevia em seu prefácio como “os mistérios do poder” (*la mystères de la domination*). Cópias de *relazioni* podiam ser encontradas (e ainda o são) em certo número de bibliotecas públicas e privadas da Europa. Ranke descobriu algumas em Berlim e Viena, antes de fazer sua própria pesquisa em Veneza.¹⁰³

Era de se esperar que, mais cedo ou mais tarde, alguém seria suficientemente empreendedor e audacioso para imprimir algumas *relazioni*. Esse passo foi dado pelo impressor que editou uma antologia de textos intitulada *Tesouro político*, publicada em Paris (embora “Colônia” figurasse na folha de rosto), em 1589.¹⁰⁴ Edições posteriores apareceram em Milão e Vicenza. Outras três *relazioni* de embaixadores venezianos em Roma foram publicadas em 1672 sob o título *Os tesouros da corte de Roma*. O local da publicação foi dado como “Bruxelas” e não havia nome de editor na folha de rosto. Ainda mais notável foi a publicação em 1547 do interrogatório de um suspeito de heresia pela Inquisição, sob o título *Artigos propostos a fra Baldo*.¹⁰⁵ A história dos vazamentos de informação é longa. Os segredos são divulgados por razões diversas, políticas, idealistas e econômicas. E a invenção da imprensa reforçou o motivo do lucro ampliando o mercado

potencial. O mercado do conhecimento nos primórdios da Europa moderna é o tema do próximo capítulo.

VII - A Comercialização do Conhecimento: o Mercado e a Impressão Gráfica

O conhecimento é um dom de Deus, e por isso não pode ser vendido.

AFORISMO MEDIEVAL

Aprender é um ofício.

JOHNSON

As ideias de liberdade religiosa e de liberdade de consciência são meras expressões da influência da livre-concorrência no domínio do conhecimento.

MARX

Uma das razões para se afirmar que vivemos numa sociedade da informação é que a produção e venda de informações contribui de maneira considerável para as economias mais desenvolvidas. Alguns economistas norte-americanos já tinham chegado a essa conclusão há algum tempo. Na década de 1960, um deles argumentava que seus colegas tinham negligenciado “os aspectos mercantis do conhecimento” e descrevia as máquinas como “conhecimento congelado”, sugerindo que o desenvolvimento econômico era “essencialmente um processo de conhecimento”. Quase ao mesmo tempo, outro economista publicava um estudo em forma de livro sobre o conhecimento como produto, considerando seus estoques, custos e preços.¹ Em época mais recente, ocorre uma inundação de livros e artigos sobre a indústria da informação: o marketing da informação, os serviços de informação e a administração da informação.²

Uma vez mais, uma pergunta recorrente neste ensaio é digna de ser recolocada: qual, exatamente, a novidade de tudo isso? Não pretendo negar a importância das tendências recentes para a mercantilização do conhecimento.³ Mesmo assim, vale a pena tentar situar essas tendências na perspectiva de mudanças mais graduais de longo prazo. Nesse contexto, é importante mas insuficiente invocar o Copyright Act [Lei do Direito Autoral] britânico de 1709, aprovado, segundo seu preâmbulo, “para incentivar os homens de cultura a escreverem livros úteis”, em outras palavras, tendo em mente mais o conhecimento que o romance. É necessário um olhar mais amplo e mais profundo sobre o passado. A ideia de comercializar o conhecimento, por exemplo, é pelo menos tão antiga como a crítica de Platão aos sofistas por essa prática. A ideia do conhecimento como propriedade (*possessio*) foi formulada por Cícero. Na Roma antiga, o termo *plagiarius*, que originalmente designava alguém que roubara um escravo, foi aplicado pelo poeta Marcial ao roubo literário; o termo

compilatio também se referia ao plágio, visto como um esbulho do autor original.⁴ Na Idade Média, “compilar” se tomou respeitável, sugerindo que o sentido da propriedade intelectual se tornava menos agudo, mas no século XIII o argumento legal tradicional de que o conhecimento era “um dom de Deus que não pode ser vendido” (*Scientia donum Dei est, unde vendi non potest*) era desafiado pelo novo princípio segundo o qual os professores deviam ser pagos por seu trabalho.⁵ No século XIV, o poeta Petrarca, em seu livro *Dos remédios da fortuna*, denunciava as pessoas que viam os livros como mercadorias (*quasi mercium*).

No Renascimento, as disputas sobre plágio eram cada vez mais comuns, a despeito (ou em função) da dificuldade de definir a propriedade intelectual. Os humanistas da época regularmente se acusavam mutuamente de “roubo”, os próprios implicados afirmando que não praticavam senão “imitação” criativa. No século XVII, discussões gerais sobre o assunto apareciam impressas. Escritores e impressores disputavam entre si sobre os direitos de propriedade do texto. Essas disputas têm relação com o “individualismo”, a emulação e a autoconsciência discutidos por Jacob Burckhardt em seu famoso livro sobre o Renascimento italiano. Estão ligadas ao surgimento das ideias de “gênio” e de “originalidade”, com a decadência da noção de “autoridade” e o nascimento do “autor”. Também revelam mudanças no equilíbrio entre o monopólio e a competição no campo do conhecimento, temas discutidos em meados do século XX por Karl Mannheim e Harold Innis.⁶

Dois exemplos da Alemanha na primeira metade do século XVI ilustram a crescente preocupação com a propriedade de textos e ideias. O primeiro caso, em 1533, foi uma disputa entre dois impressores, de Frankfurt e Estrasburgo, respectivamente, sobre o uso de entalhes em madeira plagiados para ilustrar um tratado sobre ervas. O impressor acusado de plágio se defendeu argumentando que a difusão do conhecimento era um “benefício para a humanidade”. O segundo caso foi uma disputa entre escritores, em que um divulgador da filosofia natural foi acusado de plágio por diversos estudiosos, inclusive Conrad Gesner (ver p.88).⁷

No que diz respeito à propriedade intelectual, o movimento hoje conhecido como “revolução científica” revela não só ambiguidade, mas ambivalência. De um lado, o ideal de tornar público o conhecimento para o bem geral da humanidade era levado muito a sério. De outro, é impossível ignorar a realidade das ásperas disputas sobre prioridades em descobertas que iam do telescópio ao cálculo.

No caso do telescópio, um polidor de lentes holandês tentou patentear em 1608 um instrumento que fazia com que objetos distantes parecessem próximos. Galileu soube do invento por seu amigo Paolo Sarpi, frade veneziano cuja rede internacional de correspondentes fazia dele uma espécie de intermediário intelectual ao estilo de Mersenne (ver p.31). Estimulado pela notícia, Galileu construiu um telescópio próprio três vezes mais poderoso do que o protótipo holandês. Entretanto, o filósofo natural napolitano Giambattista Della Porta escreveu a um conhecido que “a invenção da peça ocular no tubo é minha, e Galileu, professor em Pádua, a adaptou”.

No caso do cálculo, os protagonistas da disputa foram Newton e Leibniz. Os dois vinham trabalhando independentemente sobre a matemática infinitesimal. Leibniz soube do trabalho de Newton pelo intermediário intelectual Oldenburg (ver p.30) e respondeu-lhe

mencionando suas próprias descobertas. Escreveu depois diretamente a Newton sobre o tema em 1676. Esses cuidados não impediram que Leibniz fosse acusado de plágio num livro publicado por um discípulo de Newton em 1699.⁸

Ironicamente, a cooperação é mais visível no campo da agricultura, onde as novas técnicas eram obviamente lucrativas, do que na matemática pura. No século XVIII, muitas sociedades agrícolas foram fundadas na Grã Bretanha, Itália, França, Rússia e outros países para disseminar o conhecimento de novas técnicas. Avanços na agricultura ilustram um dos principais temas deste livro, a interação de conhecimentos, dado que a informação sobre esses avanços viajava tanto para cima como para baixo. Diderot, como sempre interessado na técnica, escreveu o verbete sobre agricultura na *Encyclopédia*, discutindo, por exemplo, as inovações do fazendeiro inglês Jethro Tull e assim trazendo-as para o conhecimento de um público mais amplo.⁹

O próprio conhecimento acadêmico podia virar mercadoria. Ensinar por dinheiro era uma atividade tradicional nas escolas e universidades. Palestras públicas para audiências com ingressos pagos eram cada vez mais comuns nos séculos XVII e XVIII. Théophraste Renaudot organizava palestras desse tipo em Paris, como vimos (ver p.65). O “varejo do conhecimento” dessa maneira se tornou parte da cultura de Londres de fins do século XVII em diante e das cidades provinciais uma geração mais tarde. Em Londres, no século XVIII, palestras sobre anatomia e cirurgia eram anunciadas nos jornais e esses conferencistas já foram descritos como “orientados pelo mercado”. A comercialização do conhecimento médico pode ser ilustrada pelo crescente destaque nos jornais de anúncios de “charlatães”, em outras palavras, clínicos não oficiais que prometiam maravilhas.¹⁰

A percepção dos laços entre o conhecimento e o mercado parece ter aumentado nos séculos XVII e XVIII. O baconiano John Durie descreveu um bom bibliotecário como um “comerciante da ajuda ao aprendizado”. A história da Royal Society de Thomas Sprat está repleta de metáforas econômicas (a Sociedade como um “banco” ou “porto” do conhecimento, por exemplo). O estudioso alemão Johann Burchard Mencke publicou em 1715 uma denúncia vigorosa do que chamou de “charlatanice” dos sábios, em outras palavras, a arte da autopromoção por meio de trajes incomuns, títulos pomposos para si mesmos e seus livros, ataques a outros estudiosos e dedicatórias de suas próprias obras a pessoas importantes, dedicatórias que Mencke considera como vendas disfarçadas de presentes.

A relação entre as duas esferas era de duas mãos. Como a epígrafe nos lembra, Marx considerava as novas atitudes em relação ao conhecimento como efeitos da ascensão do capitalismo na superestrutura cultural. No entanto, como muitos estudiosos já disseram e este capítulo tentará mostrar, os efeitos dos novos conhecimentos sobre a economia também foram substanciais.¹¹

O nascimento da propriedade intelectual

Do final da Idade Média em diante, assistimos à ênfase crescente na exploração do conhecimento para o ganho e na necessidade de proteger os segredos do ofício como “propriedade intelectual valiosa”.¹² O arquiteto renascentista Filippo Brunelleschi advertiu um colega contra pessoas que reivindicam crédito pelas invenções de outras, e a primeira patente conhecida foi dada ao próprio Brunelleschi, em 1421, pelo projeto de um navio. A primeira lei de patentes foi aprovada em Veneza, em 1474.¹³ O primeiro direito autoral registrado de um livro foi concedido ao humanista Marcantonio Sabellico, em 1486, por sua história de Veneza. Em 1567, o Senado de Veneza concedeu o primeiro direito autoral artístico a Ticiano, para impedir a imitação não autorizada de suas obras.¹⁴ A regulamentação começou de maneira fragmentária. Papas, imperadores e reis concediam privilégios, em outras palavras, monopólios temporários ou permanentes, para proteger certos textos, impressores, gêneros ou mesmo novas fontes tipográficas. O imperador Carlos V, por exemplo, emitiu 41 “cartas de proteção” (*Schutzbriefe*) desse tipo no curso de seu longo reinado. As leis de direito autoral do século XVIII foram um desenvolvimento desse sistema mais antigo de privilégios.¹⁵

Ao analisar esses exemplos, é importante não aplicar categorias modernas às da época. Pode ser útil a esta altura distinguir duas concepções de texto (ou de imagem), a “individualista” e a “coletivista”. No primeiro caso, o texto é visto como propriedade de um indivíduo porque foi obra de um cérebro individual. Nesse sentido, vivemos numa cultura fortemente individualista. No segundo caso, o texto é visto como propriedade comum porque cada novo produto deriva de uma tradição comum. Essa visão foi a predominante na Idade Média, como mostra a tradição das cópias. Os escribas que copiavam manuscritos aparentemente se sentiam livres para fazer acréscimos e alterações. De modo análogo, os estudiosos que escreviam obras “novas” se sentiam livres para incorporar passagens de seus predecessores. A tendência a atitudes mais individualistas foi estimulada pela possibilidade da impressão, que ajudou ao mesmo tempo a fixar e a difundir os textos. Mesmo assim, o processo de mudança não foi nem repentino nem suave, e exemplos da sobrevivência de atitudes coletivistas nos séculos XVI e XVII não são difíceis de encontrar, coexistindo com a ascensão de privilégios e patentes.

A ideia de “propriedade comum” é certamente ambígua. É preciso perguntar: comum a quem? E a resposta frequentemente é: “comum a um grupo social”, seja uma guilda ou um governo, e não “comum a todos”. Difundir a informação mais amplamente pode muito bem ser visto como uma espécie de traição. No início do período moderno, os cuidados complementares e opostos de manter e divulgar os segredos de ofício podem ser encontrados em inúmeros campos.

A espionagem, já discutida (ver p. 121) como parte das atividades de coleta de conhecimento pelos governos, também pode ser vista como um caso de venda de informações. O governo holandês recompensava regularmente os embaixadores estrangeiros, venezianos, por exemplo, por repassarem informações confidenciais.¹⁶ Como vimos (ver p. 134), documentos oficiais podiam ser copiados e vendidos. O escritor francês Amelot de la Houssaye foi acusado de vender documentos roubados quando era secretário da embaixada francesa. A ascensão dos boletins no século XVII transformou a informação

política numa mercadoria que era “pela primeira vez comprada e vendida em quantidades apreciáveis”.¹⁷ A rivalidade na busca por novas tecnologias levou à espionagem industrial.

Espionagem industrial

O avanço do saber era sustentado não só pelo conhecimento em si mesmo mas também por seus efeitos econômicos. Bacon e seus seguidores estavam interessados no aperfeiçoamento de processos industriais como o tingimento e a fabricação de vidro.¹⁸ Esses aperfeiçoamentos eram difundidos pela Europa graças à espionagem industrial. Na análise dessa espionagem, como em vários outros exemplos discutidos neste livro, é importante evitar a projeção de nossos conceitos sobre o passado. A espionagem industrial não pode ser definida com precisão num período em que os empreendedores podiam orgulhar-se de exibir sua tecnologia a visitantes estrangeiros. Na República Holandesa era particularmente fácil para os estrangeiros descobrir como funcionavam as novas máquinas. Portanto, é prudente seguir um importante estudioso desse campo e falar da “ponta da espionagem no espectro da informação”, ligando-a a tentativas dos governos e empreendedores individuais de atrair trabalhadores capacitados do estrangeiro. A razão para isso é que o conhecimento dos ofícios era e é difícil de ser formulado por escrito, de modo que a migração das técnicas era acompanhada pela migração dos trabalhadores.¹⁹

Um conhecido exemplo dessa atração na segunda parte do século XVII, quando os governos se interessavam de maneira cada vez mais intensa pelo comércio e pela indústria, foi a tentativa de Colbert de trazer artesãos venezianos para a França, para através deles descobrir as técnicas secretas da indústria do vidro. Comenta-se que o embaixador veneziano na França matou alguns desses artesãos antes que os segredos pudessem ser revelados. Estrangeiros acorriam a Veneza para descobrir as técnicas. O matemático escocês James Stirling, apelidado de “Veneziano”, viveu em Veneza aproximadamente 10 anos em princípios do século XVIII. Imagina-se que tenha descoberto o segredo veneziano da confecção do vidro, logo fugindo de Veneza por temor de ser assassinado.

Os venezianos não eram os únicos objetos desse tipo de atenção. No século XVIII, o governo romano convidou um artesão de Lyon para introduzir o método francês de tingir a seda e mandou seis tecelões a Turim para aprender o método holandês. Nessa época, franceses, suecos, russos e austríacos estavam interessados em adquirir tecnologia e trabalhadores ingleses. Em 1719 houve protestos na Inglaterra contra a emigração de trabalhadores especializados para a França e para a Rússia. Diz-se que o austríaco Joseph Emmanuel Fischer von Erlach (filho do famoso arquiteto), cujas viagens pela Inglaterra no início da década de 1720 foram financiadas por seu governo, fez espionagem sobre a energia a vapor inglesa. Visitantes suecos à Inglaterra elaboravam informes para o Conselho de Minas ou o Escritório do Ferro em seu próprio país sobre o maquinário que tinham observado e de que produziram esboços. Na década de 1780, um engenheiro francês viajou pela Inglaterra coletando informações sobre a cerâmica Wedgwood, adquirindo teares e outras máquinas, e levando consigo três trabalhadores “sem os quais as próprias máquinas seriam inteiramente inúteis”.²⁰

Comércio e informação

O comércio, assim como a indústria, dependia do que alguma vez foi chamado de “busca da informação que nos falta e proteção da informação que temos”.²¹ Feiras internacionais em Besançon, Piacenza, Frankfurt e outras cidades eram centros de troca tanto de informações quanto de mercadorias. A cultura mercantil era cultura escrita e já o era na Idade Média. O comentário do florentino do século XV Giovanni Rucellai de que um bom mercador sempre tinha os dedos manchados de tinta não é de maneira alguma excepcional.²² As rotas do comércio eram rotas de papel e os fluxos de comércio dependiam de fluxos de informação.

No século XVI, as cartas para casa escritas das mais importantes cidades comerciais da Europa e da Ásia por membros das famílias de comerciantes de Gênova, Veneza, Florença e outras cidades constituíam “bancos de dados” virtuais. A diáspora dos mercadores genoveses, por exemplo, espalhou famílias por Antuérpia, Sevilha, Lisboa, Londres, Colônia, Oran, Aleppo etc. Os boletins de Fugger, enviados de diferentes partes do mundo para o quartel-general da família em Augsburg entre 1568 e 1605, são um testemunho adicional da importância e também da percepção da importância da informação no comércio internacional.²³ Uma das razões do notório sucesso comercial de minorias étnicas e religiosas — judeus, parses, quakers etc. — bem pode ter sido o tato de eles terem criado redes de informação relativamente inacessíveis a estranhos.

A espionagem política e industrial foi acompanhada da espionagem comercial. Venezianos e espanhóis, por exemplo, tentaram descobrir os segredos do comércio português com o Oriente. Quando rumores sobre especiarias da Índia chegando a Lisboa alcançaram Veneza em 1501, a reação do governo foi mandar um agente a Portugal para descobrir o que estava acontecendo e, na volta, apresentar um informe. O informe sobreviveu. O piloto espanhol Juan de la Cosa foi enviado a Lisboa em 1503 por razões semelhantes. Em situações de competição acirrada, vantagens marginais em informações de mercado podiam ser imensamente lucrativas. Não por acaso, em 1478, alguns venezianos fizeram um buraco no teto do palácio do doge para descobrir as últimas notícias de Istambul. O grande comerciante do século XV Jacques Coeur fazia uso de pombos-correio, ao passo que no Japão os intermediários de Osaka no século XVII usavam fogos, bandeiras e pombos para enviar informações sobre preços de mercado.²⁴ A informação sobre mercadorias é em si mesma uma mercadoria, e havia um mercado preparado para as informações sobre os mercados.

Em 1661, o representante do diretor da Companhia das Índias Orientais inglesa, Sir Thomas Chamberlan, solicitou que um agente em Bantam lhe enviasse um relatório sobre o comércio do Camboja, Sião, China e Japão.²⁵ Informações sobre transações passadas eram um guia para estratégias futuras, e por isso companhias comerciais e firmas privadas passaram a manter registros e até arquivos. Em 1609, por exemplo, o conselho da Companhia das Índias Orientais de Londres determinou a manutenção de um registro da correspondência recebida e expedida. O conhecimento das melhores rotas de comércio era de grande valor comercial, e assim as companhias comerciais (ver p. 65) tinham interesse no conhecimento da geografia e da navegação. Em Londres, por exemplo, a Companhia da Rússia pagou, em 1561, pela tradução para o inglês do tratado sobre a arte da navegação de Martin Cortés. A Companhia das Índias Orientais encomendou a Thomas Hood e Edward

Wright palestras para seus membros sobre matemática e navegação, e a Richard Hakluyt a história da empresa. Na França, foi a Compagnie des Indes que encomendou os famosos mapas da Índia de d'Anville (1752). Sem exagerar nas semelhanças entre o início da era moderna e o século XX, poderíamos dizer que as companhias já atuavam como patrocinadoras da pesquisa.

A informação e a VOC

Um ótimo exemplo da consciência do valor comercial da informação nesse período vem da história da Companhia das Índias Orientais holandesa, conhecida como VOC (Vereenigte Ost-Indische Compagnie). A VOC foi descrita como uma “multinacional”, com requisitos de informação não muito diferentes dos de um império.²⁶ O sucesso da companhia foi atribuído (entre outras coisas) à sua “eficiente rede de comunicações”, sem igual entre suas rivais.²⁷ A VOC estava interessada em mapear seus territórios, e seus mapas e informes eram constantemente atualizados. Membros da famosa família de impressores Blaeu foram empregados como encarregados dos mapas da VOC de 1633 a 1705, em outras palavras, como produtores de mapas manuscritos contendo informações secretas que não apareciam em seus famosos atlas. Os produtores dos informes tinham que prestar um juramento diante do burgomestre de Amsterdã de que não imprimiriam as informações constantes desses informes e não as revelariam a ninguém que não fizesse parte da companhia. Os informes eram emprestados aos pilotos para uso nas viagens e deviam ser devolvidos em seu retorno. Ainda assim, às vezes eram oferecidas a estrangeiros por um preço. Um documento holandês hoje num arquivo francês traz a inscrição “comprado de um piloto holandês”. De modo semelhante, o que a companhia chamava eufemisticamente de “gratuidades” dava à VOC acesso a informações de diplomatas tanto holandeses quanto estrangeiros.²⁸ Informações políticas eram obviamente importantes para a Companhia. Quando o jesuíta italiano Martini foi capturado pelos holandeses ao retornar da China (ver p.55), foi interrogado na Batávia e a VOC estava extremamente interessada em suas notícias sobre a queda da dinastia Ming.

O que era mais notável no sistema de informações da VOC era a importância que dava aos relatórios regulares. A ênfase nos relatórios regulares tinha análogos em outros lugares no período, mas em campos diferentes, em particular o Estado de Veneza, com suas *relazioni* diplomáticas, e a Sociedade de Jesus, com seu sistema de “informes anuais”. A VOC certamente destacava as informações comerciais, especialmente em forma estatística. Da Batávia, por exemplo, o governador-geral e o conselho enviavam um relatório anual, conhecido como “informe geral”, aos diretores (o Heeren XVIII). Documentos mais específicos, que ainda podem ser encontrados nos arquivos em Haia, incluíam relatórios completos de regiões e estabelecimentos (Surat, por exemplo), com dados estatísticos.

Esses relatórios foram resumidos por Pieter van Dam, advogado que trabalhou para a VOC por mais de 50 anos e a quem os diretores pediram que escrevesse um relato confidencial dos negócios da companhia para seu próprio uso. A VOC parece ter sido rápida no desenvolvimento de uma consciência da importância, para as estratégias de marketing,

da coleta sistemática de informações, especialmente em forma de estatísticas. Uma figura central nesse particular foi Johannes Hudde, importante matemático e burgomestre de Amsterdã, além de diretor da companhia Graças a Hudde, os números relativos às vendas já eram analisados em 1692 para determinar a futura política da companhia relativa a preços e quantidade de pimenta e outras mercadorias a encomendar da Ásia.²⁹ Como no caso dos relatórios, os paralelos mais próximos ao interesse da VOC pelas estatísticas não vêm de companhias rivais, mas da Igreja católica e do Estado centralizado (ver cap. VI).

Tal como essas instituições, a VOC foi incapaz de guardar todos os seus segredos. A Companhia da Índias Orientais inglesa, por exemplo, adquiria regularmente informações confidenciais sobre o momento da chegada e o conteúdo da carga dos navios da VOC que voltavam da Ásia. O historiador holandês — e antigo jornalista — Lieuwe van Aitzema pôde incluir a transcrição de um relatório confidencial à companhia sobre a situação da Ásia no quinto volume de sua história da Holanda (publicada por primeira vez entre 1657 e 1668).³⁰

O surgimento das bolsas de valores

Bolsas, que eram entre outras coisas instituições para a troca de informações, foram inauguradas em Bruges (1409), Antuérpia (1460), Lyon (1462), Amsterdã (1530), Londres (1554), Hamburgo (1558) e Copenhague (1624). Originalmente mercados de produtos, elas se tornaram mercados de títulos e ações. Uma viva descrição da bolsa de Amsterdã foi feita pelo mercador judeu sefardita Joseph Penso de la Vega num diálogo em espanhol com o sugestivo título *A confusão das confusões* (1688). O diálogo mostra que a prática da especulação com ações de companhias e até a divisão entre “touros” (os especuladores altistas ou otimistas) e “ursos” (os especuladores baixistas ou pessimistas) já eram prática padrão nessa época (na Inglaterra, a expressão “buyer of bearskins” [“comprador de peles de urso”] estava em uso em 1719 para referir-se a alguém que compra a pele antes que o urso seja morto).³¹ Em Londres, “stockjobbers” [especuladores] (para usar um termo cunhado no século XVII) frequentavam o café de Jonathan, na Exchange Alley, para negociar informações sobre o “Grande Mar do Sul” (Oceano Pacífico, portanto, América do Sul) nos anos que antecederam à grande quebra financeira conhecida como “South Sea Bubble”, em 1720.

As bolsas eram particularmente sensíveis a notícias que afetassem a oferta e a procura. Vega, por exemplo, mencionou o efeito de notícias das Índias e de notícias sobre guerra e paz na Europa sobre o mercado. Não por acaso havia difusão deliberada de rumores para forçar a alta ou baixa de preços. Um caso notório de um período um pouco posterior foi o rumor sobre a morte de Napoleão que chegou a Londres em 1814.³²

Assim como a especulação no mercado de ações, também o seguro marítimo constitui um bom exemplo de negócio particularmente sensível à informação. O negócio de seguros se desenvolveu em vários centros, sobretudo Gênova, Veneza e Amsterdã, mas do final do século XVII em diante Londres assumiu a liderança. Tal como os corretores de ações, os seguradores também se encontravam em cafés particulares para trocar notícias.

Ao final do século XVII, Edward Lloyd era dono de um café na Lombard Street, o velho distrito de negócios da City, e seu estabelecimento era frequentado pelos comerciantes, muitos deles interessados em informações sobre chegada e partida de navios. O desenvolvimento natural do negócio foi a criação por Lloyd de uma revista especializada em notícias relativas à navegação comercial, além de uma corretora de seguros marítimos em Londres. É por isso que a Lloyd's de hoje ainda ostenta seu nome.³³

A impressão e o comércio do conhecimento

A aquisição de conhecimento sobre assuntos comerciais foi obviamente reforçada pela impressão. Proliferavam tratados sobre como ser um bom comerciante. Informações comerciais sobre feiras de negócios, chegada de navios e preços de diferentes mercadorias eram cada vez mais disponíveis em forma impressa. Na década de 1540, listas de preços nos mercados da Antuérpia eram publicadas regularmente. O *Calendarium* ou *Messrelationen* de Frankfurt (publicado a partir de 1588) dava informações sobre as feiras de negócios da cidade. A partir de 1618, jornais holandeses passaram a publicar informações econômicas, incluindo detalhes sobre a chegada de prata do Novo Mundo à Espanha. O *Lloyd's News* (Londres, 1696-) se concentrava em notícias sobre navios. Jornais especializados como a *Gazette Universelle de Commerce* (fundada em Copenhague em 1757) davam notícias sobre os preços de certas mercadorias e sobre a chegada e partida de navios.³⁴ Dicionários do comércio eram um tipo de obra de referência cada vez mais comum a partir do final do século XVII, começando pelo *Parfait négociant* (1675), de Jacques Savary, livro dedicado a Colbert.

Informações comerciais de tipo mais confidencial também chegavam a ser impressas, com ou sem autorização. O exemplo do historiador holandês Aitzema já foi citado. Documentos comerciais foram impressos em outros tratados holandeses do século XVII, incluindo a história da VOC, de Commelin (1646), e a história dos holandeses no Brasil, de Barlaeus (1647), que se baseava nos arquivos da Companhia das Índias Ocidentais.³⁵

A própria publicação de livros era um negócio que atraía o interesse de negociantes que já ajudavam a financiar impressores no século XV.³⁶ Ainda mais importante, pelo menos da perspectiva do presente estudo, era o fato de que a impressão encorajava a comercialização de todos os tipos de conhecimento. Uma consequência óbvia, mas significativa, da invenção da imprensa foi envolver os empreendedores de maneira mais direta no processo de difusão do conhecimento, “o negócio do Iluminismo”.³⁷ Os impressores às vezes encomendavam novas edições de textos clássicos, traduções e obras de referência.

A frequente publicação quase simultânea de obras diferentes sobre o mesmo assunto dá uma ideia da intensidade da concorrência entre impressores, da mesma forma que a reivindicação, nas folhas de rosto, de que a nova edição era mais acurada que as anteriores, ou incluía mais informação, ou que oferecia um sumário ou índice que faltava às outras. Um entre muitos exemplos é o volume de cartas de missionários do Japão publicado em

Louvain, em 1570, que proclama que é a terceira edição “mais acurada e mais detalhada, com um índice” (*cum indice castigatior et auctior*).³⁸ O impulso para produzir atlas, enciclopédias etc cada vez mais amplos e detalhados era alimentado pela concorrência comercial.

A observação pode ser ilustrada a partir da cronologia de algumas obras de referência importantes. O *Atlas* de 1635 de Barlaeus foi seguido quase imediatamente por seu rival *Atlas novus*, de 1638, de Jansson; as bibliografias legal e médica compiladas por Martin Lipen (1679) foram seguidas pelas de Cornelis de Beughem (1680-81); a coletânea de narrativas de viagens organizada pelos Churchill (a partir de 1704), pelas de Harris (1705) e Stevens (1711); o *Dicionário universal do comércio* (1751-55), de Postlethwayt, por *Um novo dicionário do comércio* (1756) de Rolt; e a *Enciclopédia britânica* revista (a partir de 1777), pela Chambers revista (1778-).

Alguns impressores estavam pessoalmente comprometidos com movimentos intelectuais como o humanismo, a Reforma Protestante, ou o Iluminismo. Outros, porém, poderiam ser mais bem designados como mercenários, trabalhando igualmente para católicos e protestantes durante as guerras religiosas. Alguns desses impressores já estavam conscientes da importância dos anúncios, em outras palavras, da impressão de informações sobre bens e serviços para vendê-los, prática que se desenvolvia no século XVII. As gazetas de notícias holandesas do século XVII anunciavam livros e os serviços de tutores privados. Em Londres, por volta de 1650, um jornal podia trazer aproximadamente seis anúncios em média; 100 anos mais tarde, trará cinquenta.³⁹ Entre os itens anunciados dessa maneira na Inglaterra, em fins do século XVII, figuram peças teatrais, corridas, médicos clínicos e “Holman’s Ink Powder” [Tinta em pó de Holman] (talvez a primeira marca), produto patenteado em 1688. Os almanaques, que atingiam um círculo particularmente amplo de leitores, publicavam anúncios regularmente. Na Inglaterra, o Almanaque de Gadbury de 1699 proclamava as virtudes das “Dr Anderson’s Scotch Pills” [Pílulas escocesas do Dr Anderson], enquanto um almanaque rival, de Coley, apoiava os “Buckworth’s lozenges” [Pastilhas de Buckworth].⁴⁰

Livros e revistas muitas vezes publicavam anúncios de outros livros e revistas. As páginas iniciais e finais anunciavam outras obras vendidas pelo mesmo impressor (a distinção moderna entre impressor e editor ainda não era a norma no período). Quando o tratado de Menke *A charlatanice dos sábios*, foi publicado em tradução francesa em Haia, em 1721, o impressor a fez acompanhar de uma lista de 29 páginas de livros que tinha em estoque. Na Itália, um catálogo de livros com seus preços impressos em separado já era publicado em 1541. Do século XVI em diante, a Feira do Livro de Frankfurt tornava certos títulos internacionalmente conhecidos (como faz ainda hoje). Em fins do século XVII, revistas de cultura davam notícias sobre publicações recentes (ver p. 153). A prática do envio dos catálogos dos livreiros aos consumidores pelo correio foi estabelecida no século XVIII.⁴¹ Na França, no final do período que estudamos, um *catalogue des livres nouveaux* era publicado semanalmente.

À medida que aumentava o lucro potencial, aumentava a urgência em proteger a propriedade literária e intelectual (ver p. 136) por meio de leis gerais. Na Grã Bretanha, por exemplo, uma Lei do Direito Autoral foi aprovada em 1709. Podemos interpretar a aprovação dessa lei como uma tentativa de resolver o problema das concepções rivais

relativas ao conhecimento como privado ou público. Essa lei foi seguida por uma Lei do Direito Autoral do Gravador em 1735, graças aos esforços de William Hogarth, que sofrera mais do que a maioria dos artistas com o plágio de suas obras. Na França, leis semelhantes às inglesas foram aprovadas depois da Revolução, em 1791 e 1793.

Mas o plágio continuava. E também a competição ilegal, conhecida na época como “contrafação” (*contrefaçon*), ou ainda mais enfaticamente como “pirataria”, em outras palavras a publicação de livros cujo direito autoral pertencia a outros. Como estudos de caso da comercialização do conhecimento, incluindo a pirataria, pode ser esclarecedor nos concentrarmos em três cidades que foram importantes centros editoriais: Veneza no século XVI, Amsterdã no XVII e Londres no XVIII.

Veneza no século XVI

No século XV, mais livros foram impressos em Veneza do que em qualquer outra cidade da Europa (aproximadamente 4.500 títulos, o que chega a algo como 2 milhões de cópias). A concorrência era acirrada e não eram raros os impressores que praticavam a espionagem industrial adquirindo provas de um livro em fase de produção para produzir uma edição rival quase simultânea. Não por acaso o primeiro direito autoral concedido a um escritor o foi em Veneza, nesse período.⁴²

No século XVI, Veneza manteve sua posição como principal centro editorial da Europa, com aproximadamente 500 casas impressoras, chegando aos 18 milhões de cópias. Um só editor, Gabriel Giolito, produziu cerca de 850 títulos. Giolito abriu filiais de sua livraria em Bolonha, Ferrara e Nápoles, e foi talvez o primeiro livreiro a se expandir por essa via. Parece ter sido o primeiro a publicar livros numa série ou, como a chamava, “colar” (*collana*).⁴³

O grande número de impressores em Veneza era uma das atrações que a cidade exercia sobre os homens de letras, pois o mercado lhes permitia que ganhassem a vida sem precisar de patrocinadores. Pietro Aretino foi o mais famoso de um grupo de tais homens de letras, apelidados de *poligraphi* pelo muito que escreviam e sobre os mais variados assuntos para poderem sobreviver — prosa e verso, traduções, adaptações de outros escritores e especialmente obras oferecendo informações práticas, incluindo um guia de Veneza para visitantes, livros sobre comportamento e um tratado explicando como escrever cartas sobre assuntos tão diferentes como amor e dinheiro. Alguns dos *poligraphi* serviam a editores particulares (particularmente Giolito) como organizadores e revisores, novas ocupações que passaram a existir como resultado da imprensa. Tinham equivalentes em outros lugares como Paris e Londres, mas Veneza era o principal centro de escritores profissionais no século XVI.

Livros impressos não eram simples mercadorias. Eram tanto presenteados como vendidos, e esses presentes, como as dedicatórias dos autores a seus patrocinadores, ajudavam a manter as relações sociais.⁴⁴ Ainda assim, como observou mais de um escritor da época, inclusive o autor de um tratado sobre o assunto publicado em Veneza em 1590,

as dedicatórias eram às vezes comercializadas. Escritores mercenários seguiam os passos de impressores mercenários.⁴⁵

Amsterdã no século XVII

No século XVII, a República Holandesa substituiu Veneza como ilha de relativa tolerância da diversidade religiosa e também como principal centro e mercado da informação, o “magasin général” como a chamou Bayle em 1686.⁴⁶ A exportação de material impresso em latim, francês, inglês, alemão e outras línguas contribuía de maneira importante para a prosperidade da nova nação. A primeira enciclopédia húngara, por exemplo, a *Enciclopédia magiar*, de Apáczai Csere János, foi publicada em Utrecht, em 1653.

O centro desse centro era a cidade de Amsterdã. Na segunda metade do século XVII, Amsterdã se tornara o mais importante centro de produção de livros da Europa, como Veneza tinha sido. Mais de 270 livreiros e impressores atuaram na cidade nos 25 anos entre 1675 e 1699. Só a família Blaeu publicou sete catálogos a partir de 1633. Como em Veneza, mapas e relatos de viagens constituíam parte importante do repertório dos impressores. Jan Tessing, por exemplo, publicou um mapa do sul da Rússia em Amsterdã, em 1699. Hendrick Doncker concentrava sua produção em livros de viagens e mapas. A maior casa impressora de Amsterdã, a de Jan Blaeu (filho de Willem) na Bloemgracht, era especializada em mapas. Essa também era a especialidade de seu rival Willem Jansson, que, como Giolito, abriu filiais, neste caso em Leipzig e outras cidades.⁴⁷ O jesuíta italiano Martino Martini visitou Amsterdã em 1653 (ver p.55), para que Blaeu imprimisse seu atlas da China.

Os impressores de Amsterdã, como os venezianos antes deles, se especializaram em imprimir em diferentes línguas. Imprimiam bíblias inglesas e as vendiam na Inglaterra mais barato que o produto doméstico.⁴⁸ Até o final do século XVII, “os marinheiros ingleses dependeram dos editores holandeses para seus informes e orientação, até mesmo sobre as costas da Inglaterra”.⁴⁹ Imprimiam não só em holandês, latim, francês, inglês e alemão, mas também em russo, iídiche, armênio e georgiano.

As minorias étnicas da cidade eram indispensáveis para seu sucesso nesse campo.⁵⁰ Henri Desbordes, de Saumur, que se mudara para a República Holandesa em 1681, estabelecendo-se na Klaverstraat um ano mais tarde, é um bom exemplo da contribuição dos calvinistas que fugiam da França de Luís XIV para a economia de Amsterdã. Em 1698, quando Pedro, o Grande, tentava introduzir o conhecimento científico e técnico em seus domínios, ele contratou Ilia Kopievski e outros emigrados russos para imprimirem livros técnicos, mapas e cartas para o mercado russo.⁵¹

A República Holandesa foi considerada o “principal entreposto europeu” de informações sobre o leste da Ásia nas décadas de 1650 e 1660. O resto do mundo não era esquecido. Um dos principais editores da república, Elsevier, lançou a que talvez seja a primeira série de livros com um editor acadêmico. Johannes de Laet, estudioso que era também diretor da Companhia das Índias Ocidentais, foi o editor de uma série de compêndios de informações (ver p.74) sobre a organização e recursos de diferentes estados

do mundo. Alguns foram compilados pelo próprio editor, como no caso da França, Espanha, Holanda, Império Otomano, Índia, Portugal e Polônia; outros foram encomendados.⁵²

De Laet era um equivalente holandês dos *poligraphi* venezianos. Outros incluíam os calvinistas franceses que acorreram à República Holandesa depois que a revogação do Editto de Nantes por Luís XIV, em 1685, os forçara a escolher entre a conversão ao catolicismo ou a emigração. Pierre Bayle, por exemplo, que emigrara do sul da França para Roterdã, editava uma revista literária, *Nouvelles de la Republique des Lettres*, publicada mensalmente em Amsterdã a partir de 1684. Jacques Bernard chegara em 1688 e colaborava com Leclerc (este era suíço, embora tenha chegado na mesma época, em 1683). Como vimos (ver p.34), a diáspora calvinista contribuiu para a explosão do jornalismo.

Os divulgadores do conhecimento holandeses, os *broedschrijvers* como vieram a ser conhecidos mais tarde, ainda não foram estudados enquanto grupo, como seus equivalentes em Veneza, Londres ou Paris.⁵³ Johannes de Laet não era o único a combinar a escrita com outras ocupações. Caspar Barlaeus, por exemplo, ocupava uma posição acadêmica, mas também traduziu um relato sobre os espanhóis no Novo Mundo e escreveu uma descrição anônima da Itália e uma história da expedição de João Maurício de Nassau a Pernambuco. Isaak Commelin produziu um guia de Amsterdã e uma história das viagens feitas pela VOC. Olfert Dapper, doutor em medicina, era autor de livros sobre a África e a Ásia. Arnoldus Montanus era pastor, mestre-escola e escritor de biografias e livros de viagens populares como *As maravilhas do Oriente*.

Londres no século XVIII

O mercado britânico de livros nos séculos XVI e XVII já foi considerado “essencialmente provinciano” por comparação com o do continente. Até a década de 1730, os britânicos mais importavam do que exportavam livros. Até meados do século XVIII, não havia grande casa editora na Grã-Bretanha.⁵⁴ No final do período que estudamos, entretanto, a situação estava mudando, e rapidamente. Em 1777, Londres tinha 72 livreiros, e dizia-se que esse era um número superior ao de qualquer outra cidade europeia da época (embora Veneza tivesse 96 livreiros e impressores em 1736).⁵⁵ A expressão “the trade” [o negócio, o comércio] era aplicada aos livreiros como se fossem os negociantes por excelência. Em 1725, Daniel Defoe já declarara que “escrever... se tomou um ramo muito considerável do comércio inglês”. Comparou os livreiros aos “mestres fabricantes” e os escritores aos “trabalhadores”. Vale acrescentar que uns poucos desses trabalhadores eram bem remunerados. Pela primeira vez, alguns escritores, especialmente autores não ficcionistas, recebiam de seus editores adiantamentos suficientemente grandes para que pudessem começar a pensar em abandonar os patrocinadores e viver dos ganhos de sua escrita. O dr. Johnson, por exemplo, cujo ódio do mecenato era notório, recebeu 1.575 libras como adiantamento por seu *Dicionário* em 1746.⁵⁶ David Hume recebeu um adiantamento de 1.400 libras pelo terceiro volume de sua *História da Grã-Bretanha*, e Robertson, um adiantamento de 3.400 libras por sua *História de Carlos V*. O que parece ter sido o maior adiantamento do século, pelo menos na Grã-Bretanha, 6.000 libras, foi oferecido pelos

sucedores de Millar, os sócios William Strahan e Thomas Cadell, pelos direitos autorais do relato do dr. John Hawkesworth sobre as descobertas do capitão Cook.⁵⁷ O comentário do dr. Johnson a Boswell sobre essa publicação foi mordaz: “Se você fala dele como objeto de comércio, ele será lucrativo; se como um livro para aumentar o conhecimento humano, creio que não haverá muito disso.”

Não devemos nos precipitar e idealizar a situação dos escritores do século XVIII. Para cada homem de letras de sucesso podiam contar-se centenas de trabalhadores — e trabalhadoras — literários na pobreza, na que foi conhecida como *Grub Street* (como na Veneza do século XVI ou na Amsterdã do XVII).⁵⁸ Eram os mercenários, os escritores “de tração”, como foram descritos por analogia com as carruagens puxadas por cavalos, os táxis dos séculos XVIII e XIX.

Mesmo para os bem-sucedidos, a nova liberdade tinha seu preço. Johnson provavelmente teria preferido escrever seus próprios livros a compilar um dicionário, e Pope, trabalhar em seus próprios poemas em lugar de traduzir Homero. Hume escrevia história porque vendia mais que filosofia, e se pudesse voltar à vida e consultar o catálogo da British Library é bem pouco provável que ficasse satisfeito ao ver-se classificado como “David Hume, historiador”. Mesmo assim, alguns homens de letras do século XVIII desfrutavam de um maior grau de independência do que seus predecessores do século XVI, os *poligraphi*, que viviam de editar e revisar provas.

Consideremos agora essas mudanças do ponto de vista dos impressores. Com despesas como essas, os impressores precisavam de capital vultoso, ainda mais que depois de dar o adiantamento e imprimir o livro podiam sofrer com a pirataria nos mares bravios do conhecimento. Piratas literários tendiam a operar do outro lado das fronteiras dos Estados centralizados, em zonas onde os direitos dos impressores não pudessem ser protegidos. Dublin era notória em meados do século XVIII como centro de edições inglesas pirateadas, Genebra e outras cidades suíças para livros em francês e Amsterdã para livros nessas duas línguas. Para sobreviver nesse mundo cada vez mais competitivo, os impressores e livreiros faziam alianças mais frequentes, especialmente na Grã-Bretanha. No século XVII, a Companhia dos Livreiros já tinha seu “fundo comum”. No século XVIII, desenvolveu-se uma partilha, sindicato ou sistema de alianças entre firmas para dividir riscos e lucros. Assim, o *Dicionário* de Johnson foi financiado por um grupo de cinco “empresários”, incluindo três nomes bem conhecidos: Thomas Longman, Andrew Millar e William Strahan.⁵⁹

Uma maneira de conseguir dinheiro adiantado era publicar por assinaturas. Foram descobertos 87 casos de publicações por assinatura antes de 1700 na Inglaterra. John Ogilby, por exemplo, publicou traduções de Virgílio e Homero desse modo, dispondo dos exemplares não vendidos por loteria. Também utilizou-se da loteria para financiar uma descrição da China, a *Embaixada da Companhia das Índias Orientais* (1669).⁶⁰ A prática de assinaturas foi ainda mais comum no século XVIII, especialmente para livros caros, e a lista dos assinantes era muitas vezes impressa nos próprios volumes para incentivar outros. Mais de 2 mil dessas listas foram encontradas e estima-se que pelo menos 100 mil indivíduos tenham participado delas no século XVIII na Grã-Bretanha.⁶¹

Esses métodos às vezes eram adotados no Continente. Na Itália, por exemplo, são conhecidos mais de 200 casos de publicação por assinatura na primeira metade do século

XVIII e a prática se tornou mais comum depois disso. Na República Holandesa, já era registrada em 1661. Na Alemanha, contudo, a prática demorou mais a chegar. A descrição da República das Letras de F.G. Klopstock, que apareceu em 1773, foi um dos primeiros livros alemães publicados desse modo.⁶²

Na França, a coleção de imagens do mundo antigo de *Montfaucon, Antiquité expliquée* (1716) foi a primeira publicação francesa a seguir o que o anúncio chamava de “modelo inglês” (*la manière d’Angleterre*), em outras palavras, a publicação por assinaturas. Na década de 1750, foi fundada uma companhia de acionistas para produzir um grande mapa da França, tendo atraído 650 assinantes. *A Encyclopédia* atraiu quase 4 mil assinantes na primeira edição, a despeito de seu preço de quase 1.000 libras.⁶³ Quanto à partilha, os gastos com a publicação de Montfaucon foram divididos entre oito impressores de Paris, os da *Encyclopédia*, por quatro, e os da revista *Bibliothèque Universelle* em Amsterdã, por três.⁶⁴

Jornais e revistas

Os periódicos em particular, por exemplo o *Journal Étranger*, dependiam de assinaturas. Embora os panfletos sobre eventos da atualidade já fossem comuns no século XVI, os jornais e revistas, que começaram a ser publicados depois de 1600, são os gêneros literários que melhor ilustram a comercialização da informação. As notícias já eram vistas como mercadorias no século XVII. Em sua peça *As notícias essenciais*, zombando dos monopólios, Ben Jonson imaginou a abertura de um novo negócio, “um lugar de imenso comércio”, “para onde são trazidas notícias de todos os tipos/ E aí serão examinadas e então registradas/ E depois serão emitidas sob o selo do negócio/ Como notícias essenciais: nenhuma outra será atual” (ato 1, cena 2). A atitude de Johnson foi compartilhada por um “repórter” veneziano (*reportista* era o termo local) que escreveu, em fins do século XVIII, que “as notícias são uma mercadoria que, como todos os demais bens, são adquiridas por dinheiro ou por troca”. Boletins manuscritos, contendo todas as notícias impróprias para impressão, eram empreendimentos comerciais nesse período. Permitiam ao escritor ou “repórter” sobreviver e, ocasionalmente, vender o negócio a um sucessor.⁶⁵

Gazetas de notícias impressas, registradas por primeira vez na Alemanha em 1609, ganharam impulso na República Holandesa em princípios do século XVII e no século XVIII já estavam espalhadas pela maior parte da Europa.⁶⁶ Os primeiros jornais a serem publicados em inglês e francês, em 1620, eram impressos em Amsterdã, sob os títulos *The Corrant out of Italy, Germany etc.* e *Courant d’Italie, Alemagne etc.* [*Atualidades da Itália, Alemanha etc.*]. O novo gênero foi um sucesso imediato, auxiliado pela irrupção da Guerra dos Trinta Anos na Europa central em 1618 e pela Guerra Civil na Inglaterra da década de 1640, ambas acompanhadas pela imprensa holandesa.⁶⁷ A partir da década de 1660, um jornal semanal em francês, a *Gazette d’Amsterdam*, oferecia a seus leitores não só informações sobre assuntos europeus mas também críticas abertas à Igreja católica e à política do governo francês. Sua rival, a *Gazette de Leyde*, saiu à procura das notícias em

vez de esperar sua chegada, e enviou um correspondente a Paris em 1699 para cobrir a inauguração de uma nova estátua de Luís XIV.

A Inglaterra também se tornou uma terra de jornais, aproximadamente 80 anos depois da República Holandesa. Uma explosão de publicações se seguiu à extinção da lei de licenças em 1695. Em 1704, Londres tinha nove jornais e, em 1709, o número chegava a 19. As principais cidades das províncias, como Bristol e Norwich, também tinham seus jornais, como o *Bristol Postboy* (1702).⁶⁸

Conhecimentos de tipo acadêmico eram difundidos por revistas cultas, publicadas mensalmente ou a cada dois meses. O gênero começara na década de 1660, com o *Journal des Savants*, em Paris, e as *Philosophical Transactions* da Royal Society de Londres. Em fins do século XVII, Amsterdã era a sede da publicação das *Nouvelles de la République des Lettres* publicada por Henri Desbordes, e sua rival *Bibliothèque Universelle et Historique*, editada por Jean Leclerc. O título de Desbordes foi particularmente bem escolhido. O ponto central da publicação de forma periódica era precisamente fornecer notícias da “República das Letras”, inclusive obituários de estudiosos importantes e, pela primeira vez, resenhas de livros recém-lançados. Que a revista culta podia ser um bom negócio é demonstrado pelo fato de que o *Journal des Savants* foi pirateado em Amsterdã e “Colônia”, e sua fórmula foi imitada em Roma, Veneza, Leipzig e outras cidades.

O surgimento das obras de referência

O problema de encontrar a informação quando necessário, a “recuperação da informação” como hoje é chamada, é antigo. Assumiu novas formas depois da invenção da imprensa, que num certo sentido simplificou o problema e, em outro, o complicou. Os livros tomaram muitos aspectos da informação mais fáceis de encontrar, desde que se tivesse antes encontrado o livro certo. Com a multiplicação dos livros após 1500, a condição tem que ser levada a sério. O surgimento da resenha de livros no final do século XVII foi uma resposta a um problema que era cada vez mais agudo.

Outra tentativa de solução foi a invenção da obra de referência. Uma variedade vertiginosa de tais livros surgiu no início do período moderno, especialmente no século XVIII. Enciclopédias, dicionários, atlas e bibliografias são apenas os mais óbvios dentre eles. Os dicionários, raros em 1500, proliferaram nos séculos XVII e XVIII, chegando a abarcar algumas línguas não europeias. Obras de referência do período também incluíam almanaques, herbários, cronologias e diretórios (em outras palavras, livros de orientação ou regras). Havia manuais de casos de consciência para confessores e penitentes. Havia catálogos de bibliotecas, museus, livreiros e, obviamente, o Index de Livros Proibidos, usado por alguns leitores como um catálogo dos livros que deviam ser interessantes porque proibidos.

Obras geográficas de referência proliferavam. Havia dicionários de lugares ou “gazeteers” (assim chamados a partir de princípios do século XVIII porque davam apoio geográfico para que os leitores acompanhassem as notícias nos jornais). Havia guias de

cidades, regiões, países (especialmente a série de Elsevier) e do mundo: as *Relazioni universali* do padre italiano Giovanni Botero, publicadas na década de 1590, ou a *Descrição* (1643) de Pierre d'Avity, em quatro volumes, um para cada um dos quatro continentes conhecidos. Havia horários postais e diretórios de endereços de negociantes e outros, ancestrais da lista telefônica de hoje.⁶⁹

Havia ainda antologias de anedotas e coletâneas de textos mais longos (viagens, leis, tratados, ou decretos de concílios da Igreja). Havia também conjuntos de livros que davam instruções sobre habilidades como caligrafia, gravura, cozinha, dança, agricultura, vida de fazenda, redação de cartas etc. Foram identificados mais de 1.600 guias para comerciantes impressos entre 1470 e 1599, e mais que o dobro no século XVII; o século XVIII assistiu à ascensão de enciclopédias de comércio e indústria em vários volumes.⁷⁰

A proliferação de obras de referência já fora ridicularizada em meados do século XVIII por um homem de letras, Melchior Grimm. “A mania pelos dicionários (*la fureur des dictionnaires*) é tão aguda entre nós que alguém acaba de imprimir um *Dicionário dos dicionários*”. Não exagerava. Tal dicionário foi publicado em Paris em 1758 por um certo Durey de Noinville.

Os títulos dessas obras de referência incluem “antologia”, “árvore”, “atlas”, “axiomas”, “biblioteca”, “breviário” (ou resumo), “castelo”, “catálogo”, “chave” (*klavis*), “coleção”, “compêndio”, “corpo”, “dicionário” (ou léxico), “diretório”, “enciclopédia”, “epítome”, “espelho”, “floresta” (*silva*), “florilégios” (flores, *polyanthea*), “glossário”, “guia”, “inventário”, “itinerário”, “jardim”, “lugares comuns”, “mina de ouro” (*aurofodina*, Drexel, 1638), “manual” (seguindo a tradição clássica do *enchiridion* e do *manuale*), “medula”, “prontuário”, “repertório”, “sumário”, “teatro”, “tesouro”, e “vade mecum”. É possível observar ao longo do tempo um movimento do concreto (flores, jardins e árvores) para o mais abstrato.

Entre os livros de maior sucesso estavam o dicionário histórico do padre Louis Moréri (com 24 edições em francês e 16 em traduções entre 1674 e 1759) e o dicionário geográfico do *don* de Cambridge John Eachard, *The Gazetteer's Interpreter*, que atingiu a 17ª edição em 1751 e foi traduzido para o francês, espanhol, italiano e polonês antes de 1800. Alguns guias alemães do mundo do saber também foram sucessos editoriais, em particular a *Polyhistor* (1688), de Daniel Morhof, um guia de bibliotecas, conversação e de “todas as disciplinas”, que chegou à quinta — e bastante ampliada — edição em 1747, e a introdução ao saber (*res literária*) e ao uso das bibliotecas de Burkhard Struve, publicada por primeira vez em 1704 e em sua sexta edição ampliada em 1768.

A proliferação também levou à especialização. A bibliografia, por exemplo, começou com o objetivo de ser universal, pelo menos no campo da cultura e em latim. Seguiram-se as bibliografias nacionais, como a *Bibliothèque française* (1584), de La Croix du Maine. Pouco mais tarde, princípio do século XVII, vieram as bibliografias por assunto, usando categorias como teologia, direito, medicina, história (ver p. 167-8) e política (em 1734, o estudioso francês Nicolas Lenglet publicaria a primeira — selecionada — bibliografia dos romances). Um número crescente de obras de referência era produzido para faixas específicas de público, como o clero, comerciantes, médicos, advogados, mulheres etc. Os pregadores, por exemplo, podiam voltar-se para o *Apparatus concionatorum* [*Instrumento dos pregadores*], de Francisco Labata (ver p.90), ou para a *Bibliothèque des*

prédicateurs (1712), do jesuíta francês Vincent Houdry. As duas obras tiveram diversas edições e a de Houdry foi traduzida para o italiano e também para o latim para atingir um mercado mais internacional.

Enciclopédias

Nesse período, as enciclopédias se tornaram mais numerosas, maiores, mais pesadas e mais caras. O dicionário histórico de Moréri, publicado em um volume, aumentou para 10 no curso de menos de um século. O jornalista alemão Johann Georg Krünitz compilou uma enciclopédia econômica em 16 volumes (1771-72). O *Lexikon*, de Zedler, chegava a 58 volumes, a *Encyclopédie* francesa, a 32, e seu rival suíço, o *Dictionnaire raisonné des connaissances humaines* (1770-80), a 58. A obra de Krünitz foi atualizada e ampliada regularmente até atingir 242 volumes em 1858.

Essa própria expansão gerou a necessidade de um oposto complementar, a obra de referência “portátil”, como o *Lexikon genealogicum portatile* (1727), o *Dictionnaire portatif des prédicateurs* (1757), o *Dictionnaire domestique portatif* (1762), o *Dictionnaire portatif d’Italie* (1777), o *Dictionnaire portatif des femmes* (1788) e o *Dictionnaire géographique portatif* (1790). Foram feitas tentativas de atender os leitores em geral e vender-lhes enciclopédias com base no argumento de que não poderiam ler os jornais sem sua ajuda, ou mesmo conversar de maneira inteligente (daí a ideia do *Konversationslexikon* [*Dicionário de conversação*]).

Alguns editores com visão se voltaram para novos meios de produção. A compilação de enciclopédias se tornava um ofício especializado. Reynier Leers, de Rotterdam, editor do *Dicionário* (1689) de Furetière, obra de um único homem que concorria com o dicionário oficial do francês organizado pela Academia Francesa, pagava um salário ao estudioso refugiado Pierre Bayle para sustentá-lo enquanto trabalhava em seu *Dicionário histórico e crítico* (1697).⁷¹ De modo similar, o alemão Carl Ludovici trabalhava em tempo integral para Zedler. O contrato de Diderot em 1747 especificava que ele deveria receber 7.200 libras para editar a *Enciclopédia*, enquanto d’Alembert, que trabalhava menos, deveria receber 2.400.

A propagação da pesquisa e da escrita coletivas era outra tendência (ver cap. III, p.41). Jean Leclerc propôs a formação de um comitê internacional de especialistas para corrigir e ampliar Moréri. O que os estudiosos sugeriam, os empreendedores punham em prática. O *Léxico*, de Zedler, e a *Enciclopédia* foram produzidos por equipes (pelos menos 135 no caso do empreendimento de Diderot).⁷² Enciclopédias em vários volumes ilustram a comercialização do conhecimento com particular clareza, uma vez que empreendimentos de larga escala requeriam maior aporte de capital. Muitas das famosas enciclopédias do século XVIII — o *Nuovo dizionario scientifico* de Pivati em Veneza, o *Léxico* de Zedler em Leipzig, a *Enciclopédia* francesa — foram publicadas com recurso a assinaturas. O *Lexikon technicum* (1704) de John Harris, publicado por uma sociedade de 10 livreiros ou “empresários”, listava quase 900 assinantes.⁷³

As duas enciclopédias britânicas mais conhecidas da época, a de Chambers e a *Britannica*, ambas originadas na Escócia, recorriam tanto a assinaturas como a associações de livreiros para compartilharem despesas e lucros, sistema de parceria já comparado ao das companhias de acionistas (ocasionalmente as ações eram compradas e vendidas).

Ephraim Chambers publicou a primeira edição de sua *Cyclopaedia* em 1728, em dois volumes *in folio*, ao preço de quatro guinéus, obra que alcançou sua quinta edição em 1746. O custo foi compartilhado entre vários editores, entre os quais Thomas Longman, que foi comprando ações de seus sócios até que em 1740 possuía 11/64 da empresa. De maneira similar, William Strahan, que também possuía ações do *Dicionário* de Johnson, adquirira cinco das 64 partes de Chambers até 1760.⁷⁴ Quanto à *Britannica*, originou-se como uma empresa conjunta do gravador Andrew Bell e do impressor Colin McFarquhar. Pela venda da terceira edição, Bell, o sócio sobrevivente, recebeu 42.000 libras. No entanto, o maior sucesso de todos foi provavelmente o da *Enciclopédia*, se considerarmos não só a edição original *in folio*, de Paris, mas também as reedições de Genebra, Lucca e Livorno, as edições *in quarto*, de Genebra e Neuchâtel, e as *in octavo*, de Lausanne e Berna, atingindo aproximadamente 25 mil cópias em 1789.⁷⁵

Os detalhes fornecidos anteriormente neste capítulo sugerem que o comércio do conhecimento não era novo no século XVIII. O que era novo era que o conhecimento se tornara um grande negócio. A descrição da *Enciclopédia* por um de seus editores, Charles Joseph Pancoucke, como “um assunto de dinheiro” (*une affaire d'argent*), é um bom resumo. Dono de 17 revistas, Pancoucke conhecia mais do que todos o processo de vender conhecimento.⁷⁶

Comparações e conclusões

O contexto mais amplo da evolução nas publicações descritas acima, que podem ser resumidos como a “comercialização do livro”, constitui o que os historiadores vieram a chamar de “revolução do consumo” ou “nascimento da sociedade de consumo” no século XVIII, mudança particularmente visível na Inglaterra, mas estendendo-se a outras partes da Europa e mesmo além dela. As assinaturas, por exemplo, eram um instrumento usado para vários fins nesse período: assinaturas para clubes, peças, palestras etc. A “comercialização do lazer” e o “consumo de cultura” formam parte importante dessa revolução, incluindo a popularização do teatro, óperas, e exposições de pinturas, abertas a quem quer que se dispusesse a pagar a entrada.⁷⁷ Uma vez mais, contemporâneos atentos perceberam as tendências muito antes dos historiadores. Uma vez Adam Smith observou que na “sociedade comercial”, a maior parte dos “conhecimentos de qualquer pessoa comum” fora comprada.

Pode ser esclarecedor tentar situar as tendências europeias consideradas e analisadas neste capítulo num contexto mais amplo. O mundo islâmico resistia à impressão tipográfica no período, com muito poucas exceções, como a gráfica instalada em Istambul no começo do século XVIII, que durou apenas alguns anos e não produziu mais que um punhado de livros.⁷⁸ As comparações mais instrutivas devem ser estabelecidas com a Ásia oriental, principalmente o Japão. A despeito do crescimento do comércio intercontinental nesse

período, é provável que a comercialização do livro no Japão do período Tokugawa, ligada à urbanização e à comercialização do lazer, corra paralela às tendências no Ocidente em lugar de estar a elas conectada.⁷⁹

No Japão, a partir do século XVII, há sinais de uma explosão da impressão gráfica junto com o aumento do número de livrarias. Essa expansão do comércio de livros estava ligada ao surgimento de novos tipos de livros, os *kana-zoshi*, termo que pode ser traduzido como “livros para consumo”. Esses livros, romances ou conselhos para fazer fortuna, não eram impressos, como de costume, em ideogramas chineses, mas em tipos silábicos mais simples (*kata-kana*), permitindo que essas publicações mais baratas atingissem novos tipos de leitores, especialmente as mulheres, que não tinham aprendido os caracteres chineses.⁸⁰ Em 1659, os catálogos dos livreiros de Kioto davam informações sobre autores, títulos, editores e preços. Em 1696, havia aproximadamente 8 mil títulos em circulação.

Na China, o missionário jesuíta italiano do século XVI Matteo Ricci, o indivíduo mais bem situado para fazer a comparação, comentava os baixos preços dos livros em relação aos de seu próprio país. Dado o tamanho do mercado para livros num país com mais de 100 milhões de pessoas praticando uma única língua literária, e a possibilidade de economias de escala daí decorrentes, a observação de Ricci faz sentido. A alfabetização era mais abrangente na China do período do que os historiadores costumavam pensar. É verdade que para ser considerado um homem educado seria preciso conhecer aproximadamente 30 mil ideogramas, objetivo impossível sem muitos anos de estudo. Por outro lado, era possível levar a vida cotidiana com o conhecimento de 2 mil caracteres, e há evidência de que pessoas comuns das cidades, tanto homens quanto mulheres, muitas vezes atingiam esse nível.⁸¹ Publicações baratas, inclusive almanaques e pequenas enciclopédias, eram abundantes, sendo os impressores da província de Fukien especializados nesse nicho do mercado. Em outras palavras, havia uma tendência à “mercantilização” da informação na China assim como na Europa, embora na primeira essa tendência pareça ter se detido aquém da enciclopédia.

A tradição enciclopédica chinesa data do século III e, diferentemente da tradição clássica ocidental, foi contínua e não intermitente. Só no período Ming, entre 1368 e 1644, são conhecidas 139 enciclopédias. As enciclopédias chinesas atingiram vastas dimensões muito antes das ocidentais. A *Yongle dadian* do início do século XV envolveu aproximadamente 2 mil autores e tinha mais de 10 mil volumes, tornando caro demais imprimi-la e tão difícil preservá-la (menos de 4 por cento dela sobreviveu). O início do período Qing assistiu à publicação, em 1726, sob patrocínio imperial, de um empreendimento ainda mais grandioso, desta vez impresso, a *Qinding Gujin tushujicheng*, com mais de 750 mil páginas, fazendo dela muito provavelmente o mais longo livro impresso do mundo. O objetivo do empreendimento era reunir o conhecimento tradicional, objetivo ilustrado pelo *Siku Quanshu*, uma seleção de aproximadamente 3 mil e 500 livros que deveriam ser preservados em cópias manuscritas alojadas em sete lugares diferentes. O empreendimento foi levado a efeito entre 1772 e o fim da década de 1780.⁸²

O contraste entre a organização, função e público leitor das enciclopédias chinesas e ocidentais merece destaque. Desde a dinastia Tang, as enciclopédias eram produzidas principalmente para servir às necessidades dos candidatos nos exames que levavam aos postos na burocracia imperial. Os exames assumiam a forma de ensaios, e as obras de

referência consistiam principalmente em citações ordenadas por tópicos, permitindo que os candidatos com boa memória recheassem suas respostas com referências apropriadas aos clássicos da literatura. Já os *Tushu jicheng*, seu patrocínio imperial, juntamente com o pequeno número de cópias impresso, sugerem que eram produzidos essencialmente para auxiliar os mandarins em seu trabalho. O contraste com Chambers, Zedler e a *Enciclopédia* é óbvio. Na Coreia, o controle da impressão pelo governo era ainda mais cabal do que na China, e a produção e venda privada de livros eram às vezes proibidas.⁸³

O significado desse contraste está necessariamente aberto à especulação, mas gostaria de sugerir que pode ser considerado um sintoma ou indicador de diferenças mais agudas entre os dois sistemas de conhecimento, entre o que poderia ser chamado de organização burocrática do conhecimento, na China, e a organização mais empresarial do conhecimento, na Europa, às vezes conhecida como “capitalismo da impressão”.⁸⁴ Voltando aos termos de Gellner (ver p.16), poderíamos dizer que nos primórdios da China moderna, o conhecimento estava ligado à coerção, neste caso mais aos mandarins do que aos soldados, mais à pena (literalmente, o pincel da escrita) do que à espada.

Nos primórdios da Europa moderna, por outro lado, o conhecimento estava ligado cada vez mais intimamente à produção via impressão, e isso levou a um sistema de conhecimento mais aberto. A invenção da prensa tipográfica efetivamente criou um novo grupo social com interesse em tornar público o conhecimento. Isso não quer dizer que a informação se tornou pública apenas por razões econômicas; como o capítulo anterior sugeriu, rivalidades políticas às vezes levavam um governo a revelar os segredos de outro. Ainda assim, o mercado de informações cresceu em importância ao longo do período. Até mesmo o conhecimento “puro” ou acadêmico foi afetado por essa tendência, como vimos.

Observação semelhante foi feita de maneira caracteristicamente viva por Thorstein Veblen ao descrever o “alto saber” de sua época nos Estados Unidos como “prosaico” e “mecânico”, ao estilo dos negócios e tecnologia da época. Tratava-se, dizia, de um “sistema de conhecimento altamente esterilizado e à prova de germes”.⁸⁵ Ao contrário, ele é expressão de uma visão do mundo fundada tanto num sistema econômico quanto num sistema social e político.

VIII - A Aquisição de Conhecimento: a Parte do Leitor

Entrar no palácio do conhecimento pela porta principal requer gasto de tempo e de formas; homens de muita pressa e pouca cerimônia contentam-se com a porta dos fundos.

SWIFT

O conhecimento é de dois tipos. Nós mesmos conhecemos o objeto, ou sabemos onde encontrar informações sobre ele.

JOHNSON

O último capítulo se ocupou da produção de conhecimento por lucro e sua relação com o surgimento da “sociedade de consumo” do século XVIII. É hora de nos voltarmos para os próprios consumidores, para a maneira como adquiriram ou se apropriaram do conhecimento e os usos que para ele encontraram.

No campo do conhecimento, o consumo individual é relativamente bem documentado. Inventários de bens muitas vezes arrolam o conteúdo de bibliotecas, título por título. A prática da publicação por assinaturas discutida no capítulo VII (ver p. 151) levou à publicação de listas de assinantes que deram aos historiadores alguma noção da natureza do público leitor em diferentes lugares e momentos e dos diferentes tipos de livros. É fascinante descobrir, por exemplo, que os assinantes do *Lexikon technicum*, de John Harris (ver p. 155) abrangiam desde Isaac Newton e o estudioso clássico Richard Bentley até um construtor de navios e um relojoeiro, ou que os assinantes da *Enciclopédia*, frequentemente percebida como um empreendimento anticlerical, incluíam número substancial de padres franceses.¹

Listas de assinaturas são também um bom lembrete do problema das limitações ao acesso individual ao conhecimento nessa época. Só uma proporção ínfima da população podia permitir-se assinar uma enciclopédia *in folio* ou mesmo uma revista. Existiam bibliotecas públicas e quase públicas, como vimos (cap. IV, p.66), mas o acesso a elas era restrito, de modo mais óbvio pela localização do indivíduo, os habitantes de Roma e Paris desfrutando de vantagens consideráveis em relação a todos os demais (ver p.67). Jean Barbeyrac, escritor francês de direito, desejava em 1716 estar vivendo em Berlim e não em Lausanne, porque o acesso a bibliotecas era menos restrito na primeira. O historiador inglês Edward Gibbon trabalhou nas bibliotecas públicas de Lausanne e Genebra em 1763 e deplorava a falta de uma biblioteca pública em Londres (foi admitido como leitor no Museu Britânico em 1770, logo depois que este foi inaugurado).²

Além da geografia, também a sociologia das bibliotecas é relevante para a história da aquisição do conhecimento. O acesso às primeiras bibliotecas modernas dependia das atitudes do bibliotecário e de sua equipe. A correspondência dos estudiosos estrangeiros, por exemplo, está repleta de queixas sobre a dificuldade de obter acesso à Marciana em Veneza. Em seu tratado sobre as bibliotecas, Gabriel Naudé observa que só a Bodleian em Oxford, a Ambrosiana em Milão e a Agostiniana em Roma permitiam acesso livre aos estudiosos (sabe-se que a Bodleian foi frequentada por aproximadamente 350 leitores estrangeiros entre 1620 e 1640). O viajante inglês do século XVII Richard Lasseis também observou com satisfação que a Ambrosiana “abre suas portas a todos os que vêm e vão, e permite que leiam todo livro que desejem”, e que, em Roma, a biblioteca da universidade e a dos agostinianos eram “abertas a todos todo dia, com um cavalheiro cortês para lhe entregar qualquer livro solicitado”.

Bibliotecas públicas se multiplicavam no período, assim como o número de usuários e o de livros disponíveis nas estantes. Em 1648, por exemplo, entre 80 e 100 estudiosos frequentavam regularmente a Biblioteca Mazarina em Paris nos dias em que abria. A Hofbibliothek [Biblioteca Imperial] de Viena foi oficialmente aberta para os leitores em 1726, e a Bibliothèque Royale em Paris uma década mais tarde. No final do século XVII havia formulários impressos para a requisição de livros, embora o jornalista Sébastien Mercier se queixasse: “Esse vasto acervo só abre duas vezes por semana e só por duas horas e meia... o público é mal servido, e com um ar desdenhoso.”³

Palestras para um público mais amplo que o dos estudantes universitários eram cada vez mais frequentes em Londres, Paris e outras cidades (ver p. 138-9). Os museus, que em sua maior parte abrigavam coleções privadas, se tornaram gradativamente mais acessíveis no decorrer do período, pelo menos para visitantes das classes mais altas, como testemunham os livros de visitantes que nos restam.⁴

Ainda assim, parece apropriado que este capítulo atente para a aquisição do conhecimento pela via da leitura de livros e periódicos. Os periódicos merecem menção especial porque facilitavam o aprendizado. Como o filósofo italiano Cesare Beccaria certa vez observou — nas páginas da revista *Il Caffè* — os periódicos difundiam o conhecimento mais amplamente que os livros, da mesma forma que os livros o difundiam mais amplamente que os manuscritos. Alguns leitores se sentiam intimidados pelos livros e preferiam não mantê-los em casa. O periódico, porém, era mais amigável. “Apresenta-se como um amigo que só quer soprar uma palavra em seu ouvido”.

Leitura e recepção

Como é óbvio, a aquisição do conhecimento depende não só da possibilidade de acesso a acervos de informação, mas também da inteligência, pressupostos e práticas individuais. A história das maneiras de ouvir e das maneiras de ver não foi estudada em profundidade, mas a história da leitura atraiu bastante atenção nas duas últimas décadas, levando, por exemplo, a uma nova maneira de escrever a história da ciência.⁵

Essa nova abordagem também gerou muitos debates, em particular o debate sobre o surgimento do que é conhecido como “leitura extensiva”, em outras palavras, folhear, passar os olhos, consultar. Um historiador afirma que uma “revolução da leitura” teve lugar na Alemanha em fins do século XVIII, no sentido de uma mudança da leitura intensiva para a leitura extensiva. Outro descreveu uma passagem mais gradativa e mais geral “da leitura intensiva e reverente para um estilo de leitura mais extensivo e independente”, resultado da proliferação, seguida da conseqüente dessacralização do livro. Foi em meados do século XVIII que o dr. Johnson perguntou a um interlocutor com a ênfase costumeira: “Você lê os livros *até o fim*?”⁶

Mas a leitura extensiva não foi uma descoberta nova. Na Roma antiga, o filósofo Sêneca, em sua segunda carta a Lucílio, já aconselhava o discípulo a não folhear os livros, o que comparava a brincar com a comida. Francis Bacon desenvolveu a mesma comparação entre ler e comer em seu ensaio “Dos estudos” ao distinguir três maneiras de usar os livros: “Alguns livros são para provar, outros para engolir, e uns poucos para mastigar e digerir.” O conselho de Bacon sugere que era perfeitamente possível que a mesma pessoa praticasse diferentes estilos de leitura no século XVII, exatamente como muitos de nós fazemos hoje. O prefácio ao dicionário técnico de John Harris afirmava que o livro era “útil para ser lido cuidadosamente, e também para ser consultado ocasionalmente como outros dicionários”.

A leitura intensiva era incentivada nas escolas e universidades, onde grande familiaridade com certos textos de Aristóteles, Cícero, a Bíblia e o Corpus do Direito Romano às vezes era exigida dos estudantes. Para adquiri-la os estudantes podiam praticar a arte clássica da “memória artificial”, fazendo esforços para associar aquilo que quisessem memorizar com imagens vívidas e dramáticas localizadas em “lugares” imaginados, como uma igreja ou um teatro.⁷

Séculos antes de Marcel Proust e seu contemporâneo, o sociólogo Maurice Halbwachs, o poder das associações e a importância da localização para o ato de lembrar eram claramente reconhecidos. Era talvez por essa razão que Sir Robert Cotton rotulava as principais seções de sua biblioteca com os nomes de imperadores romanos, cujos bustos estavam colocados sobre as prateleiras. Joseph Williamson, secretário de Estado de Carlos II, organizava seus papéis de modo semelhante.⁸

Por outro lado, os estudantes podiam tomar notas sobre os textos. O fato de que essa prática ainda persista não significa que devemos imaginar ou supor que ela não mudou. Uma história das anotações, se alguma vez for escrita, seria uma contribuição valiosa para a história intelectual. Essa história poderia incluir notas sobre palestras, algumas das quais nos chegaram dos séculos XVI e XVII, e notas de viagens, às vezes feitas por razões educativas por jovens nobres no Grand Tour.⁹

As anotações podiam ser feitas nos próprios textos, o leitor sublinhando passagens ou escrevendo na margem um título ou as palavras *nota bene*, às vezes simbolizadas pela imagem de um dedo apontado. *Marginalia* desse tipo era às vezes inserida pelos impressores para tornar mais fácil a tarefa dos estudantes. Além disso, as anotações podiam ser feitas em cadernos especiais. Estudiosos bem organizados podiam manter cadernos diferentes para assuntos diferentes, como fazia Montesquieu com suas notas de história, geografia, direito, política, mitologia etc. No século XVIII, se não antes — como procederiam bibliógrafos como Conrad Gesner? — as notas eram tomadas em pedaços de

papel ou fichas, que tinham a vantagem de poderem ser reordenadas em combinações diferentes sempre que necessário. Como os pedaços de papel estavam sujeitos a deterioração, alguns estudiosos preferiam fazer anotações nas costas de cartas de baralho, ancestrais do sistema de fichas tão importante na vida intelectual até a recente chegada do computador pessoal.¹⁰

A prática de tomar notas era ensinada nas escolas no século XVI, quando não antes: talvez seja significativo que a palavra “notas” nesse sentido, como o termo “*digest*” no sentido de sumário, só se registre em inglês no século XVI. Era muitas vezes aconselhada a manutenção do que na época se chamava de “livros de lugares-comuns”, cadernos organizados de forma sistemática, frequentemente em ordem alfabética de “tópicos” ou “lugares-comuns” (*loci communes*, *lieux communs* etc.). Como vimos (p.90), esse era um modo comum de ordenar o conhecimento. Juntamente com os “lugares” da memória artificial, os lugares-comuns ajudavam os escritores a produzir novos textos e os leitores a assimilá-los com o mínimo esforço, fossem estudantes, advogados compondo seus discursos ou pregadores ocupados com seus sermões.

O último grupo, por exemplo, podia se voltar para a coleção de esboços de sermões que já circulava impressa no século XV, apelidada de “Dorme bem” (*Dormi securé*), porque aliviava a ansiedade relativa ao sermão do domingo seguinte; ou para o *Instrumento dos pregadores* (1614), de Francisco Labata, mencionado no capítulo V (ver p. 154); ou ainda para a *Biblioteca dos pregadores* (1712) em oito volumes, de Vincent Houdry. O livro de Houdry, que alcançou 23 volumes na quarta edição, era uma lista alfabética de tópicos para sermões, principalmente tópicos morais como “aflição” ou “ambição”, completa, com referências apropriadas da Bíblia, dos Padres da Igreja, teólogos e pregadores. Sua origem na tradição dos lugares-comuns é revelada pelo hábito do autor de considerar pares de qualidades opostas em conjunto, humildade e orgulho e assim por diante.

Os “lugares” incluíam conceitos abstratos como comparações e oposições, que ajudavam o leitor a organizar a informação e a recuperá-la quando necessário. Como recomendavam escritores como Erasmo e Vives, os tópicos também incluíam qualidades morais como prudência, justiça, coragem e temperança, às vezes em pares com os vícios correspondentes. Sob essas rubricas, os estudantes deviam anotar exemplos notáveis de Homero, Virgílio e outros clássicos, para utilizá-los em argumentos a favor ou contra uma linha de conduta particular. Como os mesmos exemplos muitas vezes se repetiam, a ideia do “lugar-comum” gradativamente mudou do ativo para o passivo, de um esquema para organizar a informação para o que chamamos de clichê verbal.¹¹

A abordagem retórico-moral incorporada nos livros de lugares-comuns e ensinada nas escolas e universidades influenciou os modos de ler nos primórdios da Europa moderna e pode ser utilizada para reconstruir esses modos. Tomemos a história, por exemplo. Inúmeros tratados foram dedicados à arte de ler livros de história. O *Método para a fácil compreensão da história* (1566), de Jean Bodin, com seu capítulo “Sobre a ordem da leitura dos tratados históricos”, é o exemplo mais famoso do gênero. Em seu terceiro capítulo, “Sobre a organização apropriada do material histórico”, Bodin aconselha seus leitores a manterem um livro de lugares-comuns dos exemplos que encontrarem ao lerem sobre o passado, dividindo-os em quatro tipos, “vil, honroso, útil e inútil”.

O estudo da história era em geral justificado por motivos morais. Leitores de Tito Lívio, Tácito ou Guicciardini deviam procurar exemplos morais, bons exemplos a seguir e maus exemplos a evitar. As frequentes reflexões morais oferecidas pelos historiadores antigos e modernos ajudavam os leitores nessa tarefa. A *marginalia* impressa chamava atenção para essas reflexões, que às vezes eram listadas em índice autônomo de máximas ou *gnomologia*. Tudo indica portanto que o público do século XVI lia história de maneira muito diferente da de muitos leitores de hoje, mais ocupado que estava com a moral do que com os fatos, e privilegiando as características gerais de uma situação em detrimento das específicas.

A história era também lida tendo em mente os preceitos da retórica. Os historiadores do século XVI, como os da Grécia e da Roma antigas, davam boa parte de suas explicações na forma de discursos postos na boca de conselheiros, gerais ou embaixadores, e argumentando a favor ou contra determinado curso de ação, ou ainda exortando tropas a lutar. O escritor profissional François de Belleforest, equivalente francês dos *poligraphi* venezianos, publicou em 1573 um livro intitulado *Harangues* [*Arengas*], antologia de discursos tomados de importantes historiadores antigos e modernos, cada discurso precedido de um resumo do argumento e seguido de um relato de seu efeito. Um índice elaborado que incluía máximas e lugares-comuns aumentava o que poderia ser considerado como o valor de referência da obra.

Obras de referência

Se os livros de lugares-comuns incentivavam a leitura intensiva, seu oposto complementar, a leitura extensiva, era estimulada pelo florescimento das obras de referência. Esse gênero ou conjunto de gêneros literários já foi discutido do ponto de vista do produtor (ver p. 169). É hora de relacionar as obras de referência à sua demanda e perguntar o que ofereciam a quem, e como eram usadas.

Uma obra de referência pode ser definida como um livro que não se destina a ser lido “de fio a pavio”, mas a ser “consultado” por alguém que “passa os olhos” ou “se refere” a ele em busca de uma peça específica de informação, um atalho para o conhecimento. O ponto essencial foi cristalinamente apontado por Jonathan Swift, na passagem citada em epígrafe a este capítulo, como a “porta dos fundos” do “palácio do conhecimento”.

É razoável argumentar que, do ponto de vista do leitor, não existe tal coisa como uma obra de referência, dado que qualquer livro, mesmo um romance, pode ser consultado, e qualquer livro, mesmo uma enciclopédia, pode ser lido. Quanto maior o livro, menor a probabilidade de que seja lido do princípio ao fim. Melhor do que pensar num conjunto fixo de objetos é definir as obras de referência pelas práticas dos leitores.

Vejamos o caso do *Livro do cortesão*, de Baldassare Castiglione, por exemplo. É provável que o autor desse diálogo, publicado por primeira vez em 1528, pretendesse explorar um conjunto de questões relativas à educação e à vida na corte mais do que oferecer respostas claras e definitivas. Mesmo assim, a edição original *in folio*, a que falta mesmo a

divisão em capítulos, é uma edição em que era e é difícil encontrar qualquer coisa com rapidez. Mas o livro se tornou um sucesso de vendas que alcançou 125 edições em várias línguas no século que se seguiu à sua publicação. Cópias subsistentes mostram que alguns leitores usavam o livro como fonte de informações sobre bom comportamento ou mesmo de anedotas para contar socialmente. Alguns impressores exploraram essa possibilidade e facilitaram a consulta às informações dividindo o livro em capítulos e fornecendo-lhe um aparato de *marginalia*, índice remissivo detalhado e sumário, transformando-o numa espécie de obra de referência.¹²

Mudanças no formato físico dos livros no período deixam cada vez mais claro que muitos deles se destinavam a outros usos que não a leitura cerrada ou intensa. Índices remissivos e sumários eram cada vez mais frequentes. O termo “sumário” [*table of contents*, em inglês] devia ser tomado literalmente, uma vez que a lista de capítulos poderia ser substituída ou complementada por um resumo na forma de tabelas classificatórias do tipo discutido no capítulo V (ver p.92), tabelas que tornavam possível que o leitor percebesse a estrutura do tratado apenas com uma passada de olhos. O livro *Anatomia da melancolia*, de Robert Burton, por exemplo, usa essa técnica para expor a definição, espécies, causas e sintomas da melancolia. Os sintomas eram divididos em mentais ou físicos, as causas em gerais ou particulares, naturais ou sobrenaturais etc.

Além disso, o uso de colunas paralelas em tabelas cronológicas ajudava o leitor na tarefa de “sincronizar” diferentes sistemas de lidar com o tempo (judaico, cristão, muçulmano etc.), revelando assim “anacronismos”. Em paralelo com o surgimento da estatística (acima, p. 124-5), observa-se o aumento da importância de tabelas de números, seja astronomia, história ou economia política o tema do livro. As tabelas facilitavam as comparações e os contrastes. Diagramas e outras ilustrações, frequentes em muitos tipos de tratados, permitiam que os leitores usassem os livros sem dar muita atenção ao texto. Novas habilidades de leitura ou modos de alfabetização eram requeridos para entender mapas, tabelas de números e assim por diante.

A proliferação dos livros levantou o problema de como comparar diferentes relatos do mesmo fenômeno sem perda de tempo. Uma roda de livros, projetada para sustentar simultaneamente diversos volumes abertos, tornou mais fácil a tarefa de cotejo. Uma roda desse tipo, que remonta ao final do século XVI, está preservada na biblioteca Herzog-August em Wolfenbüttel.

Certos tipos de livro eram organizados de maneira a resistir a tentativas de lê-los do princípio ao fim: dicionários, ou atlas, ou catálogos (de estrelas, plantas ou livros), ou antologias de máximas ou provérbios como o livro pelo qual Erasmo fez sua reputação, os *Adágios*, ou enciclopédias, especialmente se em ordem alfabética.

A ordem alfabética

Como observa d’Alembert em sua apresentação à *Enciclopédia* (ver p. 108), existem basicamente dois métodos para se organizar a informação em enciclopédias (pelo menos no

Ocidente). Em primeiro lugar, o que chamou de “princípio enciclopédico”, em outras palavras, a organização temática, a tradicional árvore do conhecimento. Em segundo lugar, o que chamou de “princípio do dicionário”, em outras palavras, a ordem alfabética dos tópicos.

A ordem alfabética aparecera no século XI, numa enciclopédia bizantina conhecida como “Suidas”. Índices desse tipo eram usados pelos cisterciãos e outros no século XIII.¹³ A famosa biblioteca da abadia de Saint-Victor, em Paris, fora catalogada alfabeticamente no princípio do século XVI, enquanto Erasmo ordenava sua famosa coleção de provérbios, os *Adagia* (1500), da mesma forma. A *Biblioteca* (1545), de Gesner, arrolava os livros em ordem alfabética, e sua *História dos animais* (1551-) listava alfabeticamente os animais. O *Índice* católico dos livros proibidos seguia o mesmo critério.¹⁴ Até museus o seguiam: a coleção reunida pela família Farnese em sua grande casa em Caprarola, por exemplo, era guardada em gavetas ordenadas de A a N.

A ordem alfabética ficou cada vez mais comum no decorrer do século XVII.¹⁵ Thomas James, bibliotecário da Bodleian de Oxford, pretendia que o catálogo da biblioteca, publicado em 1605, fosse organizado em ordem alfabética, embora o fundador, Sir Thomas Bodley, insistisse na tradicional distribuição por disciplinas, e Thomas tenha tido que se contentar com um índice alfabético (a versão de 1620 do catálogo foi estruturada alfabeticamente).¹⁶ Havia títulos como *ABC do mundo inteiro* (1651). A biblioteca do estadista Jean-Baptiste Colbert incluía “tabelas alfabéticas” listando tipos importantes de manuscritos, como mapas e tratados.¹⁷ Exemplos famosos de obras de referência organizadas desse modo incluem o *Teatro da vida humana* (1631), de Laurentius Beyerlinck, reorganização da enciclopédia temática de Zwinger; o *Grande dicionário histórico* (1674), de Louis Moréri, que teve sucessivas edições; e a resposta a Moréri, o *Dicionário crítico e histórico* (1697), de Pierre Bayle. Aparentemente Bayle chegou mesmo a escrever os verbetes em seu dicionário na ordem alfabética.¹⁸ Em meados do século XVIII, Samuel Richardson disponibilizou para seus leitores a mais recente lista das obras de ficção. No final do século, as bibliotecas começavam a catalogar seus acervos em fichas (originadas das costas das cartas de baralho) de modo a permitir a inserção de novos itens na ordem alfabética.¹⁹

Contudo, por óbvio que o critério possa hoje parecer, a ordem alfabética (por oposição à organização por assunto acompanhada de um índice alfabético) só substituiu os sistemas mais antigos de maneira muito lenta. A coletânea de provérbios que Erasmo publicara em ordem alfabética em 1500 foi reeditada, organizada por tópicos, em 1596. A ordem alfabética era ainda bastante incomum em fins do século XVII, a ponto de levar o organizador de uma obra de referência (*Biblioteca oriental*, 1697) sobre o mundo muçulmano, Barthélemy d’Herbelot, a desculpar-se no prefácio, por utilizá-la, declarando que o método “não produz tanta confusão como se poderia imaginar” — mesmo assim, Gibbon se queixava em seu *Decadência e queda do Império Romano* (cap.51) de não poder “digerir” a ordem alfabética do livro de Herbelot. O prefácio da *Enciclopédia britânica* (1771) criticava tanto Chambers quanto a *Enciclopédia* pelo que considerava a “bobagem de tentar transmitir a ciência com os vários termos técnicos dispostos em ordem alfabética”.²⁰

O conflito entre os dois sistemas mostra bem os problemas levantados pela apresentação da história do conhecimento como uma história de progresso. A mudança do sistema temático para o sistema alfabético não é uma mera mudança de menor para maior eficiência. Ela pode refletir uma mudança na visão de mundo (ver p. 108), uma perda da fé na correspondência entre o mundo e a palavra. Também corresponde a uma mudança na maneira de ler.

É bastante claro que as enciclopédias tradicionais apresentadas no capítulo V eram inadequadas para a consulta rápida por leitores à procura de tópicos específicos. A ordem alfabética poupa tempo. No entanto, essa solução para o problema da recuperação da informação, a solução “suida”, como podemos chamá-la, também teve um preço. Harold Innis, teórico canadense da comunicação, queixou-se certa vez de como “as enciclopédias retalham o conhecimento, separando-o em escaninhos alfabéticos”.²¹ Elas ao mesmo tempo exprimem e incentivam a moderna fragmentação do conhecimento. A “confusão” a que se referiu Herbelot era mais do que uma simples incapacidade de adaptação dos leitores aos requisitos do novo sistema.

Afinal, a estruturação tradicional do conhecimento, temático, orgânico ou holístico, tem vantagens grandes e óbvias. Encoraja os leitores “intensivos” a perceber o que d’Alembert chamou de “*l’enchaînement des connaissances*” [o encadeamento dos conhecimentos], em outras palavras, os elos entre diferentes disciplinas ou especialidades, o sistema subjacente a elas. As enciclopédias medievais e renascentistas foram projetadas para serem lidas e não consultadas (embora pudessem, como o volume de Reisch, incluir um índice alfabético).

A arbitrariedade da ordem alfabética poderia ser, e de fato foi, contrabalançada por meio de referências cruzadas a outros verbetes sobre tópicos relacionados. Como observou Leibniz, o sistema tinha a vantagem de apresentar o mesmo material de diferentes pontos de vista. O trabalho envolvido em seguir tais referências, com ou sem um suporte mecânico do tipo da roda de livros de Wolfenbüttel, é um lembrete útil de que a “leitura referenciada” não é, ou não é necessariamente, uma opção fácil. Como o escritor inglês Myles Davis se queixava em 1716, em sua *Atenas britânica*, “nem mesmo um leitor em 100 se dá ao trabalho de ir para trás e para frente, como requerem tais referências”. Contudo, algumas das referências cruzadas na *Encyclopédie* certamente atingiram seus objetivos subversivos sem serem seguidas; era suficiente que um verbe sobre a Eucaristia terminasse com a recomendação “ver canibais”.

Auxílio à pesquisa histórica

Para dar uma visão mais clara sobre os novos recursos que foram se tornando disponíveis para alguém em busca de conhecimento sobre um assunto específico, tomemos o exemplo da própria história. Imaginemos, por exemplo, um estudioso interessado em descobrir a data de um determinado acontecimento, ou alguma informação sobre um indivíduo que viveu há séculos, ou ainda o texto de um documento.

Em 1450, nosso estudioso teria que depender inteiramente de fontes manuscritas. Cem anos mais tarde, poderia consultar algumas obras de referência. Para geografia, por exemplo, podia recorrer à *Cosmografia* (1540), de Sebastian Münster. Para bibliografia, podia ir a Gesner (ver p. 88) ou à lista de escritores eclesiásticos compilada pelo abade alemão Johannes Trithemius e publicada em 1494. Sobre a história de países específicos, podia recorrer à obra dos humanistas italianos exilados Paolo Emili, sobre a França (publicada em 1516-20); Luca Marineo, sobre a Espanha (1533); Polydore Vergil, sobre a Inglaterra (1534); e Antonio Bonfini, sobre a Hungria (1543). Depois de 1550 seria possível consultar as biografias de Giorgio Vasari sobre artistas italianos; depois de 1553, o dicionário histórico compilado pelo estudioso-impressor francês Charles Estienne; e depois de 1566, o *Método* de Bodin, que era, entre outras coisas, um ensaio bibliográfico cobrindo o campo inteiro da história.

Em 1650, a situação era dramaticamente diferente, pois as cartas privadas trocadas entre os estudiosos eram cada vez mais complementadas pelos periódicos e pelas obras de referência especializadas.²² Bodin era complementado pelo *Método de ler histórias* (1623) do *don* de Oxford Degory Wheare e pela bibliografia histórica mais detalhada do pastor protestante alemão Paul Bolduan (1620). Os atlas de Abraham Ortelius (1570), Gerard Mercator (1585-95) e da família Blaeu (1635 em diante) tornaram mais simples localizar as cidades e regiões discutidas nos textos históricos. Tabelas cronológicas e cronologias da história do mundo podiam ser encontradas em inúmeros livros, incluindo os famosos estudos de Joseph Scaliger (1583) e do jesuíta francês Denis Petavius (1627).

Sendo necessária informação sobre indivíduos, era a esta altura possível recorrer, por exemplo, às vidas de alemães famosos, na *Prosopografia* (1565), do suíço Heinrich Pantaleon; ao dicionário de hereges do francês Gabriel du Preau, em ordem alfabética, desde “Adamitas” até Zwinglio; às biografias de artistas holandeses (1603) do pintor Karel van Mander; às vidas dos teólogos, advogados e médicos alemães de Melchior Adam, publicadas na década de 1620. Para problemas de genealogia, poder-se-ia recorrer ao *Teatro das genealogias* (1598), de Henninger. Para fatos e números relativos a países específicos, havia a descrição do mundo de Giovanni Botero, disponível a partir da década de 1590, ou, da década de 1620 em diante, à série de Elsevier, discutida no capítulo VII (ver p. 149). Coleções de documentos incluíam volumes de decretos dos imperadores alemães e de textos de cronistas alemães e boêmios. Obras em línguas estrangeiras podiam ser decodificadas com o auxílio de dicionários. Raras antes de 1550, um século depois essas obras de referência, já indispensáveis, incluíam espanhol-ínglês, italiano-ínglês, francês-ínglês, francês-espanhol, alemão-latim, alemão-polonês, latim-sueco, e muitos dicionários de quatro, sete e até 11 línguas, incluindo o croata, o tcheco e o húngaro.

Em 1750, desde que tivesse acesso a uma biblioteca de porte razoável, nosso estudioso poderia consultar toda uma estante de cronologias rivais, incluindo a do inglês John Marsham e o estudo crítico publicado por um grupo de beneditinos franceses, *Arte de verificar datas* (1750). Atlas agora incluíam a edição em seis volumes de Blaeu (1655), o *Atlas histórico* especializado, de Châtelain (1705) e o *Grande dicionário geográfico e crítico* em 10 volumes (1726-39), de Bruzen de la Martinière. Os dicionários históricos rivais de Moréri (1674) e Bayle (1697) estavam disponíveis em várias edições. Escritores anônimos e os que escreviam sob pseudônimos podiam ser descobertos com a ajuda de inúmeros dicionários, a começar pelo de Placcius em 1674. Dicionários biográficos

incluíam um sobre as vidas dos estudiosos, *Léxico dos sábios* (1715), de Mencke, bem como as volumosas *Memórias de homens ilustres* (1727-45), em 43 volumes, de Pierre Nicéron.

Muitos outros textos de documentos, como tratados, crônicas medievais ou editos dos concílios da Igreja, estavam disponíveis em conjuntos de volumes *in folio*, organizados por estudiosos como o inglês Thomas Rymer (20 volumes), ou os italianos Ludovico Muratori (28 volumes) e o arcebispo Giovanni Domenico Mansi (31 volumes). Formas arcaicas do latim não eram um obstáculo tão grande desde a publicação de um glossário pelo estudioso francês Charles Du Cange (1678). Bibliografias de livros de história agora incluíam a *Bibliografia histórica* em quatro volumes (1685-), de Cornelis de Beughem, e a *Bibliografia histórica selecionada* (1705), de Burkhard Struve, ambas compiladas por estudiosos alemães; e duas produções francesas, *Biblioteca universal dos historiadores* (1707), de Louis-Ellies Du Pin, e *Método do estudo da história* (1713), de Nicolas Lenglet, ensaio na tradição de Bodin. Novos livros de história — e sobre muitos outros assuntos — podiam ser encontrados folheando-se as páginas de revistas cultas como as *Nouvelles de la République des Lettres* e as *Acta Eruditorum* de Leipzig.

Apropriações individuais

É claro que muitas obras de referência se dirigiam a setores particulares do mercado, ao clero, advogados, médicos, mulheres, e assim por diante. No mundo de língua alemã, por exemplo, houve um aumento das enciclopédias destinadas às mulheres.²³

Para reconstruir o modo como os primeiros leitores modernos adquiriam conhecimentos e os utilizavam, são também necessários estudos de casos de indivíduos. É esclarecedor descobrir os livros de referência adquiridos pelos donos de pequenas bibliotecas. Os inventários dos livros deixados por estudantes e professores da Universidade de Cambridge, por exemplo, incluem muitas referências a dicionários (em particular o de Antonius Calepinus) e enciclopédias (sobretudo a de Gregor Reisch).²⁴ Resta o problema mais importante, mas mais difícil, de como as obras de referência eram utilizadas. Filipe II da Espanha foi flagrado no ato de usar o atlas de Ortelius para identificar cidades na França quando preparava a partida da Armada Espanhola em 1588.²⁵ Ao discutir o declínio da população em seu *Restauração política da Espanha* (1619), o teólogo Sancho de Moncada fez repetidas referências à obra de Botero. As práticas de leitura de uns poucos estudiosos conhecidos, como Jean Bodin, John Dee, Gabriel Harvey e Johann Kepler, também foram examinadas em algum detalhe, tendo sido feita uma análise cuidadosa dos diferentes canais pelos quais o patricio de Boston Samuel Sewal obtinha informações em princípios do século XVIII.²⁶

Um caso particularmente bem documentado de um leitor voraz é o do polímata Peiresc. Nicolas-Claude Fabri de Peiresc era um magistrado de interesses intelectuais extremamente amplos. Vivendo na Provença uma geração antes que surgisse o gênero da revista culta, Peiresc dependia de uma rede internacional de amigos para obter notícias da República das Letras, “de pessoas curiosas como nós” (*gens curieux comme nous*) como as chamava. Sua volumosa correspondência, boa parte dela publicada, está repleta de

referências a livros novos, edições dos Padres da Igreja, uma história dos árabes, o último tratado de Galileu, a série de descrições de Elsevier da Polônia e de outros Estados, as antologias de viagens editadas por Richard Hakluyt e Samuel Purchas e, não menos importante, boletins ou noticiosos manuscritos ou impressos de Veneza. Amsterdã, Roma e outras cidades.

Peiresc não aprendia só dos livros. Era também um colecionador entusiasta de objetos como moedas romanas e múmias egípcias, o que nos lembra que o conhecimento podia ser obtido por muitos meios e nos adverte a não dar excessiva ênfase apenas à leitura. Coleções de curiosidades mostram a apropriação do conhecimento com particular clareza. Pode ser portanto útil passar os olhos no acervo de um famoso museu privado do século XVII, mencionado em capítulo anterior (ver p. 100), que abrigava a coleção pertencente a Manfredo Settala, nobre clérigo de Milão. Um catálogo da coleção foi publicado no século XVII. O catálogo obviamente não substitui os objetos em si, mas era, afinal, o meio pelo qual a maioria das pessoas ficava sabendo sobre as coleções, mesmo na época.

Uma gravura do museu de Settala feita na época dá a impressão de uma variedade inesgotável. Crocodilos e peixes pendem do teto, urnas e bustos estão dispostos no chão, e o centro do recinto está repleto de gavetas. O catálogo reforça essa impressão do museu como microcosmo (ver p. 101), contendo espécimes de tudo o que existe no mundo. Também seria possível descrever um museu desse tipo como uma espécie de escola, ensinando o observador sobre o uso de materiais como madeira, metal, cerâmica etc.; e também sobre produtos de diferentes partes do mundo; prata de Potosi, porcelana da China, arcos e flechas do Império Otomano e do Brasil, múmias do Egito, textos chineses e japoneses escritos em ideogramas etc. As referências a livros no catálogo, como o de González de Mendoza sobre a China, ou a doadores, como o arcebispo de Milão (que doou a Settala um vaso japonês), sugerem que o dono pelo menos considerava os objetos em seu contexto histórico e geográfico, além obviamente de vê-los como amostras de diferentes materiais (ver cap. V, 101).

De Montaigne a Montesquieu

Como um capítulo anterior deste livro destacou a importância das principais cidades como Roma e Paris, seria interessante considerar os indivíduos que viviam no campo. No final do século XV, há evidências de fidalgos ingleses do campo que obtinham e trocavam informações históricas.²⁸ O caso de Peiresc acabou de ser mencionado. Para perceber a mudança no período, podemos comparar e contrastar dois viajados cavalheiros franceses com boas bibliotecas e amplos interesses, ambos vivendo no campo, próximo de Bordeaux, mas separados por um século e meio de distância: Montaigne e Montesquieu.

Quando Montaigne se retirou para sua propriedade no campo, assegurou-se de que a torre em que passaria a pensar e escrever estivesse bem provida de livros. Sabe-se que utilizou 271 livros: apenas três de direito, seis de medicina e 16 de teologia, mas quase 100 de história, antiga e moderna.²⁹ Como bom renascentista, Montaigne conhecia bem os clássicos gregos e latinos, e era apreciador em particular das obras morais de Sêneca e de

Plutarco. Tinha interesse na história de sua própria região, e fazia uso considerável dos *Anais da Aquitânia*, do humanista Jean Bouchet. Sobre a história da França, leu as crônicas de Jean Froissart e as memórias do diplomata Philippe de Commines; sobre a Itália, a famosa história de Francesco Guicciardini. Montaigne fazia uso do *Método* de seu contemporâneo Jean Bodin, e também do estudo comparativo do mesmo autor sobre os sistemas políticos, *Seis livros sobre a República*. Seu interesse pelo mundo além da Europa foi alimentado pela história da China do missionário espanhol Juan González de Mendoza e por um punhado de livros sobre as Américas — entre eles o do espanhol Francisco López de Gómara e o do italiano Girolamo Benzoni sobre as conquistas espanholas, e os do cosmógrafo André Thevet e o do missionário Jean de Léry sobre o Brasil.

Sua maneira de ler era — a despeito da originalidade de tantas de suas observações — típica do período em que viveu, pelo menos na medida em que ele procurava exemplos morais. Embora mostrasse desprezo pelo que chamava de “amontoados de lugares-comuns” (*pastissages de lieux communs*), é provável que mantivesse um livro de lugares-comuns e também que anotasse os volumes de que estava de posse. Seu exemplar da vida de Alexandre, de Quintus Curtius, por exemplo, contém anotações à margem sobre tópicos como “carruagens armadas”, “amazonas”, e “palavras de Dario”. Os primeiros ensaios de Montaigne podem ser lidos como ampliação dos extratos tomados de seus autores favoritos e organizados em torno de categorias morais, sendo que a prática de trabalhar com “lugares-comuns” também afetou tanto o título quanto o conteúdo de seus ensaios posteriores.³⁰

Os estudos mais sistemáticos de Montesquieu se baseiam na maior quantidade de livros disponíveis em sua época. A biblioteca de sua casa de campo em La Brède continha aproximadamente 3 mil volumes. Seus cadernos de anotações, a maioria dos quais só conhecida pelos títulos, foram mencionados antes neste capítulo. Um caderno que sobreviveu, *Spicilège* [coleção de textos], revela algo sobre seus modos de obter informações. Inclui lembretes para si mesmo sobre livros a comprar, com referência às coletâneas de relatos de viagens editadas por John Harris e os Churchill. Refere-se também a informações obtidas em conversas, por exemplo com um missionário jesuíta francês que retornara da China.

O caderno mostra Montesquieu lendo obras célebres de história, como a de Nicolau Maquiavel sobre Florença, a de Pietro Giannone sobre Nápoles e a de Gilbert Burnet sobre a Inglaterra, e também recortando passagens de jornais como a *Gazette d'Amsterdam*, especialmente aquelas com informações comerciais como a chegada a Lisboa de navios do Rio de Janeiro com cargas de diamantes. Num caso, as notas são detalhadas, a da famosa descrição de Kaempfer do Japão (ver p.60), e revelam um pouco dos critérios de seleção de Montesquieu, particularmente seu interesse no modo de subsistência japonês, a agricultura do arroz, como explicação de sua população relativamente densa. O caderno, complementado pelas cartas de Montesquieu, mostra sua familiaridade com uma estante de obras de referência, como os dicionários históricos de Moréri e Bayle, a *Cyclopaedia* de Chambers e os dicionários de direito compilados pelo jurista francês Pierre-Jacques Brillouin.³¹

Sem ignorar nem superficializar as idiossincrasias ou a originalidade de Montaigne e de Montesquieu, é possível argumentar que o contraste entre esses vizinhos é, entre outras coisas, um contraste entre as maneiras de ler nos séculos XVI e XVII. A maneira de

Montaigne era intensiva, permitindo-lhe citar passagens de memória (como mostram as pequenas imprecisões), e centrada em exemplos morais. Montesquieu, ao contrário, muitas vezes folheava os livros sem lê-los até o fim, e o fazia com a atenção voltada para os fatos e para as estatísticas.

Aquisição do conhecimento de outras culturas

O que Montaigne e Montesquieu tinham em comum era um vivo interesse por outras culturas, ainda que se baseassem em fontes diferentes. Muitos pensadores europeus importantes dos séculos XVII e XVIII compartilhavam essa curiosidade: na França, Voltaire, Diderot e Rousseau; na Grã-Bretanha, John Locke e Adam Smith; e na Alemanha, Leibniz, que escreveu à eleitora Sophie Charlotte em 1697 que pretendia afixar em sua porta a placa “agência de notícias para a China” de modo que as pessoas soubessem que poderiam recorrer a ele para as novidades mais recentes da área.

Em termos gerais, os europeus educados obtinham seu conhecimento do mundo exterior à Europa de um conjunto relativamente pequeno de livros, conjunto que mudou gradativamente ao longo do período. Em torno de 1600, por exemplo, poder-se-ia, como Montaigne, ler González de Mendoza sobre a China, López de Gómara sobre o México e Jean de Léry sobre o Brasil, complementados pelo relato do jesuíta italiano Matteo Ricci sobre a missão à China e o de seu colega Luis Frois sobre missão semelhante ao Japão. Sobre a África, havia descrições do norte, por Leo, o Africano (Hassam al-Wazzân), muçulmano que fora raptado por piratas e levado para Roma, e do Congo, por Duarte Lopes (disponível em italiano, latim, holandês e inglês). Sobre o Império Otomano, temido por todos, havia uma estante inteira de livros, inclusive o relato de primeira mão da missão feito pelo diplomata flamengo Ogier Ghiselin de Busbecq, disponível em latim, alemão, tcheco, espanhol, francês e inglês.

Em princípios do século XVIII, a informação disponível era muito mais extensa, o que resultou na mudança dos livros citados com maior frequência. Havia menos interesse pelo Império Otomano, uma vez que a ameaça de invasão se reduzira. A China, ao contrário, virara moda, e Montesquieu não era o único a se voltar para os quatro volumes da *Descrição da China* (1735), do jesuíta francês Jean-Baptiste du Halde. Também aumentara o interesse pelo Japão, alimentado pelo detalhado relato de Engelbert Kaempfer, disponível em inglês em 1727 e em francês em 1729. Kaempfer foi lido com atenção não só por Montesquieu, mas também pelo historiador da filosofia alemão Jacob Brucker, por Jean-Jacques Rousseau e por Diderot e outros autores da *Enciclopédia*.³²

Sobre a África, o relato do viajante português Duarte Lopes tinha agora a companhia daquele do missionário jesuíta Jerônimo Lobo sobre a Abissínia, impresso de forma resumida em 1673 (e inspirador da novela *Rasselas*, de Samuel Johnson, um século depois). A partir de 1704, essas narrativas podiam ser complementadas pela do mercador holandês Willem Bosman sobre a Guiné, dividida em costa do ouro, costa dos escravos e costa do marfim. Foi só em meados do século XVIII que começaram a circular informações mais detalhadas sobre o interior da África.³³

A América do Sul também era objeto de interesse crescente. Voltaire tinha 13 livros sobre a região em sua biblioteca, incluindo o relato de Charles-Marie de La Condamine sobre sua missão oficial ao Peru e a descida do Amazonas. A obra de La Condamine era citada com respeito pelo naturalista Buffon, o *philosophe* Holbach e William Robertson, reitor da Universidade de Edimburgo e autor de uma bem-sucedida *História da América* (1777).³⁴

Leitores sem tempo ou inclinação para lerem monografias como essas sempre podiam consultar uma enciclopédia como as de Moréri, Bayle ou a *Encyclopédie*, ainda que essas obras de referência não fossem notáveis por sua confiabilidade no que dizia respeito à Ásia, África e Américas.³⁵

Dado o que foi dito anteriormente sobre sistemas de anotação, talvez seja apropriado resumir o conhecimento dos leitores do período sobre o mundo além da Europa numa série de lugares-comuns sobre escravos, déspotas, bárbaros e canibais. O Império Otomano, por exemplo, evocava a ideia de novos sultões que assassinavam os irmãos na posse, bem como a do harém ou serralho.³⁶ Índia significava filósofos nus (ginosofistas) e devoção a ídolos. Uma palestra na universidade de Caen em 1663 assim descrevia Calicut: “Os habitantes não conhecem o uso do pão, rejeitam a castidade e às vezes trocam as mulheres.”³⁷

Muitos leitores parecem ter dado especial atenção a métodos exóticos de escrita. Textos escritos em árabe, etíope, chinês e japonês eram exibidos nos museus de Settala e Worm. O México era associado ao uso dos pictogramas e “hieróglifos”, o Peru ao uso do *quipu*, sistema mnemônico baseado em nós. Pictogramas mexicanos apareceram impressos por primeira vez em 1625 numa coletânea de narrativas de viagens editada por Samuel Purchas. O estudioso holandês Joannes de Laet usou a edição de Purchas para a apresentação da cultura mexicana em seu *Novo Mundo* (1633). O polímata jesuíta Athanasius Kircher também usou Purchas no capítulo sobre o México em seu ambicioso estudo comparativo dos hieróglifos, *O Édipo egípcio* (1652-54).

Para examinar o conhecimento do leitor ocidental sobre o mundo além da Europa em maior detalhe tomemos os casos do Japão e da China. Em 1500, poucos europeus sabiam da simples existência do Japão, embora as viagens de Marco Polo tivessem sido recentemente impressas pela primeira vez, em tradução latina. Marco Polo mencionava uma grande ilha chamada “Cipangu”, com habitantes de boas maneiras e “ouro em grande abundância”, mas acrescentou pouca informação. As cartas do missionário espanhol Francisco Xavier destacavam o senso japonês de honra, ideia que rapidamente virou lugar-comum. O orientalista Guillaume Postel, por exemplo, em suas *Merveilles* (1553) apresentava *Giapan* como um país que era efetivamente cristão antes da chegada dos missionários. Postel fez uso de informações de “Schiabier”, como o chamava, e também de outras fontes jesuítas, apresentando “Xaca” (em outras palavras, Buda) como Cristo e o imperador como “pontífice soberano”.³⁸

Botero também se baseou em fontes jesuítas ao destacar o senso japonês de honra e gravidade, que comparou ao dos espanhóis; a frequência dos terremotos no país; e o apreço dos japoneses por água misturada com “um pó precioso a que chamam chá”. Com o passar dos anos, o número de lugares-comuns se multiplicava gradativamente. Em 1669, por exemplo, a Royal Society publicou em suas *Philosophical Transactions* “algumas observações relativas ao Japão feitas por uma pessoa engenhosa que viveu muitos anos

naquele país” reduzidas a 20 observações, entre as quais: “eles escrevem de cima para baixo. Seu governo é despótico ... Sua mão esquerda é a mais honorável”. Subsistiam, no entanto, sérias lacunas no conhecimento e, no fim do século XVII, um importante cartógrafo francês, Delisle, ainda discutia se o Japão era ou não uma ilha.

No caso da China, os lugares-comuns eram particularmente numerosos. Incluíam a ideia de que o imperador chinês era um mero testa de ferro; que (como o amigo de Vico, o filósofo Paolo Mattia Doria dissera em sua *Vida civil*, de 1709) os chineses eram um povo avesso à guerra, que se defendia contra os bárbaros permitindo que os conquistassem para, então, subjugar-los; que os chineses faziam uso da escrita antes do Ocidente, com ideogramas em vez do alfabeto; e que tinham inventado a pólvora e talvez também a imprensa. Montaigne afirmou que a imprensa e a pólvora eram mil anos mais antigas na China do que na Europa e a história da imprensa do estudioso-impressor Prosper Marchand (1740) discutiu sua possível difusão do leste para oeste.

O *don* de Oxford Robert Burton, homem lido mas não especialista em estudos orientais, se referiu à China em diversas ocasiões em sua *Anatomia da melancolia* (1620). Burton ficara especialmente impressionado pela posição dos mandarins, os *literati* como os chamava (ver p.36). Também comentou sobre a ausência de mendigos na China; a prática do suicídio por vergonha de não ter sido aprovado nos exames; e o contraste entre a medicina chinesa e a ocidental.

Na China, segundo Burton (com base em Matteo Ricci), “os médicos dão conselhos opostos aos nossos... só utilizam raízes, ervas e símlices em seus remédios e toda sua medicina cabe num compêndio sobre ervas: sem ciência, sem escola, sem arte, sem diploma, mas, como num ofício, cada homem é instruído em privado por seu mestre” livro 2, parte 4, seção 1,5).

Se já não o fossem, as observações de Burton logo se tornariam lugares-comuns e outros foram acrescentados à lista. Na resenha de livro recente sobre a China em 1666 as *Philosophical Transactions* observavam que os chineses “têm grande apreço pela raiz ginseng” e prescrevem o uso do chá como remédio. Ao longo do século XVII, além da medicina, a filosofia chinesa também atraiu atenção e Confúcio era colocado ao lado de Sócrates como exemplo de virtude paga.³⁹

A apropriação de conhecimento exótico naturalmente incluía um processo de domesticação ou estereotipação. Mesmo em “trabalhos de campo”, observadores ocidentais percebiam culturas estranhas em termos de estereótipos. Alguns, como os relativos aos canibais americanos e aos déspotas orientais, exageravam a distância cultural entre a cultura exótica e a do observador. Outros faziam exatamente o contrário. Em Calicut, por exemplo, o navegador português Vasco da Gama entrou num templo indiano e o viu como uma igreja, a combinação de Brahma, Vishnu e Shiva parecendo-lhe uma imagem da Santíssima Trindade. Xavier via “*hidalgos*” e “universidades” no Japão e o imperador japonês lhe parecia um papa. Os jesuítas levaram suas categorias aristotélicas consigo para a China e assim interpretavam os princípios do *yin* e *yang* como “matéria” e “forma”. Os leitores não tinham como criticar esses estereótipos. Seus livros de lugares-comuns frequentemente viravam antologias de preconceitos.

Mesmo assim, não podemos supor que os leitores dos primórdios da Modernidade acreditavam em tudo o que liam sobre o mundo externo à Europa ou sobre qualquer coisa. A confiabilidade do conhecimento estava sujeita a debate — ou, mais precisamente, a inúmeros debates —, o que será discutido no próximo capítulo.

IX - A Confiança e a Desconfiança no Conhecimento: uma Coda

Os antigos céticos, que nunca declarariam ter encontrado uma verdade, mostraram no entanto o melhor caminho para procurá-la... aquele que evita suas disputas frívolas mas... assume para si mesmo a liberdade de investigação esta no único caminho que em qualquer tipo de estudo pode levar ao santuário da verdade.

SELDEN

A confiabilidade do conhecimento não pode ser tomada como certa. Em diferentes culturas e em diferentes períodos, os critérios de confiabilidade variam e mudam.¹ Uma das tendências intelectuais mais importantes nos primórdios da Europa moderna foi a ascensão de diversos tipos de ceticismo em relação à pretensão ao conhecimento. Medir essa tendência é impossível; explicá-la seria presunçoso. O texto que segue, que é óbvia e necessariamente um misto de simplificação e de especulação, deve ser lido com certa dose de ceticismo.

Como passo preliminar, talvez seja útil distinguir entre um “alto” ceticismo geral ou filosófico e um “baixo” ceticismo específico ou prático. Jean Bodin, por exemplo, era crítico do historiador italiano Paolo Giovio no nível prático: “Ele relatou muitas coisas dos impérios dos persas, dos abissínios e dos turcos, mas nem mesmo ele sabia se eram verdadeiras, porque aceitava rumores.” Podemos cotejá-la com a reação de Samuel Johnson ao *Espírito das leis* de Montesquieu, a seu modo abrupto costumeiro, diante de Boswell, durante uma visita a Skye, em 1773: “Quando ele quer sustentar uma opinião exótica, cita a prática do Japão, ou de algum outro país distante, do qual não sabe nada.” A interação entre um “alto” ceticismo filosófico e uma desconfiança mais cotidiana ou prática relativa às pretensões ao conhecimento será um dos principais temas deste capítulo.

O renascer do pirronismo

Num nível mais genérico, havia considerável interesse pelo ceticismo filosófico ou “pirronismo”, assim denominado em referência ao filósofo grego Pirro. As obras de Pirro se perderam, como as de outros céticos, como Caméades. Mas um resumo de suas posições foi apresentado num texto grego posterior, os *Esboços* (*Hypotyposes*) de Sextus Empiricus, afirmando, diante da diversidade de pontos de vista, que se devia suspender o julgamento sobre todas as pretensões ao conhecimento que fossem além das aparências.² O texto de

Sextus Empiricus foi redescoberto na Itália renascentista. Foi publicado na França em 1562 e lá traduzido para o latim em 1569. O texto era conhecido por Montaigne, tendo inspirado seu famoso lema: “Que sais-je?” [“Que sei eu?”], o ponto de interrogação sugerindo que era cético inclusive em relação ao próprio ceticismo. Pierre Charron, discípulo de Montaigne, por outro lado, preferia o “Je ne sais” [“Eu não sei”] dogmaticamente negativo. Em princípios do século XVII havia um grupo de estudiosos franceses, os chamados *libertins érudits* [libertinos eruditos] que achavam essas ideias atraentes.³

Já se disse que o apelo das doutrinas céticas na Europa dos séculos XVI e XVII foi uma reação ao que foi chamado de “crise intelectual da Reforma”, com base em que, nas controvérsias entre católicos e protestantes sobre as crenças religiosas, as Escrituras ou a tradição da Igreja, cada lado teve mais sucesso no ataque a seus oponentes do que na defesa de suas próprias posições.⁴ O argumento é plausível. Como quer que tenha começado, porém, o ceticismo acabou por estender-se para além das questões religiosas.

François La Mothe Le Vayer, escritor francês do século XVII, por exemplo, argumentou que as obras de história não eram confiáveis porque os mesmos acontecimentos pareciam diferentes de diferentes pontos de vista, tanto nacionais como religiosos. O problema, segundo La Mothe, era essencialmente o da parcialidade, a dos espanhóis ou dos católicos, por exemplo, destacando os sucessos e minimizando os fracassos de seu próprio lado. Pierre Bayle concordava, e chegou a afirmar que lia os historiadores modernos para se informar de seus preconceitos e não sobre os fatos. De fato, o problema da parcialidade, interesse ou “viés” era um dos principais problemas discutidos em tratados sobre a escrita da história no século XVII.⁵

Outro problema que mobilizava os estudiosos era o de distinguir entre textos genuínos e textos forjados no passado. As narrativas que circulavam sobre a Guerra de Troia sob os nomes de “Dares” e “Dictys” eram genuínas ou espúrias? Os escritos atribuídos a “Hermes Trimegistos”, que pareciam antecipar doutrinas cristãs, tinham sido produzidos no antigo Egito ou tinham sido escritos depois do nascimento de Cristo? E todos os textos atribuídos aos Padres da Igreja teriam sido realmente escritos por Agostinho, Ambrósio e os demais? E quão confiável era a atribuição dos clássicos gregos e romanos a Platão, Homero, Virgílio, Horácio etc.? Jean Hardouin, jesuíta francês do início do século XVIII era notório por suas dúvidas sobre a autoria da maioria dos clássicos. Suas posições foram em geral rejeitadas como exageros, mas outros estudiosos compartilhavam seu ceticismo sobre a autoria de textos antigos específicos.⁶ Um caso famoso foi o das chamadas “Cartas de Faláris” (governante tirânico da Sicília em tempos remotos), cartas expostas como tendo sido forjadas em 1699 pelo estudioso inglês Richard Bentley. O arquicético Jean Hardouin não estava fora de sintonia com sua época. Os debates sobre a autenticidade incentivaram a produção de muitas obras de referência desmascarando autores anônimos ou alguns que escreviam sob pseudônimos, como o livro *Sobre escritos anônimos* (1674), do estudioso alemão Vincent Placcius.

Se os testemunhos não eram autênticos, o que dizer dos episódios narrados? Os estudiosos começavam a se perguntar se Eneias teria estado um dia na Itália (uma vez que Virgílio estava escrevendo ficção) e se seria possível saber qualquer coisa sobre os primeiros séculos da história de Roma (uma vez que o historiador Tito Lívio escrevera muito mais tarde do que os eventos que narrara).

Outra das arenas em que a pretensão ao conhecimento era debatida foi a da filosofia natural, especialmente no século XVII. Nesse domínio, o ceticismo foi estimulado pela descoberta de um mundo além das aparências — um mundo de átomos, por exemplo — e pelas controvérsias que se seguiram sobre a natureza desse mundo. Nesse contexto, a muito citada frase de John Donne segundo a qual “a nova filosofia põe tudo em dúvida” é particularmente apropriada. Na França, os filósofos naturais Pierre Gassendi e Marin Mersenne, por exemplo, professavam um ceticismo moderado ou “mitigado” relativo à essência das coisas, aceitando um “conhecimento das aparências” (*scientia apparentiae*) baseado na descrição, mas excluindo a explicação.⁷ Em Nápoles, o médico Leonardo di Capoa argumentava contra a certeza do conhecimento médico.

Em Londres, Robert Boyle expressou suas posições através de um personagem chamado “Carnéades” em seu diálogo *O químico cético* (1661). Boyle usava o termo de Montaigne, “ensaio”, para seus escritos precisamente para enfatizar sua qualidade provisória, assim como usava expressões como “não é improvável” para deixar implícito o que chamava de “desconfiança relativa às opiniões pelas quais me inclino”.⁸ Outro Fellow da Royal Society, Joseph Glanvill, publicou um ensaio em defesa de um ceticismo moderado intitulado *A vaidade do dogmatismo*. Em sua discussão sobre “Conhecimento e opinião” em seu *Ensaio sobre o entendimento humano* (1690), John Locke argumentava que “nossas faculdades não são adequadas para penetrar no tecido interno e na essência real dos corpos” (livro 4, cap. 12). A observação de Locke sobre as limitações das faculdades humanas lembra Gassendi, e seu uso do termo “ensaio”, com a implicação de que suas conclusões são apenas provisórias, o coloca, como Beyle e Glanvill, na tradição de Montaigne.

Ceticismo pragmático

Esse movimento dos filósofos foi acompanhado por uma ascensão gradual do ceticismo prático ou pragmático que provavelmente afetou muito mais gente a longo prazo. A autoridade dos antigos, especialmente de Aristóteles, era criticada e também a própria noção de “autoridade” intelectual nas universidades e fora delas. O termo “crítica”, empregado antes para designar o que chamaríamos crítica “textual” ou literária, tornou-se um termo mais geral, positivo e “na moda” em fins do século XVII e princípios do XVIII. Um sinal da mudança foi a abundância do adjetivo “crítica” em títulos de livros, como *História crítica do Velho Testamento* (1678), de Richard Simon, o *Dicionário histórico e crítico* (1697), de Pierre Bayle, a *História crítica das práticas supersticiosas* (1702), de Pierre Lebrun, e *Teatro crítico universal* (1726-), do monge espanhol Benito Feijóo.

O ceticismo pragmático foi incentivado não só pelos debates filosóficos, mas também pela difusão de material impresso, a explosão da informação que foi um dos temas principais deste estudo. A prensa tipográfica punha as afirmações rivais num círculo muito mais amplo do que nunca: Montaigne, por exemplo, leu, como vimos, o pró-espanhóis López de Gómara e o antiespanhóis Benzoni sobre as conquistas espanholas, e o católico André Thevet e o protestante Jean de Léry sobre o Brasil. Em seus *Ensaio*s (livro 3, cap. 7),

observa secamente que, ao ler dois tratados escoceses de teoria política ao mesmo tempo, achou que suas visões da monarquia não podiam ser mais contrárias: “O democrata põe o rei abaixo do carroceiro; o monarquista o põe bem acima de Deus em poder e soberania.”

A consciência do problema de que diferentes “autoridades” se contradizem não era nova: no século XII, o tratado *Sim e não* (*Sic et non*) do filósofo Pedro Abelardo já explorava essas contradições. No entanto, a multiplicidade dos livros provavelmente tornou mais pessoas sabedoras das muitas discrepâncias entre diferentes descrições dos mesmos fenômenos ou diferentes relatos do mesmo evento.⁹

Relatos de viagens estavam sujeitos ao exame crítico de maneira semelhante às narrativas de eventos. À medida que mais viajantes para lugares distantes publicavam o relato do que tinham visto, as contradições entre eles ficavam claras. Alguns viajantes criticavam as imprecisões de outros, como o missionário dominicano João dos Santos criticou a descrição da África de Duarte Lopes, ou até denunciou escritores anteriores como mentirosos que nunca tinham ido aos lugares que declaravam ter conhecido. Alguns relatos de viagens foram denunciados como ficções, das viagens de “Sir John Mandeville”, que Richard Hakluyt deliberadamente excluiu da segunda edição de sua famosa coletânea, à *Descrição histórica e geral de Formosa* (1704), de George Psalmanazar.

Psalmanazar era um francês que foi para a Inglaterra e tentou passar-se por nativo de Formosa. Sua *Descrição* incluía informações sobre relatos anteriores acerca da ilha, mas acrescentava algumas audaciosas invenções próprias, desde a afirmação de que Formosa pertencia ao Japão, até uma descrição do alfabeto local. Antes que sua fraude fosse descoberta, e quando seu livro estava sendo traduzido para o francês e o alemão, Psalmanazar foi convidado a visitar a Royal Society e ceiar com Sir Hans Sloane. Quando Gilbert Burnet, bispo de Salisbury, pediu ao impostor que provasse que era de Formosa, Psalmanazar respondeu perguntando a Burnet como poderia provar que era inglês em Formosa, dado que parecia holandês. De qualquer modo, sua fraude foi exposta por um jesuíta escrevendo em 1705 numa das novas revistas cultas, o *Journal de Trévoux*.¹⁰

Além da detecção de impostores, os críticos dos relatos de viagens cuidavam cada vez mais de observar até que ponto mesmo viajantes genuínos faziam uso ou copiavam textos anteriores em lugar de fazerem suas observações diretamente. Em outras palavras, também aqui havia a tentativa de pesar diferentes testemunhos. O que tornava urgente a crítica dos relatos de viagens era o fato de que a Royal Society e associações semelhantes na Europa dependiam das observações dos viajantes sobre fenômenos naturais em outras partes do mundo. Elas podiam tentar orientar as observações de seus colaboradores compondo e imprimindo questionários, mas restava o problema de avaliar os testemunhos. Em seu estudo dos efeitos do frio, por exemplo, Boyle usou o testemunho de Samuel Collins, médico que visitara a Rússia na década de 1660.

O uso da tradição oral como fonte histórica diminuiu no século XVII, devido às dúvidas crescentes sobre sua confiabilidade aventadas pelos historiadores. O historiador inglês John Aubrey ligava a decadência das “velhas fábulas” sobre fadas ao aumento do material impresso que, segundo ele, “entrou na moda... um pouco antes das guerras civis”.¹¹

Os panfletos e, acima de tudo, os jornais, tinham o mesmo efeito. No século XVI, panfletos rivais, por exemplo, os milhares de panfletos publicados durante a Reforma alemã

ou a revolta holandesa contra a Espanha, demoliam mutuamente os argumentos adversários diante do público. Para usar uma expressão cara ao período, cada lado “desmascarava” as mentiras e os verdadeiros motivos do outro, encorajando assim o leitor a suspeitar de ambos os argumentos, observação semelhante à de Mannheim (ver p. 14) na década de 1930.

Discrepâncias entre diferentes relatos dos mesmos eventos logo depois que aconteciam provavelmente transformaram ainda mais leitores em céticos práticos. Como comentou um inglês em 1569, “temos todo dia várias notícias, e às vezes se contradizem, mas todas são apresentadas como verdadeiras”.¹² O surgimento da gazeta de notícias no século XVII tornou a falta de confiabilidade dos relatos dos “fatos” mais visível para maior número de pessoas do que nunca, pois relatos rivais e discrepantes dos mesmos eventos, por exemplo, batalhas, chegavam ao mesmo tempo às principais cidades e, assim, podiam ser comparados e contrastados. A própria honestidade dos primeiros jornais, em que edições posteriores corrigiam os erros dos relatos apressados em edições anteriores, provavelmente levou muitos leitores a olharem para as notícias com um olho crítico. Historiadores do final do século XVII não raro descartavam o trabalho dos concorrentes comparando-o a “romances” ou “gazetas”, dois termos que eram quase sinônimos nesse contexto.¹³

Os historiadores são notórios por fazer uso excessivo de expressões dramáticas, como “crise” e “revolução”, rebaixando assim seu capital intelectual. Ainda assim, as razões acima referidas sugerem que é razoável falar de uma “crise do conhecimento” na Europa de fins do século XVII, na linha da “crise intelectual da Reforma” citada acima ou da famosa expressão cunhada pelo historiador da cultura Paul Hazard para referir-se ao período entre 1680 e 1715, “a crise da consciência europeia”.¹⁴ Originalmente, “crise” era um termo médico referido ao momento “crítico” de uma doença, em que podia acontecer tanto a recuperação como a morte do paciente. Adaptando o termo, mas tentando ser tão preciso quanto possível, podemos usá-lo para nos referirmos a um período relativamente curto de confusão ou turbulência que leva a uma transição de uma estrutura intelectual para outra.

Houvesse ou não uma crise de consciência ao final do século XVII, havia certamente uma consciência de crise. Filósofos e outros procuravam uma solução para o problema do conhecimento e encontraram duas possibilidades, dois métodos.

O método geométrico

Uma era o método geométrico, associado a René Descartes, que já tinha encontrado a solução para sua própria crise cética por meio dele, como conta em seu *Discurso do método* (1637), deduzindo seu sistema intelectual de um número mínimo de axiomas. Essa solução teve considerável apelo na França e em outros lugares. No prefácio à sua história da Academia Francesa de Ciências, publicada em 1709, Bernard de Fontenelle faz uma memorável defesa dessa solução. “O espírito geométrico”, escreveu, “não está tão ligado à geometria que não possa ser transportado para outros domínios do conhecimento [*à d'autres connaissances*], Um livro sobre a moral, a política ou a crítica, ou mesmo, talvez, sobre a eloquência, seria melhor mantendo-se o resto igual, se sáisse da mão de um geômetra.”

A afirmação de Fontenelle pode parecer exagerada hoje, mas ele não foi o único a acreditar que o método geométrico era aplicável muito além da esfera da matemática. O jansenista Pierre Nicole, por exemplo, escreveu um “ensaio geométrico” sobre a teologia da graça. Em sua *Demonstração do Evangelho* (1679), Pierre-Daniel Huet, bispo de Avranches, tentou estabelecer a verdade do cristianismo como religião histórica com base em axiomas como o seguinte: “Toda obra histórica é verídica se contar o que aconteceu da maneira como os eventos são narrados em muitos livros contemporâneos ou mais ou menos contemporâneos dos eventos narrados”.

O entusiasmo pelo método geométrico não se limitou à França. Spinoza, por exemplo, apresentou sua *Ética* na página de rosto como “demonstrada pelo método geométrico” (*ordine geométrico demonstrata*). Em seu *Ensaio sobre o entendimento humano* (1690), John Locke fez declaração semelhante, incluindo a moralidade ao lado da matemática “entre as ciências capazes de demonstração”. Em suas *Regras da evidência histórica* (1699), John Craig, seguidor de Isaac Newton, discutiu o método histórico na forma de axiomas e teoremas como este: “A confiabilidade das fontes varia de acordo com a distância da fonte em relação ao evento registrado.”

Leibniz era cético em relação à aplicabilidade geral do método geométrico, mas tinha esperança numa espécie de matemática universal que permitisse que os filósofos em desacordo se sentassem e calculassem a verdade. O meio para esse fim seria a concepção de uma “linguagem geral” ou “alfabeto do pensamento” (*alphabetum cognitionum*). A crença em tal língua universal não era incomum no século XVII. Uma das tentativas mais conhecidas foi feita por um bispo inglês que também era Fellow da Royal Society, John Wilkins. Inspirado pela matemática e pelos caracteres usados na escrita chinesa, o *Ensaio rumo aos caracteres reais e à linguagem filosófica* (1668) de Wilkins oferecia um sistema de signos que se referiam diretamente às coisas, não às palavras.¹⁵

O surgimento do empirismo

Ao lado do método geométrico, houve outras tentativas de escapar à crise intelectual. Uma delas, que não atraiu muita atenção na época, embora se tenha tornado famosa mais tarde, foi formulada por Giambattista Vico em sua *Nova ciência* (seção 331). Era o princípio do *verum factum* [*fato verdadeiro*], a “verdade além de toda questão: já que o mundo da sociedade civil foi certamente feito pelos homens e que seus princípios podem ser encontrados por operações de nossa própria mente humana”.

Outra resposta à crise foi o desenvolvimento do método da experimentação, visto como “um meio sistemático de gerar conhecimento natural”, pelo menos em certos domínios.¹⁶ A teoria de Bacon de “pôr a natureza em questão” e a prática de Boyle — sua bomba de ar, por exemplo — eram exemplares nesse particular. O experimento sistemático não foi uma invenção do século XVII. Afinal, um filósofo do século XIII tinha usado bolas de cristal e frascos de água para explicar o arco-íris em termos tanto da reflexão quanto da refração dos raios do sol. O que era novo era a difusão do método experimental e sua crescente aceitação como “prática de produzir conhecimento”.¹⁷

Infelizmente era impossível estudar todo o mundo natural através do experimento, para não falar do mundo social. Um método que funcionava para a física ou a química não podia ser universalizado. A astronomia e a botânica, por exemplo, requeriam outros métodos. Contudo havia sempre indução ou empirismo, um método (ver cap. I, p.23) que poderia ser descrito como uma versão mais fraca ou menos sistemática do experimento, com a vantagem de maior aplicabilidade.

Pode parecer estranho apresentar o empirismo como uma reação ao ceticismo, em outras palavras como uma invenção ou descoberta que teve lugar num período particular. Provavelmente parece evidente que o empirismo ou a indução é um método universal, que a maioria de nós utiliza como o Monsieur Jourdain de Molière falava em prosa, sem sabê-lo. Um ensaio recente sobre a história da verdade sugere que só há quatro razões para aceitar proposições como verdadeiras — sentimento, autoridade, razão e percepção sensorial. Embora as “quatro categorias sempre tenham estado aí”, o equilíbrio entre elas varia entre culturas e entre períodos.¹⁸ No início do período moderno esse equilíbrio se inclinava para uma combinação de razão e percepção sensorial (às vezes direta, às vezes mediada por instrumentos como o telescópio e o microscópio). O que era novo era uma consciência cada vez mais aguda do método, ligada ao uso de instrumentos científicos, à coleta cada vez mais sistemática de fatos particulares e ao surgimento dos manuais práticos — nada nos torna tão conscientes de nossos métodos como ter que descreve-los por escrito.

Voltemos aos altos terrenos da filosofia. A despeito de seu interesse por espécimes de plantas ou sistemas políticos, Aristóteles descartava o conhecimento do particular, afirmando em sua *Analítica posterior* que “o conhecimento depende da percepção do universal”. O particular era o objeto próprio da descrição (*história*), como no caso da *História dos animais* do próprio Aristóteles, sobre cuja base se podem fazer generalizações, mas que não fornece por si mesmo conhecimento verdadeiro. Médicos, de Hipócrates a Galeno, levavam mais a sério o conhecimento do particular, e o termo “empíricos” foi cunhado na Grécia antiga para designar uma escola médica oposta à dos “dogmáticos”. No que diz respeito à epistemologia, porém, os empíricos eram levados menos a sério do que Aristóteles.

A partir do século XVI, por outro lado, começou a ser atribuído maior peso ao conhecimento dos particulares ou detalhes (*cognitio singularium*) em vários domínios intelectuais, da medicina à história, e isso por parte de filósofos como Bacon e Locke. O próprio “empirismo” recebeu esse nome no século XVIII.¹⁹

Os detalhes, como argumentou Carlo Ginzburg em ensaio célebre, passaram a ser levados a sério porque eram “pistas” de alguma coisa maior.²⁰ Há muito os médicos diagnosticavam a doença a partir de “sintomas” aparentemente triviais. No século XVI, alguns filósofos naturais começaram a levar a “história natural” — em outras palavras, a observação e a descrição — mais a sério do que antes.²¹ O botânico italiano Pier Andrea Mattioli, por exemplo, afirmava a importância da observação de primeira mão de *minutiae* [minúcias]. No século XVII, se não antes, os *connoisseurs* — inclusive um médico, Giulio Mancini — declaravam a autenticidade de pinturas a partir de detalhes aparentemente menores.²² A observação cada vez mais precisa e cuidadosa, graças a observatórios, telescópios, microscópios e outros instrumentos, desempenhava papel importante no processamento ou produção do conhecimento do mundo natural — e também do mundo

social, dado o surgimento de tratados sobre a “arte da viagem”, no sentido de uma técnica de observação dos costumes de países estrangeiros.

Se a cura (incluindo a prática dos “empíricos”: ver p.23) era um modelo para a reconstrução de teorias do conhecimento, outro era a atividade prática de fazer justiça nos tribunais. Analogias entre a prática dos advogados e dos historiadores na aferição da confiabilidade de testemunhas se tornaram cada vez mais comuns. Como dizia o provérbio, “os testemunhos devem ser pesados e não contados”, para determinar em que medida são independentes. Essa ponderação incluía uma consideração do que o advogado do século XVIII Sir Geoffrey Gilbert chamava de “crédito ou competência das testemunhas”. O crédito das testemunhas estava ligado a seu status social tanto no caso dos experimentos científicos como diante da justiça, dado que a palavra de um cavalheiro era considerada mais digna de confiança do que a de uma pessoa de status mais baixo.²³

É provável que os advogados tenham aprendido com os filósofos naturais e estes com aqueles, fazendo ambos usos de testemunhos mais especializados. A verificação de pretensos milagres era fundamental no processo de canonização de santos, o que se tornou mais rigoroso no período moderno. A Roma dos “julgamentos” de santidade não estava tão distante da Roma dos Linceus.²⁴ Um cuidado crescente com as evidências também é visível nos processos por bruxaria dos séculos XVII e XVIII, em que os juízes que em princípio não tinham problemas em aceitar a existência de bruxas muitas vezes consideravam que acusações específicas contra certos indivíduos careciam de suficiente comprovação.

O que chamamos de “crítica de texto”, a tentativa de reconstruir um texto original a despeito de sua progressiva corrupção nas mãos de sucessivos copistas, também se desenvolveu nos séculos XVI e XVII. A linguagem dos críticos trai a influência das cortes de justiça. Editores humanistas como Erasmo examinavam manuscritos específicos de um autor particular como “testemunhos” do texto original que tentavam reconstruir.²⁵

A palavra *research* [pesquisa] e seus paralelos em outras línguas (*recherche*, *indagine* etc.) parece tomada de empréstimo de *searches* [buscas] e indagações legais (ver p.48). O termo “evidência” foi ouvido das bocas dos advogados muito antes de ser regularmente usado pelas penas dos filósofos ou historiadores. A palavra “fato” (em latim, *factum*) era usada nos tribunais, em expressões como “questões de fato” (por oposição a “questões de direito”), antes de vir a figurar em tratados sobre o método histórico ou científico.²⁶ Os próprios historiadores e filósofos naturais desse período faziam analogias entre seu trabalho e a prática dos tribunais. Robert Boyle, por exemplo, comparava as testemunhas de experimentos com testemunhas num julgamento por assassinato.²⁷ Alguns historiadores afirmavam escrever com a imparcialidade de juízes, como no caso da *História imparcial da Igreja e das heresias* (1699-1700), de Gottfried Arnold.

Reagindo à afirmação de alguns céticos de que o conhecimento histórico era impossível, os filósofos começaram a dar mais ênfase à probabilidade do que à certeza, e a distinguir entre diferentes “graus de aceitação”, como dizia Locke. Por exemplo, era razoável acreditar que “um homem chamado Júlio César” viveu outrora em Roma, porque essa “questão de fato” foi atestada pelas “afirmações concorrentes de testemunhas insuspeitas” (*Sobre o entendimento humano*, livro 4, cap. 16). Historiadores e advogados seguiram essa linha. Em seu tratado sobre *A lei das evidências* (1759), Sir Geoffrey Gilbert

adotou a ideia de Locke de “graus de aceitação” e discutiu as evidências segundo o que chamava de “escala de probabilidade” (prova, verossimilhança etc.).²⁸

A nota de pé de página

A nova importância atribuída ao particular estava associada a mudanças na prática cotidiana dos estudiosos. Entre os filósofos naturais e os burocratas havia uma crescente confiança nos números, associada a um ideal de conhecimento imparcial ou impessoal (que seria mais tarde designado como “objetividade”).²⁹ Entre os historiadores, o surgimento da indução estava ligada à da nota de pé de página.³⁰ O termo “nota de pé de página” não deve ser tomado literalmente. O importante era a difusão da prática de dar algum tipo de orientação ao leitor de um texto particular sobre aonde ir para encontrar a evidência ou informações adicionais, fosse essa informação dada no próprio texto, à sua margem (“nota lateral”), ao pé (“nota de pé de página” ou “de rodapé”), ao final ou em apêndices especiais de documentos. Em seu *Dicionário*, Pierre Bayle usou tanto notas marginais (com referências) quanto notas de pé de página (incluindo citações e ataques a outros estudiosos). O objetivo principal dessas práticas era facilitar um retorno às “fontes”, seguindo o princípio de que a informação, como a água, era mais pura quanto mais próxima estivesse da fonte. A nota histórica, como a descrição detalhada de um experimento, pretendia permitir que o leitor pudesse repetir a experiência do autor se assim o desejasse.

O retorno às fontes (*ad fontes*) era uma divisa tanto dos humanistas do Renascimento como dos reformadores protestantes, e alguns historiadores do século XVI eram cuidadosos ao referir os manuscritos em que baseavam seus relatos do passado. Como prática comum, contudo, as notas de pé de página datam do século XVII. John Selden, por exemplo, preencheu as margens de sua *História do dízimo* (1618) com referências às fontes, explicando orgulhosamente no prefácio que “os testemunhos foram escolhidos pelo peso, não pela quantidade, e extraídos só dos lugares apontados nas margens, nunca de segunda mão”. Até trabalhos menos eruditos, como *A restauração política da Espanha* (1619), de Sancho de Moncada, citavam regularmente autoridades nas margens, incluindo obras de referência como a geografia mundial de Botero, a Bíblia e os clássicos.

O exemplo de Selden e estudiosos como ele foi seguido de maneira crescente a partir de fins do século XVII. Em seu ensaio sobre a confiabilidade dos historiadores (*De fide histórica*, 1679), o estudioso alemão Johannes Eisenhart sublinha a importância de citar as fontes. Daí em diante, as monografias históricas tornaram um hábito referir-se a “documentos originais” e às vezes insistiam em deixar claro que o faziam. Numa nota no prefácio, Louis Maimbourg orgulhosamente informava aos leitores de sua história da Liga Católica (1684), que fazia referência às fontes, e a *História da França* (1713), de Gabriel Daniel, destacava o valor de suas notas marginais “para mostrar aos leitores as fontes de que derivam as coisas que lhes são ditas” (*les sources d’où l’on a tiré les choses qu’on leur raconte*).

Como teste das mudanças na prática dos estudiosos, podemos utilizar as desculpas de David Hume a um leitor descontente (Horace Walpole) pela falta de “referências à

margem” em sua *História da Inglaterra*. Em carta a Walpole escrita em 1758, Hume diz ter sido “seduzido pelo exemplo de todos os grandes historiadores”, como Maquiavel e Sarpi, sem considerar que a prática de dar as referências “tendo sido introduzida, deveria ser seguida por todo escritor”. Hume era em verdade um tanto antiquado nesse particular, dado que alguns historiadores já citavam suas fontes em princípios do século XVII. O procedimento das notas, ainda seguido em muitos estudos históricos — inclusive este —, se desenvolveu a partir dos debates modernos sobre o problema do conhecimento.

Credulidade, incredulidade e a sociologia do conhecimento

Os debates sobre a probabilidade e a certeza no seio das disciplinas acadêmicas ou entre elas é relativamente fácil de documentar. Menos visíveis são as mudanças no nível prático, para voltar à distinção feita acima. É de fato difícil responder à pergunta de se as pessoas comuns estavam mais ou menos crédulas ao final do século XVII. Uma razão dessa dificuldade é que o significado da “credulidade” varia culturalmente. Apesar disso, a história da palavra pode nos dizer alguma coisa, tomando-se o exemplo do inglês. Episódios semelhantes poderiam ser narrados em termos equivalentes em italiano e francês, e talvez também em outras línguas.

Em inglês, o termo *credulity* (credulidade) originalmente significava *belief* (crença ou convicção). Aos olhos de alguns dos primeiros escritores cristãos, tratava-se de uma virtude. O termo se tornou pejorativo no decorrer do século XVII, quando passou a se referir a pessoas que estavam dispostas a acreditar de maneira muito fácil (ou pouco crítica). Joseph Glanvill, por exemplo, escreveu sobre uma “credulidade infundada”. Até o clérigo conservador Meric Casaubon, em seu tratado *Da credulidade e da incredulidade* (1668), essencialmente um ataque ao ateísmo, tomou cuidado ao rejeitar a credulidade no sentido de crença “desaconselhável”, “precipitada”, “fácil” ou “infundada”. Por contraste, o termo “incredulidade”, originalmente pejorativo, mudou de sentido, de ateísmo para uma forma de descrença mais ampla e mais vaga no que quer que não fosse “crível”. A credulidade e a incredulidade viraram opostos complementares, como em Casaubon, que os chamava de “vícios extremos”, ou na *Melampronea: ou, Discurso sobre a comunidade e o reino das trevas* (1681), de Henry Hallywell, que se mantinha a meio caminho entre a “incredulidade ateia” e a “credulidade excessivamente confiante” ou insensata.³¹

As análises cada vez mais frequentes das causas do erro e dos obstáculos para chegar à verdade podem ser interpretadas ao mesmo tempo como sinal e resultado da crescente preocupação com a epistemologia. Numa famosa passagem de seu *Novum organon* (livro 1, seções 39-44), Francis Bacon distinguia quatro espécies de “ídolos” que perturbam tanto a mente humana que a verdade dificilmente consegue entrar”. Os “ídolos da tribo” se fundam na natureza humana, fazendo do homem a medida de todas as coisas. Os “ídolos da caverna”, ao contrário, são erros individuais. Os “ídolos do teatro” são aqueles que entram nas mentes “a partir dos vários dogmas das filosofias”, que Bacon descartava como “peças teatrais”. A parte mais “sociológica” da análise de Bacon — para utilizar um anacronismo conveniente — é a dos “ídolos do mercado”, “formados pelo intercurso e associação dos

homens entre si”. No século XVIII, Giambattista Vico ofereceu sua própria análise dos ídolos, ou, como ele dizia, a “arrogância” (*boria*), em particular a arrogância das nações, cada uma supondo ter descoberto a civilização, e a arrogância dos eruditos, que acreditavam que suas ideias eram tão antigas quanto o mundo (*Nova ciência*, seções 124-8).

As análises de Bacon e de Vico estão entre as mais originais e perspicazes dos primórdios do período moderno e os historiadores da vida intelectual têm razão em lhes dedicar atenção. Contudo, numa história social do conhecimento é ainda mais importante destacar o surgimento de formas cotidianas de epistemologia histórica na época. A linguagem da “parcialidade” e do “viés” se tornava lugar-comum. As metáforas das “máscaras”, “mantos” ou “véus” eram muitas vezes empregadas em tentativas de detectar disfarces (donde a descrição de Milton do historiador Paolo Sarpi como “O grande desmascarador” do Concílio de Trento). Durante a “crise intelectual da Reforma”, discutida acima, e as guerras religiosas que a ela se seguiram, alguns indivíduos e grupos cétricos afirmavam que o apelo à religião não passava de camuflagem.

Durante as guerras religiosas da segunda metade do século XVI, por exemplo, membros do chamado partido *politique* na França afirmavam que os extremistas, tanto católicos como protestantes, agiam por motivos políticos e não religiosos. Assim, o magistrado francês Jacques-Auguste de Thou escrevia sobre “aqueles que usam a religião para fazer um manto espanhol com que cobrir suas ambições”. De forma semelhante, o historiador monarquista Edward Hyde condenava os opositores de Carlos I na Guerra Civil inglesa em termos quase idênticos: “a religião serviu de manto para ocultar seus desígnios traiçoeiros”.

Olhando para a história humana com certo distanciamento, anticlericais como Thomas Hobbes e James Harrington condenavam o que começava a ser chamado em fins do século XVII de “ofícios sacerdotais”, fossem de católicos ou protestantes, ou egípcios, judeus ou muçulmanos. O tratado anônimo publicado no começo do século XVIII, estigmatizando Moisés, Cristo e Maomé como “os três impostores” que foram capazes de convencer os crédulos de sua relação especial com Deus, é o exemplo mais famoso de uma tendência que continuou durante o Iluminismo e além dele.³²

A explicação de todos esses tipos de erro era em geral dada em termos de “interesses”. “Interesse” é uma palavra que entrou em uso em fins do século XVI, tendo sido empregada cada vez mais frequentemente nos séculos XVII e XVIII para se referir tanto à política quanto à economia, às questões públicas ou privadas, ao interesse dos Estados ou dos indivíduos.³³ Henri de Rohan publicou um livro sobre *Os interesses dos príncipes e dos Estados da cristandade* (1624). A célebre história das *Guerras civis da França* (1630), de Enrico Davila, as explicava já no primeiro parágrafo como conflitos de “interesses privados” ocultos sob “vários pretextos” como a religião. John Selden fazia uma interpretação semelhante da guerra civil inglesa em observação registrada ao dizer que “o mistério mesmo de pretender ver a religião em todas as guerras é que talvez se possa descobrir alguma coisa em que todos os homens tenham interesse. Nisso o cavaliço tem tanto interesse quanto o senhor. Se fosse pela terra, um possui mil acres e o outro apenas um; este não se aventuraria a ir tão longe quanto o outro”.

Uma apresentação mais geral da relação entre interesses e crenças foi dada pelo bispo inglês Edward Stillingfleet, na introdução de sua defesa da cristandade, *Origens do*

sagrado (1662). Em sua própria versão dos ídolos de Bacon, tentando explicar “por que tão poucos dos que pretendem o conhecimento alcançam a verdade”, Stillingfleet discutiu o que chamou de “parcialidade”, “preconceito”, “viés”, os coloridos “espetáculos” da autoridade, costumes e educação, e a “correspondência” entre ideias e “interesses”.

Karl Mannheim estava ciente da relevância das guerras civis dos séculos XVI e XVII e das lutas partidárias da Inglaterra do século XVIII para a sociologia do conhecimento. “Basicamente”, afirmou, “foi na luta política que os homens tomaram por primeira vez conhecimento das motivações coletivas inconscientes que sempre orientaram a direção de seu pensamento... A descoberta das raízes socioambientais do pensamento no princípio, portanto, assumiu a forma de desmascaramento.” Como outras formas de conhecimento, a sociologia do conhecimento também está socialmente situada.³⁴

Outro texto do século XVIII, que Mannheim não discute, nos leva das guerras civis à guerra dos sexos. *Mulher não inferior ao homem* (1739), publicado por “Sofia, uma pessoa de qualidade”, argumentava que a doutrina da inferioridade feminina era um erro a ser explicado em termos do “interesse” ou “parcialidade” masculina. De modo semelhante, o filósofo francês François Poulain de La Barre, em seu *Igualdade dos dois sexos* (1673) atacara os “preconceitos” masculinos que deviam ser explicados por “interesses”. As linhas de continuidade entre a sociologia do conhecimento do século XX e as primeiras atitudes modernas merecem ser lembradas.

Notas

Capítulo I (entre p.11 e 24)

1. Wiener (1948), p. 11, Bell (1976); Böhme e Stehr (1986); Castells (1989); Poster (1990); Stehr (1994); Webster (1995).
2. Machlup (1962, 1980-84); Rubin e Huber (1986).
3. Schiller (1986, 1996).
4. Berger e Luckmann (1966); Mendelsohn (1977); Ziman (1978); Luhmann (1990).
5. Bourdieu (1984); cf. Ginzburg (1996, 1997).
6. Geertz (1975); cf. Veblen (1918).
7. Fleck (1935), p.22; cf. Baldamus (1977).
8. Mannheim (1936); Stark (1960).
9. Merton (1941).
10. Dürkheim e Mauss (1901-2).
11. Worsley (1956); Lukes (1973); Lamo de Espinosa, Gonzalez Garcia e Torres Alberio (1994), p.205-26.
12. Granet (1934); cf. Mills (1940).
13. Burke (1990), p.17-19, 27-30.
14. Veblen (1906, 1918, 1919); cf. Lamo de Espinosa, Gonzalez Garcia e Torres Alberio (1994), p.380-6.
15. Veblen (1918), p.1-2.
16. Mannheim (1927).
17. Mannheim (1925); cf. Scheler (1926).
18. Moore e Tumin (1949); Scott (1991).
19. Foucault (1980), p.112; Shapin (1994).
20. Merton (1938, 1941, 1945, 1957, 1968); Luhmann (1990).
21. Berger e Luckmann (1966); Gurvitch (1966).
22. Lévi-Strauss (1962, 1964).
23. Foucault (1966, 1980).
24. Kuhn (1962).
25. Elias (1982); cf. Wilterdink (1977).
26. Habermas (1962).
27. Bourdieu (1972, 1984, 1989).
28. Geertz (1975, 1979, 1983).
29. Goody (1978); Gellner (1988).
30. Pred (1973); Thrift (1985); Machlup (1962, 1980-4); Schiller (1986, 1996).
31. Law (1986); Woolgar (1988).

32. Barnes (1977); Woolgar (1988).
33. Mannheim (1936), p.46n; Fleck (1935); cf. Baldamus (1977).
34. Mendelsohn (1977); Knorr-Cetina (1981).
35. Pels (1996, 1997).
36. Berger e Luckmann (1966); Bourdieu (1972); Turner (1974).
37. Crane (1972); Latour (1986); Brown (1989); Porter (1993); Alexandrov (1995).
38. Foucault (1961); Shapin (1988); Ophir e Shapin (1991).
39. Elkanah (1981); Crick (1982).
40. Mannheim (1952); Fleck (1935).
41. King (1976); Jardine (1983, 1985); Schiebinger (1989); Phillips (1990); Shteir (1996).
42. Belenky et al. (1986); Haraway (1988); Durán (1991); Alcoffe Potter (1993).
43. Pred (1973); Thrift (1985).
44. Said (1978).
45. Ornstein (1913), p.ix-x; cf. Lux (1991a, 1991b).
46. Ringer (1990,1992).
47. Eisenstein (1979); Giesecke (1991); Eamon (1994).
48. Koselleck (1972); Kenny (1998).
49. Lugli (1983); Impey e Macgregor (1985); Pomian (1987); Findlen (1989, 1994).
50. Rossi (1962), p.15; cf. Roche (1981), parte 3; Böhme (1984); Worsley (1997).
51. Berger e Luckmann (1966), p.26.
52. Gurvitch (1966).
53. Figueiredo (1984); Bayly (1996); Grove (1996); Mundy (1996); Edney (1997), p.68, 76, 81, 98,125.
54. Roche (1981).
55. Potter (1993).
56. Ballester (1977, 1993); Huisman (1989).
57. Burke (1998c), p.34, 175.
58. Zilsel (1941); Panofsky (1953); Hall (1962); Rossi (1962); Eisenstein (1979).
59. Albertini (1955); Gilbert (1965).
60. Proust (1962), p. 177-232; Wilson (1972), p.136.

Capítulo II (entre p.25 e 36)

1. Mannheim (1936), p.137-8.
2. Pipes (1960); Charle (1990).
3. Le Goff (1957).
4. Walzer (1965).
5. Solt (1956).

6. Gellner (1988), p.70-1, 79.
7. Goldgar (1995); Bots e Waquet (1997); Burke (1999a).
8. Znaniecki (1940).
9. King (1976); Jardine (1983, 1985).
10. Schiebinger (1989); Goodman (1994); Shteir (1996).
11. Bouwsma (1973).
12. Le Goff (1957); cf. Murria (1978), p.227-33. 263-5, Brocchieri (1987), Verger (1997).
13. Kristeller (1955); Dionisotti (1967); Romano e Tenenti (1967); Burke (1986).
14. Benzoni (1978), p.159ss.
15. Schottenloher (1935).
16. Elias (1939), p.1, 73.
17. Burke (1988); Prosperi (1981).
18. Curtis (1962); cf. Chartier (1982), p.Roche (1982).
19. Nigro (1991).
20. Stehr (1992).
21. Viala (1985).
22. Viala (1985), p.247.
23. Viala (1985), p.270-80; Vandermeersch (1996), p.223-4, 246-8.
24. Hall (1965); Rochot (1966); Solomon (1972); Webster (1975); Revel (1996).
25. Kelley (1971, 1980).
26. Goldie (1987).
27. Hill (1972); Webster (1975), p.250-64.
28. Houghton (1942); Kenny (1998).
29. Hahn (1971, 1975); McClellan (1985), p.xxiv-xxv, 233-51.
30. Clarke (1966); Rosa (1994).
31. Burke (1992).
32. Ringer (1969).
33. Citado por Dülmen (1978), p.257.
34. Morgan (1929); Gardair (1984); Lae-ven (1986).
35. Labrousse (1963-4, 1983); Bost (1994).
36. Haase (1959), p.404-17; Labrousse (1963-4); Yardeni (1973, 1985); Martens (1974); Gibbs (1975); Bost (1994), p.232-9.
37. Beljame (1881).
38. Darnton (1982); Masseur (1994).
39. Repp (1972; 1986); Fleischer (1986); Zilfi (1988).
40. Itzkowitz (1972).
41. Messick (1993); Robinson (1993).
42. Marsh (1961); Miyazaki (1963); Cha-fee (1985).
43. Teng (1942-3).

Capítulo III (entre p.37 e 53)

1. Schumpeter (1942).
2. Lemaine et al. (1976), p 8-9.
3. Pareto (1916), seção 2.233.
4. Bourdieu (1989); Elias (1982).
5. Le Goff (1957), p.80ss; Ridder-Symoens (1992, 1996).
6. Ridder-Symoens (1992); Verger (1997).
7. Innis (1950).
8. Stock (1983).
9. McClellan (1985).
10. Webster (1975).
11. Field (1988); Hankins (1991).
12. Garin (1961); cf. Goldstein (1965).
13. Stevenson (1927); Pulido Rubio (1950), p.65, 68, 255-90; Goodman (1988), p.72-81.
14. Yates (1947); Sealy (1981); Hankins (1990).
15. Burke (1983).
16. Grossmann (1975).
17. Codina Mir (1968), p. 18-49.
18. Bentley (1983), p.70-111.
19. Lunsingh Scheurleer e Posthumus Meyes (1975); Wansink (1975).
20. Fletcher (1981); Giard (1983-5); Rüegg (1992), p.456-9; Pedersen (1996).
21. Shapin (1996).
22. Hall (1962); Rossi (1962).
23. Ruestow (1973), esp. p 1-13.
24. Ornstein (1913), p.257; cf. Brown (1934); Middleton (1971).
25. Hill (1965); Webster (1975), p. 185-202.
26. Ruestow (1973); Tyacke (1978); Feingold (1984, 1989, 1991, 1997); Brockliss (1987); Lux (1991a, 1991b); Porter (1996).
27. Cohen (1989).
28. Impey e Macgregor (1985); Pomian (1987); Findlen (1994).
29. Evans (1973), p.196-242; Moran (1991), p.169ss; Smith (1994), p.56-92.
30. Biagioli (1993); Stroup (1990), esp. p. 108.
31. Hill (1965), p.37-61; Mazauric (1997); Ames-Lewis (1999).
32. Picard (1943); Loungee (1976); Viala (1985), p.132-7.
33. Knowles (1958, 1959).
34. Hunter (1989), p.1-14.
35. Parker (1914).
36. Hunter (1989), p.1, 188, 261, 264-5; Stroup (1990), p.51; Christianson (2000).
37. Hahn (1975); Gillispie (1980); McClellan (1985); Lux (1991).

38. Voss (1972), p.220-9; Gasnault (1976); Hammermeyer (1976); Ziegler (1981).
39. Voss (1972), p.230-3; Roche (1976, 1978); Voss (1980).
40. Klaitis (1971); Keens-Soper (1972); Voss (1979).
41. Im Hoff (1982; 1994, 105-54); Dülmen (1986).
42. Goodman (1994), p.53, 73-89; Im Hoff (1994), p.113-17.
43. Habermas (1962); Stewart (1992); Johns (1998), p.553-6.
44. Calculado a partir de Sgard (1991).
45. Julia (1986), p.194.
46. Pedersen e Makdisi (1979); Makdisi (1981).
47. Berkey (1992),p.20, 30; Chamberlain (1994).
48. Curtis (1959); Stichweh (1991),p.56.
49. Berkey (1992), p.30; Chamberlain (1994), p.141.
50. Repp (1972; 1986, 27-72); Fleischer (1986); Zilfi (1988).
51. Huff (1993), p.71-83, 151-60, 170-86.
52. Eisenstein (1979).
53. Gillispie (1980), p.75; Lux (1991a), p.194.
54. Kuhn (1962); Shapin (1982); Elias (1982), p.50.

Capítulo IV (entre p.54 e 77)

1. Cipolla (1972); Schilling (1983).
2. Koeman (1970).
3. Duyvendak (1936).
4. Thrift(1985); Thrift, Driver e Livingstone (1995); cf. Livingstone (1995), Harris (1998, 1999) e Jacob (1999).
5. Hess (1974); Soucek (1992), p.269.
6. Heckscher (1958); Foucault (1961); Habermas (1962); Hannaway (1986); Shapin (1988) etc.
7. Aubert et al. (1976), p.80; Hulshoff Pol (1975).
8. Webster (1975), p. 193-4.
9. Harris (1996); Miller (1996).
10. Webster (1975), p.552.
11. Basalla (1987); Macleod (1987).
12. Schaffer (1996).
13. Fumaroli (1988); Bots e Waquet (1997).
14. Fiering (1976); Losman (1983), p. 195-8; Akerman (1991).
15. Richter (1946), p.44; Vucinich (1963); Sazonova (1996).
16. Anderson (1978).
17. Livingstone (1995); Withers (1998).

18. Lach (1965).
19. Boxer (1936), esp. p.58-66; Keene (1952); Goodman (1967), p.18-24, 32-42.
20. Lach e Kley (1993), p.1855.
21. Bustamante García (1997); Brentjes (1999).
22. Boxer (1948).
23. Stevenson (1927); Pulido Rubio (1950), p.65, 68, (155-90); Lamb (1969, 1976); Goodman (1988), p.78-81.
24. Brown (1978), p.21-43.
25. Sardella (1948).
26. Doria (1986); Burke (2000a).
27. Ambrosini (1982); Caracciolo Aricò (1990).
28. Barbour (1950), p.74-84.
29. Smith (1984), p.987.
30. Burke (2001).
31. Chabod (1934); Albónico (1992); John Headley está preparando um estudo sobre Botero a partir dessa perspectiva.
32. Rochot (1966); Solomon (1972), p.60-99; Mazaauric (1997).
33. Hall (1965, 1975); Hunter (1989).
34. Webster (1975), p.51-7, 125.
35. Burke (1985).
36. Evans (1973).
37. Isaievych (1993).
38. Brading (1991), p.366, 382; Burke (1995a).
39. Kany (1932), p.62-4.
40. Solomon (1972), p.21-59.
41. Solomon (1972), p.217-18.
42. George (1926-29); Webster (1975), p.67-77.
43. Grove (1991); Edney (1997), p.297.
44. Latour (1983); cf. Jacob (1996), p.Miller (1996).
45. Jacob (1999), p.36-7.
46. Schöffler (1936), p. 113.
47. Bowen (1981), p.77-90.
48. Burke (1999b).
49. Martin (1996); Ettinghausen (1984), p.5.
50. Raven (1993), p. 14.
51. Boxer (1963); Figueiredo (1984); Grove (1996).
52. Grove (1996); Bustamante García (1997).
53. Karamustafa (1992), p.218.
54. Yee (1994b), p.170, 174-5.
55. Unno (1994), fig. 11.22, p.434.

Capítulo V (entre p.78 e 108)

1. Durkheim (1912), p.28; cf. Worsley (1956).
2. Granet (1934); Lévi-Strauss (1962, 1964).
3. Foucault (1966), p.54-5; cf. Elkanah (1981) e Crick (1982); Zhang (1998), p. 19-24.
4. Kelley e Popkin (1991); Daston (1992); Zedelmaier (1992); Kusuka-wa (1996); Kelley (1997).
5. Foucault (1966); Olmi (1992); Koerner (1996).
6. Ackerman (1949).
7. Principe (1992); Eamon (1994).
8. Hill (1972), p.269-76; Dooley (1999), p.83.
9. Yates (1979); Stollers (1980); Eamon (1994).
10. Blumenberg (1966). Ginzburg (1976); Kenny (1998).
11. Feldhay (1995), p.207.
12. Kristeller (1951-2), p.175; Rossi (1962).
13. Schmidt-Biggemann (1983), p.xi-ii-xiv, 141-54; Waquet (1993b); Serjeantson (1999).
14. Burke (1995b).
15. Salmond (1982); Becher (1989).
16. Rossi (1960), p.47, 51-61; Ladner (1979); Tega (1984); Serrai (1988-92), vol.2, p. 120-31.
17. Gilbert (1960), p.214-20; Zedelmaier (1992), p.125.
18. Wood (1993).
19. Zedelmaier (1992). p. 112ss.
20. Kelley (1997), p.ix.
21. Stichweh (1991); cf. Lenoir (1997).
22. Feingold (1984), p. 17.
23. Costello (1958); Brockliss (1996).
24. Grant (1996), p.42-9.
25. Rosenthal (1970).
26. Bouza (1988); Chartier (1992); Zedelmaier (1992), p.112.
27. Besterman (1935); Pollard e Ehrman (1965); Serrai (1988-92); McKittrick (1992).
28. Serrai (1990; 1988-92, vol.2, 211-571); Zedelmaier (1992), p.3-153.
29. Drège (1991); Guy (1987).
30. Chamberlain (1994), p. 161.
31. Wells (1966); Dierse (1977); Kafker (1981); Eybl et al. (1995).
32. Curtius (1948), p.302-47; Gellrich (1985).
33. Dierse (1977), p.11ss.; Schmidt-Biggemann (1983), p.34-5.
34. Teng e Biggerstaff (1936), p.110.
35. Schmidt Biggemann (1983), p.8-15.
36. Gilbert (1960), p. 125-8; Schmidt-Biggemann (1983), p. 19-21; Moss (1996), p.119-30.
37. Schmidt-Biggemann (1983), p.59-66; Yeo (1991,1996); Blair (1992); Goyet (1996), p.441-3; Blair (1997), p.46-8.

38. Lemaine et al. (1976); Giard (1991).
39. Flint (1904); Rossi (1960); Schulte-Albert (1971).
40. Ong (1958); Gilbert (1960), p.129-44.
41. Rossi (1960), p.179-84, 239; Schmidt-Biggemann (1983), p. 100-39.
42. Kusukawa (1996), esp. p.51-2.
43. Lemaine et al. (1976), p.1-23.
44. Reiss (1997), p.135-54.
45. Hammerstein (1972), p.216ss; Voss (1979).
46. Dainville (1940); Brockliss (1987), p.156.
47. Baker (1935); Broc (1975, 1980); Cormack (1997), p.14-15, 27-30; Jacob (1999).
48. Brockliss (1987), p.393-4; Mandosio (1993).
49. Hannaway (1975); Meinel (1988).
50. Stolleis (1983); Seifert (1980, 1983); Smith (1994), p.69.
51. Hammerstein (1972), p.62ss.
52. Méier (1966), p.214; Larrère (1992); Stichweh (1991), p.4.
53. Meinel (1988); Lowood (1990).
54. Lieshout (1994), p.134.
55. Zedelmaier (1992), p.19n.
56. Stegmann (1988); Chartier (1992).
57. Blum (1963); Stenzel (1993); Revel (1996); Nelles (1997).
58. Petrucci (1995), p.350-1.
59. Schulte-Albert (1971); Palumbo (1993a, 1993b).
60. Pomian (1987), p.121.
61. Pomian (1987), p.49-53.
62. Olmi (1992), p.195ss., 274n, 285.
63. Olmi (1992); Haskell (1993), p. 131-5; Cropper e Demsey (1996), p.110-13.
64. Findlen (1994), p.3, 50; cf. Lugli (1983); Impey e Macgregor (1985); Pomian (1987).
65. Yeo (1991).
66. Briggs (1991), p.40, 65.
67. Thorndike (1951); Rossi (1962), p.68-102.
68. Jacob (1992), p.88, 112.
69. Webster (1975), p.100-245.
70. Venturi (1959).
71. Dieckmann (1961); Gandt (1994); Malherbe (1994), esp. p.29-31.
72. Darnton (1984).

Capítulo VI (entre p.109 e 135)

1. Deutsch (1953).
2. Carter (1964); Agrell e Huldts (1983); Bély (1990); Marshall (1994); Preto (1994).
3. Glass (1973); Herlihy e Klapisch (1978); Rassem e Stagl (1980); Buck (1977, 1982).
4. Bayly (1996); Cohn (1996); Mundy (1996); Edney (1997); Drayton (1998).
5. Siebert (1965); Santschi (1978); Duke e Tamse (1987); Roche (1989); Myers e Harris (1992).
6. Cormack (1997).
7. Cohn (1996), p.16, 53; Bayly (1996), p.56-96, 315-37; Pinch (1999), esp. p.394-5.
8. Giddens (1985), p. 178.
9. Clanchy (1979), p.19.
10. Weber (1920), vol. 1, p.339.
11. Nigro (1991).
12. Parker (1998), p.48.
13. Kelly (1994).
14. Boulding (1966); Innes (1987).
15. Barkan (1958); Hucker (1968); Metzger (1973); Thiel-Horstmann (1980); Bayly (1996), p.10-55.
16. Soucek (1992); Unno (1994); Yee (1994a).
17. Clanchy (1979), p.215; Stock (1983), p.37.
18. Partner (1980, 1990); Prodi (1982).
19. Burke (1979); Mazzone e Turchini (1985).
20. Strauss (1975); Johansson (1977).
21. Ollard e Walker (1929-31); Jukes (1957).
22. Henningsen e Tedeschi (1986).
23. Mattingly (1955), p.109-14; Queller (1973); Toscani (1980).
24. Mattingly (1955), p.244-6, 259-61; Preto (1994), p.90, 133-4.
25. Burke (1998a), p. 103.
26. Carter (1964), esp. p.6, 123; Echevarria Bacigalupe (1984); Marshall (1994), p. 134-5, 247.
27. Bely (1990).
28. Mirot (1924).
29. Said (1978).
30. Goodman (1988), p.50-87.
31. Hooek (1980); Meyer (1981), p.222.
32. Burke (1999b).
33. Burke (2000b).
34. Burke (1979).
35. Bustamante García (1997).
36. Cline (1964); Goodman (1988), p.65-72; Mundi (1996).
37. Davids (1995), p.338.

38. Golder (1922), p.6-8; Anderson (1978), p. 128-36; Shaw (1996).
39. Koerner (1996).
40. Reinhartz 1994).
41. Boxer (1957); Burke (2000b).
42. Boutier, Dewerpe e Nordman (1984); Wolff (1994), p.130-4.
43. Cline (1964), p.344; Bouza (1992), p.90-100; Parker (1998), p.59-65.
44. Meyer (1981), p.105.
45. Venard (1985), p.37.
46. Cipolla (1976), p.25, Burke (1987), p. 126; Bely (1990), p 610ss, 621, 624, 652.
47. Raeff (1983), p.225-8; Le Donne (1984), p.125-8.
48. Blum (1969); Elliot (1986), p.316.
49. Preto (1994), p,168ss; Elton (1972), p.331.
50. Cobb (1970); Williams (1979), p.104-11.
51. Buisseret (1992); Biggs (1999).
52. Goodman (1988), p.65-6; Parker (1992).
53. Alvar Esquerria (1993).
54. Hahn (1971), p.2; Konvitz (1987); Buisseret (1992).
55. Pelletier (1990).
56. Bely (1990), p.461.
57. Anderson (1978), p. 131-6.
58. Seymour (1980), p.4, 15, 45; Edney (1997).
59. Lander (1969), p.166
60. Buck (1982); Johannisson (1990), p.351.
61. Glass (1973); Pearson (1978).
62. Burckhardt (1860). Goldthwaite (1972).
63. Herlihy e Klapisch (1978).
64. Letwin (1963); Glass (1973); Holmes (1977).
65. Innes (1987); Brewer (1989).
66. Buck (1977, 1982); Rassem e Stagl (1994), p.289-91.
67. Grove (1996), p.155.
68. King (1949), p.185-7. Meyer (1981).
69. Esmonin (1964), p 113-30; Roth-krug (1965), p.107n, 284-6; Rassem e Stagl (1994), p.342-5.
70. Nordenmark (1939), p.232-69; Con-fino (1962), p.160-4; Reichmann (1968); Glass (1973); Rassem e Stagl (1980), p. 18; Klueting (1986).
71. Burke (1987); Glass (1973), p.19.
72. Bautier (1968).
73. Clanchy (1979), p 138ss; Guénée (1980), p.91-100; Werham (1956), p.13.
74. Ranum (1963); Bautier (1968); D'Addario (1990); Parker (1997), p.28-9.
75. Marini (1825); Gasparolo (1887).
76. Ballesteros Beretta (1941); Cline (1964); Parker (1998), p.66.

77. Boislisle (1874), p.iii; Baschet (1875), p.26-9, 37, 93-103; Church (1972); Pomian (1972); Kolmar (1979); Saunders (1991).
78. King (1949), p.147-53.
79. Baschet (1875), p.175-6.
80. Prosperi (1997).
81. Pardo Tomás (1991), p.298; Infelise (1999b), p.55.
82. Santschi (1978).
83. Davids (1995).
84. Siebert (1965); Sutherland (1986), p.25.
85. Martin (1969); Phillips (1997); Birn (1983,1989).
86. Lach (1965), p. 151-3; Teixeira da Mota (1976).
87. Buisseret (1992), p.106.
88. Cortesão (1944), p.lxv-lxviii; Lach (1965), p.151-4.
89. Preto (1994), p.433.
90. Buisseret (1992), p.111.
91. Kahn (1967), p. 106-81.
92. Dooley (1999), p.82-6, 117, 127.
93. Dooley (1999), p.32.
94. Bély (1990), p.328-9, 460.
95. Thomas (1971), p.156.
96. Fogel (1989).
97. Dahl (1951), p.36.
98. Marshall (1994), p.28-30.
99. Moureau (1995).
100. Koran (1874); Kahn (1967), p.106-81; Oakley (1968); Marshall (1994), p.85-95.
101. Morel-Fatio (1913), p.152.
102. Dooley (1999), p.32.
103. Baschet (1870), p.348-52; Tucci (1990), p.99-107, esp. 100; Preto (1994), p.66.
104. Heath (1983); Balsamo (1995).
105. Prosperi (1996), p.162.

Capítulo VII (entre p.136 e 158)

1. Stigler (1961); Machlup (1962); Arrow (1965); Boulding (1966).
2. Bell (1976); Machlup (1980-84); Rubin e Huber (1986); Fuller (1992) etc.
3. Schiller (1996).
4. Lindey (1952); Hathaway (1989).
5. Post (1932); Post, Giocarini e Kay (1955).

6. Burckhardt (1860); Nisard (1860), esp. vol.2, p.12ss; Zilsel (1926); Mannheim (1929); Innis (1950); Viala (1985), p.94-103; Chartier (1992).
7. Eamon (1994), p.110, 384; cf. Tennant (1996).
8. Merton (1957); Iliffe (1992); Findlen (1994), p.324-5.
9. Confino (1962), p.158-9.
10. Walker (1973); Porter (1989); Money (1993); Lawrence (1996), p. 163, 167-9.
11. Landes (1998), p.276-91.
12. Eamon (1994), p.75, 81.
13. Eamon (1994), p.88-9.
14. Gerulaitis (1976), p.35-6; Landau e Parshall (1994), p.362.
15. Schottenloher (1933); Armstrong (1990); Feather (1994); Tennant (1996); Johns (1998), p.326-79.
16. Rowen (1987); Bély (1990), p.230ss.
17. Cobb (1970); Tucci (1990); Infelise (1997, 1999a); Dooley (1999), p.9.
18. Webster (1975), p.388-96.
19. Harris (1985); cf. Cipolla (1972).
20. Zacharias (1960); Robinson (1975); Lindquist (1984), p.95-178; Harris (1985, 1992, 1996a, 1996b); Davids (1995).
21. Geertz (1979).
22. Bec (1967); Heers (1976).
23. Doria (1986).
24. Yazaki (1968), p.235.
25. Basset (1960), p.225.
26. Goody (1996), p. 116.
27. Steensgaard (1982), p.238.
28. Koeman (1970); Schilder (1976), p.62-3; Smith (1984), p.994.
29. Smith (1984), p. 1001-3.
30. Poelhekke (1960); Smith (1984), p.996; Rowen (1987).
31. Israel (1990b).
32. Barbour (1950); Reinhartz (1987); Israel (1990a).
33. Barbour (1928-9); Dawson (1932).
34. Morineau (1985), p.42-55; Popkin (1990), p.205; Sgard (1991).
35. Harmsen (1994), p.164.
36. Balsamo (1973).
37. Darnton (1979).
38. Richardson (1994).
39. Dahl (1939); Sutherland (1986).
40. Walker (1973).
41. Raven (1993).
42. Richardson (1999), p.42, 69.
43. Richardson (1999), p.133.

44. Davis (1983).
45. Lucas (1989).
46. Gardair (1984), p.10.
47. Koeman (1970).
48. Hofijzer (1987).
49. Verner (1978).
50. Dahl (1939); Davies (1952); Gibbs (1971); Bots (1983); Berk-vens-Stevelmck et al. (1992).
51. Shaw (1996), p.164.
52. Davies (1952); Davies (1954), p.61ss; Kley (1971), p.31.
53. Darnton (1982).
54. McKenzie (1992); Raven (1992).
55. Barber (1981).
56. Cochrane (1964).
57. Cochrane 1964), p.22-3, 40-5; cf. Sher (1997)
58. Rogers (1972).
59. Darnton (1979), p.131-76; Feather (1994); Johns (1998).
60. Clapp (1931, 1933).
61. Wallis (1974), p.273.
62. Lankhorst (1990); Waquet (1993a).
63. Wallis (1974); Darnton (1979), p.254-63, 287-94; Pedley (1979); Pelletier (1990), p.117-26.
64. Martin (1957); Martin e Chartier (1983-4), vol.2, p.30-3
65. Seguin (1964); Infelise (1997); Dooley (1999), p.9-44.
66. Harris (1987).
67. Dahl (1939).
68. Harris (1987).
69. Goss (1932).
70. Perrot (1981); Hoock e Jeannin (1991-3); Elkar (1995)
71. Lankhorst (1983).
72. Proust (1962); Lough (1968), p.466-73; Quedenbaum (1977); Ca-rels e Flory (1981).
73. Garofalo (1980; Bradshaw (1981a).
74. Bradshaw (1981b).
75. Darnton (1979), p.33-7.
76. Darnton (1979), p.26; Eisenstein (1992), p.132.
77. Plumb (1973); McKendrick, Brewer e Plumb (1982); Brewer e Porter (1993); Berminghan e Brewer (1995).
78. Robinson (1993).
79. Shively (1991), p.731.
80. Kornicki (1998), p.172.
81. Rawski (1979); Rawski (1985), p.17-28.
82. Bauer (1966); Monnet (1996).

83. Giesecke (1991), p.124-9.
84. Anderson (1983).
85. Veblen (1918), p.7.

Capítulo VIII (entre p.159 e 175)

1. Trenard (1965-66); Shackleton (1970).
2. Keynes (1949), p.18-19; Goldgar (1995), p.13.
3. Clarke (1970), p.83.
4. Findlen (1994), p.129-46.
5. Sherman (1995); Blan (1997); Johns (1998).
6. Engelsing (1969, 1974); Chartier (1987).
7. Rossi (1960); Yates (1966).
8. Marshall (1994), p.42-3.
9. Kearney (1970), p.60-3, 137, 151; Grafton e Jardine (1986), p.15, 18-20, 85n, 164-6, 170-3; Stagl (1980).
10. Shackleton (1961), p.229-38.
11. Schmidt-Biggemann (1983); Blair (1992, 1996); Moss (1996).
12. Burke (1995c).
13. Witty (1965); Daly (1967); Brincken (1972); Rouse e Rouse (1982, 1983).
14. Taylor (1945), p.89-198; Hopkins (1992).
15. Serrai (1988-92).
16. Clement (1991), p.274.
17. Saunders (1991).
18. Lieshout (1993), p.292.
19. Wellisch (1991), p.319.
20. Yeo (1991,1996).
21. Innis (1980).
22. Pomian (1973).
23. Woods (1987).
24. Leedham-Green (1987), n.71, 82, 92.
25. Parker (1992), p.137; Parker (1998), p.24.
26. Brown (1989), p.16-41; Grafton e Jardine (1986); Grafton (1992); Sherman (1995); Blair (1997).
27. Findlen (1994), p.42-4.
28. Levy (1982).
29. Villey (1908), vol.1, p.244-70.
30. Villey (1908), vol.2, p.2, 10, 52; Goyet (1986-7); Moss (1996), p.212-13.
31. Dodds (1929), p.81, 94-5, 99-100; Shackleton (1961), p.229-38.

32. Nakagawa (1992), p.247-67.
33. Santos Lopes (1992).
34. Duchet (1971), p.69, 72, 93, 109-110.
35. Switzer (1967); Miller (1981).
36. Grosrichard (1979).

37. Brockliss (1987), p.155.
38. Bernard-Maitre (1953); Lach (1965), p.657, 660n; Lach (1977), p.267-8.
39. Pinot (1932); Lach e Kley (1993).

Capítulo IX (entre p.176 e 188)

1. Ziman (1978).
2. Popkin (1960).
3. Pintard (1943); Gregory et al. (1981).
4. Popkin (1960), p.1-16.
5. Borghero (1983); Völkel (1987); Burke (1998b).
6. Yates (1964), p.398-431; Sgard (1987); Grafton (1990).
7. Gregory (1961), p.41.
8. Van Leeuwen (1963); Shapin e Schaffer (1985), p.67.
9. Eisenstein (1979), p.74.
10. Rennie (1995), esp. p.54, 75, 73; Stagl (1995), p.171-207.
11. Shapin e Schaffer (1985), p.39; Woolf (1988); Shapin (1994), p.251-2; Fox (1999), p.258.
12. Shaaber (1929), p.241.
13. MacDonald e Murphy (1990), p.306; Dooley (1999), p.3, 81, 88, 119ss.
14. Hazard (1935).
15. Rossi (1960), p.235-58; Slaughter (1982); Eco (1995), esp. p.238-59, 269-88.
16. Shapin e Schaffer (1985), p.3.
17. Crombie (1953), p.233-7; Shapin (1996), p.96-117.
18. Fernández-Armesto (1997), p.4-5.
19. Seifert (1976), esp. p.97ss, 116ss; Has-singer (1978).
20. Ginzburg (1978).
21. Daston (1991), p.340.
22. Ginzburg (1978), p. 108-11.
23. Shapin e Schaffer (1985), p.58-9; Daston (1991), p.349; Shapin (1994), esp. p.65-125.
24. Burke (1984).
25. Kenney (1974).
26. Seifert (1976), p. 163-78; Daston (1991),p.345; Shapiro (1994).

27. Shapin e Schaffer (1985), p.56.
28. Hacking (1975); Shapiro (1983), p.30-1, 81-5.
29. Gillispie (1960); Daston (1991).
30. Lipking (1977); Grafton (1997).
31. Citado em Clark (1997), p.183.
32. Goldie (1987), esp. p.212n; Berti (1992); Benitez (1993).
33. Meinecke (1924-5); Gunn (1969); Hirschman (1977).
34. Mannheim (1936), p.35, 56.

Bibliografia Seleccionada

São incontáveis os livros relevantes para este estudo. A lista abaixo se limita às obras secundárias citadas nas notas. A menos que especificado, o local de publicação dos livros em inglês é Londres e o dos livros em francês, Paris.

- ACKERMAN, J. (1949). “Ars sine scientia nihil est”, *Art Bulletin* 12, p 84-108.
- AGRELL, W, e B. Huldt (orgs, 1983). *Clio Goes Spying*. Malmö.
- ÁKERMAN, S. (1991). “The forms of Queen Christina’s Academies”, in Kelley e Popkin, p.165-88.
- ALBERTINI, R. von (1955). *Das Florentinische Staatsbewusstsein im Übergang von der Republik zum Prinzipat*. Berna.
- ALBÓNICO, A. (1992). “Le Relazioni Universali di Giovanni Botero”, in *Botero e la Ragion di Stato*, org. A.E. Baldini, p.167-84. Florença.
- ALCOFF, L., e E. Potter (orgs., 1993). *Feminist Epistemologies*.
- ALEXANDROV, D. A. (1995). “The historical anthropology of science in Russia”, *Russian Studies in History* 34, p.62-91.
- ALVAR EZQUERRA, A. (org., 1993). *Relaciones topográficas de Felipe II*, 3 vols. Madri.
- AMBROSINI, F. (1982). *Paesi e mari ignoti: América e colonialismo europeo nella cultura veneziana (secoli xvi-xvii)*. Veneza.
- AMES-LEWIS, F. (org., 1999). *Sir Thomas Gresham and Gresham College*.
- ANDERSON, B. (1983). *Imagined Communities*, 2ª ed., 1991.
- ANDERSON, M.S. (1978). *Peter the Great*, 2ª ed., 1995.
- AQUILON, P., e H.-J. Martin orgs., (1988). *Le Livre dans l’Europe de la Renaissance*.
- ARMSTRONG, E. (1990). *Before Copyright: The French Book-Privilege System, 1498-1526*. Cambridge.
- ARROW, K. (1965). “Knowledge, productivity and practice”, reimp. em seu *Production and Capital* (Cambridge, Mass., 1985), p.191-9.
- AUBERT, R., et al. (1976). *The University of Louvain*. Louvain.
- BAKER, J.N.L. (1935). “Academic Geography in the seventeenth and eighteenth centuries”, reimp. em seu *The History of Geography* (Oxford, 1963), p 14-32.
- BALDAMUS, W. (1977). “Ludwig Fleck and the Sociology of Science”, in *Human Figurations*, p.135-56.
- BALLESTER, L. GARCIA (1977). *Medicina, ciência y minorias marginadas: los Moriscos*. Granada.
- (1993). “The Inquisitor and minority medical practitioners in Counter-Reformation Spain”, in *Medicine and the Reformation*, orgs. P.P. Grell e A. Cunningham, p.156-91.
- BALLESTEROS BERETTA, A. (1941). “J.B. Muñoz: la creación del Archivo de Indias”, *Revista de Indias* 2, p.55-95.

- BALSAMO, J. (1995). "Les Origines parisiennes du *Tesoro Politico*", *Bibliothèque d'Humanisme et Renaissance* 57, p.7-23.
- BALSAMO, L. (1973). "Tecnologia e capitale nella storia del libro" in *Studi per Ricardo Ridolfi*, orgs. B.M. Biagiarelli e D.E. Rhodes (Florença), p.77-94.
- BARATIN, M., e C. Jacob (orgs., 1996). *Le Pouvoir des bibliothèques*.
- BARBER, G. (1981). "Who were the booksellers of the Enlightenment?", in *The Book and the Book Trade in Eighteenth-Century Europe*, orgs. G. Barber e B. Fabian (Hamburgo), p.211-24.
- BARBOUR, V. (1928-29). "Marine risks and insurance in the seventeenth century" *Journal of Economic and Business History* 1, p.561-96.
(1950). *Capitalism in Amsterdam in the Seventeenth Century*. Baltimore.
- BARKAN, O.L. (1958). "Essai sur les données statistiques des registres de recensement dans l'empire ottoman" *Journal of the Economic and Social History of the Orient* 1, p.9-36.
- BARKER, P., e R.ARIEW (orgs., 1991). *Revolution and Continuity: Essays in the History and Philosophy of Early Modern Science*. Washington.
- BARNES, B. (1977). *Interests and the Growth of Knowledge*.
- BASALLA, G. (1987). "The spread of Western science", reimp. em Storey, p. 1-22.
- BASCHET, A. (1870). *Les Archives de Venise*.
(1875). *Histoire du dépôt des archives des affaires étrangères*.
- BASSET, D.K. (1960). "The trade of the English East India Company in the Far East, 1623-1684", reimp. em *European Commercial Expansion in Early Modern Asia*, org. O. Prakash (Aldershot, 1997), p.208-36.
- BAUER, W. (1966). "The Encyclopaedia in China", *Cahiers d'Histoire Moderne* 9, p.665-91.
- BAUTIER, R.H. (1968). "La Phase cruciale de l'histoire des archives", *Archivum* 18, p. 139-49.
- BAYLY, C.A. (1996). *Empire and Information: Intelligence Gathering and Social Communication in India, 1780-1870*. Cambridge.
- BEC, C. (1967). *Les Marchands écrivains*.
- BECHER, T. (1989). *Academic Tribes and Territories*.
- BELENKY, M.F., et al. (1986). *Women's Ways of Knowing*.
- BELJAME, L. (1881). *Le Public et les hommes de lettres*.
- BELL, D. (1976). *The Cultural Contradictions of Capitalism*.
- BELY, L. (1990). *Espions et ambassadeurs au temps de Louis xiv*.
- BENITEZ, M. (1993). "La Diffusion du 'traité des trois imposteurs' au 18e. siècle", *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine* 40, p.137-51.
- BENTLEY, J.H. (1983). *Humanists and Holy Writ: New Testament Scholarship in the Renaissance*. Princeton.
- BENZONI, G. (1978). *Gli affari della cultura: intellettuali e potere nell'Italia della Controriforma e barocca*. Milão.
- BERGER, P., e T. LUCKMANN (1966). *The Social Construction of Reality*. Nova York.
- BERKEY, J. (1992). *The Transmission of Knowledge in Medieval Cairo*, Princeton.
- BeRKVENS-STEVELINCK, C., et al. (orgs., 1992). *Le Magasin de l'Univers: The Dutch Republic as the Centre of the European Book Trade*. Leiden.
- BERMINGHAM, A., e J. BREWER (orgs., 1995). *The Consumption of Culture 1600-1800*.

- BERNARD-MAÎTRE, H. (1953). “L’Orientaliste Guillaume Postel et la découverte spirituelle du Japon en 1552”, *Monumenta Nipponica* 9, p.83-108.
- BERTI, S. (1992). “The first edition of the *Traité des trois imposteurs*”, in *Atheism from the Reformation to the Enlightenment*, orgs. M. Hunter e D. Wootton (Oxford), p. 182-220.
- BESTERMAN, T. (1935). *The Beginnings of Systematic Bibliography*. Oxford.
- BIAGOLI, M. (1993). *Galileo Courtier*. Princeton.
- BIGGS, M. (1999). “Putting the State on the Map: Cartography, Territory and European State Formation”, *Comparative Studies in Society and History* 41, p.374-405.
- BIRN, R. (1983). “Book production and censorship in France, 1700-15”, in Carpenter, p.145-71. (1989). “Malesherbes and the call for a free Press”, in Darnton e Roche, p.50-66.
- BLAIR, A. (1992). “Humanist methods in natural philosophy: the commonplace book” *Journal of the History of Ideas* 53, p.541-52. (1996). “Bibliothèques portables: les recueils de lieux communs”, in Baratin e Jacob, p.84-106. (1997). *The Theatre of Nature: Jean Bodin and Renaissance Science*. Princeton.
- BLUM, R. (1963). “Bibliotheca Memmiana: Untersuchungen zu Gabriel Naudé’s Advis”, in *Festschrift Carl Wehmer* (Amsterdã), p.209-32.
- BLUM, W (1969). *Curiosi und Regendarii: Untersuchen zur Geheimen Staatspolizei der Spätantike*. Munique.
- BLUMENBERG, H. (1966) *The Legitimacy of the Modern Age*, trad, ingl., Cambridge, Mass., 1983.
- BÖHME, G. (1984). “Midwifery as science”, in Stehr e Meja. _ , e N. Stehr (orgs., 1986). *The Knowledge Society*. Dordrecht.
- BOISLISLE, A.M. de (1874) *Correspondance des Contrôleurs Généraux des Finances*.
- BORGHERO, C. (1983). *La certezza e la storia: cartesianesimo, pirronismo e conoscenza storica*. Milão.
- BOST, H. (1994). *Un intellectuel avant la lettre: le journaliste Pierre Bayle*. Amsterdã-Maarsssen. (1983). “Les Provinces-Unies, centre de l’information européenne au dix-septième siècle”, *Quaderni del’600 Francese* 5, p.283-306. _ , e F. WAQUET (1997). *La République des lettres*.
- BOULDING, K.E. (1966). “The economics of knowledge and the knowledge of economics”, *American Economic Review* 56, p. 1-13.
- BOURDIEU, P. (1972). *Out mes of a Theory of Practice*, trad, ingl., Cambridge, 1977. (1984). *Homo Academicus*, trad, ingl., Cambridge, 1984. (1989). *La Noblesse d’État*.
- BOUTIER, J., A. DEWERPI e D. NORDMAN (1984). *Un tour de France royal*.
- BOUWSMA, W.J. (1973). “I awyers and early Modern culture”, reimp. em seu *A Usable Past: Essays in European Cultural History* (Berkeley e Los Angeles, 1990), p.129-53.
- BOUZA, F. (1988). “La biblioteca del Escorial y el orden de los saberes en el siglo XVI”, reimp. em seu *Imagen y propaganda: capitulos de historia cultural del reinado de Felipe ii* (Madri), p.168-85. (1992). *Del escribano a la biblioteca. La civilization escrita europea en la Alta Edad Moderna*. Madri.
- BOWEN, M. (1981). *Empiricism and Geographical Thought from Francis Bacon to Alexander von Humboldt*. Cambridge

- BOXER, C.R. (1936). *Jan Compagnie in Japan*.
 (1948). *Three Historians of Portuguese Asia*. Hong Kong.
 (1957). *The Dutch in Brazil, 1624-54*. Oxford.
 (1963). *Two Pioneers of Tropical Medicine*.
- BRADING, D.A. (1991). *The First America: The Spanish Monarchy, Creole Patriots and the Liberal State, 1492-1867*. Cambridge.
- BRADSHAW, L.E. (1981a). "John Harris's *Lexicon Technicum*", in Kafker, p.107-21.
 (1981b). "Ephraim Chambers' *Cyclopaedia*", in Kafker, p.123-40.
- BRENTJES, S. (1999). "The interests of the Republic of Letters in the Middle East", *Science in Context* 12, p.435-68.
- BREWER, J. (1989). *The Sinews of Power*.
 , e R. Porter (orgs., 1993). *Consumption and the World of Goods*.
- BRIGGS, R. (1991). "The Académie Royale des Sciences and the pursuit of utility", *Past and Present* 131, p.38-88.
- BRINCKEN, A.-D. von den (1972). "Tabula alphabetica", in *Festschrift Herman Heimpel*, vol.2 (Göttingen), p.900-23.
- BROC, N. (1975). *La Géographie des philosophes: géographes et voyageurs français au 18e siècle*.
 (1980). *La Géographie de la Renaissance*.
- BROCCHIERI, M.F. Beonio (1987). "L'intellettuale", in *L'uomo medievale*, org. J. Le Goff (Roma-Bari), p.203-33.
- BROCKLISS, L.W.B. (1987). *French Higher Education in the Seventeenth and Eighteenth Centuries*. Oxford.
 (1996). "Curricula", in Ridder-Symoens, vol.2, p.565-620.
- BROWN, H. (1934). *Scientific Organizations in Seventeenth Century France*. Baltimore.
- BROWN, J. (1978). *Images and Ideas in Seventeenth Century Spanish Painting*. Princeton.
- BROWN, R.D. (1989). *Knowledge is Power: The Diffusion of Information in Early America, 1700-1865*. Nova York.
- BUCK, P. (1977). "Seventeenth century political arithmetic: civil strife and vital statistics", *Isis* 68, p.67-84.
 (1982). "People who counted: political arithmetic in the eighteenth century", *Isis* 73, p.28-45.
- BUISSERET, D. (org., 1992). *Monarchs, Ministers and Maps: The Emergence of Cartography as a Tool of Government in Early Modern Europe*. Chicago.
- BURCKHARDT, J. (1860). *The Civilization of the Renaissance in Italy*, trad. ingl., revis., Harmondsworth, 1990.
- BURKE, P. (1979). "The bishop's questions and the people's religion", reimp. em Burke (1987), p.40-7.
 (1983). "The reform of European universities in the sixteenth and seventeenth centuries", *CRE Information*, p.59-67.
 (1984). "How to be a Counter-Reformation saint", reimp. em Burke (1987), p.48-62.
 (1985). "European views of world history from Giovio to Voltaire", *History of European Ideas* 6, p. 237-51.
 (1986). "The humanist as professional teacher", in *The Professional Teacher*, org. J. Wilkes (Leicester), p. 19-27.
 (1987). *Historical Anthropology of Early Modern Italy*. Cambridge.
 (1988). "William Dell, the universities, and the radical tradition", in *Reviving the English Revolution*, orgs. G. Eley e W. Hunt, p.181-9.

- (1990). *The French Historical Revolution: The Annales School 1929-89*. Cambridge.
- (1992). *The Fabrication of Louis XIV* New Haven. [Ed. bras.: *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993].
- (1995a). “America and the rewriting of world history”, in *America in the European Consciousness*, org. K.O. Kupperman (Chapel Hill), p.33-51.
- (1995b). “The jargon of the schools”, in *Languages and Jargons*, orgs. P. Burke e R. Porter (Cambridge), p. 22-41.
- (1995c). *The Fortunes of the Courtier: The European Reception of Castiglione’s Cortegiano*. Cambridge.
- (1998a). *Varieties of Cultural History*. Cambridge.
- (1998b). “Two crises of historical consciousness”, *Storia della Storiografia* n°33, p.3-16.
- (1998c). *The European Renaissance: Centres and Peripheries*. Oxford.
- (1999a). “Erasmus and the Republic of Letters”, *European Review* 7, n°1, p.5-17.
- (1999b). “The philosopher as traveller: Bernier’s Orient”, in *Voyages and Visions: Towards a Cultural History of Travel*, orgs. J. Eisner e J.-P. Rubies, p.124-37.
- (2000a). “Venice as a centre of information and communication”, a sair em *Venice Reconsidered: The History and Civilization of an Italian City-State 1297-1997*, orgs. J.Martin e D. Romano (Baltimore).
- (2000b). “Assumptions and observations: eighteenth-century French travelers in South America”, a sair em *Invitation au Voyage*, org. J. Renwick (Edimburgo).
- (2001). “Rome as a centre of information and communication”, a sair em *Saints and Sinners*, orgs. P. Jones e T. Worcester (Toronto).
- BUSTAMANTE GARCÍA, G (1997). “Francisco Hernández”, in *Entre dos mundos: fronteras culturales y agentes mediadores* (Sevilha), p.243-68.
- CANONE, E. (org., 1993). *Bibliothecae selectae da Cusano a Leopardi*. Florença.
- CARACCILO ARICÒ, A. (org., 1990). *L’impatto della scoperta dell’America nella cultura veneziana*. Roma.
- CARELS, P.E., e D. Flory (1981). “J.H. Zedler’s Universal Lexicon”, in Kafker, p.165-95.
- CARPENTER, K.E. (org., 1983). *Books and Society in History*. Nova York.
- CARTER, C.H. (1964). *The Secret Diplomacy of the Habsburgs, 1598-1625*. Nova York.
- CASTELLS, M. (1989). *The Informational City*. Oxford.
- CAVACIOCCHI, S. (org., 1992). *Produzione e commercio della carta e del libro, secc. XII-XVIII*. Florença.
- CHABOD, F. (1934). “Giovanni Botero”, reimp. em seu *Scritti sul Rinascimento* (Turim, 1967), p.271-458.
- CHAFFEE, J.W. (1985). *The Thorny Gates of Learning in Sung China: A Social History of Examinations*. Cambridge.
- CHAMBERLAIN, M. (1994). *Knowledge and Social Practice in Medieval Damascus*. Cambridge.
- CHARLE, C. (1990). *Naissance des “intellectuels”, 1880-1900*.
- CHARTIER, R. (1982). “Les Intellectuels frustrés au 17e. siècle”, *Annales: Economies, Sociétés, Civilisations* 37, p.389-400.
- (1992). *The Order of Books: Readers, Authors and Libraries in Europe between the Fourteenth and Eighteenth Centuries*. Cambridge.
- CHRISTIANSON, J.R. (2000). *On Tycho’s Island: Tycho Brahe and his Assistants, 1570-1601*. Cambridge.
- CHURCH, W.F. (1972). *Richelieu and Reason of State*. Princeton.

- CIPOLLA, C.M. (1972). "The diffusion of Innovations in Early Modern Europe", *Comparative Studies in Society and History* 14, p.46-52.
(1976). *Public Health and the Medical Profession in the Renaissance*. Cambridge.
- CLANCHY, M. (1979). *Prom Memory to Written Record: England 1066-1307*. Ed. rev., Oxford, 1993.
- CLAPP, S. (1931). "The beginnings of subscription in the seventeenth century", *Modern Philology* 29, p.199-224.
(1933). "The subscription enterprises of John Ogilby and Richard Blome", *Modern Philology* 30, p.365-79.
- CLARK, S. (1997). *Thinking with Demons: The Idea of Witchcraft in Early Modern Europe*. Oxford.
- CLARKE, J.A. (1966). "Librarians of the king: the Bignon, 1642-1784", *Library Quarterly* 36, p.293-8.
(1970). *Gabriel Naudé, 1600-53*. Hamden, Conn.
- CLEMENT, R.W. (1991). "The career of Thomas James", *Libraries and Culture* 26, p.269-82.
- CLINE, H.E (1964). "The *Relaciones Geográficas* of the Spanish Indies, 1577-1586", *Hispanic American Historical Review* 44, p.341-74.
- COBB, R. (1970). *The Police and the People*. Oxford.
- COCHRANE, J. A. (1964). *Dr Johnson's Printer: The Life of William Strahan*.
- CODINA MIR, G. (1968). *Aux sources de la pédagogie des Jésuites*. Roma.
- COHEN, H. E (1989). "Comment", in *New Trends in the History of Science*, orgs. R. P.W. Visser et alii (Amsterdã-Atlanta), p.49-51.
- COHN, B.S. (1996). *Colonialism and its Forms of Knowledge*. Princeton.
- CONFINO, M. (1962). "Les Enquêtes économiques de la Société Libre d'Économie de Saint Petersburg", *Révue Historique* 27, p. 155-80.
- CORMACK, L.B. (1997). *Charting an Empire: Geography at the English Universities, 1580-1620*. Chicago.
- CORTESÃO, A. (org., 1944). *Tomé Pires, Suma Oriental*. Londres.
- COSTELLO, W.T. (1958). *The Scholastic Curriculum at Early Seventeenth-Century Cambridge*. Cambridge, Mass.
- CRANE, D. (1972). *Invisible Colleges: Diffusion of Knowledge in Scieinfic Communities*. Chicago.
- CRICK, M. (1982). "Anthropology of knowledge", *Annual Review of Anthropology* 11, p.207-313.
- CROMBIE, A.C. (1953). *Robert Grosseteste and the Origins of Exptnmental Science, 1100-1700*. Oxford.
- CROPPER, E., e C. Dempsey (1996). *Nicolas Poussin: Friendship and the Love of Painting*. New Haven.
- CURTIS, M.H. (1959). *Oxford and Cambridge in Transition, 1558-1642*. Oxford.
(1962). "The alienated intellectuals of early Stuart England", *Past and Present* 23, p.25-41.
- CURTIUS, E.R. (1948). *European Literature and the Latin Middle Ages*, trad. ingl., 1954; 2ª ed., Nova York, 1963.
- D'ADDARIO, A. (1990). "Lineamenti di storia dell'archivistica", *Archivio Storico Italiano* 148, p.3-36.
- DAHL, F. (1939). "Amsterdam — earliest newspaper centre of Western Europe", *Het Boek* 25, p. 160-97.

- (1951). "Les Premiers Journaux en français", in *Débuts de la Presse Française*, org. Dahl et al. (Göteborg-Paris), p.1-15.
- DAINVILLE, F. de (1940). *La Géographie des humanists*.
- DALY, L. W. (1967). *Contribution to a History of Alphabetization in Antiquity and the Middle Ages*. Bruxelas.
- DARNTON, R. (1979). *Tie Business of Enlightenment*. Cambridge, Mass.
 (1982). *The Literary Underground of the Old Regime*. Nova York.
 (1984). "Philosophers trim the Tree of Knowledge: the epistemological structure of the *Encyclopédie*", em seu *The Great Cat Massacre* (Nova York), p.191-214., e D. Roche (orgs., 1989). *Revolution in Print: The Press in France 1775-1800*. Berkeley.
- DASTON, L. (1991). "Baconian facts, academic civility and the prehistory of objectivity", *Annals of Scholarship* 8, p.337-63.
 (1992). "Classifications of knowledge in the age of Louis XIV", in *Sun King*, org. D.L. Rubin (Nova York) p.206-20.
- DAVIDS, K. (1995). "Openness or secrecy? Industrial espionage in the Dutch Republic", *Journal of European Economic History* 24, p.334-48.
- DAVIES, D.W. (1952). "The geographical extent of the Dutch Book Trade in the 17th century", *Library Quarterly* 22, p.200-13.
 (1954). *The World of the Elseviers, 1580-1712*. Haia.
- DAVIS, N.Z. (1983). "Beyond the market: books as gifts in sixteenth-century France", *Transactions of the Royal Historical Society* 33, p.69-88.
- DAWSON, WR. (1932). "The London coffeehouses and the beginnings of Lloyds", *Essays by Divers Hands* 11, p.69-112.
- DERBER, C.,W. A. Schwanz e Y. Magrass (1990). *Power in the Highest Degree: Professionals and the Rise of a New Mandarin Order*. Nova York.
- DEUTSCH, K. (1953). *Nacionalism and Social Communication*. Nova York.
- DIECKMANN, H. (1961). "The concept of knowledge in the *Encyclopédie*", *Essays in Comparative Literature*, p.73-107.
- DIERSE, U. (1977). *Enzyklopädie*. Bonn.
- DIONISOTTI, C. (1967). "Chierici e laici", em seu *Geografia e storia della letteratura italiana*, Turim, p.47-73.
- DODDS, M. (1929). *Les Recits de Voyage sources de l'Esprit des Lois de Montesquieu*.
- DOOLEY, B. (1999). *The Social History of Scepticism: Experience and Doubt in Early Modern Culture*. Baltimore.
- DORIA, G. (1986). "Conoscenza del mercato e sistema informativo: il know-how dei mercanti-finanziari genovesi nei secoli XVI e XVII", in *La repubblica internazionale del danaro*, orgs. A. da Maddale: a e H. Kellenbenz (Florença), p.57-115.
- DRAYTON, R. (1998). "Knowledge and Empire", in *The Oxford History of the British Empire*, vol.2: *The Eighteenth. Century*, org. P. Marshall (Oxford), p.231-52.
- DRÈGE, J.-P. (1991). *Les Bibliothèques en Chine au temps des manuscrits*.
- DREITZEL, H. (1983). "Hermann Conring und die politische Wissenschaft seiner Zeit", in Stolleis, p.135-72.
- DUCHET, M. (1971). *Anthropologie et histoire au siècle des lumières*.
- DUKE, A.C., e C.A. Tamse (orgs., 1987). *Too Mighty to be Free: Censorship and the Press in Britain and the Netherland*. Zutphen.

- DÜLMEN, R. van (1978). "Die Aufklärungsgesellschaften in Deutschland", *Francia* 5, p.251-75.
- DURÁN, J. (1991). *Towara a Feminist Epistemology*. Savage, Md.
- DURKHEIM, É. (1912). *The Elementary Forms of the Religious Life*, trad, ingl., Nova York, 1961. , e M. MAUSS (1901-2). *Primitive Classification*, trad, ingl., 1963.
- DUYVENDAK, J.J.L. (1936). "Early Chinese studies in Holland", *T'oung Pao* 32, p.293-344.
- EAMON, W (1994). *Science and the Secrets of Nature: Books of Secrets in Early Modern Culture*. Princeton.
- ECHEVARRIA BACIGALUPE, M.A. (1984). *La diplomacia secreta en Flandres, 1598-1643*. Madri.
- ECO, U. (1995). *The Search for the Perfect Language*. Oxford.
- EDNEY, M. (1997). *Mapping an Empire: The Geographie Construction of British India, 1765-1843*. Chicago.
- EISENSTEIN, E. (1979). *The Printing Press as an Agent of Change, 2 vols*. Cambridge. (1992). *Grub Street Abroad*. Oxford.
- ELIAS, N. (1939). *O processo civilizador. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993 e 1995*. (1982). "Scientific establishments", in *Scientific Establishments and Hierarchies*, orgs. N. Elias, H. Martins e R. Whitley (Dordrecht), p.3-69.
- ELKANAH, Y. (1981). "A programmatic attempt at an anthropology of knowledge", in *Sciences and Cultures*, orgs. E. Mendelsohn e Y. Elkanah, p. 1-76.
- ELKAR, R.S. (1995). "Altes Handwerk und ökonomische Enzyklopädie", in Eybl et al., p.215-31.
- ELLIOT, J.H. (1986). *The Count-Duke of Olivares*. New Haven.
- ELTON, G.R. (1972). *Policy and Police*. Cambridge.
- ENGELSING, R. (1969). "Die Perioden der Lesergeschichte in der Neuzeit", *Archiv für Geschichte des Buchwesens* 10, p.944-1002. (1974). *Der Bürger als Leser. Lesergeschichte in Deutschland, 1500-1800*. Stuttgart.
- ESMONIN, E. (1964). *Études sur la France des 17e. et 18e. siècles*.
- ETTINGHAUSEN, H. (1984). "The news in Spain", *European History Quarterly* 14, p.1-20.
- EVANS, R.J.W. (1973). *Rudolf ii and his World*. Oxford.
- EYBL, F., et al. (orgs., 1995). *Enzyklopädien der frühen Neuzeit*. Tübingen.
- FEATHER, F. (1994). "From rights in copies to copyright", in *The Construction of Authorship*, org. M. Woodmansee, Durham, NC, p.191-209.
- FEINGOLD, M. (1984). *The Mathematicians' Apprenticeship*. Cambridge. (1989). "The universities and the Scientific Revolution: The case of England", in *New Trends in the History of Science*, orgs. R.P.W Visser et al. (Amsterdã-Atlanta), p.29-48. (1991). "Tradition versus novelty: universities and scientific societies in the early Modern period", in *Revolution and Continuity: Essays in the History and Philosophy of Early Modern Science*, orgs. P. Barker e R. Ariew (Washington), p.45-59. (1997). "The mathematical sciences and new philosophies", in *History of the University of Oxford*, vol.4, org. Nicholas Tyacke (Oxford), p.359-448.
- FELDHAY, R. (1995). *Galileo and the Church: Political Inquisition or Critical Dialogue?* Cambridge.
- FERNÁNDEZ-ARMESTO, F. (org., 1995). *The European Opportunists*. Aldershot. (1997). *Truth: A History and a Guide for the Perplexed*.
- FIELD, A. (1988). *The Origins of the Platonic Academy of Florence*. Princeton.

- FIERING, N. (1976). "The Transatlantic Republic of Letters", *William & Mary Quarterly* 33, p.642-60.
- FIGUEIREDO, J.M. de (1984). "Ayurvedic medicine in Goa", reimp. em Storey, p.247-57.
- FINDLEN, P. (1989). "The museum", *Journal of the History of Collections* 1, p.59-78.
(1994). *Possessing Nature: Museums, Collecting and Scientific Culture in Early Modern Italy*. Berkeley.
- FLECK, L. (1935). *Genesis and Development of a Scientific Fact*, trad. ingl., Chicago, 1979.
- FLEISCHER, C.H. (1986). *Bureaucrat and Intellectual in the Otoman Empire*. Princeton.
- FLETCHER, J.M. (1981). "Change and resistance to change: a consideration of the development of English and German universities during the sixteenth century", *History of Universities* 1, p. 1-36.
- FLINT, R. (1904). *Philosophy as Scientia Scientiarum and a History of the Classification of the Sciences*.
- FOGEL, M. (1989). *Les Ceremonies de l'information*.
- FOUCAULT, M. (1961). *Naissance de la clinique*.
(1966). *Les Mots et les choses*.
(1980). *Power / Knowledge*, org. C. Gordon. Brighton.
- FOX, A. (1999). "Remembering the past in early Modern England", *Transactions of the Royal Historical Society* 9, p.233-56.
- FRÄNGSMYR, T., J.L. Heilbron e R.E. Rider (orgs., 1990). *The Quantifying Spirit in the Eighteenth Century*. Berkeley-Los Angeles.
- FULLER, S. (1992). "Knowledge as product and property", in Stehr e Ericson, p.157-90.
- FUMAROLI, M. (1988). "The Republic of Letters", *Diogenes* 143, p.129-52.
- GANDT, F. de (1994). "D'Alembert et la chaîne des sciences", *Revue de Synthèse* 115, p.39-54.
- GARDAIR, J.-M. (1984). *Le "Giornale de' letterati" de Rome (1668-81)*. Florença.
- GARIN, E. (1961). "Ritratto del Paolo Del Pozzo Toscanelli", reimp. em *Ritratti di umanisti* (Florença, 1967), p.41-68.
- GAROFALO, S. (1980). *L'enciclopedismo italiano: Gianfrancesco Pivati*. Ravenna.
- GASNAULT, P. (1976). "Les travaux d'érudition des Mauristes au 18e. siècle", in Hammer e Voss, p. 102-21.
- GASPAROLO, P. (1887). "Costituzione dell'Archivio Vaticano e suo primo indice sotto il pontificato di Paolo V", *Studi e Documenti di Storia e Diritto* 8, p.3-64.
- GEERTZ, C. (1975). "Common sense as a cultural system", reeditado em seu *Local Knowledge* (Nova York, 1983), p.73-93.
(1979). "Suq", in *Meaning and Order in Moroccan Society* (Cambridge), p. 123-244.
(1983). "Local knowledge: fact and law in comparative perspective", em seu *Local Knowledge* (Nova York), p.167-234.
- GELLNER, E. (1974). *Legitimation of Belief*. Cambridge.
(1988). *Plough, Swora and Book*.
- GELLRICH, J.M. (1985). *The Idea of the Book in the Middle Ages*. Ithaca.
- GEORGE, M.D. (1926-29). "The early history of Registry Offices", *Economic History* 1, p.570-90.
- GERULAITIS, L.V. (1976). *Printing and Publishing in Fifteenth-Century Venice*. Chicago.
- GIARD, L. (1983-5). "Histoire de l'université et histoire du savoir: Padoue (XIVe.-XVIe. siècles)", *Revue de Synthèse* 104-6, p.139-69,259-98, 419-42.
(1991). "Remapping knowledge, reshaping institutions", in *Science, Culture and Popular*

- Belief in Renaissance Europe*, orgs. S. Pumfrey, P. L. Rossi e M. Slawinski (Manchester), p. 19-47.
- GIBBS, G.C. (1971). "The role of the Dutch Republic as the intellectual entrepot of Europe in the seventeenth and eighteenth centuries", *Bijdragen en Mededelingen betreffende de Geschiedenis van de Nederlanden* 86, p.323-49.
- (1975). "Some intellectual and political influences of the Huguenot émigrés in the United Provinces c.1680-1730", *Bijdragen en Mededelingen betreffende de Geschiedenis van de Nederlanden* 90, p.255-87.
- GIDDENS, A. (1985). *The Nation-State and Violence*. Cambridge.
- GIESECKE, M. (1991). *Der Buchdruck in der frühen Neuzeit: Eine historische Fallstudie über die Durchsetzung neuer Informations und Kommunikationstechnologien*. Frankfurt.
- GILBERT, F. (1965). *Macchiavelli and Guicciardini*. Princeton.
- GILBERT, N.W. (1960). *Renaissance Concepts of Method*. Nova York
- GILLISPIE, C.C. (1960). *The Edge of Objectivity: An Essay in the History of Scientific Ideas*. Princeton.
- (1980). *Science and Polity in France at the End of the Old Regime*. Princeton.
- GINZBURG, C. (1976). "High and low: the theme of forbidden knowledge in the 16th and 17th centuries", *Past and Present* 73, p.28-41.
- (1978). "Clues: roots of an evidential paradigm", reimp. em seu *Miths, Emblems, Clues*, trad. ingl. (1990), p.96-125.
- (1996). "Making things strange: the prehistory of a literary device", *Representations* 56, p. 8-28.
- (1997). *Occhiacci di legno: nove riflessioni sulla distanza*. Milão.
- GLASS, D.V. (1973). *Numbering the People: The Eighteenth-Century Population Controversy and the Development of Census and Vital Statistics in Britain*. Farnborough.
- GOLDER, D.A. (org., 1922). *Bering's Voyages*, 2 vols. Nova York.
- GOLDGAR, A. (1995). *Impolite Learning*. New Haven.
- GOLDIE, M. (1987). "The civil religion of James Harrington", in *The Languages of Political Theory in Early-Modern Europe*, org. Anthony Pagden (Cambridge), p.197-222.
- GOLDSTEIN, T. (1965). "Geography in fifteenth-century Florence", reimp. em Fernandez-Armesto (1995), p. 1-22.
- GOLDTHWAITE, R.A. (1972). "Schools and teachers of commercial arithmetic in Renaissance Florence", *Journal of European Economic History* 1, p.418-33.
- GOODMAN, D.C. (1988). *Power and Penury: Government, Technology and Science in Philip ii's Spain*. Cambridge.
- GOODMAN, D. (1994). *The Republic of Letters: A Cultural History of the French Enlightenment*. Ithaca.
- GOODMAN, G.K. (1967). *Japan: The Dutch Experience*, ed. rev., 1987.
- GOODY, J. (1978). *The Domestication of the Savage Mind*. Cambridge.
- (1996). *The East in the West*. Cambridge.
- GOSS, C.W.F. (1932). *The London Directories, 1677-1855*.
- GOYET, F. (1986-7). "A propos de 'ces pastissages de lieux communs': le rôle de notes de lecture dans la genèse des *Essais*", *Bulletin de la Société des Am de Montaigne*, partes 5-8, p. 11-26, 9-30.
- (1996). *Le Sublime du "lieu commun": l'invention rhétorique dans l'Antiquité et à la Renaissance*.

- GRAFTON, A. (1990). *Forgers and Critics*. Princeton.
 (1992). "Kepler as a reader", *Journal of the History of Ideas* 53. p.561-72.
 (1997). *The Footnote, A Curious History.*, e L. Jardine (1986). *From Humanism to the Humanities: Education and the Liberal Arts in Fifteenth-and Seventeenth-Century Europe*.
- GRANET, M. (1934). *La Pensée chinoise*.
- GRANT, E. (1996). *The Foundations of Modern Science in the Middle Ages*. Cambridge.
- GREENGRASS, M. (1998). "Archive refractions: Hardib's papers and the workings of an intelligencer", in Hunter, p.35-48.
- GREGORY, T. (1961). *Scetticismo e empirismo: studio su Gassendi*. Bari., et al. (orgs., 1981). *Ricerche su letteratura libertina e letteratura clandestine nel '600*. Florença.
- GROSRICHARD, A. (1979). *Structure du serail: la fiction du despotisme asiatique dans l'occident classique*.
- GROSSMAN, M. (1975). *Humanism in Wittenberg 1485-1517*. Nieuwkoop.
- GROVE, R. (1991). "The transfer of botanical knowledge between Asia and Europe, 1498-1800", *Journal of the Japan-Netherlands Institute* 3, p.160-76.
 (1996). "Indigenous knowledge and the significance of South West India for Portuguese and Dutch constructions of tropical nature", *Modern Asian Studies* 30, p.121-44.
- GUÉNÉE, B. (1980). *Historie et culture historique dans l'occident médiéval*.
- GUNN, J.A.W (1969). *Politics and the Public Interest in the Seventeenth Century*.
- GURVITCH, G. (1966). 77. *The Social Frameworks of Knowledge*, trad, ingl., Oxford, 1971.
- GUY, R.K. (1987). *The Emperor's Four Treasuries: Scholars and the State in the Late Ch'ien-Lung Era*. Cambridge, Mass.
- HAASE, E. (1959). *Einführung in die Literatur des Refuge: Der Beitrag der französischen Protestanten zur Entwicklung analytischer Denkformen am Ende des 17. Jht*. Berlin.
- HABERMAS, J. (1962). *The Structural Transformation of the Public Sphere*, trad, ingl., Cambridge, 1989.
- HACKING, I. (1975). *The Emergence of Probability*. Cambridge.
- HAHN, R. (1971). *The Anatomy of a Scientific Institution: The Paris Academy of Sciences, 1666-1803*. Berkeley.
 (1975). "Scientific careers in eighteenth-century France", in *The Emergence of Science in Western Europe*, org. M.P. Crossland, p. 127-38.
- HALL, A.R. (1962). "The scholar and the craftsman in the Scientific Revolution", in *Critical Problems in the History of Science*, org. M. Clagett (Madison), p.3-32.
- HALL, M.B. (1965). "Oldenburg and the art of scientific communication", *British Journal of the History of Science* 2, p.277-90.
 (1975). "The Royal Society's role in the diffusion of information in the seventeenth century", *Notes and Records of the Royal Society* 29, p. 173-92.
- HAMMER, K., e J. Voss (orgs., 1976). *Historische Forschung im 18.Jht*. Bonn.
- HAMMERMEYER, L. (1976). "Die Forschungszentren der deutschen Benediktinern und ihre Vorhaben", in Hammer e Voss, p. 122-91.
- HAMMERSTEIN, N. (1972). *Jus und Historie: ein Beitrag zur Geschichte des historischen Denkens an deutschen Universitäten im späten 17. und im 18. Jht*. Göttingen.
- HANKINS, J. (1990). *Plato in the Italian Renaissance*, 2 vols. Leiden.
 (1991). "The myth of the platoniac Academy of Florence", *Renaissance Quarterly* 44, p.429-75.

- HANNAWAY, O. (1975). *The Chemists and the Word: The Didactic Origins of Chemistry*. Baltimore.
- (1986). "Laboratory design and the aims of science: Andreas Libavius and Tycho Brahe", *Isis* 77, p.585-610.
- (1992). "Georgius Agricola as *humanist*", *Journal of the History of Ideas* 53, p.553-60.
- HARAWAY, D. (1988). "Situated knowledge", *Feminist Studies* 14. p.575-99.
- HARLEY, J.B. (1988). "Silences and secrecy: the hidden agenda of cartography in early Modern Europe", *Imago Mundi* 40, p.57-76.
- , e D. WOODWARD (orgs., 1992). *The History of Cartography*, vol.2, parte 1. Chicago., e D. Woodward (orgs., 1994). *The History of Cartography*; vol.2, parte 2. Chicago.
- HARMSSEN, A.J.E. (1994). "Barlaeus's description of the Dutch colony in Brazil", in *Travel Fact and Travel Fiction*, org. Z. von Martels (Leiden), p. 158-69.
- HARRIS, J.R. (1985). "Industrial espionage in the eighteenth century", *Industrial Archaeology Review* 7, p. 127-38.
- (1992). "The first british measures against industrial espionage", in *Industry and Finance in Early Modern History*, orgs. I. Blanchard et al.
- (1996a). "A French industrial spy: the engineer Le Turc in England in the 1780s", *Icon* 1, p. 16-35.
- (1996b). "Law, industrial espionage and the transfer of technology from 18thc Britain", in *Technological Change*, org. R. Fox (Amsterdã), p. 123-36.
- HARRIS, M. (1987). *London Newspapers in the Age of Walpole*.
- HARRIS, S.J. (1996). "Confession-building, long-distance networks, and the organization of Jesuit science", *Early Modern Science* 1, p.287-318.
- (1998). "Long-distance corporations, big sciences and the geography of knowledge", *Configurations* 6, p.269-304.
- (1998). "Mapping Jesuit science: the role of travel in the geography of knowledge", in O'Malley e Bailey, p.212-40.
- HASKELL, F. (1993). *History and Its Images: Art and Interpretation of the Past*. New Haven.
- HASSINGER, E. (1978). *Empirisch-rationaler Historismus*. Berna-Munich.
- HATHAWAY, N. (1989). "Compilatio: from plagiarism to compiling", *Viator* 20, p.19-44.
- HAZARD, P. (1935). *The European Mind, 1680-1715*, trad, ingl., 1953.
- HEATH, M.J. (1983). "Montaigne, Lucinge and the *Tesoro Politico*", *Bibliothèque d'Humanisme et Renaissance* 45, p.131-5.
- HECKSCHER, W.S. (1958). *Rembrandt's Anatomy of Dr Nicholas Tulp: An Iconological Study*. Nova York.
- HEERS, J. (1976). "L'Enseignement à Gènes et la formation culturelle des hommes d'affaires en Méditerranée à la fin du Moyen Age", *Études Islamiques* 44, p.229-44.
- HELMS, M.W. (1988). *Ulysses' Sail*. Princeton.
- HENNINGSEN, G., e J. Tedeschi (orgs., 1986). *The Inquisition in Early Modern Europe: Studies on Sources and Methods*. Dekalp, Ill.
- HERLIHY, D., e C. Klapisch (1978). *Les Toscans et leur familles*.
- HESS, A. (1974). "Piri Reis and the Ottoman response to the voyages of discovery", *Terrae Incognitae* 6, p.19-37.
- HILL, C. (1965). *Intellectual Origins of the Scientific Revolution*. Oxford.
- (1972). *The World Turned Upside Down: Radical Ideas During the English Revolution*, 2^aed., Harmondsworth, 1975.

- HIRSCHMAN, A. (1977). *The Passions and the Interests: Political Arguments for Capitalism before its Triumph*. Princeton.
- HOFTIJZER, P.G. (1987). *Engelse boekverkopers bij de Beurs*. Amsteida-Maarssen.
- HOLMES, G. (1977). "Gregory King and the social structure of preindustrial England", *Transactions of the Royal Historical Society* 27, p.41-65.
- HOOCK, J. (1980). "Statistik und Politische Ökonomie", in Rassem e Stagl, p.307-23., e P. Jeannin (orgs., 1991-93). *Ars mercatoria*, 2 vols. Paderborn.
- HOPKINS, J. (1992). "The 1971 French cataloging code and the origins of the card catalogue", *Libraries and Culture* 27, p.378-404.
- HOUGHTON Jr., W.E. (1942). "The English virtuoso in the seventeenth century", *Journal of the History of Ideas* 3, p.51-73 e 190-219.
- HUCKER, C.O. (org., 1968) *Chinese Government in Ming Times*. Nova York.
- HUFF, T.E. (1993). *The Rise Early Modern Science*. Cambridge.
- HUISMAN, F. (1989). "Itinerant medical practitioners in the Dutch Republic: the case of Groningen", *Tractrix* 1, p.63-83.
- HULSHOFF POL, E. (1975). "The Library", in Lunsingh Scheurleer e Posthumus Meyjes, p.395-460.
- HUNTER, M.C.W. (1981). *Science and Society in Restoration England*. Cambridge.
 (1982). *The Royal Society and its Fellows*, 2^a ed., Oxford, 1994.
 (1989). *Establishing the New Science: The Experience of the Early Royal Society*. Woodbridge.
 (org., 1998). *Archives of the Scientific Revolution: The Formation and Exchange of Ideas in 17th Century Europe*. Woodbridge.
- HUTCHINSON, T.W. (1988). *Before Adam Smith: The Emergence of Political Economy, 1662-1776*. Oxford.
- ILIFFE, R. (1992). "In the warehouse: privacy, property and priority in the early Royal Society", *History of Science* 30, p.29-68.
- IM HOFF, U. (1982). *Das gesellige Jahrhundert: Gesellschaft und Gesellschaften im Zeitalter der Aufklärung*. Munique.
 (1994). *The Enlightenment*. Oxford.
- IMPEY, O., e A. MACGREGOR (orgs., 1985). *The Origins of Museums*. Oxford.
- INFELISE, M. (1997). "Professione reportista. Copisti e gazzettieri nella Venezia del '600", in *Venecia: Itinerari per la storia della città*, orgs. S. Gasparri, G. Levi e P. Moro (Bolonha), p.193-219.
 (1999a). "Le Marche des informations à Venise au 17^e siècle", in *Gazettes et information politique sous l'Ancien Regime*, orgs. H. Duranton e P. Rétat (Saint-Étienne), p. 117-28.
 (1999b). *I libri proibiti da Gutenberg all'Encyclopédie*. Roma-Bari.
- INNES, J. (1987). *The Collection and Use of Information by Government, circa 1690-1800*. Inédito.
- INNIS, H.A. (1950). *Empire and Communications*. Oxford.
 (1980). *The Idea File of Harold Innis*. Toronto.
- ISAIEVYCH, I. (1993). "The book trade in eastern Europe in the seventeenth and eighteenth centuries", in Brewer e Porter, p.381-92.
- ISRAEL, J. (1990a). "The Amsterdam stock exchange and the English revolution of 1688", *Tijdschrift voor Geschiedenis* 103, p.412-40.
 (1990b). "Een merkwaardig literair werk en de Amsterdamse effectenmarkt in 1688", in *De 17 de eeuw* 6, p.159-65.

- ITZKOWITZ, N. (1972). *Ottoman Empire and Islamic Tradition*. Princeton.
- JACOB, C. (1992). *L'Empire des cartes*.
 (1996). "Navigations alexandrines", in Baratin e Jacob, p.47-83.
 (1999). "Mapping in the mind", in *Mappings*, org. D. Cosgrove, p.24-49.
- JARDINE, L. (1983). "Isotta Nogarola", *History of Education* 12, p.231-44.
 (1985). "The myth of the learned lady in the Renaissance", *Historical Journal* 28, p.799-820.
 , J.A. SECORD e E. SPARY (orgs., 1996). *Cultures of Natural History*. Cambridge.
- JOHANNISSON, K. (1990). "The debate over quantification in eighteenth-century political economy", in T. Frängsmyr et al., p.343-62.
- JOHANSSON, E. (1977). "The history of literacy in Sweden", reimp. em *Literacy and Social Development in the West*, org. H.J. Graff (Cambridge, 1981), p.151-82.
- JOHNS, A. (1998). *The Nature of the Book: Print and Knowledge in the Making*. Chicago.
- JUKES, H.A.L. (org., 1957). *Thomas Seeker's Articles of Enquiry*. Oxford.
- JULIA, D. (1986). "Les Institutions et les hommes (16e.-18e. siècles)", in *Verger*, p.141-97.
- KAFKER, F.A. (org., 1981). *Notable Encyclopaedias*. Oxford.
- KAHN, D. (1967). *The Code-Breakers: The Story of Secret Writing*. Nova York.
- KANY, C.E. (1932). *Life and Manners in Madrid, 1750-1800*. Berkeley.
- KAPP, V. (org., 1993). *Les Lieux de mémoire et la fabrique de l'oeuvre*.
- KARAMUSTAFA, A.T. (1992). "Military, administrative and scholarly maps and plans", in Harley e Woodward, vol.2, parte 1, p.209-27.
- KEARNEY, H. (1970). *Scholars and Gentlemen: Universities and Society in Preindustrial Britain, 1500-1700*.
- KEENE, D. (1952). *The Japanese Discovery of Europe*.
- KEENS-SOPER, H.M.A. (1972). "The French Political Academy, 1712", *European Studies Review* 2, p.329-55.
- KELLEY, D.R. (1971). "History as a calling: the case of La Popelinière", in *Renaissance Studies in Honor of Hans Baron*, orgs. A. Molho e J.A. Tedeschi (Florença), p.773-89.
 (1980). "Johann Sleidan and the origins of history as a profession", *Journal of Modern History* 52, p.577-98.
 (org., 1997). *History and the Disciplines*. Rochester.
 , e R.H. Popkin (orgs., 1991). *The Shapes of Knowledge from the Renaissance to the Enlightenment*. Dordrecht.
- KELLY, C.M. (1994). "Later Roman bureaucracy: going through the files", in *Literacy and Power in the Ancient World*, orgs. A.K. Bowman e G. Woolf, Cambridge, p.161-76.
- KENNEY, E.J. (1974). *The Classical Text: Aspects of Editing in the Age of the Printed Book*. Berkeley.
- KENNY, N. (1991). *The Palace of Secrets: Béroalde de Verville and Renaissance Conceptions of Knowledge*. Oxford.
 (1998). *Curiosity in Early Modern Europe: Word Histories*. Wiesbaden.
- KEYNES, G. (1940). *The Library of Edward Gibbon*, 2ª ed. 1980.
- KING, J.E. (1949). *Science and Rationalism in the Government of Louis xiv*. Baltimore.
- KING, M.L. (1976). "Thwarted ambitions: six learned women of the Italian Renaissance", *Soundings* 59, p.280-300.
- KITCHIN, G. (1913). *Sir Roger L'Estrange*.

- KLAITS, J. (1971). "Men of letters and political reformation in France at the end of the reign of Louis xiv: the founding of the Académie Politique", *Journal of Modern History* 43, p.577-97.
- KLEY, E.J. VAN (1971). "Europe's 'Discovery' of China and the writing of world history", *American Historical Review* 76, p.358-85.
- KLUETING, H. (1986). *Die Lehre von Macht der Staaten*. Berlin.
- KNORR-CETINA, K. (1981). *The Manufacture of Knowledge*. Oxford.
- KNOWLES, M.D. (1958). "Great historical enterprises: the Bollandists", *Transactions of the Royal Historical Society* 8, p.147-66.
(1959). "Great historical enterprises: the Maurists", *Transactions of the Royal Historical Society* 9, p.169-88.
- KOEMAN, C. (1970). *Joan Blaeu and his Grand Atlas*. Amsterdã.
- KOERNER, L. (1996). "Carl Linnaeus in his time and place", in Jardine, Secord e Spary, p.145-62.
- KOLMAR, L. (1979). "Colbert und die Entstehung der Collection Doat", *Francia* 7, p.463-89.
- KONVITZ, J. (1987). *Cartography in France, 1660-1848*. Chicago.
- KORAN, R. (1874). *Der Kanzleienstreit*. Halle.
- KORNICKI, P. (1998). *The Book in Japan: A Cultural History from the Beginnings to the Nineteenth Century*. Leiden.
- KOSSELLECK, R. (1972). "Begriffsgeschichte and social history", reimp. em seu *Futures Past*, trad. ingl., Cambridge, Mass., 1985, p.73-91.
- KRISTELLER, P.O. (1951-2). "The modern system of the arts", reimp. em seu *Renaissance Thought*, ii (Nova York, 1965), p.163-227.
(1955). "The humanist movement", reimp. em seu *Renaissance Thought* (Nova York, 1961), p.3-23.
- KÜHLMANN, W. (1982). *Gelehrtenrepublik und Fürstenstaat*. Tübingen.
- KUHN, T.S. (1962). *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago.
- KUSUKAWA, S. (1996). "Bacons classification of knowledge", in *The Cambridge Companion to Bacon*, org. M. Peltonen (Cambridge), p.47-74.
- LABROUSSE, E. (1963-4). *Pierre Bayle*, 2 vols. Haia.
(1983). *Bayle*. Oxford.
- LACH, D. (1965). *Asia in the Making of Europe*, parte 1. Chicago.
(1977). *Asia in the Making of Europe*, parte 2. Chicago.
, e E.J. VAN KLEY (1993). *Asia in the Making of Europe*, parte 3. Chicago.
- LADNER, G.B. (1979). "Medieval and Modern understanding of symbolism: a comparison", *Speculum* 54, p.223-5b.
- LAEVEN, A.H. (1986). *Acta Eruditorum*. Amsterdã.
- LAMB, U. (1969). "Science by litigation: a cosmographie feud", reimp. em seu *Cosmographers and Pilots of the Spanish Maritime Empire* (Aldershot, 1995), III, p.40-57.
(1976). "Cosmographers of Seville", reimp. in ibid, VI, p.675-86.
- LAMO de Espinosa, E., J.M. González García e C. Torres Albero (1994). *La sociologia del conocimiento de la ciência*. Madri.
- LANDAU, D., e P. Parshall (1994). *The Renaissance Print 1470-1550*. New Haven.
- LANDER, J.R. (1969). *Conflict and Stability in Fifteenth-Century England*.
- LANDES, D.S. (1998). *The Wealth and Poverty of Nations*.

- LANKHORST, O.S. (1983) *Reittier Leers*. Amsterdã-Maarssen.
 (1990). “Die snode uitwerkzels”, *De 17de eeuw* 6, p.129-36.
- LARRÈRE, C. (1992). *L’Invention de l’économie au XVIIIe. siècle*.
- LATOUR, B. (1983). *Science in Action*.
 , (1986). “Ces réseaux que la raison ignore: laboratoires, bibliothèques, collections”, in Baratin e Jacob, p.23-46.
- LAW. J. (org., 1986). *Power Action and Belief: A New Sociology of Knowledge?*
- LAWRENCE, S.C. (1996). *Charitable Knowledge: Hospital Pupils and Practitioners in Eighteenth-Century London*. Cambridge.
- LEDONNE, J.P. (1984). *Ruling Russia: Politics and Administration in the Age of Absolutism, 1762-1796*. Princeton.
- LEEDHAM-GREEN, E. (1987). *Books in Cambridge Inventories*, 2 vols. Cambridge.
- LE GOFF, J. (1957). *Intellectuals in the Middle Ages*, ed. rev., 1985, trad. ingl., Oxford, 1992.
 (1977). *Time, Work and Culture in the Middle Ages*, trad. ingl.. Chicago, 1980.
- LEMAINE, G., et al. (orgs., 1976). *Perspectives on the Emergence of Scientific Disciplines*. Haia.
- LENOIR, T. (1997). *Instituting Science*. Stanford.
- LETWIN, W. (1963). *The Origins of Scientific Economics: English Economic Thought, 1660-1776*.
- LÉVI-STRAUSS, C. (1962). *La Pensée sauvage*.
 (1964). *Le Cru et le cuit*.
- LEVY, E (1982). “How information spread among the gentry, 1530-1640”, *Journal of British Studies* 21, p.11-34.
- LIESHOUT, H.H.M. VAN (1993). “The library of Pierre Bayle”, in Canone, p.281-97.
 (1994). “Dictionnaires et diffusion de savoir”, in *Commercium Litterarium*, orgs. H. Bots e F. Waquet (Amsterdã-Maarssen). p.131-50.
- LINDEY, A. (1952). *Plagiarism and Originality*. Nova York.
- LINDQVIST, S. (1984). *Technology on Trial: The Introduction of Steam Power Tecnology into Sweden, 1715-36*. Uppsala.
- LIPKING, L. (1977). “The marginal gloss”, *Critical Inquiry* 3, p.620-31.
- LIVINGSTONE, D.N. (1995). “The spaces of knowledge”, *Society and Space* 13, p.5-34.
- LONG, P.O. (1991). “Invention, authorship, ‘intellectual property’ and the origin of patents: notes toward a conceptual history”, *Technology and Culture* 32, p.846-84.
- LOSMAN, A. (1983). “The European communications network of Carl Gustav Wrangel and Magnus Gabriel de la Gardie”, in *Europe and Scandinavia*, org. G. Rystad (Lund), p.199-206.
- LOUGEE, C.C. (1976). *Le Paradis des femmes: Women, Salons and Social Stratification in Seventeenth-Century France*. Princeton.
- LOUGH, J. (1968). *Essays on the Encyclopédie*. Oxford.
- LOWOOD, H.E. (1990). “The calculating Forester”, in Frangsmyr et al., p.315-42.
- LUCAS, C. (1989). “Vers une nouvelle image de l’écrivain”, in *L’Écrivain face a son public*, orgs. C. A. Fiorato e J.-C. Margolin, p.85-104.
- LUGLI, A. (1983). *Naturalia e Mirabilia. Il collezionismo enciclopedico nelle Wunderkammer d’Europa*. Milão.

- LUHMANN, N. (1990). "The cognitive programme of constructivism and a reality that remains unknown", in *Self-Organisation*, orgs. W. Krohn, G. Kupper e H. Novotny (Dordrecht), p.64-85.
- LUKES, S. (1973). *Emile Durkheim*.
- LUNSINGH SCHEURLEER, T.H. e G.H.M. POSTHUMUS MEYJES (1975). *Leiden University in the Seventeenth Century*. Leiden.
- LUX, D.S. (1991a). "The reorganisation of science, 1450-1700", in Moran, p. 185-94.
(1991b). "Societies, circles, academies and organisations", in Barker e Arieuw, p.23-44.
- MCCARTHY, E.D. (1996). *Knowledge as Culture: The New Sociology of Knowledge*.
- MCCLELLAN III, J.E., (1985). *Science Reorganized: Scientific Societies in the Eighteenth Century*. Nova York.
- MACDONALD, M., e T.R. MURPHY (1990). *Sleepless Souls: Suicide in Early Modern England*. Oxford.
- MACHLUP, F. (1962). *The Production and Distribution of Knowledge in the United States*. Princeton.
(1980-84). *Knowledge*, 3 vols. Princeton.
- McKENDRICK, N., J. BREWER e J.H. Plumb (1982). *The Birth of a Consumer Society: The Commercialization of Eighteenth-Century England*.
- MCKENZIE, D.F. (1992). "The economies of print, 1550-1750: scales of production and conditions of constraint", in Cavaciocchi, p.389-426.
- McKITTERICK, D. (1992 "Bibliography, bibliophily and the organization of knowledge", in *The Foundations of Scholarship*, orgs. D. Vaisey e D. McKitterick (Los Angeles), p.29-64.
- MACLEOD, R. (1987). "On visiting the 'moving metropolis': reflections on the architecture of imperial science", reimp. em Storey, p.23-55.
- MAKDISI, G. (1981). *The Rise of Colleges : Institutions of Learning in Islam and the West*. Edimburgo.
- MALHERBE, M. (1994). "Bacon, Diderot et l'ordre encyclopédique", *Revue de Synthèse* 115, p.13-38.
- MANDOSIO, J.-M. (1993). "L'Alchimie dans la classification des sciences et des arts à la Renaissance", in *Alchimie et philosophie à la Renaissance*, orgs. J.-C. Margolin e S. Matton, p.11-42.
- MANNHEIM, K. (1925). "The problem of a sociology of knowledge", trad. ingl. em seus *Essays in the Sociology of Knowledge*, 1952, p.134-90.
(1927). *Conservatism. A Contribution to the Sociology of Knowledge*, trad. ingl., 1986.
(1929). "Competition as a cultural phenomenon", trad. ingl. em seus *Essays in the Sociology of Knowledge*, 1952, p.191-229.
(1936). *Ideology and Utopia: An Introduction to the Sociology of Knowledge*.
(1952). "The problem of generations", em seus *Essays on the Sociology of Knowledge*, p.276-320.
- MARINI, G. (1825). "Memorie storiche degli archivi della S. Sede", reimp. em *Monumenta Vaticana*, org. H. Laemmer (Friburgo), 1861, p.433-53.
- MARSH, R.M. (1961). *The Mandarins: The Circulation of Elites in China, 1600-1900*. Glencoe.
- MARSHALL, A. (1994). *Intelligence and Espionage in the Reign of Charles II*. Cambridge.
- MARTENS, W. (1974). "Die Geburt des Journalisten in der Aufklärung", in *Wolfenbütteler Studien zur Aufklärung*, vol.1, org. G. Schulz (Bremen), p.84-98.

- MARTIN, H.-J. (1957). "Les Bénédictins, leur libraries et le pouvoir: notes sur le financement de la recherche au temps de Mabillon et de Montfaucon", *Révue Française de l'Histoire du Livre* 43, p.273-87.
 (1969). *Livre, pouvoirs et société à Paris au 17e. siècle*.
 (1988). *Histoire et pouvoirs de l'écrit*.
 (1996). *The French Book: Religion, Absolutism and Readership 1585-1715*. Baltimore.
 , e R. Chartier (1983-4). *Histoire de l'édition française*, 2 vols.
- MASSEAU, D. (1994). *L'Invention de l'intellectuel dans l'Europe du 18e. siècle*.
- MATTINGLY, G. (1955). *Renaissance Diplomacy*.
- MAZAURIC, S. (1997). *Savoirs et philosophie à Paris dans la première moitié du 17e. siècle: les conférences du bureau d'adresse de Théophraste Renaudot*.
- MAZZONE, U., e A. Turchini (orgs., 1985). *Le visite pastorali*. Bolonha.
- MEIER, H. (1966). *Die altere deutsche Staats-und Verwaltungslehre*. Neuwied.
- MEINECKE, F. (1924-25). *Machiavelism*, trad, ingl., 1957.
- MEINEL, C. (1988). "Chemistry's place in 18th-century universities", *History of Universities* 7, p.89-116.
- MENDELSON, E. (1977). "The social construction of scientific knowledge", in *The Social Construction of Scientific Knowledge*, org. Mendelsohn (Dordrecht-Boston), p.3-26.
- MERTON, R.K. (1938). *Science, Technology and Society in Seventeenth-Century England*, ed. rev., Nova York, 1970.
 (1941). "Karl Mannheim and the sociology of knowledge", reimp. em seu *Social Theory and Social Structure*, ed. rev., Glencoe, 1957, p.489-508.
 (1945). "The sociology of knowledge", reimp. in *ibid.*, p.456-88.
 (1957). "Priorities in scientific discovery", reimp. em seu *Sociology of Science* (Chicago, 1973), p.286-324.
 (1968). "The Matthew effect in science", reimp. in *ibid.*, p.439-59.
- MESSICK, B. (1993). *The Calligraphic State: Textual Domination and History in a Muslim Society*. Berkeley.
- METZGER, T. (1973). *The Internal Organisation of Ch'ing Bureaucracy*.
- MEYER, J. (1981). *Colbert*.
- MIDDLETON, W.E.K. (1971). *The Experimenters: A Study of the A.cademia del Cimento*. Baltimore.
- MILLER, A. (1981). "Louis Moréri's *Grand Dictionnaire Historique*", in Kafker, p.13-52.
- MILLER, D.P. (1996). "Joseph Banks, empire and 'centres of calculation' in late Hanoverian London", in *Visions of Empire*, orgs. D.P. Miller e P. Reill (Cambridge), p.21-37.
- MILLS, C.W. (1940). "The language and ideas of ancient China", mimeo, reimp. em seu *Power, Politics and People* (Nova York), p.469-520.
- MIROT, L. (1924). *Roger de Piles*.
- MIYAZAKI, I. (1963). *China's Examination Hell*, trad, ingl., Nova York-Tóquio, 1976.
- MONEY, J. (1993). "Teaching in the marketplace", in Brewer e Porter, p.335-80.
- MONNET, N. (1996). "L'Encyclopédisme en Chine", in Schaer, p.344-67.
- MOORE, W.E., e M.M. TUMIN (1949). "Some social functions of ignorance", *American Sociological Review* 14, p.787-95.
- MORAN, B.T. (1991). "Courts, universities and academies in Germany: an overview, 1550-1750", in *Patronage and Institutions* (Woodbridge), p.169-94.

- MOREL-FATIO, A. (1913). *Historiographie de Charles V*.
- MORGAN, B.T. (1929). *Histoire du Journal des Savants depuis 1665 jusqu'ém 1701*.
- MORINEAU, M. (1985). *Incrovables gazettes et fabuleux métaux: les retours des trésors américains d'après les gazettes hollandaises*. Cambridge-Paris.
- MOSS, A. (1996). *Printed Commonplace Books and the Structuring of Renaissance Thought*. Oxford.
- MOUREAU, F. (org., 1995). *De bonne main: la communication manuscrite au 18e. siècle*. Paris-Oxford.
- MUNDY, B. (1996). *The Mapping of New Spain: Indigenous Cartography and the Maps of the Relaciones Geográficas*. Chicago.
- MURRAY, A. (1978). *Reason and Society in the Middle Ages*. Oxford.
- MYERS, R. e M. HARRIS (orgs., 1992). *Censorship and the Control of Print in England and France, 1600-1910*. Winchester.
- NAKAGAWA, H. (1992). "L'Encyclopédie et le Japon", em seu *Des lumières et du comparatisme: un regard japonais sur le 18e. siècle*, p.237-68.
- NELLES, P.N. (1997). "The library as an instrument of discovery", in Kelley, p.41-57.
- NIGRO, S.S. (1991). "The secretary", in *Baroque Personae*, org. R. Villari, trad. ing. (Chicago, 1995), p.82-99.
- NISARD, C. (1860). *Les Gladiateurs de la république des lettres*, 2 vols.
- NORDENMARK, N.V.E. (1939). *Pehr Wilhelm Wargentin*. Uppsala.
- OAKLEY, S.P. (1968). "The interception of posts in Celle, 1694-1700", in *William III and Louis XIV*, orgs. R. Hatton and J.S. Bromley (Liverpool), p.95-116.
- OLLARD, S.L., e P.C. WALKER (orgs., 1929-31). *Archbishop T. Herring's Visitation Returns*, 4 vols. York.
- OLMI, G. (1992). *L'inventario del mondo*. Bolonha.
- O'MALLEY, J., e G. BAILEY (orgs., 1999). *The Jesuits*. Toronto.
- ONG, W. (1958). *Ramus: Method and the Decay of Dialogue*, Cambridge, Mass.
- OPHIR, A., e STEVEN Shapin (1991). "The place of knowledge", *Science in Context* 4, p.3-21.
- ORNSTEIN, M. (1913). *The Role of the Scientific Societies in the Seventeenth Century*. Nova York.
- PALUMBO, M. (1993a). "La biblioteca lessicografica di Leibniz", in Canone, p.419-56. (1993b). *Leibniz e la res bibliothecaria*. Roma.
- PANOFSKY, E. (1953). "Artist, scientist, genius", revista em *The Renaissance: Six Essays* (Nova York, 1962), p. 123-82.
- PARDO TOMÁS, J. (1991). *Ciencia y censura: la inquisición espanola y los libros científicos en los siglos XVI y XVII*. Madri.
- PARETO, V. (1916). *The Mind and Society*, trad, ingl., 1935.
- PARKER, G. (1992). "Maps and ministers: the Spanish Habsburgs", in Buisseret, p.124-52. (1998). *The Grand Strategy of Philip II*. New Haven.
- PARKER, I. (1914). *Dissenting Academies in England*. Cambridge.
- PARTNER, P. (1980). "Papal financial policy in the Renaissance and Counter-Reformation", *Past and Present* 88, p.17-62. (1990). *The Pope's Men: The Papal Civil Service in the Renaissance*. Oxford.
- PEARSON, K. (1978). *The History of Statistics in the Seventeenth and Eighteenth Centuries*.

- PEDERSEN, J., e G. MAKDISI (1979). "Madrasa", *Encyclopaedia of Islam*, vol. 5, p. 1123-34. Leiden.
- PEDERSEN, O. (1996). "Tradition and innovation", in Ridder-Symoens, p.452-88.
- PEDLEY, M.S. (1979). "The subscription lists of the *Atlas Universel* (1757): a study in cartographic dissemination", *Imago Mundi* 31, p.66-77.
- PELLETIER, M. (1990). *La Carte de Cassini: l'extraordinaire aventure de la carte en France*.
- PELS, D. (1996). "Strange standpoints: or how to define the situation for situated knowledge", *Telos* 108, p.65-91.
(1997). "Mixing metaphors: politics or economics of knowledge", *Theory and Society* 26, p.685-717.
- PERROT, J.-C. (1981). "Les Dictionnaires de commerce au 18e. siècle", *Revue d'Histoire Moderne et Contemporaine* 28, p.36-67.
- PETRUCCI, A. (1995). "Reading to read", in *A History of Reading in the West*, orgs. G. Cavallo e R. Chartier, trad. ingl., Cambridge, 1999, p.345-67.
- PHILLIPS, H. (1997). *Church and Culture in Seventeenth-Century France*. Cambridge.
- PHILLIPS, P. (1990). *The Scientific Lady: A Social History of Women's Scientific Interests, 1520-1918*.
- PICARD, R. (1943). *Les Salons littéraires*.
- PINCH, W.R. (1999). "Same difference in India and Europe", *History and Theory* 38, p.389-407.
- PINOT, V. (1932). *La Chine et la formation de l'esprit philosophique in France, 1640-1740*.
- PINTARD, R. (1943). *Le Libertinage érudit dans la première moitié au 17e. siècle*, ed. rev., Genebra-Paris, 1983.
- PIPES, R. (1960). "The historical evolution of the Russian intelligentsia", in Pipes, org., *The Russian Intelligentsia*, p.47-62.
- PLUMB, J.H. (1973). *The Emergence of Leisure in the Eighteenth Century*. Reading.
- POELHEKKE, J.J. (1960). "Lieuwe van Aitzema", reimp. em *Geschiedschrijving in Nederland*, orgs. P.A.M. Geurts e A.E.M. Janssen (Haia, 1981), p.97-116.
- POLLARD, G., e A. EHRMAN (1965). *The Distribution of Books by Catalogue*. Cambridge.
- POMIAN, K. (1972). "Les Historiens et les archives dans la France du 17e. siècle", *Acta Poloniae Historica* 26, p.109-25.
(1973). "De la lettre au périodique: la circulation des informations dans les milieux des historiens au 17e. siècle", *Organon* 9, p.25-43.
(1987). *Collectors and Curiosities*, trad. ingl., Cambridge, 1990.
- POPKIN, J.D. (1990). *Revolutionary News: The Press in France 1789-99*. Durham, NC.
- POPKIN, R.H. (1960). *History of Scepticism from Erasmus to Spinoza*, ed. rev., Berkeley-Los Angeles, 1979.
- PORTER, R. (1989). *Health for Sale*.
(1996). "The Scientific Revolution and universities", in Ridder-Symoens, p.531-64.
- POST, G. (1932). "Masters' salaries and students' fees in the Medieval universities", *Speculum* 7, p.181-98.
, K. Giocarini e R. Kay (1955). "The Medieval heritage of a humanist ideal", *Traditio* 11, p.195-234.
- POSTER, M. (1990). *The Mode of Information*. Cambridge.
- POTTER, E. (1993). "Gender and epistemic negotiation", in Alcoff e Potter, p. 161-86.
- PRED, A. (1973). *Urban Growth and the Circulation of Information*. Nova York.

- PRETO, P. (1994). *I servizi segreti di Vetiezia*. Milão.
- PRINCIPE, L.M. (1992). "Robert Boyle's alchemical secrecy: codes, ciphers and concealment", *Ambix* 39, p.63-74.
- PRODI, P. (1982). *The Papal Prince*, trad, ingl., Cambridge, 1987.
- PROSPERI, A. (1981). "Intellettuali e chiesa all'inizio dell'età moderna", in *Storia d'Italia, Annali*, vol.4 (Turim), p.161-252.
 (1996). *Tribunali di coscienza: inquisitori, confessori, missionari*. Turim.
 (1997). "Effetti involontari della censura", in *La censura libraria nell'Europa del secolo XVI*, org. U. Rozzo (Udine), p.147-62.
- PROUST, J. (1962). *Diderot et l'Encyclopédie*.
- PULIDO Rubio, J. (1950). *El Piloto Mayor de la Casa de la Contratación de Sevilla*. Sevilla.
- PUMFREY, S., P.L. ROSSI and M. SLAWINSKI (orgs., 1991). *Science Culture and Popular Belief in Renaissance Europe*. Manchester.
- QUEDENBAUM, G. (1977). *Der Verleger J.H. Zedler*. Hildesheim.
- QUELLER, D. (1973). "The development of ambassadorial *Relazioni*", in *Renaissance Venice*, org. J.R. Hale, p.174-96.
- RAEFF, M. (1983). *The Well-Ordered Police State*. New Haven.
- RANUM, R. (1963). *Richelieu and the Councillors of Louis XIII*. Oxford.
- RASSEM, M,e.J. Stagl (orgs , 1980). *Statistik und Staatsbeschreibung in der Neuzeit*. Paderborn.
 (orgs., 1994). *Geschichte der Staatsbeschreibung: Ausgewählte Quellentexte, 1456-1813*. Berlin.
- RAVEN, J. (1992). "Book distribution networks in early Modern Europe: the case of the Western Fringe, c.1400-1800" in Cavaciocchi, p.583-630.
 (1993). "Selling books across Europe c.1450-1800: an overview, *Publishing History* 34, p.5-20.
- RAWSKI, E.S. (1979). *Education and Popular Literacy in Ch'ing China*. Ann Arbor.
 (1985). "Economic and social foundations", in *Popular Culture in Late Imperial China*, orgs. D. Johnson, A.J. Nathan e E.S. Rawski (Berkeley-Los Angeles), p.3-33.
- REICHARDT, R. (1989). "Prints: images of the Bastille", in Darnton e Roche, p.223-51.
- REICHMANN, E. (1968). *Der Herrschaft der Zahl. Quantitatives Denken in der Deutschen Aufklärung*. Stuttgart.
- REINHARTZ, D. (1987). "Shared vision: Herman Moll and his circle and the Great South Sea", *Terrae Incognitae* 19, p.1-10.
 (1994). "In the service of Catherine the Great: the Siberian explorations and map of Sir Samuel Benthams", *Terrae Incognitae* 26, p.49-60.
- REISS, T.J. (1997). *Knowledge, Discovery and Imagination in Early Modern Europe: The Rise of Aesthetic Rationalism* Cambridge.
- RENNIE, N. (1995). *Far-Petched Facts: The Literature of Travel and the Idea of the South Seas*. Oxford.
- REPP, R. (1972). "Some observations on the development of the Ottoman learned hierarchy", in *Scholars, Saints and Sufis*, org. N.R. Keddie (Berkeley), p.17-32.
 (1986). *The Müfti of Istanbul: A Study in the Development of the Ottoman Learned Hierarchy*.
- REVEL, J. (1991). "Knowledge of the territory", *Science in Context* 4, p.133-61.
 (1996). "Entre deux mondes: la bibliothèque de Gabriel Naudé", in Baratin e Jacob, p.243-50.

- REY, R. (1994). "La classification des sciences", *Revue de Synthèse* 115, p.5-12.
- RICHARDSON B. (1994). *Print Culture in Renaissance Italy: The Editor and the Vernacular text, 1470-1600*. Cambridge
(1999). *Printing, Writers and Readers in Renaissance Italy*. Cambridge.
- RICHTER, L. (1946). *Leibniz und Russland*. Berlin.
- RIDDER-SYMOENS, H. de (org., 1992). *A History of the University in Europe: The Middle Ages*. Cambridge.
(org., 1996). *A History of the University in Europe: Universities in Early Modern Europe, 1500-1800*. Cambridge.
- RINGER, F.K. (1969). *The Decline of the German Mandarins: The German Academic Community, 1890-1933*. Cambridge, Mass.
(1990). "The intellectual field, intellectual history and the sociology of knowledge", *Theory and Society* 19. p.269-94.
(1992). *Fields of Knowledge: French Academic Culture in Comparative Perspective, 1890-1920*. Cambridge.
- ROBINSON, E. (1975). "The transference of British technology to Russia, 1760-1820", in *Great Britain and her World, 1750-1914*, org. B.M. Ratcliffe (Manchester), p. 1-26.
- ROBINSON, F. (1993). "Technology and religious change: Islam and the impact of print", *Modern Asian Studies* 27, p.229-51, rev. e amp. como "Islam and the impact of print in South Asia", in *The Transmission of Knowledge in South Asia*, org. N. Crook (Nova Delhi, 1996), p.62-97.
- ROCHE, D. (1976). "L'Histoire dans les activités des académies provinciales en France au 18e. siècle", in Hammer e Voss, p.260-95.
(1978). *Le Siècle des lumières en province*. Haia.
(1981). *The People of Paris*, trad, ingl., Leamington, 1987.
(1982). "L'Intellectuel au travail", reimpr. em seu *Les Républicains des lettres* (1988), p.225-41.
(1989). "Censorship and the publishing industry", in Darnton e Roche, p.3-26.
- ROCHOT, B. (1966). "Le Père Mersenne et les relations intellectuelles dans l'Europe du 17e. siècle", *Cahiers d'Histoire Mondiale* 10, p.55-73.
- ROGERS, P. (1972). *Grub Street*.
- ROMANO, R. e A. Tenenti (1967). "L'Intellectuel dans la société italienne des 15e. et 16e. siècles", in *Niveaux de culture*, org. L. Bergeron, p.51-65.
- ROSA, M. (1994). "Un médiateur dans la République des Lettres: le bibliothécaire", in *Commercium Literarium*, orgs. H. Bots e E. Waquet (Amsterdã-Maarsse), p.81-100.
- ROSE, M. (1988). "The author as proprietor", *Representations* 23. p.51-85.
(1993). *Authors and Owners*. Cambridge, Mass.
- ROSENTHAL, E. (1970). *Knowledge Triumphant*. Leiden.
- ROSSI, P. (1960). *Clavis universalis: arti mnemoniche e logica combinatoria da Lullo a Leibniz*. Milão-Nápoles.
(1962). *Philosophy, Technology and the Arts in the Early Modern Era*, trad, ingl., Nova York, 1970.
- ROTHKRUG, L. (1965). *Opposition to Louis XIV: The Political and Social Origins of the French Enlightenment*. Princeton.
- ROUSE, R.H., e M.A. ROUSE (1982). "Statim invenire: schools, preachers and new attitudes to the page", in *Renaissance and Renewal*, orgs. R.L. Benson e G. Constable (Cambridge, Mass.),

- p.201-25.
 (1983). “La Naissance des index”, in Martin e Chartier vol 1, p.77-86.
- ROWEN, H.H. (1987). “Lieuwe van Aitzema”, in *Politics and Culture in Early Modern Europe*, orgs. P. Mack e M. Jacob (Cambridge), p.169-82.
- RUBIN, M.R. e M.T. HUBER (1986). *The Knowledge Industry in the United States, 1960-1980*. New Haven.
- RÜEGG, W. (1992). “The rise of humanism”, in Ridder-Symoens, p.442-68.
- RUESTOW, E.G. (1973). *Physics at 17th and 18th Leiden*. Haia.
- SAID, E. (1978). *Orientalism*, segunda edição, 1995.
- SALMOND, A. (1982). “Theoretical landscapes: on cross-cultural conceptions of knowledge”, in *Semantic Anthropology*, org. D. Parkin, p.65-88.
- SANTOS LOPES, M. dos (1992). *Afrika: eine neue Welt in deutschen Schriften des 16. und 17. Jht*. Stuttgart.
- SANTSCHI, C. (1978). *La Censure à Genève au 17e. siècle*. Genebra
- SARDELLA, P. (1948). *Nouvelles et spéculations à Venise*.
- SAUNDERS, S. (1991). “Public administration and the library of J.-B. Colbert”, *Libraries and Culture* 26, p.282-300.
- SAZONOVA, L. (1996). “Die Entstehung der Akademien in Russland”, in *Die europäischen Akademien*, orgs. K. Garber e H. Wismann (Tübingen), p.966-92.
- SCHAER, R. (org., 1996). *Tous les savoirs du monde: encyclopédies et bibliothèques, de Sumer au XXIe. siècle*.
- SCHAFFER, S. (1996). “Afterword”, in *Visions of Empire*, orgs. D. P. Miller e P. Reill (Cambridge), p.335-52.
- SCHELER, M. (1926). *Die Wissensformen und die Gesellschaft*. Leipzig.
- SCHIEBINGER, L. (1989). *The Mind Has no Sex?* Cambridge, Mass.
- SCHILDER, G. (1976). “Organisation and evolution of the Dutch East India Company’s Hydrographic Office”, *Imago Mundi* 28, p.61-78.
- SCHILLER, H.I. (1986). *Information and the Crisis Economy*. Nova York.
 (1996). *Information Inequality: The Deepening Social Crisis in America*.
- SCHILLING, H. (1983). “Innovation through migration”, *Histoire Sociale* 16, p.7-34.
- SCHMIDT-BIGGEMANN, W. (1983). *Topica universalis: eine Modelgeschichte humanistischer und barocker Wissenschaft*. Hamburgo.
 (1996). “New structures of knowledge”, in Ridder-Symoens, p.489-530.
- SCHÖFFLER, H. (1936). *Wirkungen der Reformation*, reimp. em Frankfurt, 1960.
- SCHOTTENLOHER, K. (1933). “Die Druckprivilegien”, *Gutenberg Jahrbuch*, p.89-111.
 (1935). *Der Buchdrucker als neuer Berufstand des 15. und 16. Jahrhunderts*. Berlim.
- SCHULTE-ALBERT, H.G. (1971). “G. W. Leibniz and library classification”, *Journal of Library History* 6, p.133-52.
- SCHUMPETER, J. (1942). *Capitalism, Socialism and Democracy*.
- SCOTT, J. (1991). “Ignorance and revolution: perceptions of social reality in revolutionary Marseilles”, in *Interpretation and Cultural History*, orgs. J. Pittock e A. Wear, p.235-68.
- SEALY, R.J. (1981). *The Palace Academy of Henry III*. Genebra.
- SEGUIN, J.-P. (1964). *L’Information en France avant le périodique, 1529-1631*.

- SEIFERT, A. (1976). *Cognitio historica: die Geschichte als Namengeberin der frühneuzeitliche Empirie*. Berlin.
- (1980). "Staatenkunde", in Rassem e Stagl, p.217-48.
- (1983). 'Conring und die Begründung der Staatenkunde', in Stolleis, p.201-16.
- SERJEANTSON, R. (1999). "Introduction" a Meric Casaubon, *General Learning* (Cambridge), p.1-65 [primeira edição do texto do século XVII].
- SERRAI, A. (1988-92). *Stena della bibliografia*, 5 vols. Roma.
- (1990). *Conrad Gessner*, org. M. Cochetti. Roma.
- SEYMOUR, W. A. (org., 1980). *A History of the Ordnance Survey*. Folkestone.
- SGARD, J. (org., 1976). *Dictionnaire des journalistes (1600-1789)*. Grenoble.
- (1987). "Et si les anciens étaient modernes... le système du P. Hardouin", in *D'un siècle à l'autre*, org. L. Godard de Donville (Marseilles), p.209-20.
- (org., 1991). *Dictionnaire des journaux, 1600-1789*, 2 vols.
- SHAABER, M. (1929). *Some Forerunners of the Newspaper, 1476-1622*. Filadélfia.
- SHACKLETON, R. (1961). *Montesquieu: An Intellectual and Critical Biography*. Oxford.
- (1970). *The Encyclopaedia and the Clerks*. Oxford.
- SHAPIN, S. (1982). "History of science and its sociological reconstructions", rev. em *Cognition and Fact*, orgs. R.S. Cohen e T. Schnelle (Dordrecht), p.325-86.
- (1988). "The House of Experiment in seventeenth-century England", *Isis* 79, p.373-404.
- (1994). *A Social History of Truth: Civility and Science in Seventeenth-Century England*. Chicago.
- (1996). *The Scientific Revolution*. Chicago.
- , e S. Schaffer (1985). *Leviathan and the Air-Pump: Hobbes, Boyle and the Experimental Life*. Princeton.
- SHAPIRO, B.J. (1983). *Probability and Certainty in Seventeenth-Century England*. Princeton.
- (1991). *Beyond Reasonable Doubt*. Berkeley.
- (1994). "The concept 'fact': legal origins and cultural diffusion", *Albion* 26, p.1-26.
- SHAW, D.J.B. (1996). "Geographical practice and its significance in Peter the Great's Russia", *Journal of Historical Geography* 22, p.160-76.
- SHER, R.B. (1997). "Charles v and the Book Trade: an episode in Enlightenment print culture", in *William Robertson and the Expansion of Empire*, org S.J. Brown (Cambridge), p.164-95.
- SHERMAN, W. (1995). *John Dee: The Politics of Reading and Writing in the English Renaissance*. Amherst.
- SHIVELY, D.H. (1991). "Popular culture", in *Early Modern Japan*, org. J.W. Hall (Cambridge), p.706-69.
- SHTAIR, A.B. (1996). *Cultivating Women. Cultivating Science*. Baltimore.
- SIEBERT, F.S. (1965). *Freedom of the Press in England, 1476-1776*. Urbana.
- SLAUGHTER, M.M. (1982). *Universal Language and Scientific Taxonomy in the Seventeenth Century*. Cambridge.
- SMITH, P.H. (1994). *The Business of Alchemy: Science and Culture in the Holy Roman Empire*. Princeton.
- SMITH, W.D. (1984). "Amsterdam as an information exchange in the seventeenth century", *Journal of Economic History* 44, p.985-1005.
- SOLOMON, H.M. (1972). *Public Welfare, Science and Propaganda*. Princeton.
- SOLT, L.F. (1956). "Anti-intellectualism in the Puritan Revolution", *Church History* 25, p.306-16.

- SOUCEK, S. (1992). "Islamic charting in the Mediterranean", in Harley e Woodward, vol.2, parte I, p.263-92.
- STAGL, J. (1980). "Die Apodemik oder 'Reisekunst' als Methodik der Sozialforschung vom Humanismus bis zur Aufklärung", in Rassem e Stagl, p.131 -202.
(1995). *The History of Curiosity*. Chur.
- STARK, W (1960). *Montesquieu, Pioneer of the Sociology of Knowledge*.
- STEENSGAARD, N. (1982). "The Dutch East India Company as an institutional innovation", in *Dutch Capitalism and World Capitalism*, org. M. Aymard (Cambridge-Paris), p.235-57.
- STEGMANN, J. (1988). "Comment constituer une bibliothèque en France au début du 17e. siècle", in Aquilon e Martin, p.467-501.
- STEHR, N. (1992). "Experts, counsellors and advisers", in Stehr e Ericson, p.107-55.
(1994). *Knowledge Societies*.
, e R.V. ERICSON (orgs., 1992). *The Culture and Power of Knowledge*. Berlim-Nova York.
, e V. MEJA (orgs., 1984). *Society and Knowledge*. New Brunswick.
- STENZEL, H. (1993). "Gabriel Naudé et l'utopie d'une bibliothèque idéale", in Kapp, p.103-15.
- STEVENSON, E.L. (1927). "The geographical activities of the *Casa de la Contratación*", *Annals of the Association of American Geographers* 17, p.39-52.
- STEWART, L. (1992). *The Rise of Public Science: Rhetoric, Technology and Natural Philosophy in Newtonian Britain, 1660-1750*. Cambridge.
- STICHWEH, R. (1991). *Der frühmoderne Staat und die europäische Universität*. Frankfurt.
- STIGLER, G.J. (1961). "The economics of information", *Journal of Political Economy* 69, p.213-25.
- STOCK, B. (1983). *The Implications of Literacy*. Princeton.
- STOLLEIS, M. (1980). *Arcana Imperii und Ratio Status*. Göttingen.
(1983). "Die Einheit der Wissenschaften — Hermann Conring", in *Hermann Conring (1606-1681)* (Berlim), p.11-34.
- STOREY, W.K. (org., 1996). *Scientific Aspects of European Expansion*. Aldershot.
- STRAUSS, G. (1975). "Success and failure in the German Reformation", *Past and Present* 67, p.30-63.
- STROUP, A. (1990). *A Company of Scientists: Botany, Patronage and Community at the Seventeenth-Century Parisian Royal Academy of Sciences*. Berkeley-Los Angeles.
- SUTHERLAND, J.R. (1986). *The Restoration Newspaper*. Cambridge.
- SWITZER, R. (1967). "America in the *Encyclopédie*", *Studies on Voltaire* 58, p.1481-99.
- TAYLOR, A.R. (1945). *Renaissance Guides to Books*. Berkeley-Los Angeles.
- TEGA, W. (1984). *Arbor scaentiarum*. Bolonha.
- TEIXEIRA DA MOTA, A. (1976). "Some notes on the organisation of hydrographical services in Portugal", *Imago Mundi* 28, p.51-60.
- TENG, S.-Y. (1942-43). "Chinese influence on the Western examination system", *Harvard Journal of Asiatic Studies* 7, p.267-312.
, e K. BIGGERSTAFF (1936). *An Annotated Bibliography of Selected Chinese Reference Works*, ed. rev., Cambridge, Mass., 1950.
- TENNANT, E. C. (1996). "The protection of invention: printing privileges in early modern Germany", in *Knowledge, Science and Literature in Early Modern Germany*, orgs. G.S. Williams e S.K. Schindler (Chapel Hill), p.7-48.

- THIEL-HORSTMANN, M. (1980). "Staatsbeschreibung und Statistische Erhebungen im Vorkolonialen und Kolonialen Indien", in *Rassemblement de Stagl*, p.205-13.
- THOMAS, K. V. (1971). *Religion and the Decline of Magic: Studies in Popular Beliefs in Sixteenth and Seventeenth-Century England*.
- THORNDIKE, L. (1951). "Newness and novelty in seventeenth-century science", *Journal of the History of Ideas* 12, p.584-98.
- THRIFT, N. (1985). "Flies and germs: a geography of knowledge", in *Social Relations and Spatial Structures*, eds. D. Gregory e J. Urry, p.366-403.
- THRIFT, N., F. Driver e D. LIVINGSTONE (1995). "The geography of truth", *Society and Space* 13, p.1-3.
- TOSCANI, I. (1980). "Estatistisches Denken und Erkenntnis-theoretische Überlegungen in den Venezianischen Kelationen", in *Rassemblement de Stagl*, p. 111-25.
- TRENARD, L. (1965-6). "Le Rayonnement de l'Encyclopédie", *Cahiers d'Histoire Moderne* 9, p.712-47.
- TUCCI, U. (1990). "Ranke and the Venetian document market", in *Leopold von Ranke and the Shaping of the Historical Discipline*, eds. G.G. Iggers e J. M. Powell (Syracuse), p.99-108.
- TURNER, R. (ed., 1974). *Ethnomethodology*. Harmondsworth.
- TYACKE, N. (1978). "Science and religion at Oxford before the Civil War", in *Puritans and Revolution*, eds. D. Pennington e K.V. Thomas (Oxford), p.73-93.
- UNNO, K. (1994). "Cartography in Japan", in *Harley e Woodward*, vol. 2, parte 2, p.346-477.
- VANDERMEERSCH, P.A. (1996). "Teachers", in *Ridder-Simoens*, p.210-55.
- VAN LEEUWEN, H.G. (1963). *The Problem of Certainty in English Thought 1630-90*. Haia.
- VEBLEN, T. (1906). "The place of science in modern civilization", *American Journal of Sociology* 11, p.585-609.
 (1918). *The Higher Learning in America: A Memorandum on the Conduct of Universities by Businessmen*. Nova York.
 (1919). "The intellectual pre-eminence of Jews in modern Europe", *Political Science Quarterly* 34, p.33-42.
- VENARD, M. (1985). "Le visite pastorali francesi dal XVI ai XVIII secolo", in *Mazzone e Turchini*, p.13-55.
- VENTURI, F. (1959). "Contributi ad un dizionario storico", *Rivista Storica Italiana* 71, p. 119-30.
- VERGER, J. (1997). *Les Gens de savoir en Europe à la fin du Moyen Age*.
- VERICAT, J. (1982). "La 'organizatoriedad' del saber en la Espana del siglo XVI", in *Homenaje a G.F. de Oviedo*, eds. E. de Solano e E. del Pino, 2 vols (Madri), vol.1, p.381-415.
- VERNER, C. (1978). "John Seller and the chart trade in seventeenth-century England", in *The Complete Plattmaker*, ed. N.J.W. Thrower (Berkeley), p.127-58.
- VIAIA, A. (1985). *Naissance de l'écrivain*.
- VILLEY, P. (1908). *Les Sources et l'évolution des Essais de Montaigne*, 2 vols.
- VÖLKEL, M. (1987). *'Pyrrhonismus historicus' und fides histórica: die Entwicklung der deutschen historischen Methodologie unter dem Gesichtspunkt der historischen Skepsis*. Frankfurt.
- VOSS, J. (1972). *Das Mittelalter im historischen Denken Frankreichs*. Munique.
 (1979). *Universität, Geschichtswissenschaft und Diplomatie im Zutatler der Aufklärung: Johann Daniel Schöpflin (1694-1771)*. Munique.

- (1980). "Die Akademien als Organisationsträger der Wissenschaften im 18. Jht", *Historisches Zeitschrift* 231, p.43-74.
- VUCINICH, A. (1963). *Science in Russian Culture: A History to 1860*. Stanford.
- WALKER, R.B. (1973). "Advertising in London newspapers 1650-1750", *Business History* 15, p.112-30.
- WALLIS, P.J. (1974). "Book subscription lists", *The Library* 29, p.255-86.
- WALLIS, R. (org., 1979). *On the Margins of Science: The Social Construction of Rejected Knowledge*. Keele.
- WALZER, M. (1965). *The Revolution of the Saints: A Study in the Origins of Radical Politics*. Cambridge, Mass.
- WANSINK, H. (1975). *Politieke Wetenschappen aan de Leidse Universiteit*. Leiden.
- WAQUET, F. (1993a). "Book subscription lists in early eighteenth-century Italy", *Publishing History* 33, p.77-88.
- (1993b). "Le *Polyhistor* de Daniel Georg Morhof, lieu de mémoire de la République des Lettres", in Kapp, p.47-60.
- WEBER, M. (1920). *Economy and Society*, trad, ingl., 3 vols, Nova York, 1968.
- WEBSTER, C. (1975). *The Great Instauration: Science, Medicine and Reform, 1626-1660*.
- WEBSTER, F. (1995). *Theories of the Information Society*.
- WELLISCH, H.H. (1991). *Indexing from A to Z*, ed. rev., Nova York. 1995.
- WELLS, J.M. (1966). *The Circle of Knowledge*.
- WERNHAM, R.B. (1956). "The public records", in *English Historical Scholarship*, org. L. Fox, p.11-30.
- WIENER, N. (1948). *Cybernetics*.
- WILLIAMS, A. (1979). *The Police of Paris, 1718-89*. Baton Rouge.
- WILSON, A.M. (1972). *Diderot*. Nova York.
- WILTERDINK, N. (1977). "Norbert Elias's sociology of knowledge", in *Human Figurations*, p.110-26.
- WINCH, D. (1990). "Economic knowledge and government in Britain: Some historical and comparative reflections", in *The State and Economic Knowledge*, orgs. M.O. Furner e B. Supple (Cambridge), p.40-70.
- (1993). "The science of the legislator: the Enlightenment heritage", in *The State and Social Investigation in Britain and the United States*, orgs. M. Lacey e M.O. Furner (Cambridge), p. 63-91.
- WITHERS, C.W.J. (1998). "Towards a history of geography in the public sphere", *History of Science* 36, p.45-78.
- WITTY, E.J. (1965). "Early indexing techniques", *The Library Quarterly* 35, p.141-8.
- WOOD, P. (1993). *The Aberdeen Enlightenment: The Arts Curriculum in the Eighteenth Century*. Aberdeen.
- WOODMANSEE, M. (1984). "The genius and the copyright: economic and legal conditions for the emergence of the author", *Eighteenth-Century Studies* 17, p.425-48.
- WOODS, J.M. (1987). "Das 'Gelehrte Frauenzimmer' und die deutsche Frauenlexika 1631-1743", in *Res Publica Litteraria*, orgs. Sebastian Neumeister e Conrad Wiedemann, 2 vols (Wiesbaden), p 577-88.
- WOOLF, D.R. (1988). "History, folklore and oral tradition in early modern England", *Past and Present* 120, p.26-52.

- WOOLGAR, S. (org., 1988). *Knowledge and Reflexivity*.
- WORSLEY, P. (1956). "Emile Durkheim's theory of knowledge", *Sociological Review*, 47-61.
(1997). *Knowledges: What Different Peoples Make of the World*.
- YARDENI, M. (1973). "Journalisme et histoire contemporaine a l'époque de Bayle", *History and Theory* 12, p.208-29.
(1985). "Naissance da journalisme moderne", em seu *Le Refuge protestant*, p.201-7.
- YATES, F. (1947). *French Academies in the Sixteenth Century*.
(1964). *Giordano Bruno and the Hermetic Tradition*.
(1966). *The Renaissance Art of Memory*.
(1979). *The Occult Philosophy in the Elizabethan Age*.
- YAZAKI, T. (1968). *Social Change and the City in Japan*. Tôquio.
- YEE, C.D.K. (1994a). "Chinese maps in political culture", in Harley e Woodward, vol.2, parte 2, p.71-95.
(1994b). "Traditional Chinese cartography and the myth of westernization", in Harley e Woodward, vol.2, parte 2, p.170-202.
- YEO, R. (1991). "Reading encyclopaedias: science and the organization of knowledge in British dictionaries of arts and sciences, 1730-1850", *Isis* 82, p.24-49.
(1996). "Ephraim Chambers' Cyclopaedia (1728). and the tradition of commonplaces", *Journal of the History of Ideas* 57, p.157-75.
- ZACHARIAS, T. (1960). *Joseph Immanuel Fischer von Erlach*. Viena.
- ZEDELMAIER, H. (1992). *Bibliotheca Universalis und Bibliotheca Selecta: das Problem der Ordnung des gelehrten Wissens in der frühen Neuzeit*. Colônia.
- ZHANG, L. (1998). *Mighty Opposites: From Dichotomies to Differences in the Comparative Study of China*. Stanford.
- ZIEGLER, W. (1981). "Tentativi di Accademia in ambito monastico nella Germania del XVIII secolo", in *Università, accademie in Italia e Germania dal '500 a '700*, orgs. L. Boehm e E. Raimondi (Bolonha), p.355-78.
- ZILFI, M.C. (1988). *The Politics of Piety: The Ottoman Ulema in the Post-classical Age*. Minneapolis.
- ZILSEL, E. (1926). *Die Entstehung des Geniebegriffes*. Tübingen.
(1941a). "Problems of empiricism", in *The Development of Rationalism and Empiricism* (Chicago), p.53-94.
(1941b). "Origins of William Gilbert's scientific method", *Journal of the History of Ideas* 2, p. 1-32.
- ZIMAN, J. (1978). *Reliable Knowledge*. Cambridge.
- ZNANIECKI, F. (1940). *The Social Role of the Man of Knowledge*. Nova York.

Índice Remissivo

- Abelard, Pedro (1079-1142), filósofo francês, 179
- Aberdeen, 86
- Academia de Ciências, São Petersburgo, 58, 104
- Academia de Inscrições, 56, 65
- Academia della Crusca, Florença, 46
- Academia do Experimente, Florença, 43, 49
- Academia dos Linces, Roma, 44, 49
- Academia Francesa de Ciências, Paris, 30, 43, 44, 49, 65, 94, 104, 120, 181
- Academia Francesa, Paris, 46, 155
- academias dissidentes, 48
- academias, 40, 43, 47, 48-50, 51, 133
- Acta Eruditorum*, revista de Leipzig, 38, 98, 169
- Adriani, Gianbattista (1511-1579), historiador italiano, 133
- África, 64, 132, 172-3, 179
- Agricola, George (1494-1555), médico alemão, 23
- Agricola, Rudolf (Huisman: 1494-1555), humanista holandês, 90
- agricultura, 50, 138
- Aitzema, Lieuwe van (1600-1669), historiador holandês, 144
- Alberti, Leonbattista (1404-1472), humanista e arquiteto taliano, 22, 40
- Alberto Magno (c. 1200-1280), filósofo medieval alemão, 28
- Alcalà, 42, 122
- Aldrovandi, Ulisse (1522-605), virtuose e naturalista italiano, 79, 100, 102
- Aldus Manutius (1449-15, 5), impressor italiano, 28, 56
- Alembert, Jean, marquês d' (1717- 1783), filósofo francês, 35, 50, 103, 108, 155, 165, 167
- Aleppo, 62, 141
- Alexandria, 62, 73
- Algarotti, Francesco (1712-1764), virtuose italiano, 27
- alquimia, *ver* química.
- Alsted, Johann Heinrich (1588-1638), enciclopedista alemão, 83, 89, 92-3, 100, 108
- Altdorf, 44
- Amelot de la Houssaye, Abraham Nicolas (1634-1706), diplomata francês, 30, 135
- Amsterdã, 49, 55, 62-3, 68, 70, 73-5, 143, 148-9, 151-2
- anatomia, 44, 46
- antropologia, 15-7, 78-9
- Antuérpia, 47, 55, 64, 73-4, 144-5

anúncios, 146

Anville, Jean Baptiste d' (1697-1782), geógrafo francês, 73, 74, 142

Apáczai Csere János (1625-1659), matemático e enciclopedista húngaro, 68, 148

Aquino, Tomás (c. 1225-1274), filósofo escolástico italiano, 28, 38

Aráoz, Francisco de (inícios do século 17), estudioso espanhol, 97

Aretino, Pietro (1492-1556), escritor italiano 147

Aristóteles (384-322 A. C.), 38-9, 87, 90, 92-4, 183

aritmética política, *ver* quantificação

Arlington, Henry Bennet, primeiro conde de (1618-1685), secretário de estado inglês, 133-4

Armazém de Guiné, 62, 117

Arnold, Gottfried (1666-1714), pastor e historiador da igreja alemão, 184

arquivos, 217-30, 133, 142

assinaturas, 151, 155, 159

astronomia, 44-6, 58, 67, 87, 94, 95

atlas, 55, 76, 105, 168-9, 146; *ver também* geografia

Aubrey, John (1626-1697), antiquário inglês, 180

Augsburg, 142

avanço do conhecimento, 20-1, 48-9, 104-8

Bacon, Francis (1561-1626), reformador inglês do conhecimento, 12, 23, 30-1, 39, 47, 49, 103-7, 161, 182, 187

Bacon, Roger (c. 1220-1292), filósofo medieval inglês, 28

Bagdá, 51

Banks, Sir Joseph (1743-1820), virtuose inglês, 49

Barbaro, Daniele (1514-1570), patricio veneziano, 22, 132

Barbeyrac, Jean (1674-1744), escritor francês sobre direito, 159

Barcelona, 69

Barlaeus (van Baerle), Gaspar (1584-1648), escritor holandês, 74, 145, 149

Barros, João de (c. 1496-1570), historiador português da Ásia, 62, 74

Barrow, Isaac (1630-1677), Diretor do Trinity College, Cambridge, 31, 81

Bartoli, Daniele (1608-1685), escritor jesuíta italiano, 33

Baxter, Richard (1615-1691), clérigo inglês, 81

Bayle, Pierre (1647-1706), estudioso e crítico francês, 34, 148-9, 155, 166, 168, 172-3, 177, 179, 185

Beccaria, Cesare (1738-1794), reformador italiano, 160

Becher, Johann Joachim (1635-1682), projetista alemão, 45, 96, 104

Bél, Matthias (1684-1749), historiador húngaro ou eslovaco, 68

Bell, Andrew (1726-1809), editor escocês, 156

Belleforest, François de (1530-1583), escritor francês, 163

Belon, Pierre (1517-1564), naturalista francês, 60

Bentham, Samuel (1757-1831), engenheiro inglês, 119

Bentley, Richard (1662-1742), estudioso clássico inglês, 159, 178

Benzoni, Gerolamo (1519-c. 1572), viajante italiano, 171, 179

Bergen, 55

Bering, Vitus (1681-1741), navegador dinamarquês a serviço da Rússia, 118

Berlim, 30, 32, 49, 68, 119, 160

Berna, 156

Bernier, François (1620-1688), viajante francês, 74

Bernoulli, Daniel (1700-1782), matemático suíço, 68

Bernoulli, Nicolas (1687-1759), matemático suíço, 68

Bernstorff, Conde Andreas Peter von (1735-1797), ministro dinamarquês, 119

Besler, Basilius (1561-1629), droguista e colecionador alemão, 100

Beughem, Cornelius de (1678-1700), bibliógrafo alemão, 146, 169

Beyerlinck, Laurentius (1578-1627), padre e estudioso flamengo, 91, 166

bibliografias, 29, 88, 97, 146, 154, 167-9

bibliotecas, 56, 58, 66-9, 88-9, 97-100, 154, 159-60, 165-6

Bibliothèque Universelle et Historique, revista de Amsterdã, 152

Billings, Joseph (1758-1806), explorador e oficial da marinha, 119

Birmingham, 50

Blegny, Nicholas de (c. 1646-1722), droguista francês, 71

Blotius, Hugo (1533-1608), bibliotecário holandês, 32, 97

Bodin, Jean (c. 1530-1596), pensador político francês, 163, 168, 169, 171, 176

Bodley, Sir Thomas (1545-1613), diplomata inglês, 66, 166

Boerhaave, Herman (1668-1738), médico holandês, 87

bolandistas, 47

Bolduan, Paul (1563-1622), pastor e bibliógrafo alemão, 29, 168

Bolonha, 47, 94, 100, 147

Bondt, Jacob de (1592-1631), médico holandês, 75

Bonfini, Antonio (c. 1427-c. 1502), historiador italiano, 167

Borel, Pierre (c. 1620-1671), médico e colecionador francês, 100

Borough, Stephen (1525-1584), piloto inglês, 41

Bosman, Willem (1672-c. 1705), mercador e viajante holandês, 173

botânica, 43, 44, 46, 48-9, 60, 73, 75, 81, 87, 95, 183

Botero, Giovanni (1544-1617), padre e estudioso italiano, 64, 74, 132, 153, 168, 174, 185

Bouchet, Jean (1476-c.1557), humanista francês, 171

Bourdieu, Pierre (1930-2002), sociólogo francês, 16, 38, 51, 53

Bourgeois, Louise (c. 1563-1636), parteira francesa, 22

Boyle, Sir Robert (1627-1691), filósofo natural britânico, 104, 178, 180, 182, 184

Boym, Michael (1614-1659), missionário jesuíta polonês na China, 74-5

Bracciolini, Poggio (1380-1459), humanista italiano, 30

Brahe, Tycho (1546-1601), astrônomo dinamarquês, 44, 45 fig , 49, 67

Brasil, 76, 100, 119, 132, 1-5, 170-2, 179

Bratislava (Pozsony), 67-8

Brillon, Pierre-Jacques (1671- 1736), jurista francês, 172

Bristol, 152

Brucker, Johan Jakob (1696-1770), pastor e historiador da filosofia alemão, 33, 173

Bruges, 144

Brunelleschi, Filippo (1377-1446), engenheiro e inventor italiano, 40, 139

Bruni, Leonardo (1370-1444), humanista italiano, 30, 40

Bruxelas, 48
Buffon, Georges-Louis Leclerc, conde de (1707-1788), zoólogo francês, 173
Burckhardt, Jacob (1818-1897), historiador suíço, 137
Bure, Johann (1568-1652), arquivista sueco, 128
Birmânia, 63
Burner, Gilbert (1643-1715), bispo de Salisbury, 67, 171, 180
Burton, Robert (1577-1640), notável de Oxford, 36, 164, 174-5
Busbecq, Ogier Ghiselin de (1522-1592), diplomata flamengo, 172
Cabot, Sebastião (1425-c. 1500), navegador italiano, 41
cadastro geral (Domesday Book), 111
Cadell, Thomas (1742-1802), editor, 150
Caen, 173
cafés, 50, 69, 122, 144
Cairo, 51
calvinistas, 34, 48, 86, 149
Calvino, Jean (1509-1564), reformador religioso francês, 29, 73, 80
Cambridge, 43, 94-5, 131, 169
Camden, William (1551-1623), historiador inglês, 133
Cano, Melchor (1509-1560), teólogo espanhol, 90
Cantemir, Dimitrie (1673-1723), príncipe da Moldávia, 35
Capoa, Leonardo de (1617-1699), médico napolitano, 178
Carew, Sir George (morto em 1612), diplomata inglês, 115
Carlos II (governou de 1660 a 1685), rei da Inglaterra, 33, 46
Carlos IX (governou de 1560 a 1574), 120
Carlos V (governou de 1516 a 1556), imperador, 117, 134, 139
Carneades (c. 213-129 a. C), filósofo grego, 177, 178
Caron, François (c. 1600-73), escritor francês sobre o Japão, 60
Carré, François (fins do século 17), abade francês, 117
cartazes, 70-1
Casa da Índia, Lisboa, 41, 62
Casa de Contratación, Sevilha, 41, 62, 94
Casaubon, Meric (1599-1671), clérigo e estudioso inglês, 186-7
Cassiano del Pozzo (1583-1657), frade e *connoisseur* italiano, 102
Cassini de Thury, César-François (1714-1784), astrónomo e cartógrafo francês, 124
Cassini, Gian-Domenico (1625- 1712), astrónomo italiano, 30, 124
Castiglione, Baldassare (1478-1529), humanista e diplomata italiano, 164
Castres, 100
Catarina, a Grande (governou de 1762 a 96), imperatriz da Rússia, 119-20
Cavendish, Margaret, duquesa de Newcastle (c.74), filósofa inglesa, 27
Celle, 134
censo, 112-4, 124-7
censura, 129-33
Cesalpino, Cesare (1519-1603), botânico italiano, 95
Chambers, Ephraim (c. 1680- 1740), enciclopedista britânico, 103, 155-6, 172

Chapelain, Jean (1595-1674), crítico francês, 33
Charron, Pierre (1541-1603), padre e filósofo francês, 177
Chatelet, Emilie, marquesa de (1706-49), 27
Child, Sir Josiah (1630-99), mercador inglês, 23
China, 35-6, 54-5, 64-5, 74-6, 78, 89-90, 112, 143, 151, 157-8, 172-5, 179-80, 182
Chmielowski, Benedykt (1700-63), padre e enciclopedista polonês, 68
Christine de Pisan (1364-c. 1430), escritora francesa, 27
Cicero, Marcus Tullius (106-43 a.C.), escritor e estadista romano, 86, 82, 137
Cleyer, Andreas (1634-1697), médico alemão, 75
Clusius, *ver* Ecluse, Charles de 1°,
Cluverius, Philipp (1580-1622), geógrafo alemão, 95
código, 132-3, 134-5
Coeur, Jacques (c. 1395-1456), mercador francês, 142
Colbert, Jean-Baptiste (1619-1683), ministro francês, 31, 39, 49, 117, 120-1, 124, 126, 129, 131, 141, 145, 166
Colégio dos Antiquários (Antikvitetskollegiet), Uppsala, 47
Coleridge, Samuel (1772-1834), poeta e crítico inglês, 26
Colerus, Christoph (c. 1602-1658), humanista alemão, 97
Collins, Samuel (1619-70), médico e viajante inglês, 180
Colombo, Cristóvão (1451-1506), descobridor italiano, 37, 41, 56
Colón, Fernando (1488-1539), filho de Cristóvão Colombo, 62
Comenius, Jan Amos (Jan Amos Komensky, 1592-1670), educador tcheco, 44, 68, 81, 86, 97
Commelin, Isaac (1598-1676), escritor holandês, 145, 49
Commines, Philippe de (1447-1511), diplomata e historiador francês, 171
Companhia da Índia Ocidental, 149
Companhia da Índia Oriental (britânica), 23, 65, 142
Companhia da Índia Oriental (francesa), 117, 142
Companhia da Índia Oriental (holandesa), 59-60, 63, 61 *fig.*, 74, 142-3
Comte, Auguste (1798-1857), sociólogo francês, 13, 49
Condamine, Charles-Marie de La (1701-74), matemático francês, 173 conhecimento superior, 80 imparcial, 29.3, 104 e informação. 9 liberal, 80, 104 objetivo, 32, 103-4 oral, 23 plural, 21-2, 39, 57, 43 popular, 22
prático, 23, 96, 79, 104 público, 79, 23, 4, 80 secreto, 24, 50, 80 universal, 81 útil, 50, 80, 104
connoisscurship, 23, 73
Conring, Herman (1606-81), professor alemão, 33, 87, 95-6
construtivismo, 15, 16-7
Cook, Capitão James (1728-79), explorador inglês, 119, 15
Copenhague, 55, 100, 144, 145
Copérnico, Nicolau (1473-1543), astrônomo polonês/alemão 43
Coreia, 158
Coronelli, Vincenzo (1650-1718), frade e geógrafo italiano, 70, 73
Cotton, Sir Robert (1571-1631), estudioso inglês, 161
Cousin, Gilbert (1506-1572), secretário de Erasmo, 30
Cracóvia, 38, 67, 87
Craig, John (morto em 1731), teólogo escocês, 182
credulidade, 186-7

crise do conhecimento, 103, 181
Cristina, (1626-1689), rainha da Suécia, 58, 66
curiosidade, curiosidades, 32, 44, 45, 49, 80, 104-5, 169-70
Dam, Peter van (1621-1706), advogado holandês, 143
Damasco, 51, 63
Daniel, Gabriel (1649-1728), historiador jesuíta francês, 186
Danzig (Gdansk), 68, 96
Dapper, Olfert (1636-1689), escritor holandês, 74, 149
Davenant, Charles (1606-1668), teatrólogo e estatístico inglês, 126
Dee, John (1527-1608), geógrafo e mago inglês, 65, 169
Defoe, Daniel (1660-1731), escritor inglês, 150
Delisle, Guillaume (1675-1726), geógrafo francês, 124, 174
Delisle, Joseph-Nicolas (1688- 1768), astrônomo francês, 58
Dell, William (morto em 1664), reformador inglês, 43-4
Della Porta, Giambattista (1535-1615), virtuose napolitano, 138
Desbordes, Henri (morto em 1722), impressor francês, 149, 152
Descartes, René (1596-1650), filósofo francês, 27, 43, 65, 103, 181
Deshima, 59-60
Deutsch, Karl (nascido em 1912), cientista político tcheco-norte-americano, 109
Dewey, John (1859-1952), filósofo norte-americano, 13, 98
Dewey, Melville (1851-1931), bibliotecário norte-americano, 98 dicionários, 74
Diderot, Denis (1713-84), enciclopedista francês, 24, 31, 34, 50, 74, 104, 108, 131, 138, 155, 172
direito autoral, *ver* propriedade intelectual
direito, 27-8, 29-30, 32, 80, 86-7, 91-2, 94, 184-5
distanciamento, 12, 26, 28-9, 31-2, 37, 53
Dodoens, Rembert (1516-85), botânico holandês, 42, 95
Domínguez, Francisco (fins do século 16), cosmógrafo português, 122
Doni, Antonfrancesco (1513-1574), escritor italiano, 97
Doria, Paolo Mattia (1662-1746), filósofo italiano, 174
Dorpat (Tartu), 68
Dousa, Janus (1545-1604), humanista holandês, 42
Dryden, John (1631-1700), poeta e historiador inglês, 33, 50
Du Cange, Charles du Fresne, senhor (1610-88), estudioso francês, 38, 169
Du Halde, Jean-Baptiste (1674- 1743), jesuíta francês, 74, 173
Du Pin, Louis-Ellies (1657-1719), padre e estudioso francês, 169
Dublin, 50, 104, 151
Durie, John (1596-1680), clérigo francês, 57, 103, 105, 138
Durkheim, Emile (1858-1917), sociólogo francês, 13, 16, 78
Eachard, John (c. 1636-1697), Diretor do Catherine Hall, Cambridge, 154
Ecluse, Charles de l' (1526-1609), naturalista flamengo, 42
economia política, 96-7
economia, 11, 23, 96-7
Edwards, Jonathan (1703-1756), clérigo da Nova Inglaterra, 58
Egito, 170, 174

Eisenhart, Johannes (1643-1707), professor alemão, 185-6
Elias, Norbert (1897-1990), sociólogo alemão, 29, 38, 87
Emili, Paolo (c. 1460-1529), historiador italiano, 167
empirismo, 23, 182-4
enciclopédias, 20-1, 89-91, 96, 103, 154-6, 156-7, 165, 166-8
Encyclopédie, 19, 20, 24, 33-4, 50, 68, 82, 104, 108, 131-2, 138, 151, 155, 165, 166-7, 173
Erasmus, Desiderius (c. 1466-1536), humanista holandês, 29, 30, 40, 56, 81, 90, 166, 184
Eratóstenes (c. 276-c. 194 a.C.), astrónomo e geógrafo grego, 73
Erfurt, 104
Escorial, 66
Espinasse, Julie de l' (1752-1776), anfitriã de salão, 50
espionagem, 116-7, 121-2, 140-1
Esquivel, Pedro de (fins do século 16), matemático espanhol, 122
estado de vigilância, 109-10
estatística, 124-7
estereótipos, 173-4
Estocolmo, 27, 30, 32, 49
Estrasburgo, 50, 94, 137
estudos orientais, *ver* China; Índia; Islã; Japão,
Etiópia, 64, 100, 173
Euler, Leonhard (1707-1783), matemático alemão, 68
Evelyn, John (1620-1706), virtuose inglês, 102
Evreinov, Ivan (morto em 1724), explorador russo, 118
experimento, 43, 48-9, 182-3
família Blaeu, 55, 73, 74, 76, 143, 146, 148, 168
família Elsevier, impressores holandeses, 149, 170
família Fugger, mercadores alemães do século dezesseis, 141-2
Febvre, Lucien (1878-1956), historiador francês, 13, 86
Fedele, Cassandra (c. 1465-1558), humanista italiana, 27
Feijóo, Benito (1676-1764), monge e escritor espanhol, 179
Fénelon, François Salignac de La Mothe (1651-1715), arcebispo de Cambrai, 127
Ferrara, 132, 147
Ficino, Marsilio (1433-1499), humanista italiano, 40
Fielding, Henry (1707-1754), romancista e magistrado inglês, 72
Filadélfia, 104
Filipe II (governou de 1556 a 1598), Rei da Espanha, 66, 76, 111, 120, 128-9, 169
filosofia escolástica, 28, 43
filosofia natural, 49, 58, 87, 95
filosofia oculta, 45, 80
Fleck, Ludwik (1896-1961), cientista polonês, 16
Florença, 41, 43, 46, 47, 54, 66, 69, 73, 125, 171
Fontenelle, Bernard Le Bovier de (1657-1757), escritor francês, 27, 30, 50, 120, 181
fontes históricas, 185-6
Formey, Jean-Henri-Samuel (1711- 93), secretário da Academia de Berlim, 30, 49

Foucault, Michel (1926-84), filósofo francês, 15-7, 26,78-9, 83, 88, 109, 116-7

Foxe, John (1516-1587), martiriólogo inglês, 130

Francisco I (governou de 1515 a 1547), rei da França, 41

Frankfurt-on-Main, 137, 141, 145-6

Frankfurt-on-Oder, 96

Frederico, o Grande (governou de 1740 a 1786), rei da Prússia, 120, 127

Freiberg, 48

Frois, Luis (c. 1532-1598), missionário jesuíta português, 172

Froissart, Jean (c. 1333-c. 1410), cronista francês, 171

Furetière, Antoine 1619-1688), escritor francês, 155

Galilei, Galileo (1564-1642), cientista italiano, 46, 48-9, 56, 82, 104-5, 138, 170

Gama, Vasco da (c. 1460-1524), navegador português, 175

Gassendi, Pierre (1592-1655), filósofo francês, 65, 178

Gazette d'A msterdam, 152, 171-2

Gazette de Leyde, 152

Gazette: (Londres), 133; (Madri), 69; (Paris), 133

LGeertz, Clifford (nascido em 1926), antropólogo norte-americano, 16

Gellner, Ernest (1925-1995), filósofo e antropólogo tcheco-britânico, 16, 26, 158

Genebra, 73, 130, 151, 156, 160

gênero, 17, 26-7, 47, 50-1, 52, 80-1

Gênova, 141, 144

Genovesi, Antonio (1713-1769), economista italiano, 97

Gentak, Otsuki (1757-1827), estudioso japonês, 77

Gentleman's Magazine, 104

geografia, 17, 55, 59, 60-1, 76-7, 94, 122-5, 142, 148, 153, 167 *ver também* atlas.

Gesner, Conrad (1516-65), polímata suíço, 79, 97, 130, 137, 165, 167

Giannone, Pietro (1676-1748), historiador italiano, 171

Gibbon, Edward (1737-1794), historiador inglês, 160, 166

Gilbert, Sir Geoffrey (1674-1726), advogado inglês, 184-5

Giolito, Gabriel (morto c. 1578), editor italiano, 147-8

Giornale de' Letterati, revista de Roma, 34

Giovio, Paolo (1483-1552), bispo e historiador italiano, 176

Glanvill, Joseph (1636-1680), clérigo e virtuose inglês, 105, 178, 186

Glasgow, 38, 96 Goa, 62, 75

Godefroy, Théodore (1586-1649), diplomata e estudioso francês, 129

Golius, Jacob (1596-1667), orientalista holandês, 54-6

Gondomar, Diego, conde de (1567-1626), diplomata espanhol, 116

González de Mendoza, Juan (1545-1618), missionário espanhol, 170-1, 172

Goody, Jack (nascido em 1919), antropólogo britânico, 16

Göttingen, 50, 73, 96

Gottsched, Johann Christoph (1700-1766), crítico alemão, 33

Gournay, Marie Le Jars de (1566-1645), estudiosa francesa, 27

Granet, Marcel (1884-1940), sinólogo francês, 78

Grassi, Orazio (1582-1654), filósofo jesuíta italiano, 56
Graunt, John (1620-1674), demógrafo inglês, 126
Grégoire, Pierre (1540-1597), advogado francês, 103
Gregório XIII, papa (de 1572 a 1585), 128
Gresham College, Londres, 45, 66
Grew, Nehemiah (1628-1711), secretário da Royal Society, 49
Grimaldi, Claudio Filippo (c. 1638-1712), missionário italiano, 54
Grimm, Friedrich Melchior von (1723-1807), diplomata e homem de letras alemão, 153-4
Grotius, Hugo (1583-1645), humanista e advogado holandês, 27
Guicciardini, Francesco (1483-1540), administrador e historiador florentino, 171
Gurvitch, Georges (1894-1965), sociólogo franco-russo, 15, 21
Gutenberg, Johann (c. 1400-1468), impressor alemão, 37
Habermas, Jürgen (nascido em 1929), filósofo alemão, 16
Hakluyt, Richard (c. 1552-1616), compilador de viagens inglês, 65, 74, 94, 170, 179
Halle, 95-6
Hamburgo, 144
Hardouin, Jean (1646-1729), estudioso jesuíta francês, 177
Harrington, James (1611-1677), pensador político inglês, 187
Harris, John (c. 1667-1719), clérigo e estudioso inglês, 146, 155, 159, 171
Hartlib, Samuel (c. 1600-1662), projetista europeu oriental, 31, 57, 66, 71, 103, 126
Harvey, Gabriel (c. 1550-1630), humanista inglês, 169
Hastings, Warren (1732-1818), governador-geral da Índia, 109
Hawkesworth, John (c. 1715-1773), editor e compilador inglês, 150
Hazard, Paul (1878-1944), historiador francês das ideias, 181
Heidelberg, 94
Helmstedt, 41, 87, 96
Helvétius, Claude-Adrien (1715-1751), filósofo francês, 50
Henrique III (governou de 1574 a 1589), rei da França, 41
Herbelot, Barthélemy d' (1625-1695), orientalista francês, 166
Herborn, 89
Hernández, Francisco (1517-1587), médico e naturalista espanhol, 60, 76, 118
Hickes, George (1642-1715), estudioso inglês, 133
história, estudo da, 42, 45-6, 48, 50, 73, 87, 94-5, 163, 167-9
historiador oficial, 32
History of the Works of the Learned, revista inglesa, 58
Hoan, Arashiyama (1633-1693), médico japonês, 76
Hobbes, Thomas (1588-1679), filósofo inglês, 30, 187
Hogarth, William (1697-1764), artista inglês, 147
Holbach, Paul, barão d' (1723-1789), filósofo francês, 173
Homann, Johann Baptist (1664-1724), geógrafo alemão, 73, 124
Hood, Thomas (morto em 1598), matemático inglês, 142
Houdry, Victor (1631-1729), pregador jesuíta francês, 154, 162
Hudde, Johannes (1628-1704), burgomestre e matemático holandês, 143
Huet, Pierre-Daniel (1630-1721), bispo e estudioso francês, 181

humanistas, 28-30, 40-2
Hume, David (1711-1776), filósofo e historiador escocês, 186
Hurtado de Mendoza, Don Diego (1504-1575), diplomata espanhol, 116
Hyde, Edward, Lorde Clarendon (1609-1674), estadista e historiador inglês, 187
Ibn Jama'a, Muhammad (1241-1333), jurista muçulmano, 89
Ibn Rushd ('Averroes', 1126-98), filósofo muçulmano, 35
Ibn Sina ('Avicena', 990-1037), filósofo muçulmano, 35
Iena, 87, 41
'ilm, 35, 88
Império Mughal, 74, 110
Império Otomano, 24, 35, 51-3, 62, 76, 112, 170, 172-3
impressão, 19, 28-9, 53, 57, 74-5, 80, 97, 103, 125-6, 135, 145-58, 174, 180
Index Librorum Prohibitorum, 130, 153, 165
Índia, 74-5, 110, 142, 173, 175; *ver também* Companhia da Índia Oriental, informação e conhecimento, 19
Innis, Harold (1894-1952), teórico canadense das comunicações, 137, 166
intelectuais alienados, 29
intermediários da informação, 31
Islã, 35, 51-3, 88-9
Istambul, 35, 63, 116, 142
James, Thomas (1572-1629), bibliotecário de Bodley, 165
Jansson, Willem (meados do século 17), impressor holandês, 146, 148
Japão, 59-60, 64, 74-7, 100, 142, 146, 156, 170, 172-5, 179
jesuítas, 47, 59, 64, 64, 67, 74, 82, 116, 143, 174-5; *ver também* Bartoli; Boym; Daniel; Du Halde; Frois; Grassi; Hardouin; Houdry; Kircher; Labata; Martini; Ricci; Roth; Ruggiero; Xavier
João de Salisbury (c. 1115-1180), humanista inglês, 28
Johnson, Samuel (1709-1764), homem de letras inglês, 34, 54, 56, 136, 150, 156, 161, 173, 176
Jonson, Ben (1572-1637), dramaturgo inglês, 152
jornais, 151-3, 180
jornalismo, 34, 149
Journal de Trévoux, 201, 180
Journal des Savants, Paris, 34, 152
Jowett, Benjamin (1817-1893), diretor de Balliol, 16, 25, 31
judeus, 13, 37-8, 142
Kaempfer, Engelbert (1651-1716), escritor alemão sobre o Japão, 60, 67, 172
Kamchatka, 118
Kant, Immanuel (1724-1804), filósofo alemão, 91
Karlstadt, Andreas Rodenstein von (morto em 1541), reformador alemão, 29
Kassel, 48
Keckermann, Bartholomaeus (1572-1608), sistematizador, 68, 83, 96
Kepler, Johann (1571-1630), astrônomo alemão, 67, 104, 169
Khlesl, Melchior, (1553-1630), cardeal austríaco, 114
Kiev, 68
King, Gregory (1648-1712), aritmético político inglês, 126
Kircher, Athanasius (1602-1680), polímata jesuíta alemão, 65, 69, 74, 81, 93, 174

Klopstock, Friedrich Gottlieb (1724-1803), escritor alemão ,151
Koenigsberg, 41
Kopievski, Ilya (c. 1700), impressor russo, 149
Koyré, Alexandre (1882-964), historiador da ciência franco-russo, 104
Krünitz, Johann Georg (1728-1796), jornalista alemão, 155
Kuhn, Thomas S. (1922-1996), filósofo da ciência norte-americano, 15-6, 51, 53
La Mothe Le Vayer, François (1588-1672), filósofo francês, 177
La Popelinière, Henri Lancelot Voisin, Senhor de (1541-1608), historiador francês, 31
La Reynie, Gabriel Nicolas de (1625-1709), chefe de polícia francês, 131
Labata, Francisco (1549-1631), jesuíta espanhol, 90, 154, 162
Laet, Johannes de (1582-1649), estudioso holandês, 74, 149, 173
Lambeck, Peter (1628-1680), bibliotecário alemão, 67
Lassels, Richard (c. 1603-1668), padre e viajante inglês, 160
Lauder, Sir John (1646-1722), viajante escocês, 122
Lausanne, 156, 160
Le Brun, Pierre (1661-1729), estudioso francês, 179
Leclerc, Jean (1657-1736), clérigo e editor suíço, 149, 152, 155
Leers, Reynier (1654-1714), editor holandês, 155
Leibniz, Gottfried Wilhelm (1646-1716), polímata alemão, 24, 31-2, 46, 50, 54, 58, 68, 91, 93, 99, 104-5, 112, 120, 127, 138, 172, 182
Leiden, 41-2, 43-4, 54-6, 73-4, 87, 95, 98, fig., 99
Leipzig, 41, 94, 96, 98, 148 155
leitura, 161-4
Lenglet-Dufresnoy, Nicolas (1674-1755), padre e estudioso francas, 154, 169
Leo, o Africano (Hassan al Wazzân, (c.1483-1554), 172
Leonardo da Vinci (1452-1519), artista e pensador italiano, 40
Léry, Jean de (e. 1534-c. 1613), pastor francês, 171, 172,179
letrados, 25-36
levantamento do estado-maior, 124
Lévi-Strauss, Claude (nascido em 1908), antropólogo francês, 15-6, 78,
Libavius, Andreas (e. 1560-1616), químico alemão, 87, 91
Linnaeus, Carl (1707-1778), botânico sueco, *ver também* Carolus, 79, *ver também* Lineu, 82
Lipen, Martin (1630-92), mestre-escola e bibliógrafo alemão, 146
Lipsius, Justus (1547-1606), humanista holandês, 42
Lisboa, 41, 62, 74, 132, 141-2, 172
livrarias, 56, 146-7, 148-9, 156-7
Lloyds, 69, 145
Lobo, Jerónimo (1595-1678), missionário jesuíta português, 173
Locke, John (1632-1704), filósofo inglês, 75, 105, 172, 178
lógica, 86
Lomonosov, Mikhail (1711-1765), polímata russo, 35, 58
Sociedade de Artes de Londres (London Society of Arts), 50
Londres, 15, 24, 27, 30, 34, 35-6, 43, 45-7, 48-51, 56, 58, 65-6, 68, 69-70, 71-2, 74, 100, 114, 116, 125, 131, 138, 141-2, 144, 149-52, 160

Longman, Thomas (1699-1755), livreiro e editor inglês, 151, 156
Lopes, Duarte (c. 1578), viajante português, 172
López de Gómara, Francisco (1510-1560), padre e escritor espanhol, 76, 171, 172, 179
Louvain, 38, 56, 146
Ludovici, Carl G. (1707-1778), professor e enciclopedista alemão, 96, 155
lugares do conhecimento, 16, 47, 56-7, 66
lugares-comuns, 90-1, 162, 164, 174
Luis XIV (governou de 1643 a 1715), rei da França, 30, 34, 46, 49, 67, 100, 111, 116, 124
Lúlio, Raimundo (1232-e. 1316), frade e polímata espanhol, 82-3, 93
Lund, 68, 95
Lutero, Martinho (1483-), reformador alemão, 24, 41, 73, 80
Luzhin, Fedor (inícios do século 18), explorador russo, 118
Lviv, 68
Lycosthenes, Conrad (1518-1561), estudioso suíço, 90
Lyons, 141, 144
MacFarquhar, Colin (c. 1745-1793), impressor escocês, 156
maçons, 50
madrasas, medreses, 35, 51-2
Madri, 48, 69, 71, 130
Magalotti, Lorenzo (1637-1712), filósofo natural italiano, 54
Maier, Michael (1568-1622), alquimista alemão, 67
Maimbourg, Louis (1610-1686), historiador francês, 186
Malesherbes, Chrétien-Guillaume de Lamoignon de (1721-1794), censor francês, 131
Mander, Karel van (1548-1606), artista e biógrafo holandês, 168
Mannheim, Karl (1893-1947), sociólogo húngaro, 14, 26-9, 25, 32, 37, 111, 137, 180, 188
Mansi, Giovanni Domenico (1692-1769), arcebispo e estudioso italiano, 169
Manuel I (governou de 1495 a 1521), rei de Portugal, 132
Manutius, Aldus (1449-1515), impressor italiano, 28, 56
mapas, *ver* atlas; geografia
Maquiavel, Nicolau (1459-1527), pensador político italiano, 23, 86, 134, 171, 186
Marburgo, 41, 58, 95
Marchand, Prosper (e. 1675-1756), livreiro e escritor francês, 174
Marco Polo (1254-1324), viajante italiano, 174
Marineo, Luca (c. 1460-1533), humanista italiano, 167
Marini, Filippo (1608-1682), missionário jesuíta italiano no extremo oriente, 74
Marlowe, Christopher (1564-1593), dramaturgo inglês, 92
Marselaer, Frederick (1584-1670), escritor flamengo sobre diplomacia, 115
Marsham, Sir John (1602-1685), cronologista inglês, 168
Martial (Marcus Valerius Martialis, c.40-c.104), poeta romano, 137
Martini, Martino (1614-1661), missionário jesuíta italiano na China, 54-5, 74, 143, 148
Marx, Karl (1818-1883), matemática, 14, 18, 136, 139
Matemáticos, 43, 68, 81-2, 87, 108, 122, 138, 181-2
Mather, Cotton (1663-1728), clérigo da Nova Inglaterra, 58
Mattioli, Pier Andrea (1500-77), botânico italiano, 183

Maupertuis, Pierre Louis Moreau de (1698-1759), matemático francês, 49, 68
Maurepas, Jean-Frédéric Phélypeaux, conde de (1701-1781), secretário de estado francês, 117, 119
Maurício João, Conde de Nassau-Siegen (1604-1679), Governador-Geral do Brasil, 149
mauristas, 47, 50
Mauss, Marcel (1872-1950), antropólogo francês, 13
Maxim Grek (1480-1556), monge grego, 56
Mazarino, Jules (1602-1661), cardeal italiano, estadista francês, 67, 114
medicina, 22, 23, 27-8, 30, 32, 73, 75-7, 87-8, 175, 178, 183-4
Mehmed II (“o Conquistador”, governou de 1451 a 1481), sultão otomano, 52
Mehmed IV (governou de 1648 a 1687), sultão otomano, 76
Melanchton, Philipp (1497-1560), professor e reformador alemão, 41, 90
Mencke, Johann Burchard (1674-1732), estudioso alemão, 33, 139, 146, 168
Menshikov, Alexandr Danilovich (1673-1729), virtuose russo, 58
Mercator, Gerard (1512-1594), cartógrafo flamengo, 73, 76, 168
Mercier, Louis Sébastien (1740-1814), jornalista francês, 160
Mersenne, Marin (1588-1648), filósofo natural francês, 31, 65, 126, 178
Merton, Robert (nascido em 1910), sociólogo norte-americano, 189 nota 20
Messerschmidt, Daniel (1685-1735), explorador alemão a serviço da Rússia, 118
México, 60, 69, 76, 118, 172-4
Michaelis, Johann David (1717-1791), teólogo e orientalista alemão, 119
Milão, 66, 79, 98-100, 116, 128, 160, 170
Millar, Andrew (1707-1768), livreiro escocês, 150-1
mineração, 23, 48, 81, 118
Monardes, Nicolas (c. 1493-1588), médico espanhol, 61
Moncada, *ver* Sancho de Moncada,
Montaigne, Michel de (1533-1592), ensaísta francês, 23, 27, 56, 170-2, 174, 177, 178-9
Montanus, Arnoldus (morte em 1683), escritor holandês, 149
Montchrestien, Antoine de (c. 1575-1621), dramaturgo e economista francês, 96
Montesquieu, Charles, barão de (1689-1755), pensador francês, 12, 50, 75, 162, 170-2, 176
Montfaucon, Bernard de (1655-1741), estudioso beneditino francês, 102, 151
Montpellier, 73
Moréri, Louis (1643-1680), padre e compilador francês, 154-5, 166, 172, 173
Morhof, Daniel Georg (1639-1691), polímata alemão, 32-3, 81, 154
Moscou, 58, 68, 97
mulheres, 17-8, 26-7, 45-7 50-1, 52, 80-1, 188
Münster, Sebastian (1488-1552), estudioso alemão, 167
Murad III (governou de 1574 a 1595), sultão otomano, 53, 76
Muratori, Ludovico Antonio (1672-1750), bibliotecário e estudioso italiano, 32, 169
museus, 44, 46, 100-2, 160, 165, 170, 173
Nagasaki, 59-60, 76-7
Nápoles, 29, 38, 40, 67, 70, 96, 116, 127, 147, 171, 178
Naudé, Gabriel (1600-1653), bibliotecário e estudioso francês, 31, 32, 97, 98, 102, 160
nauka, 104
Nebrija, Antonio de (1441 1522), humanista espanhol, 42

Neuchâtel, 156

Newton, Isaac (1642-1727), físico e matemático inglês, 32, 43, 138, 159, 182

Nicéron, Jean-Pierre (1685-1738), padre e estudioso francês, 168

Nicole, Pierre (1625-1695), teólogo jansenista, 181

Niebuhr, Carsten (1733-1815), estudioso e viajante alemão, 119

Nietzsche, Friedrich (1844-1900), filósofo alemão, 15

Nogarola, Isotta (1418-1466), humanista italiana, 27

notas de pé de página, 185-6

Nouvelles de la République des Lettres, revista de Amsterdã, 34, 152, 149, ver também Notícias da República das Letras, 149

Nova York, 104

Nuremberg, 100

objetividade, 32, 103, 185; *ver também* distanciamento

obras de referência, 153-4, 164-5

observatórios, 44-6, 49, 53, 124

Ogilby, John (1600-1676), editor inglês, 151

Oisel, Jacques (1631-1686), estudioso francês, 102

Oldenburg, Henry (1618-1677), secretário da Royal Society, 30, 65-6, 138

ordem alfabética, 103, 105, 165-8

Ornstein, Martha (1878-1915), historiadora norte-americana, 18, 43

Ortelius, Abraham (1527-1598), cartógrafo e humanista flamengo, 105, 168, 169

Ovando, Juan de (morto em 1575), administrador espanhol, 117-8

Oxford, 38, 41, 43, 69, 94, 95, 131, 160, 165

Padua, 73, 130

Palmieri, Matteo (1406-1475), humanista italiano, 81

Pancoucke, Charles-Joseph (1736-1798), editor francês, 156

Pareto, Vilfredo (1848-1923), sociólogo e economista italiano, 38

Paris, 32, 35, 38, 41-3, 44, 45-7, 50, 65, 67, 69-71, 73, 74-5, 94, 100, 119, 122, 127, 131, 138, 151, 152, 160, 165, 170

Pascal, Blaise (1623-1662), filósofo francês, 54, 56, 65

Pasquier, Etienne (1529-1615), advogado humanista francês, 48

Paulo V, papa (de 1605 a 1621), 128

Pauw, Cornelis de (1739-1799), estudioso holandês, 120

Pavia, 38, 40, 89

Pedro, o Grande (governo de 1682 a 1725), Czar da Rússia, 58, 104, 112, 118, 120, 124, 149

Peirce, Charles (1839-1914), filósofo norte-americano, 13

Peiresc, Nicolas-Claude Fabri, senhor de (1580-1637), estudioso francês, 30, 81, 169-70

Pepys, Samuel (1633-1703), jornalista inglês, 70

Perrault, Charles (1628-1703), escritor francês, 33

Persson, Jôran (c. 1530-68), Secretário sueco, 30

Peru, 117, 119, 173

pesquisa, 48-50, 184-5

Petavius, Denis (1583-1652), estudioso jesuíta francês, 168

Petrarca, Francesco (1304-1374), poeta e humanista italiano, 40, 137

Petty, William (1623-1687), aritmético político, 126
Philosophical Transactions, revista londrina, 34, 152, 174-5
Piazza, Cario Bartolomeo (1632-1713), padre italiano, 66
Pico della Mirandola, Giovanni (1463-1494), humanista italiano, 81
Piles, Roger de (1635-1709), *connoisseur* e espião francês, 116
Pio IV, papa (de 1559 a 1565), 128 pirataria (de livros), 147, 154, 152-3
Pires, Tomé (c. 1468-c. 1540), droguista e viajante português, 132
Piri Reis (morreu em 1553), almirante otomano, 56, 76, 112
Pirro (c. 360-270 a.C.), filósofo grego, 11, 176-7
Pisa, 95
Piso, Willem (c. 1611-1678), médico holandês, 76, 119
Placcius, Vincent (1642-99), polímata alemão, 178
plágio, 136-7
Platão (c. 428-347 a.C.), 41
polígrafi, 29, 150
polimathia, 81, Polimata, 33
política, estudo da, 23, 42, 48, 95-7
Poliziano, Angelo (1454-1494), humanista italiano, 81
Pope, Alexander (1688-1744), homem de letras inglês, 34, 150
Porta, *ver* Della Porta,
Postel, Guillaume (1510-1581), orientalista francês, 174
Potemkin, Gregory Alexandrovich (1739-1791), favorito de Catarina, a Grande, 120
Poulain de la Barre François (1647-1723), filósofo francês, 26, 188
Praga, 38, 46, 48, 67, 97, 100
Priestley, Joseph (1733-1804), cientista inglês, 48
progresso intelectual, 20, 49, 104-8
propriedade intelectual, 136-40, 147
Psalmanazar, George (c. 1679-763), impostor francês, 179
Pufendorf, Samuel 1632-1694), jurista e historiador alemão, 33, 133
Purchas, Samuel (c. 1575-1626), compilador de viagens inglês, 69, 170, 173
quantificação, 82, 124-7
Quesnay, François (1694-1774), reformador francês, 36
questionários, 73, 113-4, 117-8, 120, 121, 126
Quiccheberg, Samuel (1529-1567), escritor inglês sobre coleções, 100, 102
química, 43, 67, 80 87, 91, 94-7
Racine, Jean (1639-1699), dramaturgo e historiador francês, 30, 33
Ramus, Petrus (1515-1572), metodólogo francês, 91-3
Ramusio, Giovanni Battista (1485-1537), compilador de viagens italiano, 74, 132
Ranke, Leopold von (1795-1886), historiador alemão, 135
redes, 17, 50, 57, 58, 64, 75
Reisch, Gregor (morto em 1525), enciclopedista alemão, 89, 167, 169
relazioni, 115, 134, 43
Renaudot, Théophraste (1586-1653), intermediário de informações, 31, 46, 65, 71, 151
República das Letras, 26-7, 32, 34, 51, 54, 9, 67, 151

retórica, 42, 94

revistas, 34, 50-1, 160-1; *ver também Acta Eruditorum, Bibliothèque Universelle et Historique, Gazette, Gentleman's Magazine, Giornale de' letterati, History of the Works of the Learned, Journal des Savants, Journal de Trévoux, Nouvelles de la République des lettres, Philosophical Transactions*

Rheede, Hendrik van (c. 1637-1691), governador holandês ce Malabar, 75

Rhijne, Willem ten (1647-1700), médico holandês, 75

Ricci, Matteo (1552-1610), missionário jesuíta italiano, 76, 157, 172, 175

Richardson, Samuel (1689-1761), escritor inglês, 166

Richelieu, Armand Du Plessis, (1585-1643), cardeal e estadista francês, 21, 114, 122, 124, 126, 128-9

Rinteln, 97

Rio de Janeiro, 172

Robertson, William (1721-1793), clérigo e historiador escocês, 150, 173

Robinson, James Harvey (1863-1936), historiador norte-americano, 18

Rodolfo II, imperador (governou de 1576 a 1612), 46, 67, 100

Rohan, Henri, duque de (1579-1638), escritor francês, 188

Roma, 27, 34, 44, 49, 54-5, 56, 64-5, 66, 69, 73-4, 76, 81, 94-5, 116, 134-5, 159, 172, 184-5

rosacruz, 45

Roth, Heinrich (1620-1667), missionário jesuíta alemão, 74

Rotterdã, 34, 155

Rousseau, Jean-Jacques (1712-1778), pensador suíço, 131, 173

Royal Society de Londres. 15, 24, 27, 30, 34, 36, 43, 46, 47, 49, 58, 65-6, 80, 174, 178

Rudbeck, Olof (1630-1702), polímata sueco, 81

Ruggiero, Michele (1543-1607), missionário jesuíta italiano, 64

Rymer, Thomas (1641-1713), historiador real inglês, 169

Sabellico, Marcantonio (1436-1506), historiador italiano, 139

sacerdócio, 187

Said, Edward (nascido em 1935), crítico palestino-norte-americano, 17, 116-7

Salamanca, 38, 42

salões, 45-7, 50

Salutati, Coluccio (1331-1406), humanista italiano, 91

Sambucus, Johannes (Zsámboky, 1531-1584), humanista húngaro, 67

Sancho de Moncada (c. 1620), teólogo espanhol, 133, 169, 185

Sansovino, Francesco (1521-1583), escritor italiano, 70, 134

Santos, João dos (c. 1550-1622), frade e missionário dominicano, 179

São Petersburgo, 32, 35, 49, 58, 68, 104, 121

Sarpi, Paolo (1552-1623), frade e estudioso italiano, 56, 133, 138, 186-7

Saumur, 48, 149

Savary, Jacques (1622-1690), escritor francês sobre o comércio, 145

Savigny, Christofle de (c. 1540- 1608), estudioso francês, 91

Scaliger, Joseph Juste (1540-1609), estudioso clássico francês, 42, 168

Scheler, Max (1874-1928), sociólogo alemão, 14

Schöpfung, Johann Daniel (1694-1771), professor alemão, 50

Schumpeter, Josef (1883-1950), economista austríaco, 37

Schuurman, Anne-Marie (1607-1678), estudiosa holandesa, 27

scientia, 20, 79, 96

Sedan, 48

Selden, John (1584-1654), advogado e estudioso inglês, 133, 176, 185, 188

Selmechbánya, 48

Sendivogius, Michael (1566-1646), alquimista polonês, 67

Seneca, Lucius Annaeus (c. 1-65), filósofo romano, 161, 171

Settala, Manfredo (1600-1680), colecionador italiano, 100-2, 170, 173

Sevilha, 41, 49, 62-3, 75

Sewall, Samuel (1652-1730), mercador da Nova Inglaterra, 169

Sextus Empiricus (c. 180-200), filósofo grego, 177

Shklovsky, Viktor (1893-1984), crítico formalista russo, 12

Sigüenza y Góngora, Carlos de (1645-1700), estudioso mexicano, 69

silvicultura, 48, 97

Simon, Richard (1638-1712), estudioso francês da Bíblia, 179

sistema de fichas, 162 Sixtus V, papa (de 1585 a 1590), 113

Sleidan (Phillippson), Johann (1506-1556), historiador humanista alemão, 31

Sloane, Sir Hans (1660-1753), médico e virtuose inglês, 100, 103, 180

Smith, Adam (1723-1790), filósofo e economista escocês, 96, 156

sociedade da informação, 11

Sociedade dos Antiquários, Londres, 47, 66

Sociedade Lunar de Birmingham (Lunar Society of Birmingham), 50

Sociedade para o Aperfeiçoamento da Agricultura, Dublin (Dublin Society for the Improvement of Husbandry), 50, 104

Sora, 48

Spinoza, Baruch (1632-1677), filósofo holandês, 131, 181

Sprat, Thomas (1635-1713), bispo inglês, historiador da Royal Society, 32, 47, 66, 138

Stahl, Georg Ernst (1660-1734), químico alemão, 95

Stillingfleet, Edward (1635-1699), bispo e estudioso inglês, 188

Stirling, James (1692-1770), espão industrial escocês, 141

Strahan, William (1715-1785), livreiro e editor britânico, 150-1, 156

Struve, Burkhard Gotthelf (1671-1738), bibliotecário e estudioso alemão, 32-3, 154, 169

tabelas, 92, 108, 127, 165

Tencin, Claudine de (1682-1749), anfitriã francesa de salão, 50

teologia, 87, 41, 90, 162, 181

Thevet, André (c. 1503-1592), frade e geógrafo francês, 132, 171, 179

Thomasius, Christian (1655-1728), polímata alemão, 96

Thou, Jacques-Auguste de (1553-1617), magistrado e historiador francês, 187

Thunberg, Carl Peter (1743-1828), escritor sueco sobre o japão, 60

Tissot, Simon (1728-1797), médico suíço, 33

Toledo, 128, 133

Tolosani, Giovanni Maria (morto em 1550), frade e estudioso italiano, 80

Torcy, Jean-Baptiste Colbert, marquês de (1665-1746), secretário francês de relações exteriores, 50, 94, 129, 133

Toscanelli, Paolo (1397-1482), geógrafo humanista italiano, 40-1

Trento, Concílio de 113, 187

Trithemius, Johannes (1462-1516), abade e estudioso alemão, 167
Tübingen, 41, 48
Tull, Jethro (1674-1741), fazendeiro e escritor inglês, 138
Turgot, Anne Robert Jacques (1727-1781), ministro francês, 50
Turim, 116, 141
ulama (ulema), 35, 52
Ulugh Beg (1394-1449), governante e astrônomo da Ásia Central, 54
universidades, 13, 18, 27-9, 37-53, 86-8, 94-7; *ver também* Aberdeen; Alcalá; Altdorf; Bolonha; Caen.
Cambridge; Frankfurt-on-Oder; Glasgow; Halle; Heidelberg; Helmstedt; Herborn; Jena; Koenigsberg;
Leiden; Louvain; Marburg; Moscou; Oxford; Pádua; Paris; Pavia; Pisa; Salamanca; Uppsala; Utrecht;
Wittenberg;
Uppsala, 31, 47, 58, 95
Uraniborg, 49
Utrecht, 27, 148
Valia, Giorgio (1447-1500), enciclopedista humanista italiano, 89
Valla, Lorenzo (1407-1457), humanista italiano, 30, 40
Valletta, Giuseppe (1636-1714), advogado italiano, 67
Varenus, Bernhard (1622-1650), geógrafo alemão, 74
Vasari, Giorgio (1511-1574), artista e biógrafo italiano, 167
Vauban, Sébastien le Prestre, marquês de (1633-1707), marechal e estatístico francês, 124, 127
Veblen, Thorstein (1857-1929), sociólogo norte-americano, 13-4, 37, 51, 53, 81, 158
Vega, Joseph Penso de la (1650-c. 1692), financista de Amsterdã, 144
Velasco, Juan López de (fins do século 16), geógrafo e historiador espanhol, 118
Veneza, 28-30, 48, 56-7, 62-4, 66, 69-70, 73, 114-5, 122, 125, 129, 132, 134-5, 139-43, 147-8, 149-50, 160
Vergil, Polydore (c. 1470-1655), historiador italiano, 167
Vespucci, Amerigo (1454- 512), navegador italiano, 41
Vico, Giambattista (1668-1744), estudioso italiano, 12, 67, 174, 182, 187
Viena, 45, 48, 67, 32, 97, 160
Viète, François (1540-1603), matemático francês, 151
Vincent de Beauvais (c. 1190-c. 1264), frade e enciclopedista francês, 89
Vitruvius Pollio, Marcus (primeiro século a.C.), arquiteto romano, 22, 132
Vives, Juan Luis (1492-1540), humanista espanhol, 21, 24, 86
VOC (Companhia Unida da Índia Oriental), 60, 62-5, 74, 142-4
vocaçào, 26, 31
Voltaire, François Marie Arouet de (1694-1778), filósofo francês, 27, 33, 36, 173
Wallis, John (1616-1703), matemático inglês, 81, 134
Walpole, Horace (1717-1797), virtuose inglês, 186
Walpole, Sir Robert (1676-1745), estadista inglês, 127
Wargentin, Per Wilhelm (1717-1783), secretário da Academia Sueca, 30, 49, 127
Warrington, 48
Weber, Alfred (1868-1958), sociólogo alemão, 14
Weber, Max (1864-1920), sociólogo alemão, 14-6, 31, 51, 111
Webster, John (1610-1682), crítico das universidades, 43
Where, Degory (1573-1647), estudioso inglês, 168
Wicquefort, Abraham van (1606-1682), diplomata holandês, 134

Wilkins, John (1614-1672), bispo e virtuose inglês, 182
Williamson, Sir Joseph (1633-1701), secretário de estado inglês, 133, 161
Witt, Jan de (1625-1672), advogado e estadista holandês, 125
Wittenberg, 29, 41, 73
Wolfenbüttel, 68, 98, 165
Worm, Ole (1588-1654), polímata dinamarquês, 30, 55, 100-2, 173
Wotton, Sir Henry (1568-1639), embaixador britânico em Veneza, 116
Wrangel, Carl Gustaf (1613-1676), aristocrata e soldado sueco, 58
Wright, Edward (c. 1558-1615), matemático inglês, 142
Xavier, Francisco (1506-52), missionário jesuíta espanhol, 59, 174-5
Zara, Antonio (morto em 1620), bispo e enciclopedista italiano, 103
Zedler, Johann Heinrich (1706-1751), editor alemão, 155
Znaniecki, Florian (1882-1958), sociólogo polonês, 15
Zurique, 130
Zurita, Jerónimo (1512-1580), historiador espanhol, 129
Zwinger, Theodor (1533-1588), médico e enciclopedista suíço, 30, 90-1, 130